UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS

Programa de Pós – graduação em Geografia Humana

ANDRÉ LUIZ DE CARVALHO

**Metropolização e o discurso da modernidade na reposição da periferia: o
bairro do Cabuçu no município de Guarulhos**

São Paulo

2010

André Luiz de Carvalho

**Metropolização e o discurso da modernidade na reposição da
periferia: o bairro do Cabuçu no município de Guarulhos**

**Tese apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Departamento de Geografia para
obtenção de título de Doutor em
Geografia Humana.**

**Orientadora: Profa. Dra. Léa
Francesconi**

Versão revisada

São Paulo

2010

À minha mãe

In memoriam

ℒ

À

Michele

Amor

Agradecimentos

Todo e qualquer processo investigativo científico somente se viabiliza a partir da colaboração de diferentes pessoas que, em maior ou menor grau, são fundamentais para que o mesmo se viabilize. Com relação a este trabalho, não poderia ser diferente.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, Profa. Dra Lea Francesconi pela nova jornada de paciência e atenção para com as dificuldades apresentadas pelo seu orientando, tanto no processo investigativo, quanto na etapa de redação final.

Agradeço ao CNPq pela bolsa a mim concedida para que pudesse ter o apoio financeiro necessário ao desenvolvimento do presente trabalho.

Outro apoio de fundamental importância foi encontrado nos colegas do grupo de trabalho e estudos da Profa Dra Lea Francesconi, que em nenhum momento se furtaram em me auxiliar nas mais diversas formas. Cito aqui dois nomes não porque se destacaram mais que os outros colegas; mas sim porque, em função de minhas necessidades específicas, abriram mão de uma significativa parte de seus respectivos horários para me auxiliar na forma de leituras dos meus textos, com críticas e proposições de outras leituras: Amir El Hakim e Maria Creuza.

Agradeço ainda a Daniela Rocha Porto e Priscila da Silva Pellegrini pelo desenvolvimento dos trabalhos de transcrição das entrevistas realizadas e digitalização de mapas e fotos que ilustram esse trabalho.

Agradeço também às Secretarias de Habitação, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano e de Meio Ambiente do município de Guarulhos pela atenção dispensada e cessão de documentos de fundamental importância para o desenvolvimento desse trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves pela valiosa contribuição com críticas e sugestões.

Finalmente, agradeço à equipe do Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Guarulhos, em especial ao Prof. Dr. Márcio Roberto M. de Andrade, Ao Prof. Dr. Antonio Manoel dos S. Oliveira, à Profa MS Sandra Emi Sato e ao William de Queiroz, por me “apresentarem” ao Cabuçu na forma de visitas e cessão de documentos.

Resumo

O presente trabalho tem por objeto de estudo a relação envolvendo a periferia e o seu processo de reposição na metrópole de São Paulo, tendo por base o estudo realizado no bairro do Cabuçu, no município de Guarulhos. A complexidade urbana do momento atual comporta diferentes análises no sentido de sua interpretação. Partindo-se desse pressuposto, o que se analisa neste trabalho é a atual condição da periferia na metrópole de São Paulo face às promessas da modernidade relacionada ao desenvolvimento urbano. Essa modernidade, acompanhando a evolução do capitalismo, leva a instituição propriedade privada à posição de centralidade, transformando esta numa das principais marcas da sociedade moderna. Em meio a tantas alternativas acerca da complexidade urbana atual, a escolha aqui feita foi a de analisar a periferia enquanto uma realidade sócioespacial que, do ponto de vista desta reprodução ampliada, deve ser incessantemente reposta ao longo do território da metrópole, não excluindo as contradições inerentes a esse processo. Por sua vez, esse movimento incessante vincula-se ao próprio sentido do urbano, que é reproduzido a partir da lógica do capital, e à impossibilidade no alcance das promessas da modernidade. A metrópole chega à atual fase enquanto um território que, dentre vários outros desdobramentos, passa a enfatizar a relação entre o capital especulativo e o mercado imobiliário. Vem daí a intensificação da especulação imobiliária, que é articulada ao longo do território da metrópole. Como consequência, a reposição da periferia, que se consubstancia em função do drama cada vez maior da moradia, passa também a ser um movimento articulado nessa mesma metrópole.

Palavras-chave: Periferia, metrópole, modernidade, propriedade privada, reestruturação produtiva capitalista, especulação imobiliária.

Abstract

This task has as an aim of study the relation which involves the suburb and its process of replacement in São Paulo city, having as a fundamental support the accomplished study in Cabuçu district in Guarulhos city. The complexity, for the time being, keeps different analysis in the way of its interpretation starting from this pretext what studies in this task is the present situation of São Paulo metropolis suburb according to the promises of modernity in the relation to the suburb development. This modernity with the capital evolution takes private property institution to the center point, changing it into the most principal marks of the modern society. Among so many alternatives around the present urban complexity, the done choice here was to analyse the suburb as the reality of associate space that, by the point of view of this bigger reproduction must be constantly replaced in the metropolis land and not excluding contradictions inherent into this process. However, this constant movement goes to its own urban way which is remade from a capital logic and impossibility in reaching modernity promises. The metropolis gets to the present moment as a territory that, among several developments, begins emphasizing the link between speculative capital and real state market. From this point, the intensification of speculative real state comes and it is articulated in the metropolis land. By as consequences, the suburb reposition that gets worse according to the misery which becomes bigger in the dwellings and also becomes being an articulated movement in the same metropolis.

Key-words: Suburb , Metropolis, Modernity, Private property, Efficient Capitalist Restructuration, Real State Speculative.

Tabelas

Tabela 1 – Censo demográfico do Brasil – 1940	pág. 33
Tabela 2 – Censo demográfico do Brasil – 2000	pág. 33
Tabela 3 – Evolução demográfica da cidade de São Paulo	pág. 76
Tabela 4 – Participação da RMSP e Interior no VTI	pág. 78
Tabela 5 – Evolução da população absoluta do município de Guarulhos	pág. 80
Tabela 6 – Município de SP – Estabelecimentos industriais	
E empregos	pág. 82
Tabela 7 – RMSP – estabelecimentos industriais e emprego	pág. 82
Tabela 8 – Municípios ou bairros com maior número de unidades	
Lançadas de dois dormitórios – últimos 24 meses	pág. 86
Tabela 9 – Municípios ou bairros com maior número de lançamentos	
De edifícios de apartamentos	pág. 87
Tabela 10 – Percentual de pessoal responsável pelos domicílios	
Permanentes – Guarulhos	pág. 88
Tabela 11 – Percentual de pessoas responsáveis pelos domicílios	
Permanentes – Guarulhos	pág. 88
Tabela 12 – Guarulhos – estabelecimentos industriais por setor	
de atividade	pág. 91

Mapas

Mapa 1 – Delimitação da APA Cabuçu – Tanque Grande	pág. 127
Mapa 2 – Plano Diretor do Município de Guarulhos	pág. 131
Mapa 3 – Delimitação do bairro do Cabuçu	pág. 145

Sumário

Apresentação	10
Introdução	13
Capítulo 1 – Os primórdios do processo de metropolização e sua relação com Guarulhos	20
1.1 – Evolução urbana, metrópole e periferia: um quadro	
Introdutório	20
1.2 – Apontamentos sobre a historiografia de Guarulhos	36
1.3 – Guarulhos no contexto da região metropolitana de São Paulo	40
Capítulo 2 – A centralidade da periferia: o Cabuçu no contexto do atual processo de metropolização	45
2.1- Indicadores sócio econômicos do Cabuçu e sua relação com outros bairros periféricos de Guarulhos: urbanização crítica guarulhense	46
2.2 – A atual fase do capitalismo e a centralidade da periferia	53
2.3 – Apontamentos sobre a idéia de periferia na literatura geográfica	55
Capítulo 3 – O discurso da modernidade e sua relação com a São Paulo “cidade” e a São Paulo “metrópole”	59
3.1 – O sentido da modernidade e suas metamorfoses	60
3.2 – A São Paulo cidade e a São Paulo metrópole produzindo sua periferia	75
3.3 – Acumulação por espoliação e transformações sócio-espaciais em Guarulhos	81
3.4 – A periferia no contexto da cidade e da metrópole	97
Capítulo 4 – Periferia e modernidade: metamorfoses na cidade, metamorfoses na metrópole	104
4.1 – Periferia e subúrbio: termos correlatos?	108
4.2 – Cabuçu e distância face à metropolização	115
4.3 – Legislação, apropriação e propriedade privada: possibilidades e entraves na periferia	129
4.4 – Estatuto da Cidade: a concepção moderna de cidade que chega com atraso	137
4.5 – O Cabuçu no contexto das legislações urbanísticas de Guarulhos	139

4.6 – Cabuçu: terra em transe e sua relação com a modernidade e o	
Processo de metropolização	144
Considerações Finais	162
Bibliografia	165
Anexos	172

Apresentação

O ponto de partida para a investigação e posterior realização deste trabalho foi estudar a condição da periferia na metrópole de São Paulo frente às transformações decorrentes das novas tendências do capitalismo.

Achou-se conveniente tratar do urbano em sua gênese e, para tanto houve a necessidade de incorporação da discussão acerca da modernidade. Isso porque o modo de vida urbano encontra-se diretamente relacionado à modernidade. Porque, é no urbano que o racionalismo converge com a ideia de homem moderno.

Surge daí a oposição, que estabelece o homem da cidade enquanto moderno, ao passo que aquele que vivia no meio rural passou a ser associado ao tradicional.

Ao tratar da modernidade, algumas referências ao processo de urbanização europeu foram inevitáveis, como as transformações no sentido amplo ocorridas em Paris, no século XIX.

No entanto, sabe-se que essa condição não implica deduzir que o desenvolvimento urbano brasileiro não apresente especificidades. Aliás, procurou-se aqui destacar essas especificidades ao tratar do que aqui se denominou por reposição da periferia (relacionada aqui aos desdobramentos que se deram e se dão na, agora, metrópole de São Paulo).

A investigação centra-se mesmo, a partir da análise de uma realidade sócioespacial, o bairro do Cabuçu, ao norte do centro de Guarulhos e a noroeste do mesmo município.

Ao iniciar essa investigação, verificou-se que este bairro passou por profundas e recentes transformações a partir das novas formas de uso e ocupação do mesmo. Foi a partir de meados da década de 1990 do século anterior que o bairro do Cabuçu foi deixando de apresentar feições que o caracterizavam enquanto um subúrbio, para chegar à condição de ser mais uma periferia da metrópole.

Para chegar à condição de periferia, o Cabuçu sofreu processos de especulação imobiliária, especificamente associada ao surgimento de loteamentos irregulares e clandestinos. É a partir dessa forma singular de uso e ocupação do solo que o Cabuçu chegou à condição de periferia da metrópole, já que passou a abrigar um contingente que hoje conta com mais de 60 mil habitantes, e que, na maioria dos casos, se encontram desprovidos ou com dificuldades de acesso a equipamentos urbanos.

Procurou-se aqui enfatizar a condição para se discutir a periferia no atual estágio do processo de urbanização. Para tanto, na Introdução são apresentados os conceitos aqui considerados como fundamentais para o entendimento do caminho escolhido: cidade, município, metrópole, periferia, subúrbio e urbano.

O processo de metropolização estabelece uma relação contraditória com a periferia: ao mesmo tempo esta é afirmada e negada por aquele.

Para se chegar a essa situação de contradição que envolve o processo de metropolização e a periferia, tomou-se como ponto de partida a discussão acerca dos primórdios dessa mesma metropolização e sua relação com o bairro do Cabuçu, no município de Guarulhos e, por extensão, a sua condição, agora, como parte componente da metrópole. Essa é a base da discussão do Capítulo 1.

No Capítulo 2, discute-se a questão da *centralidade* da periferia. Essa idéia de centralidade refere-se à importância da periferia, hoje, em função dos próprios desdobramentos do processo de metropolização em países como o Brasil (e especificamente a metrópole de São Paulo). Isso devido ao fato de as transformações *na* e *da* periferia, se colocarem enquanto uma rica possibilidade para se analisar tanto a metrópole, quanto o capital e o sentido da modernidade a ele vinculado.

O Capítulo 3 trata inicialmente da modernidade a partir de uma visão sucinta do discurso filosófico a ela relacionada. O objetivo foi mostrar que a apropriação feita desse discurso por parte do capitalismo, continua a apresentar influências a respeito da análise do urbano e do processo de metropolização hoje. Por extensão, o caso do bairro do Cabuçu aqui analisado, se vincula a essa discussão. A passagem da condição de cidade para a condição de metrópole apresenta desdobramentos em Guarulhos, bem como na periferia aí localizada.

O Capítulo 4 apresenta uma abordagem mais detalhada sobre o bairro do Cabuçu. Devido à sua localização (fazendo parte da Serra da Cantareira), o Cabuçu apresenta os problemas de uma ocupação complexa, já que uma parte da mesma se dá em áreas inadequadas ou impróprias para a instalação de moradias devido às características de seu relevo. Discute-se também a questão relativa à instituição propriedade privada da terra relacionada à ocupação que, do ponto de vista legislativo, torna complexa a definição da propriedade neste lugar.

A ocupação do Cabuçu, ocorrendo numa área considerada de proteção ambiental, estimula uma série de discussões acerca de seu caso em específico, inserindo-se aí as discussões que redundaram na promulgação de legislações

urbanísticas no município de Guarulhos. Estas legislações têm relações diretas com o bairro do Cabuçu e a sua condição peculiar (presença destacada de loteamentos irregulares e clandestinos, a deficiência na questão dos equipamentos urbanos, dentre outros).

Ainda neste capítulo, desenvolveu-se uma discussão teórica em função das respostas colhidas na entrevistas. Essa discussão buscou situar o tratamento dado aos conceitos de metrópole e periferia atualmente na Geografia, em relação ao cotidiano vivenciado por moradores do Cabuçu.

Foi baseado nestes diferentes componentes que se discutiu também a condição de *transe* (inquietação) no bairro do Cabuçu, Conforme será visto, essa condição se deve à sua inserção em outros processos de transformação em curso na metrópole.

Introdução

No atual recorte, a metrópole apresenta um elevado grau de complexidade, o que concorre para a dificuldade no sentido da interpretação das questões a ela pertinentes. No processo de investigação acerca da periferia, aqui especificamente se tratando da periferia na metrópole, é possível se deparar com diferentes interpretações acerca deste fenômeno.

Fica evidenciado, porém, que a contextualização da periferia na metrópole sofreu transformações que, por sua vez, foram decorrentes das diferentes etapas da reprodução capitalista. Esta, por sua vez, alterou e vem alterando profundamente a realidade, primeiro, da cidade e, agora, da metrópole. É nesse contexto que a investigação do bairro do Cabuçu, no município de Guarulhos, aponta para uma possibilidade de interpretação acerca da atual complexidade do urbano. Essa possibilidade de interpretação é aqui denominada como processo de reposição da periferia.

O que aqui se denomina por reposição da periferia é entendida enquanto uma expressão do atual processo de metropolização. Sendo assim, a complexidade apresentada pelo atual processo de metropolização comporta outras análises que, no nosso entender, tanto podem convergir, quanto divergir do presente trabalho.

Seguindo nessa linha, é necessário também antecipar o entendimento que aqui está sendo feito acerca em relação a conceitos que, para o presente trabalho, são considerados centrais.

Esses conceitos serão utilizados em diferentes momentos do trabalho tendo como ponto de partida o estabelecimento de uma divisão temporal escolhida aqui para interpretar o desenvolvimento urbano de São Paulo, bem como seu processo de metropolização. Essa divisão toma, por uma parte, a primeira metade do século XX, e a outra, a sua segunda metade.

Em sendo assim, entende-se que alguns dos conceitos que seguem apresentados diferem, em sua definição, enquanto outros mantém a mesma definição. Os conceitos a que estamos nos referindo são: cidade, município, metrópole, periferia, subúrbio e urbano.

O conceito de cidade é, em alguns casos, confundido com o conceito de município. Sendo assim, achamos conveniente estabelecer essa apresentação

contrapondo um ao outro, no sentido de trazer a definição de ambos. Nesse sentido, cidade difere de município, já que este último é uma unidade político administrativa, cujo território é definido e, portanto delimitado num mapa. O território da cidade pode ampliar-se de acordo com a ampliação de seu poder de comando. Logo, o território da cidade de São Paulo é mais amplo do que o território do município de São Paulo.

A ideia de cidade acima exposta já remete também a outro conceito, o de metrópole. Isso porque a metrópole é resultante dessa cidade "estendida". À metrópole corresponderá um território contraditório: ao mesmo tempo homogêneo e formado por guetos. Homogêneo no que respeita à lógica que o engendra: apresentando guetos em função da fragmentação espacial resultante dessa mesma lógica.

Já a ideia de subúrbio é importante para o entendimento deste trabalho porque ele remete, primeiro, ao reforço da presença do rural num urbano que se desenvolve. Na primeira metade do século XX, a metrópole de São Paulo se desenvolve carregando consigo tanto os subúrbios, quanto os seus próprios bairros, ambos ainda com essa marca do rural. Já na segunda metade do século XX, a presença do rural vai se enfraquecendo, mas não sem apresentar graus diferenciados desse enfraquecimento ao longo do território da metrópole. Por exemplo, em Guarulhos, essa influência do rural avança mais no tempo. Até a década de 1970 ela ainda se faz aí presente de uma maneira mais marcante.

Outro aspecto importante em relação ao subúrbio diz respeito à sua morfologia: o subúrbio foi o lugar em que a presença de sítios, chácaras e casas com quintais espaçosos era marcante. Ao mesmo tempo em que guardava essas características, o subúrbio mantinha uma relação de proximidade com a cidade de São Paulo, no que respeita ao fluxo de pessoas e mercadorias que envolvia ambos.

Ainda com relação aos subúrbios então presentes no período de formação da metrópole de São Paulo, cabe destacar os diferentes destinos dos mesmos: alguns passaram pelo processo de emancipação política tornando-se municípios; outros se tornaram bairros da cidade de São Paulo e, neste caso, com desdobramentos diferenciados, já que alguns passaram a ser considerados periferias, enquanto que outros não.

Com relação à ideia de periferia, esta surge definida nos estudos de geografia urbana enquanto o lugar que abriga a população de baixa renda. Originalmente, a ideia de periferia também se caracteriza enquanto tal em função da distância em relação ao centro (levando-se em conta a época em que a cidade apresentava um centro).

A periferia apresenta também uma outra característica que ainda se mostra presente nos dias atuais: a da ausência ou insuficiência dos equipamentos urbanos.

A periferia será tratada neste trabalho no seu sentido estrito de realidade sócioespacial. Conforme já apontado, a complexidade atual do processo de metropolização comporta diferentes análises. No entanto, a escolha aqui feita deve-se ao fato de se destacar a condição do solo enquanto moderna propriedade que, do ponto de vista da lógica da reprodução capitalista, leva às constantes transformações espaciais na metrópole. Essas transformações se intensificam à medida que o capitalismo apresenta novo conteúdos.

O termo urbano refere-se à generalização do modo de vida urbano trazendo consigo os seus signos e o conteúdo ideológico da moderna propriedade.

É a partir destes conceitos que foi analisado aqui o caso do bairro do Cabuçu, no município de Guarulhos. Esse bairro passa a se caracterizar enquanto periferia, nos termos aqui estabelecidos, recentemente (nos anos 1990). Foi a partir desse período que esse bairro presenciou as transformações que aqui serão analisadas, destacando principalmente o seu processo de ocupação a partir dos loteamentos irregulares e clandestinos.

São analisados os novos conteúdos da metrópole e suas influências sobre a sua periferia, se tomando o caso do Cabuçu como análise. Daí então o caminho escolhido, aqui denominado com o processo de reposição da periferia

Por reposição da periferia entende-se a contradição que se estabelece a partir do confronto com a ideia de urbano que foi gestada a partir da modernidade. Esse urbano, vinculado à modernidade, passa a ter por base o estabelecimento de uma racionalidade posta em prática a partir do plano do concebido. A execução de uma concepção de espaço que, por sua vez, não observa os dois outros planos, o vivido e o percebido, representa o exemplo mais acabado dessa racionalidade.

A periferia das metrópoles encontra-se, então, numa situação antagônica: ela afirma e nega essa racionalidade. É em função dessa racionalidade que a periferia traz no seu bojo a não-periferia.

Numa etapa, aquela marcada pela formação de capital a partir de São Paulo, verificou-se que o surgimento da oposição centro-periferia estava em consonância com a própria oposição capital-trabalho. Nesta etapa, a cidade já esboçava a sua condição de metrópole, mas ainda não se concretizara enquanto tal. Grosso modo, essa etapa pode ser datada como que ocorrendo do final do século XIX até meados do século XX.

Em São Paulo, essa etapa apresenta a passagem da agricultura comercial do café, e a produção da riqueza daí derivada, para os primórdios da industrialização, que se apropriou de parte desse capital em formação, seja na forma expressa no trabalho - mão de obra imigrante e migrante - seja na forma expressa em capital fixo - estradas de ferro, usinas produtoras de energia, transporte coletivo (bondes), inicialmente utilizando-se da tração animal e, posteriormente, movidos a energia elétrica, dentre outros exemplos.

A industrialização em desenvolvimento em São Paulo continuou necessitando da formação desse capital. É justamente dessa necessidade que se verifica a formação da periferia, que já representava a territorialidade do trabalho. A reprodução da mão de obra, principalmente das fábricas, prescindia dessa territorialidade (aqui se levando em conta os interesses do capital).

No entanto, se a essa etapa já correspondia a consubstanciação da metrópole, por outro lado, a cidade ainda guardava uma identidade que se verificava principalmente nos chamados bairros operários. É curioso observar que a denominação "bairro operário" guarda no seu bojo uma diferenciação em relação ao que passa a ser denominado periferia. Pode-se até arriscar na afirmação que, até algum tempo atrás, o bairro operário ainda estava fortemente presente no imaginário do paulistano. A maioria dos cidadãos comuns responderia, sem pestanejar, se fosse instado a citar um bairro operário de São Paulo: era quase certeza que nomes como Brás e Moóca surgiriam nas respostas. O bairro operário guardava esse vínculo com a fábrica pela própria proximidade em relação a esta. A relação aí estabelecida era quase que orgânica, mesmo e contraditoriamente nos momentos de conflito que envolveu o capital e o trabalho, então representados enquanto fábrica e operário respectivamente.

A chamada periferia urbana surge da conjugação de alguns fatores: expansão da industrialização, expansão da urbanização e, por fim, o seu corolário, a expansão do processo de metropolização. Na linha desse avanço, os bairros operários já estavam fadados a desaparecer ou então a permanecer apenas enquanto resíduos. Por sua vez, mas especificamente nessa época (primeira metade do século XX), a periferia é definida enquanto o oposto do centro e, além disso, o que dista desse. A periferia não guarda a especificidade do bairro operário; a periferia já representa uma generalização da pobreza em curso, e cada vez se ampliando mais. A periferia não é só o lugar dos operários.

No entanto, e ainda nesse período, a periferia mantinha um vínculo com a cidade. Esse vínculo era resultante da oposição envolvendo o centro e a periferia. Oposição contraditória, diga-se de passagem.

É também importante citar a situação específica dos subúrbios neste período. O subúrbio se define por ser um meio termo entre o urbano e o rural. Nesse período o subúrbio em São Paulo não deve ser confundido com a periferia. Isso porque, em sua gênese, é conferido ao subúrbio um conteúdo sócioespacial que o difere da periferia. Esse conteúdo vem de sua própria estrutura espacial. O subúrbio era formado por chácaras, casas com quintais espaçosos, diferente da periferia que, normalmente, apresenta em sua paisagem o quadro característico de casas apinhadas e com carência de equipamentos urbanos.

Em São Paulo, o subúrbio representa o mesmo destino do bairro operário: da mesma forma que este, o subúrbio só se faz presente na forma de resíduo. No processo de expansão da própria cidade de São Paulo, o primeiro impacto junto ao subúrbio foi o da sua incorporação, ao menos em alguns casos. Localidades que hoje são bairros de São Paulo, como Pinheiros, Itaquera, dentre outros, apresentaram destinos diferentes mesmo não ganhando autonomia.

Por outro lado, outros subúrbios reconheceram outros destinos, com destaque especial para a emancipação política. É o caso de São Caetano e de Guarulhos, município no qual se localiza o bairro do Cabuçu.

Foram as transformações no processo produtivo capitalista, apoiadas em sua mundialização, que influenciaram decisivamente nas transformações envolvendo, agora, a metrópole e a periferia.

Como o núcleo da metrópole passa a abrigar, principalmente, a função de gestão do capital, seu espaço entra num processo de adaptação para abrigar esta nova função. É esse processo que vem provocando a canalização de uma soma considerável de capital especulativo que passa a ser aplicada numa produção imobiliária em que são enfatizados os edifícios inteligentes que passam a abrigar escritórios de grandes empresas, os edifícios residenciais que, em muitos casos, são um produto imobiliário destinado às classes de maior poder aquisitivo, os shopping centers, dentre outros.

É dessa forma que o solo da metrópole passa a ser visto com uma oportunidade de investimento que oferece uma rentabilidade elevada, fazendo com que, inclusive, empresas estrangeiras passem a atuar neste mercado a partir da abertura de capitais por parte das incorporadoras nacionais.

É esse processo que, agora, vem intensificando a mobilidade da população de baixa renda ao longo do território da metrópole. No entanto, e em função da própria natureza capitalista que engendra esse processo, há aí enormes contradições. Uma delas é que, ao mesmo tempo em que a população de baixa renda é obrigada a se re-localizar ao longo do território da metrópole, (o que, em princípio, poderia ser interpretado como a sua expulsão) ela permanece enquanto um componente fundamental para a reprodução ampliada do capital. Essa reprodução ampliada acaba por levar essa população de baixa renda, ou ainda o que se passou a denominar de população sobrança, à seguinte condição: se ela não consegue se fixar num ponto da metrópole (no sentido da realização do habitar de Lefebvre), boa parte dela permanece na metrópole, tendo de sujeitar-se às condições precárias, como as observadas no bairro do Cabuçu.

Citamos anteriormente, que essa realidade complexa da metrópole comporta diferentes análises, já que ela traz consigo uma miríade de casos. Nesse sentido, a análise de Burgos que trata do urbano periférico enquanto uma generalização do sentido da periferia presente na metrópole é uma importante contribuição para a presente discussão.

A agora população sobrança, aquela que amplia o exército de reserva de mão de obra, é obrigada a desenvolver as mais variadas estratégias de sobrevivência para se manter na metrópole. No entanto, e em princípio, paradoxalmente, essa população sobrança passa por um processo de encaixe frente às novas demandas da metrópole. Demandas originadas da própria reprodução capitalista ampliada.

Por sua vez, o presente trabalho busca tratar da mobilidade tanto desta população que, do ponto de vista de sua condição socioeconômica e de sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho, associado à tendência recente de intensificação da especulação imobiliária, procura exercer o morar (ainda que este se restrinja à ideia de habitat, de Lefebvre) nos interstícios do território da metrópole.

Acontece que, mesmo esses interstícios são partes componentes da lógica da moderna propriedade. Ou seja, são, também, passíveis de sofrerem bruscas alterações no que respeita à sua morfologia.

Para fundamentar melhor o presente trabalho foram feitas três entrevistas com pessoas que, devido às suas diferentes vivências, trouxeram importante subsídio, principalmente no que respeita à discussão do plano do vivido e a sua contraposição ao percebido e ao concebido. É daí que se ressalta a análise da periferia (Cabuçu) aqui feita a partir do ponto de vista sócioespacial

O destaque dado à periferia no sentido geográfico, o que corresponde à ênfase dada à sua localização, comporta as especificidades no plano do vivido: códigos de conduta próprios, por exemplo, em relação à convivência com o narcotráfico, os mais variados anseios, como com relação à melhoria do lugar, ou ainda o alcance da condição de formalidade de sua residência, laços de solidariedade, também próprios, e em função das especificidades dessa realidade...

Sendo assim, entende-se que outras visões não se contrapõem à ideia de reposição da periferia aqui adotada. A análise do específico não necessariamente apresenta uma conotação de caráter meramente estruturante. Principalmente num momento em que a geografia busca a retomada do lugar enquanto uma categoria de análise que comporta as contradições. Dessa forma, o entendimento que se tem é que os processos mundializantes se dão nos lugares e nas pessoas (parafraseando Milton Santos).

O bairro do Cabuçu se insere nessa realidade velozmente mutante que é a metrópole. Com a moderna propriedade sendo o seu alicerce. As legislações urbanísticas procuram, tanto relativizar a influência da moderna propriedade, quanto amenizar uma realidade concreta já estabelecida. No entanto, a eficácia das legislações urbanísticas é também questionável.

A estas legislações urbanísticas foram contrapostas as entrevistas feitas. O concebido e o vivido, respectivamente.

A intensificação da ocupação do bairro do Cabuçu (e aqui não perdendo de vista o papel preponderante da moderna propriedade), a partir principalmente dos loteamentos clandestinos e irregulares, feitas, em sua maioria, com pessoas oriundas de diferentes pontos da metrópole, e que se acelera a partir dos anos 1990, e as possibilidades de outras transformações, já vislumbradas, principalmente com a notícia da mais que provável construção do trecho norte do Rodoanel Mário Covas, se coloca enquanto os principais conteúdos de sua condição de terra em transe.

Aí, pulsão (tanto o eros, quanto o tânatos) e instinto, afirmam-se e se negam.

Capítulo 1 - Os primórdios do processo de metropolização e sua relação com Guarulhos

O principal objetivo aqui é retomar alguns aspectos dessa evolução urbana no Brasil, em específico, aquela relacionada à metrópole de São Paulo, associando-a à questão da periferia, que se põe contraditoriamente enquanto antítese e complementação dessa mesma metrópole.

1.1 - Evolução urbana, metrópole e periferia: um quadro introdutório

O surgimento e a evolução da metrópole também apresentam o seu caráter contraditório. Se, por um lado, o crescimento da cidade lança as bases para o surgimento da metrópole, esta, por sua vez, acaba por se sobrepor à cidade, no sentido de tomá-la, fazendo com que a cidade se encontre na condição de uma parte componente da metrópole.

Esse aspecto lança já uma indagação: como discutir a ideia que, num primeiro momento, coloca a cidade na condição de estendida, em função do crescimento de sua influência, frente outra interpretação que estabelece a metrópole enquanto que tendendo a destituir a cidade de sua identidade?

Ao que tudo indica, e analisando as diferentes fases da evolução urbana, associada à evolução do capitalismo, essas diferentes colocações não se contradizem; elas apenas refletem os diferentes momentos da evolução urbana brasileira que, por sua vez, vincula-se aos diferentes estágios do capitalismo no Brasil e no mundo. Verifica-se que a estes diferentes estágios vincula-se a própria condição da indústria, também se levando em conta os seus diferentes ordens de grandeza¹.

Outro traço importante a ser destacado é que, em paralelo a uma evolução urbana caracterizada pela rapidez com que se deu, a mesma literatura mostra que o rural esteve presente durante boa parte desse rápido processo evolutivo. Seabra aponta a presença do rural nos bairros da cidade de São Paulo em expansão ao menos até a

¹ Nesta pesquisa foi adotado o conceito de ordem de grandeza, ao invés de escala, já que as referências aqui feitas são em relação aos diferentes espaços de conceituação, como uma cidade, uma região ou um país. Esse conceito é adotado por LACOSTE, Y. **A geografia - isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra**, trad. Maria C. França, 4ª edição, Campinas, Papirus, 1997.

primeira metade do século XX². Para a autora, os bairros de São Paulo, nessa época, ainda guardavam a feição de serem meio rurais, meio urbanos.

Por outro lado, a situação do município de Guarulhos difere da dos bairros de São Paulo acima exposta, no sentido que a presença do rural ainda era marcante até pelo menos a década de 70.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, foram observados dois importantes traços que caracterizam a presença do rural em meio ao processo de evolução urbana e da constituição da metrópole.

Um destes casos tem a ver com a persistência, durante algum tempo, da influência do rural, deixada pelos aldeamentos. Porém, essa herança variou de lugar para lugar. Guarulhos e Carapicuíba se destacaram por terem passado por essa condição de aldeamento. Em Guarulhos, por exemplo, os traços do rural estiveram marcadamente presentes até a década de 70. Outras áreas, que hoje são bairros de São Paulo, também passaram por essa condição de aldeamento. Um exemplo desse caso é o atual bairro de Pinheiros. Os aldeamentos se transformaram em núcleos de caráter definitivo³, o que significou para o silvícola uma profunda alteração em seu gênero de vida, caracterizado pela constante mobilidade ao longo do território colonial. A influência dos aldeamentos na caracterização e presença do rural na metrópole que se esboçava, pode ser entendido a partir do longo período em que o mesmo vigorou, além, é claro, do caráter um tanto restrito da primeira etapa das transformações promovidas pela industrialização que viria a ocorrer no início do século XX.

Essa industrialização, no caso da metrópole paulista, permaneceu mais fortemente concentrada no município de São Paulo, apesar de sua presença inclusive em outras regiões do Estado, fruto inicialmente da expansão da cultura cafeeira que trazia consigo o avanço da ferrovia, além de vários outros desdobramentos de caráter econômico⁴, como a presença do sistema financeiro, a indústria madeireira, dentre outros.

No entanto, permanecendo na questão da influência dos aldeamentos acerca da fixação do rural na metrópole, em função do longo período em que os mesmos vigoraram, veja-se o que escreveu Petrone a respeito: “Os aldeamentos paulistas, apesar

² SEABRA, Odette C. de L. **São Paulo: A cidade, os bairros e a periferia** in Geografia de São Paulo 1 Representação e crise da metrópole, Ana F. A. Carlos e Ariovaldo U. de Oliveira (org.), São Paulo, Ed. Contexto, 2004.

³ Veja-se, a esse respeito, a obra de PETRONE, P. **Aldeamentos Paulistas**, São Paulo, EDUSP, 1995.

⁴ A esse respeito uma indicação é a obra de MONBEIG, P., **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**, São Paulo, Ed. HUCITEC, 1984.

de suas vicissitudes, representaram a forma contínua e estável da participação do ameríndio nos processos de valorização da terra. Desde os primeiros tempos do povoamento quinhentista, até os primeiros lustros do século XIX”. (PETRONE 1995:14)

O que se quer discutir aqui é que, se os aldeamentos desapareceram enquanto forma e estrutura característicos, as localidades em que os mesmos ocorreram ainda guardaram suas influências durante um período que se arrastou durante o século XX. No caso de Guarulhos (conforme apontado acima, também um antigo aldeamento), essa influência se mostrou presente até os primórdios do século XX, em que o modo de vida rural ainda tinha uma presença marcante, conforme se verá mais adiante onde serão feitos apontamentos acerca da historiografia do município.

Os aldeamentos trazem, desde a sua gênese, a característica de serem rurais, mesmo que estes estivessem vinculados diretamente ao núcleo, no caso, São Paulo de Piratininga. Ainda recorrendo a Petrone, cabe assinalar que, durante algum tempo, os termos *aldeia* e *aldeamento* chegaram a ser tratados enquanto sinônimos. Para Petrone, *aldeia* é o termo que se refere a uma organização espacial indígena espontânea. Já o termo *aldeamento* refere-se a uma organização espacial promovida pelo colonizador, ou mesmo o catequizador, no sentido de estabelecer, junto à população silvícola, os seus desígnios e modo de vida. É dessa condição, que até hoje se verifica a utilização da denominação “aldeia de Carapicuíba”.

Essa observação ganha relevo em função da associação do termo *aldeia* ao modo de vida rural. Logo, o termo *aldeamento* não difere muito dessa condição de rural, salvo em função dos aspectos acima assinalados. Feitas essas ressalvas, Petrone assinala que:

Pertencer aos quadros urbanos como cidadão, pois assim deve entender-se o “viver na cidade”, implica uma valorização em função do status social decorrente e, necessariamente, uma inferiorização dos quadros rurais, inclusive dos núcleos rurais. Rotular de *aldeia* a taba indígena constitui, sem dúvida, uma forma de expressar essa diferença de status, transpondo para a terra nova um típico rótulo de vida rural portuguesa. A *aldeia* indígena é, em consequência, dentro da psicologia do colono, a *não-cidade*, não apenas porque está longe de fornecer condições de prestígio que só a *cidade*, mesmo que modestíssimo embrião de aglomerado urbano, pode fornecer.

Dentro das condições acima, é natural que *aldeias* tenham sido denominadas também os núcleos que abrigaram indígenas mais ou menos assimilados. (1995, p. 104)

É importante assinalar também a proximidade de alguns aldeamentos (de defesa) em relação ao núcleo (São Paulo de Piratininga). Isso em função de essa localização propiciar, mais tarde, a sua incorporação ao que viria ser a cidade de São Paulo. A importância desse dado está no fato de sua consolidação ter ocorrido mesmo antes do núcleo, conforme aponta Petrone:

É natural que eles (os aldeamentos) se definissem em função do próprio processo de colonização, e fossem sendo criados à medida que este se expandia e se estabilizava. Sendo São Paulo de Piratininga o centro mais significativo desse processo no planalto, compreende-se que a política de aldear tenha frutificado antes nos seus arredores. Entre os primeiros frutos encontram-se Pinheiros e São Miguel, surgidos, praticamente, em plena fase de rearranjos do povoamento em face dos choques entre colonos e indígenas, ainda no momento caracterizado pela instabilidade e insegurança do processo. (1995, p. 113)

Apesar de o processo evolutivo ocorrido nos Campos de Piratininga envolver uma complexidade de fatores que concorreram para esta mesma evolução, a permanência prolongada dos aldeamentos também influenciou o surgimento do que viria a ser classificado como subúrbio. Essas áreas (subúrbios) foram entendidas, no Brasil, enquanto um lugar cuja fisionomia estava numa condição intermediária entre o urbano e o rural.

As áreas então classificadas enquanto subúrbios tiveram também uma presença marcante no processo de evolução urbana de São Paulo e seus arredores. Tanto é assim, que parte da bibliografia em geografia urbana de São Paulo aponta a existência dos subúrbios tanto nos arredores de São Paulo, quanto no que viria a constituir o município de São Paulo. Como exemplos, podem ser citados, para o primeiro caso, São Caetano e Carapicuíba e, para o segundo, Itaquera, São Miguel e Pinheiros.

No caso da evolução urbana de São Paulo, os subúrbios vinculavam-se ao mesmo – o núcleo propriamente urbano – devido este já apresentar uma significativa consolidação e a conseqüente oferta de serviços, muitos já consumidos pela população destes mesmos subúrbios.

Por outro lado, a produção do setor primário, ainda presente nos subúrbios (levando-se em conta principalmente o período que corresponde à primeira metade do século XX) era também consumida pela população do núcleo urbano propriamente dito.

É essa condição de troca mútua e de proximidade em relação ao núcleo, que contribui para que o subúrbio se encontre, então, nessa condição de ser meio urbano, meio rural.

Com a expansão da mancha urbana a partir de seu núcleo, a condição dos subúrbios passa a se apresentar difusa. Ou seja, os diferentes subúrbios (ainda levando-se em conta a primeira metade do século XX) vão apresentando destinos diferenciados, tendo-se por base os mais diferentes aspectos. Em alguns casos ocorre a emancipação política; em outros ocorre a sua incorporação a partir da expansão verificada em São Paulo. No entanto, é preciso observar que a influência da expansão urbana a partir de seu núcleo se fará sentir, tanto num caso, como noutro. Dessa maneira, torna-se necessário expor as condições para a ocorrência da autonomia política, em contrapartida com as condições para a consolidação da metrópole enquanto território que encampa os municípios que se encontram nos arredores de seu núcleo.

Conforme já apontado, o destino, do ponto de vista político-administrativo, dos diferentes subúrbios dos arredores da cidade de São Paulo diferenciou. Enquanto alguns se emanciparam e se tornaram municípios, outros foram incorporados na forma de bairros à cidade de São Paulo, que então se expandia.

Essa questão ganha relevo no presente trabalho porque se tornou necessária a discussão acerca da relação envolvendo os subúrbios e as periferias. Portanto, faz-se necessário situar a condição das periferias *no âmbito exclusivo da cidade e da metrópole em seu processo de desenvolvimento*.

Assume-se aqui que o que define o termo *periferia* tomado enquanto realidade sócio-espacial no âmbito da cidade e, posteriormente, da metrópole, é a sua condição de um lugar em que o acesso a equipamentos urbanos é mais dificultado, devido à sua condição de precariedade ou inexistência. No entanto, é preciso assinalar que as definições do ponto de vista conceitual apresentam riscos se não houver o cuidado com sua relativização. Logo, é necessário haver certa cautela na questão dos conceitos no sentido de não tomá-los enquanto termos que representem a realidade de apenas uma única forma. Além disso, as rápidas transformações verificadas no atual momento, também se tornaram um outro componente para a necessidade em se relativizar o significado dos conceitos.

Essa cautela é necessária já que, na maioria das vezes, a periferia não é um espaço tão homogêneo quanto, num primeiro momento, pode-se imaginar. O trabalho aqui feito busca, inclusive, apresentar as diferentes realidades presentes no Cabuçu⁵.

Como a presença dos equipamentos urbanos em áreas consideradas como sendo periféricas encontra-se, no mais das vezes, em quantidade reduzida, verificam-se aí duas conseqüências: primeiro, a dificuldade de acesso a estes equipamentos urbanos, que normalmente são encontrados em maior quantidade em lugares que, ao longo do tempo foram se constituindo em centralidades; segundo que, em função da dificuldade nos deslocamentos, já que é acrescido aí o custo do transporte para essa população, normalmente de baixa renda, se inviabiliza o acesso a estes equipamentos urbanos. Para essa questão também cabe a ressalva que a sensível melhoria na instalação de equipamentos urbanos na metrópole, consegue ao menos minimizar essa carência. *Mas, em contrapartida, verifica-se que onde esse processo consegue avançar um pouco mais, a conseqüência na forma de valorização acaba por se tornar um elemento que concorre para os deslocamentos vindouros dessa população de baixa renda para outras periferias que se encontram na condição de carência quase absoluta destes equipamentos urbanos.*

O processo de valorização constante normalmente faz com que a periferia se desenvolva enquanto tal por conta da demanda crescente por moradia que, em princípio, atenda, principalmente, a população de baixa renda.

É essa lógica que também concorreu para que vários antigos subúrbios (levando-se em conta a sua classificação enquanto lugar intermédio entre o urbano e o rural) passassem por transformações que os levaram à condição de uma nova centralidade. Essas transformações referem-se tanto ao maior parcelamento do solo, quanto à própria dinâmica econômica comandada pelo núcleo da metrópole, o que passou a concorrer para que um variado conjunto de agentes econômicos vislumbasse, nas condições postas por esta economia de aglomeração, oportunidades de ganhos. No entanto, essa condição de nova centralidade não necessariamente isentou o então subúrbio (agora uma nova centralidade) de vir a abrigar outras periferias que se formaram no processo de expansão da metrópole.

⁵ A esse respeito, no capítulo 4 são apresentados trechos das entrevistas feitas junto a pessoas que conhecem a realidade do Cabuçu, seja pelo tempo de moradia, seja pelo tempo de contato com essa realidade.

A presença do rural na metrópole começa a diminuir mais sensivelmente a partir da segunda metade do século XX. Ao assinalar aqui a presença dos subúrbios enquanto parte componente da metrópole que se esboçava na primeira metade do século XX, busca-se destacar o papel desse subúrbio, que carrega consigo as marcas do rural presente nessa metrópole. É então que as transformações ocorridas nos lugares antes denominados subúrbios, representam também a diminuição do rural, então presente na metrópole.

No entanto, esse rural não estava apenas presente nos subúrbios. Ao analisar as transformações que foram se sucedendo em São Paulo, Seabra⁶ trata da cidade de bairros, que corresponde à fase em que, em São Paulo, ainda estava ocorrendo a formação do capital (primeira metade do século XX). A autora assinala também que, nessa fase, importantes bairros de São Paulo se encontravam na condição de meio rural, meio urbano. Logo, as marcas do rural, ainda presentes de uma forma expressiva na cidade, não estavam tão somente relacionadas à permanência da existência dos subúrbios. Essas marcas também foram identificadas em diferentes bairros da cidade de São Paulo.

A segunda metade do século XX é marcada pela primazia da periferia em relação ao subúrbio. Essa primazia se deu em função da explosão urbana⁷, expressão que significa a extensão do tecido urbano sobre o rural.

Essa outra etapa assinala, pelo menos de maneira mais destacada até a década de 80, a situação em que a metrópole já concorre para, ao menos tendencialmente, anular a identidade da cidade e impor a sua própria identidade⁸. Essa transformação está relacionada com as alterações ocorridas na reprodução do capitalismo, em que o capital especulativo ganha maior destaque em relação ao capital produtivo.

Porém, antes da afirmação dessa etapa, cabe assinalar o papel desempenhado pela atividade industrial.

O binômio urbanização - industrialização foi marcante na evolução da metrópole paulista. Conforme exposto até aqui, o seu surgimento e evolução não significaram a eliminação do rural ainda presente em São Paulo. Com o passar do tempo, a evolução urbana aí registrada, já remete para a alteração da oposição centro - periferia,

⁶ SEABRA, Odette C. de L. São Paulo: A cidade, os bairros e a periferia in **Geografia de São Paulo 1 Representação e crise da metrópole**, Ana F. A. Carlos e Ariovaldo U. de Oliveira (org.), São Paulo, Ed. Contexto, 2004.

⁷ Veja-se, a respeito a obra LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**, 2ª reimpressão, trad. de Sérgio Martins, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004.

⁸ A questão da identidade da cidade será mais detalhadamente discutida no capítulo 4.

concorrendo para que, também a partir da segunda metade do século XX, surgissem as novas centralidades. Se, na primeira metade do século XX, a oposição envolvendo centro e periferia se dava com maior nitidez, com a evolução urbana, a oposição que agora predomina passa a envolver as centralidades e as periferias, no sentido que, tanto umas quanto outras passam a ser reproduzidas a partir da lógica que se instaura no território da metrópole.

Essa nova realidade surge antes mesmo do processo de reestruturação produtiva da indústria⁹, mais evidenciado a partir da década de 80. A evolução urbana já sinalizara para um processo de expansão que, cada vez mais, se afirmava na forma acima apontada.

O processo de acumulação capitalista, apoiado na atividade industrial que, no caso brasileiro, concentrou-se em São Paulo, contribuiu de maneira decisiva para o crescimento das periferias, tanto na cidade de São Paulo, quanto nos seus arredores. A lei do desenvolvimento desigual e combinado se fez presente nas mais diferentes ordens de grandeza. No âmbito nacional, a atividade industrial de São Paulo passou a exercer um papel de comando sobre todo o território nacional e, em função da necessidade de acumulação do capital industrial aí instalado, influenciou a orientação de um importante fluxo migratório brasileiro, que chegou a vigorar durante décadas: o fluxo envolvendo o Nordeste e o Sudeste.

No plano local, as diferenças envolvendo as centralidades e as periferias atestam as transformações nas relações capitalistas. É a partir daí que se verifica uma outra tendência no processo de reprodução do espaço da metrópole. Essa outra tendência refere-se à reestruturação produtiva, que faz com que o núcleo da metrópole assuma, a partir desse momento, o papel de gestão.

Por outro lado, as várias centralidades que surgem ao longo do território da metrópole, contribuem para que o centro histórico da cidade de São Paulo torne-se muito mais um atrativo turístico. As iniciativas, por parte do poder público, de revitalização dessa área central, se relacionam também com os processos de gentrificação, que apresenta como consequência a remoção dos pobres do chamado centro histórico. No entanto, o centro histórico também guarda o sentido do *uso* para essa população de baixa renda: é dessa condição de aglomerado e de presença intensa de

⁹ A discussão acerca da reestruturação produtiva da indústria, a partir das corporações e grandes empresas, aparecerá mais detalhada no capítulo 3.

comércio e serviços que surgem as possibilidades de sobrevivência, seja na forma clássica do lumpen-proletariado, seja a partir da condição de sobrantos.

As novas tendências que se estabelecem na metrópole recolocam a periferia num outro patamar. Enquanto realidade sócio-espacial, a periferia passa a se localizar em diferentes lugares, nos diferentes momentos no transcurso do processo de metropolização. Essa discussão será melhor detalhada principalmente nos capítulos 3 e 4 deste trabalho.

Para o momento, cabe aqui ressaltar que a redefinição do papel do núcleo da metrópole é um fenômeno que deve ser entendido também nas diferentes ordens de grandeza que o mesmo comporta. A metrópole cada vez mais passa a ser o lugar-chave no processo de mundialização da economia. A partir do século XIX verificou-se que, de fato, as histórias da cidade e da metrópole ainda se confundiam. Neste caso em específico não estamos tratando de São Paulo, até pelo que foi anteriormente apresentado. No entanto, ao se debruçar sobre o caso de Paris é possível identificar essa relação temporal.

As reformas urbanas sofridas por Paris no século XIX a colocam na condição de metrópole, não só devido esta ser uma importante capital européia (mas, a partir de várias interpretações, alçada à condição de capital do mundo, principalmente do ponto de vista de sua influência cultural), mas principalmente porque o plano urbanístico, então implementado, surgiu enquanto um marco nos mais variados aspectos. Para exemplificar, destaquem-se as novas concepções arquitetônicas, principalmente aquelas que contribuíram para o estabelecimento de uma nova ordem sócio-espacial: a abertura de grandes avenidas, dos boulevares, que tinham como alvo uma idéia de embelezamento, mas também se remetiam ao combate das revoltas populares, como as ocorridas na Comuna de Paris.

Além desta concepção arquitetônica, que traz no seu bojo um espaço que se dá no plano do concebido, do ponto de vista de se demarcar as diferenças sócio-espaciais, há também o estabelecimento de um novo padrão ou modo de vida, que é o modo de vida urbano. Se o europeu já conhecia de longa data o significado de ser cidadão, Paris passa a refletir o significado do urbano, uma concepção que, num primeiro momento, se confunde com a ideia de cidadão. No entanto, o próprio desenvolvimento da discussão sobre modernidade passa a ser vinculado ao modo de vida urbano. A discussão acerca da modernidade encontra no urbano, ao mesmo tempo, um lugar e uma expressão com

os quais se identifica. A cidade, já expressando o urbano (aqui, levando-se em conta o caso de Paris no século XIX) é esse lugar. O modo de vida urbano é essa expressão.

Voltando ao caso de São Paulo, e comparando a sua condição, nos primórdios do século XX, com o que já ocorrera em Paris no século XIX, verifica-se aí a uma peculiaridade: ao mesmo tempo em que São Paulo já se esboça enquanto metrópole, a presença do rural na mesma é ainda marcante.

Quando se toma São Paulo na condição de metrópole, é possível observar o descompasso em termos de ritmo nas transformações espaciais envolvendo a ainda cidade de São Paulo e os municípios do entorno. Enquanto na cidade de São Paulo, o ritmo frenético das mudanças já era muito mais presente, em outros lugares da metrópole o mesmo não acontecia.

O caso de Guarulhos, que foi elevado à condição de município em 1906, é um exemplo. A despeito de sua localização (vizinho à cidade de São Paulo), Guarulhos passa a apresentar transformações espaciais mais profundas com a instalação da rodovia Presidente Dutra, inaugurada em 1951.

É a partir daí que o parque industrial do município amplia-se devido tanto à facilidade de transporte, envolvendo as duas maiores cidades do país (São Paulo e Rio de Janeiro), quanto devido à proximidade em relação ao parque industrial de São Paulo.

No que respeita especificamente ao parque industrial de Guarulhos, é importante frisar aqui que um percentual elevado do total deste parque não adota tecnologia considerada alta. Ao contrário, e *inclusive levando-se em conta dados recentes* (apresentados e discutidos no capítulo 3), o nível tecnológico da maior parte do parque industrial de Guarulhos é classificado como médio baixo e baixo.

Esse dado é importante para atestar que, do ponto de vista da atividade industrial, o município de Guarulhos se apresenta como que compondo uma divisão técnica do trabalho. Dessa forma, o parque industrial guarulhense, em sua maioria, executa processos industriais em que ainda é possível a utilização de uma tecnologia pouco avançada.

É importante assinalar que essa situação verificada no parque industrial guarulhense encontra-se ainda presente nos dias atuais, a despeito do processo de reestruturação produtiva a partir da década de 80 já sinalizar para a separação entre processo produtivo propriamente dito e a administração deste capital. Ou seja, a reestruturação produtiva ocorrida a partir de São Paulo (município), não impactou, até o momento, o parque industrial de Guarulhos. Os dados apresentados no capítulo 3

mostram sucessivos crescimentos na quantidade de estabelecimentos industriais em Guarulhos e, por extensão, na oferta de empregos do setor, principalmente devido ao fato de esse parque ser composto por empresas que, em sua maioria, adotam tecnologia considerada de nível médio baixo e baixo.

O mesmo não pode ser dito em relação à questão do uso e ocupação do solo no município de São Paulo. As transformações aí ocorridas concorrerão para transformações no uso e ocupação do solo em Guarulhos. A intensificação da atividade da construção civil, principalmente para a construção de edifícios de apartamentos, também assinala o fenômeno da capitalização a partir da abertura de capitais, favorecendo inclusive a participação de empresas estrangeiras neste setor. Logo, a participação do capital especulativo junto ao setor imobiliário também se faz presente em Guarulhos.

A intensificação na construção de edifícios de apartamentos, registrada principalmente nos últimos anos (no capítulo 3 são apresentados dados a respeito da quantidade de lançamentos de empreendimentos imobiliários em Guarulhos), ocorre em função da viabilidade do município em termos de local para moradia. A sua localização (município vizinho a São Paulo), combinada com o sistema viário que facilita tanto a comunicação com o núcleo da metrópole, quanto como em direção ao Vale do Paraíba e ao litoral norte, são utilizados como alguns dos principais argumentos nos folhetos de propaganda destes empreendimentos.

Daí resulta um processo de valorização imobiliária no próprio município de Guarulhos. A exposição desse dado ganha importância quando se analisa o caso específico do Cabuçu. Reitera-se que a ocupação deste bairro representa um movimento dado num momento (o da reestruturação produtiva do capital) em que o território da metrópole encontra-se densamente ocupado e em constante transformação no que respeita ao seu uso e ocupação. Portanto, o bairro do Cabuçu, analisado a partir dessa conjuntura, é um exemplo de formação de periferia nos interstícios do território da metrópole. No entanto, é importante assinalar que a formação da periferia, enquanto realidade sócio-espacial, dando-se nestas condições, venha apresentar a condição de exceção. A interpretação aqui realizada é que o termo interstício representa a condição de formação da periferia (sua reposição), nos pontos (ou lugares) sobranceiros do território da metrópole. Essa condição implica, inclusive, no padrão das construções que se observa nas periferias: casas inacabadas e amontoadas, muitas ainda reforçando esse aspecto com os intermináveis “puxadinhos” (esse termo é utilizado para caracterizar a

construção de outros cômodos, normalmente no sentido vertical, devido ao fato de os terrenos serem, via de regra, pequenos, e que servem para abrigar outros familiares, filhos que se casaram, etc.)

No entanto, a condição de lugar sobrando no território da metrópole não necessariamente o coloca na condição de estar à margem da especulação imobiliária. Essa é a condição para que se intensifique a participação do capital especulativo junto ao mercado imobiliário. Além disso, o lugar sobrando não deixa de ter a condição primordial de propriedade privada.

Nesse sentido, o município de Guarulhos, pertencente à região metropolitana de São Paulo, é um exemplo de profundas transformações que ocorreram e ocorrem na área da metrópole. Essas transformações, por sua vez, relacionam-se a uma outra etapa da evolução do capitalismo: a da intensificação da centralização do capital. Essa intensificação da centralização do capital mostra-se apoiada, do ponto de vista ideológico, no discurso da modernidade. Daí a necessidade de também ser observada a modernidade enquanto um discurso que se apresenta de uma maneira paradoxal: ao mesmo tempo em que esse movimento busca fundar um “novo homem”, concorre também para a construção de uma realidade sócio-espacial que caminha em paralelo ao desenvolvimento do capitalismo. Decorre dessa última tendência a constatação da não concretização das promessas da modernidade.

Ao contrário do que se podia vislumbrar a partir do vínculo entre a modernidade e o urbano, o crescente processo de urbanização verificado no planeta vem acompanhado de uma crescente onda de injustiça social, com a miséria atingindo um número cada vez mais expressivo de pessoas.

Dessa maneira, os espaços periféricos, aqui entendidos em seu sentido amplo, apresentam-se enquanto espaços também influenciados pela ideologia identificada na modernidade. No espaço periférico que se encontra estabelecido o tradicional, ainda que enquanto resíduo. Observando dessa ótica, o espaço periférico se coloca enquanto antítese em relação ao movimento determinado pela modernidade. Esse movimento é marcado pela iniciativa de ruptura em relação ao tradicional. Daí que, à medida que a modernidade se instaura, se estabelece o conflito em relação ao tradicional. Esse conflito se apresenta também enquanto uma expressão espacial, marcando a oposição entre o centro (e, agora, mais destacadamente, as centralidades) e a periferia.

A metrópole, enquanto espaço modernizado-modernizante, onde as relações capitalistas apresentam-se mais avançadas, influencia na reposição e transformação das

periferias, já que o espaço enquanto mercadoria segue a lógica de ser uma mercadoria constantemente revalorizada.

Levando-se em conta esse raciocínio, a área de estudo aqui analisada, o bairro do Cabuçu, ao norte do município de Guarulhos, apresenta-se como uma periferia que é resultante do quadro acima exposto. Isso porque esse município passa a apresentar um crescimento populacional exponencial a partir da década de 70, quando contava com cerca de 270.000 habitantes, chegando atualmente a abrigar cerca de 1.300.000 habitantes, segundo dados do Censo 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Esse rápido e expressivo crescimento populacional acentua a lógica do avanço das metrópoles: a extensão territorial da cidade que comanda a metrópole, no caso São Paulo. Esse crescimento populacional de Guarulhos é, muito mais, o resultado da mobilidade populacional intrametropolitana. A mobilidade populacional envolvendo as grandes regiões brasileiras não é um dado a ser totalmente descartado; porém, os últimos censos do IBGE apontam para uma diminuição acentuada do fluxo que foi o mais importante do país (do nordeste para o sudeste) levando-se em conta o período correspondente aos primeiros dois terços do século XX. Por sua vez, tanto o fluxo migratório, quanto o crescimento vegetativo apresentaram alterações nas três últimas décadas do século XX.

Com relação ao fluxo migratório envolvendo as grandes regiões brasileiras, verificaram-se, através dos dados dos dois últimos censos do IBGE, mudanças importantes: a região Nordeste, tradicional fornecedora de grandes contingentes populacionais, principalmente para a região Sudeste, vem registrando nas últimas décadas uma acentuação do fluxo envolvendo as áreas interioranas (principalmente o Sertão) e algumas importantes metrópoles regionais do próprio Nordeste.

Os fluxos populacionais tendo como destino as grandes regiões Norte e Centro-Oeste também continuaram apresentando resultados significativos neste mesmo período. No Norte, acentua-se a polarização das metrópoles Manaus e Belém, além de cidades consideradas médias.

No Centro-Oeste, também se destaca o crescimento de cidades médias, revelando, até o momento, um crescimento no processo de interiorização da população. Essa tendência de crescimento das cidades médias e de interiorização é também válida para o Brasil.

Outro dado, de amplo conhecimento, mas também importante para a presente pesquisa, é o que diz respeito ao fato de a população brasileira se transformar, cada vez

mais, em população urbana. Isso porque o crescimento das cidades também vem reforçar o papel e o crescimento das metrópoles. O aspecto contraditório nessa relação tem a ver com a tendência na subsunção da cidade à metrópole. Ou seja, o expressivo crescimento de uma cidade pode levá-la à condição de metrópole, o que também pode significar a sua destituição enquanto cidade, no sentido de manutenção de sua identidade.

TABELA 1 - Censo demográfico do Brasil - Grandes Regiões - 1940

Região/População	Urbana	Rural
Norte	427.729	1.205.438
Nordeste	3.380.173	11.053.907
Sudeste	7.230.370	11.048.467
Sul	1.590.475	4.144.830
Centro-Oeste	249.150	839.032

Fonte: IBGE Censo de 1940.

TABELA 2 - Censo demográfico do Brasil – Grandes Regiões - 2000

Região/População	Urbana	Rural
Norte	9.014.365	2.091.931
Nordeste	32.975.425	14.766.286
Sudeste	65.649.194	6.863.217
Sul	20.321.999	4.785.617
Centro-Oeste	10.092.976	1.543.752

Fonte: IBGE Censo 2000.

A apresentação sucinta dessas novas tendências nos fluxos migratórios ao longo do território brasileiro se relaciona com o caso aqui estudado em função de uma relativa estagnação do crescimento populacional das duas maiores metrópoles do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Essa estagnação tem a ver com a mobilidade intrametropolitana aqui abordada em relação ao caso da metrópole paulistana. Complementa essa apresentação sucinta do quadro populacional brasileiro o fato, também constatado nos dados estatísticos do Censo IBGE 2000, da ocorrência de uma diminuição do crescimento vegetativo nas grandes metrópoles, cujos fatores principais são as

mudanças culturais aí constatadas e o custo de vida que, nas grandes metrópoles, é mais elevado.

Na condição de extensão territorial da cidade de São Paulo, fenômeno que antecede a década de 1970 do século XX, Guarulhos passa por transformações espaciais importantes principalmente a partir da década de 1950, com a construção da rodovia Presidente Dutra. Conforme apontado acima, a presença da rodovia foi decisiva para a constituição de um importante parque industrial, importância essa ainda mantida e reforçada a partir de outras transformações, talvez a mais destacada a construção do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

É essa dinâmica que levou ao crescimento populacional do Cabuçu, bairro que até a década de 80 era caracterizado por ser uma área de veraneio (presença de sítios, chácaras e pesqueiros) bem como, até a década de 1960, apresentando ainda como importante atividade econômica as olarias.

Mais recentemente (a partir dos anos 1990) se verifica em Guarulhos a intensificação da atividade da construção civil atuando em específico no mercado de produção de moradias. O fato de ter ocorrido um expressivo crescimento populacional no município nas últimas décadas fez com que a demanda por imóveis de moradia aumentasse. Diferentes bairros consolidados de Guarulhos passam a abrigar esses empreendimentos provocando aí uma mudança no perfil sócio-econômico de seus moradores.

Esse processo vem contribuindo para a valorização de alguns bairros de Guarulhos, o que também acaba por contribuir na mobilidade intrametropolitana. Esse dado ganha relevo neste trabalho porque do bairro do Cabuçu passou a ser formado por uma população originária de diferentes lugares, segundo o que se constatou nas respostas das entrevistas realizadas: são apontados casos de pessoas que vieram de São Paulo, do próprio município de Guarulhos, do Nordeste (nesse caso, a partir de pessoas que se fixaram no Cabuçu, mas que já viviam na metrópole, e que convidaram parentes ou amigos para virem morar no bairro com o intuito de conseguirem um emprego), dentre outros.

O bairro do Cabuçu, formado em boa parte nas vertentes da Serra da Cantareira, é revelador a respeito do processo de valorização espacial na metrópole porque ele representa a ocupação nos interstícios do solo metropolitano. Ao tratar do movimento de ocupação (normalmente de maneira irregular ou clandestina) que ocorreu ao norte e ao sul do município de São Paulo, mais especificamente, também atingindo as vertentes

da Serra da Cantareira, em sua porção norte, e as várzeas das represas Billings e Guarapiranga, na porção sul, verifica-se que o caso do processo de ocupação do bairro do Cabuçu ocorre numa área que está na sequência (em direção a leste) do processo de ocupação acima descrito, ocorrido na porção norte do município de São Paulo.

A Serra da Cantareira foi, cada vez mais, deixando de ser o limite natural de crescimento da cidade de São Paulo. Nesse momento, as legislações urbanísticas tentam se colocar enquanto um instrumento que de fato possa coibir o avanço ainda maior dessa ocupação. Por outro lado, a ameaça à sua eficácia vem de iniciativas do próprio poder público, como no caso da provável construção do trecho norte do Rodoanel Mario Covas, que incentivará ainda mais o processo de ocupação desse lugar.

Para o presente trabalho, o estudo do bairro do Cabuçu também representa a identificação de uma mudança no padrão de formação da periferia enquanto realidade sócio-espacial.

Conforme será melhor detalhado à frente, o padrão de expansão urbana, apoiado no binômio urbanização-industrialização foi, até mais ou menos a década de 70 (no caso da metrópole de São Paulo), o motor para o surgimento das periferias, que, conforme já apontado, foi resultado dessa mesma urbanização, o que provocou inclusive metamorfoses nos casos clássicos dos até então bairros operários (como o Brás e o Ipiranga). Paulatinamente, o operário que residia no Brás foi se transferindo para outros lugares da cidade a medida que também ocorreu uma mudança nas funções deste bairro, que vai deixando de ser caracterizado como operário.

As transformações que afetaram o padrão de crescimento da agora metrópole de São Paulo, conseqüentemente passarão a afetar o padrão de crescimento das periferias.

Sendo assim, a periferia, enquanto realidade sócio-espacial passa a ser reproduzida deixando de se relacionar tanto com o binômio urbanização-industrialização, quanto com os expressivos contingentes de migrantes vindos principalmente do Nordeste. Quando esses modelos já se mostram esgotados ou ao menos reduzidos significativamente, o padrão de surgimento das periferias também se altera. Esse momento já se identifica com a chamada reestruturação produtiva (iniciada a partir dos anos 80).

É essa transformação, reforçada pela mudança de função do núcleo da metrópole, bem como da intensificação da participação do capital especulativo junto ao seu mercado imobiliário, que fará com que a periferia, em seu sentido sócio-espacial, seja reproduzida a partir de outro conteúdo: o da sua reposição ao longo dos diferentes

lugares da metrópole em função das novas necessidades de valorização espacial aí surgida.

É dessa maneira que o presente trabalho busca contribuir com a discussão acerca da periferia na metrópole, já que, ao longo da história da expansão urbana, com as características que ela apresentou a partir da cidade de São Paulo, foram registradas importantes transformações. Logo, as mudanças ocorridas na metrópole levaram ao surgimento de outras formas de interpretação do fenômeno periferia bem como dos processos que a engendram. É importante destacar ainda que, não necessariamente, essas diferentes interpretações entram em choque.

Se a periferia enquanto fenômeno sócio-espacial vem merecendo esse destaque, é porque a modernidade, expressa no urbano em seu processo de desenvolvimento, vem ampliando cada vez mais a distância em relação às promessas feitas nos primórdios dessa mesma modernidade.

Fundada nos ideais do racionalismo moderno, que acentuava a possibilidade de o homem, através da razão, alcançar verdades de valor absoluto, instaurou-se a crença na possibilidade de superação dos problemas a serem enfrentados por este homem moderno. No entanto, o urbano, cujo desenvolvimento se expressa no atual processo de metropolização, vem confirmar exatamente o contrário.

É o aumento generalizado da pobreza (na escala planetária) e a concentração cada vez maior das populações nas metrópoles¹⁰, que marca a necessidade de se acentuar a abordagem sobre a periferia.

Essa é a centralidade da periferia.

1.2 - Apontamentos sobre a historiografia de Guarulhos

Sendo o município de Guarulhos um dos que compõe a região metropolitana de São Paulo, identifica-se aí, desde o período colonial uma relação sócioeconômica que envolvia a então vila de São Paulo e o aldeamento de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos.

No século XVIII São Paulo saía da condição de vila para alcançar a posição de capitania. Essa elevação, por si só, indica a ocorrência de um crescimento demográfico que ia se consolidando em ritmo mais acelerado. Dentro da capitania paulista registra-se

¹⁰ Veja-se, a respeito, o livro de DAVIS, Mike **Planeta favela**, trad. Beatriz Medina, São Paulo, Boitempo, 2006.

o surgimento de outras vilas, muitas vezes decorrentes da elevação de antigos bairros rurais, como foi o caso de Guarulhos.

A ascensão econômica da região das Minas Gerais é apontada como o principal fator de crescimento demográfico dentro da capitania de São Paulo. Esta ascensão possibilitou o fortalecimento econômico de diferentes vilas da capitania paulista, além do conseqüente fortalecimento do fluxo migratório e da chegada de um maior número de escravos que se tornavam excedentes principalmente a partir da região da mineração. Do final do século XVIII (15.000 habitantes) até 1800 (169.544 habitantes) a população da capitania paulista cresceu mais de dez vezes.

No caso específico de Guarulhos, é possível observar que as suas emancipações acompanham esse crescimento populacional. No nosso entender, a essa condição se associa ao fato de Guarulhos ter-se constituído num território dividido, praticamente em sua totalidade, entre personalidades influentes que viviam na sede da capitania. Sendo assim, Guarulhos eleva-se à condição de Freguesia em 08/05/1685, sendo válido observar que esta elevação tem a ver com a construção de sua Paróquia, sendo esta considerada, na época, um governo local, já que controlava os registros de terras, a contagem dos nascidos e falecidos, dentre outras tarefas administrativas. A emancipação à condição de vila viria a ocorrer em 24/03/1880, sendo que a posse da primeira Câmara Municipal ocorreu em 24/01/1881.

Do ponto de vista das transformações econômicas, a agricultura passa a apresentar outras características, bem como esta é a norma na capitania paulista. O uso mais intensivo do solo marca a mudança de condição de uma agricultura de subsistência para a de uma agricultura voltada ao abastecimento de mercados tanto interno quanto externo.

No período em que ocorre o estabelecimento do Império, são instalados os primeiros engenhos de cana em Guarulhos. Estes engenhos não tinham o mesmo porte dos engenhos nordestinos; ao contrário, eram bem mais modestos. Mesmo assim, também estes dependiam da mão de obra escrava e, com o fim da escravidão, houve a repentina desorganização destes estabelecimentos, levando vários deles ao encerramento de suas atividades. Há que se lembrar ainda que a produção principal dos engenhos guarulhenses não era a de açúcar, mas sim a de cachaça, esta vendida tanto na própria vila, mas principalmente em São Paulo.

A relativa modéstia da produção agrícola guarulhense não impedia a projeção de nomes de famílias que controlavam grandes extensões de terras neste território mesmo

porque as mesmas estavam vinculadas política e socialmente à província de São Paulo. Este é o caso das famílias Cerqueira César, Almeida Barbosa e Siqueira Bueno. Porém, no âmbito do hoje município, esta relativa modéstia desaparecia, já que, as zonas mais prósperas, no início do século XX eram as de Ituverava, Tapera Grande, Pirapora e Bom Sucesso, com população e renda maiores que as da zona urbana.

Reafirmando a importância do controle de terras do ponto de vista sócio-econômico, uma fonte historiográfica guarulhense¹¹ assinala que “é sabido que as velhas famílias paulistas foram eminentemente rurais” (Romão e Noronha, 1980, p. 98). Esse dado é importante para a discussão anteriormente feita a respeito da forte presença do rural no urbano, mesmo na cidade de São Paulo.

No entanto, as informações relativas à importância da atividade agrícola e sua relação com a distribuição populacional pelo território guarulhense carecem de uma melhor periodização. A historiografia¹² aponta tanto uma maior pujança da zona rural guarulhense em relação ao seu centro administrativo, quanto uma “crise agrícola” não sendo apresentadas as condições que concorreram para tal crise. Porém, essa “crise agrícola” apresenta um dado novo: a modificação no uso do solo. Sem dúvida, acelerase a partir daí um processo de parcelamento do solo, que se relaciona tanto com uma intensificação de seu crescimento populacional, bem como com o seu incipiente processo de industrialização. Entenda-se aqui por industrialização, para este período (século XIX), a presença das olarias, apoiada pela atividade extrativa de areia e argila, esta para fabricação de tijolo cozido.

Esse início da industrialização tem implicações diretas com o processo de metropolização envolvendo São Paulo e Guarulhos. Apesar dos registros sucessivos de crescimento populacional em Guarulhos, estes se apresentavam tímidos até o início do século XX, o que dá a entender que o incipiente processo de industrialização anteriormente citado, contou também com a composição de mão de obra de outros municípios próximos, mormente São Paulo¹³. Uma de nossas entrevistadas revela que chegou com seus pais ao bairro do Cabuçu, em Guarulhos, na década de 1960. Essa família para lá se dirigiu com o intuito de se empregar nas olarias, que fabricavam materiais para a construção civil e que eram fornecidos principalmente para a cidade de

¹¹ ROMÃO, Gasparino J. e NORONHA, Adolfo de V. Guarulhos 1880 – 1980, edição histórica, Guarulhos, Prefeitura do Município de Guarulhos, 1980.

¹² Ibidem

¹³ RANALLI, João **Repaginando a história**, Guarulhos, SOGE, 2002.

São Paulo. Conforme apontado acima, essa atividade industrial já se fazia presente desde o final do século XIX.

Os dados apresentados revelam as relações sociais e econômicas envolvendo a cidade de São Paulo e o município de Guarulhos (condição esta alcançada a partir do ano de 1906).

Torna-se necessário destacar essas informações para entender a gênese do processo de metropolização a partir da cidade de São Paulo.

O processo de emancipação política de Guarulhos firmou-se na passagem do século XIX para o século XX. Retomando uma rápida cronologia a esse respeito: Lei Provincial nº 34 de 24/03/1880 emancipação e desmembramento de Guarulhos da Capital; Lei Estadual nº 1038 de 19/12/1906 elevação da vila de Guarulhos à categoria de cidade.

A abertura da Rodovia Presidente Dutra, em 1954 (alguns trechos foram inaugurados em 1951) foi, sem dúvida, outro fator importante a ser considerado, já que daí derivava uma importante relação entre a melhoria na comunicação e o consequente incremento do mercado imobiliário (fato que, na presente pesquisa, é de fundamental importância). Destaca-se aí o surgimento de indústrias na porção sul do município, beirando essa via de comunicação.

Outro aspecto importante a ser assinalado, não só do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista *estratégico*, é o papel desempenhado pela instalação da Base Aérea de São Paulo no Município de Guarulhos. Esta Base Aérea tinha por sede o Campo de Marte, no bairro de Santana, em São Paulo. Em virtude do crescimento da metrópole paulistana, esta mesma Base foi transferida para Guarulhos, em 1945.

Em 1965 foi criado, na Base Aérea de São Paulo, o 4º EMRA (Esquadrão Misto de Reconhecimento e Ataque). A ativação do 4º EMRA ocorreu em 1973 e sua “missão de combate à Guerra Revolucionária”¹⁴ foi concomitante ao estabelecimento das regiões metropolitanas, apresentando um claro propósito, por parte dos governos militares da época, em estabelecer um controle mais efetivo sobre regiões densamente povoadas, encaradas como possíveis focos de manifestações populares. Observe-se então que o processo de metropolização aqui tratado pode ser considerado como um processo induzido política e economicamente, porém apresentando derivações próprias de um mecanismo que traz no seu bojo contradições. Logo, ao mesmo tempo em que os

¹⁴ ROMÃO & NORONHA (1980, p 177 – 179).

maiores centros urbanos apresentam “inchaços” populacionais engrossando o exército de reserva de mão de obra necessário aos interesses do capitalismo industrial, também ocorre o crescimento dos problemas de ordem infraestrutural que ataca profundamente as classes populares, como moradia, pavimentação, saneamento básico, dentre outros. Tais desdobramentos mostram uma vinculação ainda mais intensa envolvendo os municípios de São Paulo e Guarulhos.

1.3 - Guarulhos no contexto da região metropolitana de São Paulo

O papel da valorização do solo no processo de metropolização foi destacado por Langenbuch (1971)¹⁵ em sua obra sobre a estruturação da metrópole de São Paulo. Esse processo apresenta-se de maneira contínua, podendo ser observada a necessidade constante de incorporação de “novos solos”, que na verdade redundam na redefinição de suas funções dentro da lógica da reprodução do espaço vigente. A periodização aqui adotada para identificar diferentes fases do processo de metropolização ocorrido em São Paulo (e que influencia Guarulhos), aponta algumas peculiaridades na relação entre os dois municípios.

A primeira fase de metropolização, que cobre os anos de 1915 a 1940 mostra uma (relativamente) fraca influência de São Paulo sobre Guarulhos, baseada principalmente na expansão de núcleos de loteamentos destinados ao uso de moradias, que se transformariam em bairros no limite entre os dois municípios. É o caso da constituição do Parque Edu Chaves e da Vila Nilo que, segundo o autor (Langenbuch, op. cit), motivaram o surgimento de Vila Galvão (já no município de Guarulhos). *Porém, tal expansão horizontal assinala o que o autor chamou de dicotomia entre a cidade no sentido político-administrativo e a cidade no sentido geográfico do termo.* Tal dicotomia chama a atenção pelo que o autor assinala como um crescimento horizontal exacerbado, que não era compatível com a população paulistana da época, principalmente levando-se em conta os vazios ainda existentes na cidade de São Paulo, levando-o a identificar um processo de *especulação imobiliária*.

Até então Guarulhos não sofrera forte influência da expansão industrial devido às limitações da época em termos de transportes. O “Tranway da Cantareira” foi

¹⁵ LANGENBUCH, Juergen R. **A estruturação da metrópole de São Paulo – Estudo de Geografia Urbana**, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, da Universidade de Campinas, Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1971.

inicialmente instalado para transportar o material de construção do reservatório de água, localizado no bairro do Cabuçu. Durante o período de construção do reservatório, o Tranway servia de transporte de passageiros somente nos finais de semana e em horários específicos. Esse fluxo era direcionado a algumas atividades de lazer oferecidas em Guarulhos.

Concluída a construção do reservatório, o “Tranway” passou a ser utilizado para o transporte de passageiros sendo por algum tempo a principal via de acesso entre São Paulo e Guarulhos. Já neste período, o Tranway não se destinava ao transporte de cargas, inviabilizando a instalação de estabelecimentos industriais.

Neste início de metropolização, Guarulhos era classificada como cidade-dormitório, condição que seria modificada principalmente a partir da década de 1940. Para Langenbuch, esse é o início de outra fase do processo de metropolização de São Paulo, fase esta em que se identifica o aumento da influência da Capital sobre os municípios vizinhos. Segundo o autor, essa outra fase tem como forte característica a expansão da atividade industrial por um número ainda maior de municípios que hoje compõe a área metropolitana de São Paulo. Tal expansão se viabilizou principalmente a partir da melhoria das vias de comunicação.

As transformações inscritas no espaço atestam a tendência a um movimento contínuo da reprodução capitalista, movimento este que lhe é vital, já que a criação de novos objetos, novas necessidades, significa a própria sobrevivência do sistema. Guarulhos continua a passar por intensas transformações espaciais como, por exemplo, as influenciadas pela instalação do Aeroporto Internacional de Cumbica, viabilizando a intensa atividade da indústria hoteleira no município.

A troca nas funções do espaço alcança outras dimensões no município de Guarulhos. Algumas indústrias já migraram para outras cidades. A mobilização populacional, dentro dos limites da área metropolitana, continua a caracterizar-se como intensa, alimentando o mecanismo de especulação imobiliária. Segundo o censo do IBGE – 1991, Guarulhos foi o município que apresentou a maior taxa de crescimento populacional do Brasil.

Sem dúvida, essa mobilidade populacional está associada à instalação dos loteamentos clandestinos e irregulares. Na medida em que o processo de metropolização faz ultrapassar os limites da cidade de São Paulo, avançando em direção aos municípios vizinhos fazendo intensificar as relações entre os mesmos, verifica-se a ampliação da especulação imobiliária, resultando na ocupação periférica das antes chamadas áreas

suburbanas. Esse movimento também pode ser entendido como uma complementação resultante da intensa ocupação na metrópole requerendo, portanto, outras áreas a serem apropriadas. O mesmo estudo de Langenbuch já identificara o funcionamento dessa lógica ao apontar que “... os terrenos se vêm artificialmente valorizados. *A falta de lotes disponíveis, desviados que são para a especulação*, e o seu alto custo obrigam grande parte dos novos moradores a se estabelecerem em áreas mais afastadas. Esse movimento denota a criação capitalista de uma escassez do solo. Desta forma, a especulação imobiliária desenfreada é um dos principais fatores a provocar o desenvolvimento da expansão suburbana de natureza residencial que na fase anterior apenas se esboçara” (1971, p. 134-135).

É dessa forma que vários loteamentos surgem em diferentes unidades de conservação ambiental da área metropolitana de São Paulo. Nesse sentido, é fundamental assinalar que o desenvolvimento dessa lógica provoca uma gama de situações que, posteriormente, se tenta, em vão, corrigir, como as questões envolvendo a degradação ambiental. Sucodem-se espacializações postas em prática na escala local (do lugar), que remetem à criação de outras/novas práticas cotidianas. A realização da vida humana apontada por Carlos¹⁶ exige dessa relação sujeito – lugar uma outra criação/construção, que muitas vezes implica num conflito entre o concreto e o normatizado (destacando-se, neste caso, a legislação ambiental).

O que se verifica atualmente na área do Cabuçu, que encampa as localidades conhecidas como o Recreio São Jorge e Novo Recreio, revelam os desdobramentos de um processo de metropolização irrestrito, baseado no uso do solo enquanto mercadoria tendo, portanto, como único critério a exploração de seu valor de troca. Esse é o quadro vivo preñado de contradições a serem analisadas pelo geógrafo, já que, no dizer de Carlos:

... Trata-se da elucidação de um movimento que envolve a produção e suas relações mais gerais, significa, nesse contexto, que as relações sociais ocorrem fora dos limites estreitos da produção de mercadorias e do processo de trabalho (sem, todavia, nega-la) para enfocar a vida em todas as suas dimensões... criando uma trama de relações na trama dos lugares onde se destaca uma rede articulada enquanto prática

¹⁶ CARLOS, Ana Fani A São Paulo: dinâmica urbana e metropolização **Território/LAGET**, ano VII, nº 11, 12, 13, p. 77 – 89, Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

sócio espacial e nesta direção, a produção do espaço se realiza enquanto produção, ininterrupta, da vida. Aqui a noção de produção contempla a apropriação. *Esta, por sua vez, liga-se às relações que ocorrem no plano do morar e de tudo que essa expressão significa enquanto realização da vida humana englobando os momentos do lazer, do trabalho, da vida privada*, e com isso, o dinamismo entre necessidades e desejos que pautam a reprodução da vida. Inclui, também, nessa dimensão, o estabelecido, normatizado e o que foge e se rebela ao ‘poder estabelecido da norma’ que pretende dominar a vida enquadrando-a aos limites da reprodução das relações sociais gerais. *Aqui, a reprodução da vida entra em conflito com as necessidades de reprodução da sociedade como um todo...*”¹⁷

(2003, p. 47 – 48, grifos nossos)

É importante assinalar que, no caso do município de Guarulhos (e esta também foi, em boa parte, a regra em São Paulo), a expansão de loteamentos clandestinos e irregulares vem se dando a partir da aplicação de diversos mecanismos que, em alguns casos, conta com o incentivo do “poder estabelecido da norma”, através das várias legislações postas em prática. As legislações referentes à regularização de loteamentos clandestinos e irregulares apresentam um caráter ambíguo: na prática, serviram para incentivar a constituição de novos loteamentos à margem da norma, já que se criara a expectativa da legalização, bem como o preço dos lotes nas áreas legalizadas impede o acesso a estes por parte das camadas mais pobres; por outro lado, esse mecanismo permitiu a disseminação de práticas políticas clientelistas, cuja moeda de troca para a constituição de algumas forças políticas foi justamente a regularização destes loteamentos. A constituição do Novo Recreio, uma localidade do bairro do Cabuçu, apresentou esse conteúdo de práticas políticas clientelistas, com a especificidade de se estabelecer a troca de um lote por votos.

Cabe definir a diferença entre loteamentos clandestinos e irregulares. Segundo Manente¹⁸, o loteamento clandestino constitui-se sem qualquer identificação por parte

¹⁷ CARLOS, Ana Fani A **O espaço urbano – novos escritos sobre a cidade**, São Paulo, Editora Contexto, 2004.

¹⁸ MANENTE, Fábio C. M. **A moradia popular chegou à Serra da Cantareira**, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação da FFLCH – USP, orientadora Profa. Dra. Odette C. De L. Seabra, São Paulo, 2001.

do poder público (no caso, a esfera municipal). Ou seja, nesse estágio, tal loteamento sequer existe para o poder público.

O loteamento irregular é aquele que já foi identificado pelo poder público e encontra-se em processo de regularização que, por sua vez, envolve várias etapas de contemplação de exigências burocráticas. Em muitos casos, tais exigências “emperram” o andamento do processo até chegar-se à regularização, podendo levar à continuidade de sua condição de irregular por décadas¹⁹.

Logo, se torna necessário reconhecer no avanço do processo de metropolização em São Paulo (e que, portanto, apresenta desdobramentos concretos sobre os municípios vizinhos) dois componentes fundamentais, que em alguns momentos negam-se, em outros se afirmam: o solo enquanto mercadoria e a ação do Estado enquanto estrutura jurídico-política.

Os próximos capítulos detalharão as questões relativas ao processo de metropolização; aos processos de constituição, transformação e reposição da periferia metropolitana, assim como as abordagens teóricas que nos permitem compreender as relações entre a modernidade e a realidade sob investigação.

¹⁹ Ibidem

Capítulo 2 - A centralidade da periferia: o Cabuçu no contexto do atual processo de metropolização.

A periferia passa a ocupar um lugar central nos estudos de geografia urbana no Brasil a partir da dimensão que ela ocupa: primeiro no processo de urbanização, segundo no processo de metropolização, principalmente no caso das duas maiores metrópoles, Rio de Janeiro e São Paulo (mas, é preciso destacar que esse processo se repete de maneira galopante em outras metrópoles do país). Em outras épocas houve a tendência em se destacar muito mais o papel do centro. Isso não significa que esses estudos sejam merecedores de críticas devido a esse fato.

Quando se apontam essas diferenças de ênfase e análise, se quer mostrar que são exatamente as transformações pelas quais o processo de urbanização e, em seguida, o de metropolização, capitaneados pelo modo de produção capitalista, que levaram a uma análise mais aprofundada sobre a periferia. A ênfase dada à periferia na geografia urbana a leva à condição de centralidade.

À medida que a metrópole se estabelece enquanto um processo que leva, inclusive, à dificuldade em termos de estabelecimento de sua delimitação territorial, a análise a respeito da periferia ganha destaque porque à expansão territorial da metrópole correspondeu o seu corolário: a periferização.

Nesse sentido, o bairro do Cabuçu deve ser entendido enquanto um componente desse processo de periferização.

Por sua vez, não se deve deixar de relacionar as transformações na metrópole e seus impactos sobre a periferia com a nova etapa da mundialização do capital, em que há uma ênfase maior sobre as ações do capital especulativo, levando-se em conta suas consequências.

Ao associar o termo periferia a alguns países considerados, atualmente, na condição de “em desenvolvimento”, verifica-se uma mudança na geopolítica mundial recente, em que este grupo de países passa a ter uma influência maior nas decisões de caráter político, econômico, etc. Isso vem ocorrendo, no momento, em função do significativo afluxo de capitais em direção a esse grupo de países.

Situando-se no caso específico do Brasil, verifica-se que esse afluxo de capitais, decorrente dos interesses das corporações em investir no país, levará a transformações na metrópole de São Paulo, já que esta se coloca na condição de nexos do território

brasileiro (e, para alguns estudiosos, não só o território brasileiro) com a economia mundializada. Daí a ênfase dada ao desempenho da função de gestão em relação à metrópole.

Convém lembrar, porém, que quando se associa a função de gestão à metrópole, deve-se considerar sua concentração em somente alguns pontos ou lugares dessa metrópole.

Para Frúgoli Jr (2006), os lugares específicos da metrópole que abrigam essa função de gestão correspondem também à denominação de centralidade, podendo ser citado o exemplo da região da Nova Faria Lima.

Em oposição a esse reduzido número de lugares que abrigam os escritórios de empresas que podem influenciar essa caracterização de gestão, verificam-se os vários outros lugares considerados enquanto periferias, em função da presença de outra realidade sócioespacial, e que estabelece a condição de fragmentação do espaço da metrópole.

Enquanto realidade sócioespacial, as periferias pululam ao longo do território da metrópole. Essa condição é resultante das transformações ocorridas na metrópole em que as influências, tanto do capital produtivo, quanto do capital especulativo, aparecem como fundamentais.

Cabe também ressaltar que as novas tendências a partir do estabelecimento do modo de produção capitalista, estabelecem diferentes territorialidades para diferentes épocas. Esses processos não deixam de ocorrer sem a influência da moderna propriedade.

2.1 – Indicadores sócio-econômicos do Cabuçu e sua relação com outros bairros periféricos de Guarulhos: a urbanização crítica guarulhense.

Ao se cotejar a fisionomia do bairro do Cabuçu em comparação com os dados sócioeconômicos levantados pelo Censo do IBGE – 2000, inicialmente pode-se deduzir que há uma discrepância entre os dois: em relação a alguns indicadores pesquisados pelo IBGE, o Cabuçu aparece numa condição que, em princípio, não o coloca na condição de bairro periférico.

Ao se percorrer o bairro do Cabuçu é possível observar, porém, a ocorrência de diferentes realidades sócioeconômicas. Mais a frente será abordada que a área

correspondente ao bairro do Cabuçu abrange diferentes denominações: lugares que foram surgindo em épocas diferentes e, portanto, em contextos diferentes. Destacamos aqui quatro nomes que, ao longo desse trabalho, serão explorados por representarem essa condição de mosaico compondo o Cabuçu: Jardim dos Cardoso, Monte Alto, Recreio São Jorge e Novo Recreio.

Os dados do Censo 2000, porém, abrangem estas diferentes realidades em conjunto, não permitindo, por si, a apresentação das diferenças evidenciadas na paisagem, nas visitas e nos depoimentos.

Sendo assim, se constataram que as localidades denominadas de Recreio São Jorge e Novo Recreio apresentam condições sócio-econômicas consideradas mais críticas.

Por sua vez, a localidade denominada Monte Alto já apresenta um padrão sócio-econômico melhor, fato constatado não só pelo padrão das construções das casas, como também nas respostas das entrevistas feitas. Já o Jardim dos Cardoso apresenta-se numa situação intermediária se comparado aos casos citados.

Um traço comum em relação ao Cabuçu como um todo diz respeito à situação fundiária que, em muitos casos, e independentemente da localidade, apresenta-se na condição de irregular.

Por outro lado, a comparação entre o Cabuçu e outros bairros de Guarulhos a partir dos dados do Censo 2000, compilados pela Prefeitura de Guarulhos a partir da divisão por bairros, possibilita constatar que a realidade sócioeconômica do Cabuçu, comparada com a de outros bairros do município de Guarulhos, ainda pode ser considerada uma situação que não é ótima, porém também não sendo precária, quando se leva em conta os diferentes itens pesquisados pelo Censo.

Há que se considerar ainda alguns aspectos da porção norte do município de Guarulhos: ao longo de sua extensão, no sentido leste-oeste, encampa o Cabuçu além de outros bairros, a presença da Serra da Cantareira e dos vários pontos de desmatamento.

No entanto, e seguindo a divisão por bairros estabelecida pela Prefeitura de Guarulhos, se verifica que alguns bairros considerados periféricos do município apresentam população absoluta muito reduzida e ainda sobrevivendo a partir de atividades econômicas do setor primário, principalmente a atividade agrícola. Nesse sentido, os indicadores apresentarão muitas vezes percentuais elevados para determinadas informações, como acesso à rede de esgoto. No entanto, se os percentuais

destes bairros são elevados, eles atingem um número reduzido de pessoas ao se comparar com a população do Cabuçu: mais de 60 mil habitantes.

Ao se verificar as informações referentes às pessoas responsáveis pelos domicílios permanentes sem rendimento, foram constatados 2.584 casos, de um total de 15.443, o que representa em termos percentuais 16,73%.

Ao se considerar o total de 47 bairros no município de Guarulhos, verifica-se que esse percentual registrado pelo Censo em relação ao bairro do Cabuçu não é dos mais elevados. Há bairros com percentuais mais elevados que os do Cabuçu. No entanto, dentre esses bairros há tanto aqueles cuja população é bem menor que a do Cabuçu, quanto outros cuja população é maior.

É importante destacar a diversidade presente no município, em que se encontram, de acordo com a localidade, tanto situações precárias, quanto situações em que as condições sócio-econômicas são melhores.

Outro dado que atesta essa condição de diversidade do Cabuçu, a despeito de ser considerado um bairro periférico, é demonstrado pelo número de pessoas responsáveis pelos domicílios permanentes com renda de mais de 10 a 20 salários mínimos. O bairro do Cabuçu aparece numa posição que nem é das melhores, nem é das piores, com 6,02%. Como era de se esperar, os bairros considerados mais centrais apresentaram índices mais elevados (Aeroporto 31,38%, Centro 23,44%, Maia 18,87%), enquanto que vários outros bairros considerados periféricos, tanto mais, quanto menos populosos, apresentaram percentuais menores que os do Cabuçu (Bonsucesso 4,25%, Pimentas 2,16%, São Roque 0,62%).

Quando se aborda o mesmo aspecto, porém mudando para a faixa de mais 5 a 10 salários mínimos, o bairro do Cabuçu continua numa posição considerada também como nem sendo das melhores, nem sendo das piores, com 21,17% do total de pessoas responsáveis. Tanto em relação aos bairros que apresentam indicadores melhores que os do Cabuçu, quanto àqueles que apresentam indicadores piores, as situações se alteram de acordo com as peculiaridades dos bairros. Nesta faixa, o maior percentual ficou com o bairro Cecap, com 34,87%, seguido do Paraventi, com 28,27% e de Torres Tibagy, com 27,89%. Apresentando índices menores que os do Cabuçu podem ser citados a título de comparação o Bonsucesso, com 19,35%, Taboão, com 16,84% e Pimentas, com 13,27%.

À medida que os níveis de renda pesquisados pelo Censo 2000 são menores, verifica-se uma inversão na colocação dos bairros, nas tabelas, em função de sua

apresentação em ordem crescente. Sendo assim, verifica-se que, quando se trata de faixas de renda maiores, os índices são mais elevados nos bairros considerados mais centrais e com melhor infraestrutura. E vice-versa em relação aos bairros mais periféricos. O contrário se dá quando se trata de faixas de renda menores.

Ao observar a mesma informação acima pesquisada para a faixa de renda de mais de 3 a 5 salários mínimos, verifica-se que o bairro do Cabuçu novamente se encontra numa posição que seus índices não são nem dos melhores, nem dos piores, com 19,94%. Ao observar a situação dos bairros cujos índices são menores que os do Cabuçu, temos como exemplos o Cecap 14,74%, o Maia 10,12% e o Aeroporto com 3,79% (estes considerados mais centrais e com melhor acesso a equipamentos urbanos). Alguns exemplos de bairros em que os indicadores são maiores que o do Cabuçu são Pimentas 21,72%, Bonsucesso 22,49% e Taboão com 23,30%. Ou seja, nestes a quantidade de pessoas que ganham mais de 3 a 5 salários mínimos é maior do que no Cabuçu.

Nas faixas de mais de 2 a 3 salários mínimos o bairro do Cabuçu aparece com 13,89% e na de 1 a 2 salários mínimos, com 14,03%. Novamente, esses índices deixaram o Cabuçu numa posição em que o mesmo não apresenta nem índices reduzidos, nem elevados. Já com relação à faixa de até um salário mínimo, o seu percentual é de 7,02% (nesta faixa, o Cabuçu situa-se um pouco abaixo da faixa intermediária em relação ao total dos bairros), sendo que o Taboão apresenta 7,90%, Pimentas 7,94% e Itapegica com 9%. Abaixo do Cabuçu podem ser citados o Maia 4,35%, o Centro 3,45% e o Aeroporto com 2,76%.

Uma informação que pouco contribui para a caracterização em ser ou não um bairro periférico, diz respeito ao percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio. Isso se deve ao fato de os índices serem elevados tanto em bairros considerados mais centrais, quanto àqueles considerados mais periféricos.

Segundo os dados apresentados, o bairro do Cabuçu apresenta um percentual de 23,04% de mulheres responsáveis pelo domicílio, sendo que esse percentual corresponde a 3.558 casos do total de 15.443. No conjunto dos bairros de Guarulhos, novamente o Cabuçu se encontra numa posição mediana.

Com percentuais mais elevados que os dos identificados no bairro do Cabuçu se encontram tanto bairros considerados periféricos, quanto aqueles que não são considerados enquanto tal. Para citar alguns exemplos temos: Centro 29,81%, Vila Augusta 28,44% e Vila Galvão com 27,32%; citando casos dentre aqueles bairros

considerados periféricos temos Itapegica 27,30%, Taboão 23,60% e Vila Rio com 23,06%.

Um dado que mereceu também a atenção para a discussão feita neste trabalho foi com relação ao percentual de domicílios permanentes próprios. Com relação ao bairro do Cabuçu, do total de 15.447 domicílios consultados, 11.253 foram declarados nesta condição, perfazendo um total percentual de 72,85%. Neste item em específico, o bairro do Cabuçu encontra-se numa posição um pouco acima da mediana. Cabe ainda destacar que, com relação a esse indicador, a maioria dos bairros com percentuais acima dos do Cabuçu, serem também considerados bairros periféricos do município de Guarulhos: Pimentas 77,25%, São João 75,62%, Taboão 73,68%.

Ao se observar esses dados em conjunto com os apresentados acima (faixas de níveis de renda), pode-se deduzir que o padrão de ocupação estabelecido majoritariamente foi o de abertura de loteamentos populares, tanto regularizados, quanto os irregulares e clandestinos, estabelecendo o processo predominante de autoconstrução de moradias que, mesmo no caso de loteamentos irregulares e clandestinos, passa a ser considerado como domicílio permanente próprio. Esses percentuais elevados destacam a importância e o significado da moderna propriedade na metrópole, fato que ainda será debatido ao longo deste trabalho.

No entanto, e conforme já apontado, o caso do Cabuçu aqui estudado guarda ainda uma série de especificidades concernentes às várias localidades que o compõe. Constatou-se aí a presença dos loteamentos irregulares e clandestinos, bem como a presença de sítios e chácaras *que não se encontram na condição dos primeiros*.

Para o presente momento cabe destacar que, independente da indefinição da propriedade de muitos imóveis nos casos de loteamentos irregulares e clandestinos, os mesmos são entendidos por seus moradores como sendo propriedades suas. No entanto, será discutido com mais detalhes o conflito que aflige boa parte dos moradores do Cabuçu justamente em função da situação de pendência, do ponto de vista formal, dessa propriedade.

Face essa situação, cabe também ressaltar o que os dados do Censo 2000 apresentam com relação ao total estimado de pessoas residentes em favelas. Segundo esse levantamento, 114.162 pessoas do município de Guarulhos residem em favelas, representando 10,64% do total de sua população. Do total de uma população de 59.681 habitantes, o bairro do Cabuçu aparece com 3.170 pessoas residindo em favelas, o que,

em termos percentuais, representa 5,31%. Novamente aí se põe a pendência em relação à propriedade.

Ao tratar de outra característica da periferia nos interstícios da metrópole, torna-se importante a observação dos dados referentes às pessoas residentes em áreas de risco. No caso do bairro do Cabuçu, esse dado é ainda mais relevante devido às condições do seu relevo. Sendo abrangido pela Serra da Cantareira, e em função do tipo de ocupação, marcadamente feito a partir de loteamentos irregulares e clandestinos, o Cabuçu aparece com índices elevados de pessoas residentes em áreas de risco. Aliás, se constata a partir dos levantamentos da Prefeitura do Município de Guarulhos, que, dentre os bairros periféricos mais populosos de Guarulhos, o Cabuçu é o que apresenta o maior percentual no que se refere a esse indicador. Dos quase 60 mil moradores então recenseados, 33,93% residiam então em áreas de risco.

Outro dado relevante em relação à situação dos bairros periféricos na metrópole de São Paulo, diz respeito à precariedade dos domicílios em relação ao serviço de rede de esgoto. Novamente o Cabuçu aparece com índices elevados: dos 15.575 domicílios recenseados, 7.628 apresentavam precariedade quanto ao serviço de rede de esgoto, representando 48,98% do total.

Com relação ao acesso à água, os percentuais então registrados no Censo colocam o Cabuçu numa posição mediana em relação ao conjunto dos bairros de Guarulhos. Isso se deve em parte à reativação da represa do Cabuçu, que voltou a fornecer água para a população da região a partir do ano de 2001. Dos 15.447 domicílios pesquisados no bairro, 812 apresentavam condição de precariedade no que respeita ao acesso à água, representando 5,26%.

Com relação a esse indicador, os dados apresentados mostram o claro predomínio de bairros aqui definidos enquanto periféricos, em função de sua dificuldade de acesso a equipamentos urbanos.

Comparando-se com a situação do Cabuçu, é possível observar tanto situações em que o total de imóveis é superior ao total do Cabuçu, porém apresentando percentuais bem mais elevados que o deste. Um exemplo: no bairro do Bonsucesso foram pesquisados 17.830 domicílios. Destes, 3.387 apresentavam acesso precário à água, representando 19% do total.

A coleta de lixo é outro dado que afeta negativamente os bairros considerados periféricos. No entanto, a situação do Cabuçu registrada nos dados do Censo mostra que este serviço está relativamente sendo bem executado. Dos 15.575 domicílios

pesquisados, 256 apresentaram precariedade no serviço de coleta de lixo, o que representa 1,64%. Porém, e principalmente relacionado à parte do Cabuçú correspondente ao Recreio São Jorge e ao Novo Recreio, houve a necessidade de investimentos específicos por parte do poder público para que a coleta de lixo fosse efetivada, como os serviços de terraplenagem para a melhoria das condições de tráfego das ruas sem pavimentação e a adoção de caminhões coletores com tração nos dois eixos.

No município de Guarulhos, os bairros considerados periféricos concentram a maior parte da população. É possível discutir os nexos estabelecidos ao longo do território da metrópole, tanto em relação aos desdobramentos da reestruturação produtiva, quanto aos novos conteúdos do processo de metropolização a ela vinculado.

Um dos principais resultados desse movimento foi o aumento da pobreza na metrópole. Chega-se à condição em que o exército de reserva não é mais limite social da pobreza; formou-se uma outra faixa de população que se encontra abaixo do exército de reserva: a população sobrança. É essa condição de aumento da pobreza, atingindo níveis mais alarmantes, que é denominada por Damiani²⁰ de *urbanização crítica*.

O outro diz respeito à mobilidade populacional que passa a ocorrer no interior da metrópole, devido à necessidade que um número significativo de pessoas tem em resolver o problema do morar. Como discutir o enorme contingente populacional que se encontra, agora, na condição de sobrança na metrópole?

A discussão de Burgos²¹ acerca do urbano periférico segue na linha da chamada urbanização crítica. A idéia de urbano periférico defendida pela autora trata, dentre outros aspectos, da condição em que essa população sobrança se encontra: ela muitas vezes não apresenta uma fonte de renda; porém, lhe é oferecido crédito. Esse é um aspecto da sua inserção no processo de metropolização atual. A autora também remete à noção de generalização da periferia, neste caso, expondo a condição em que a periferia (ou a população sobrança principalmente), cada vez mais, usa o centro, mas para tentar reproduzir-se, por exemplo, colhendo material reciclável. Essa é uma outra possibilidade de interpretação da relação envolvendo a periferia e a metrópole.

²⁰ DAMIANI, Amélia L. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo **Geografias de São Paulo 1 Representação e crise da metrópole**, Ana F. A. Carlos e Ariovaldo U. de Oliveira (org.), São Paulo, Ed. Contexto, 2004.

²¹ BURGOS, Rosalina **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria de reciclagem no urbano periférico**, tese de doutorado apresentada junto à Universidade de São Paulo, São Paulo, FFLCH-Departamento de Geografia, 2008.

No entanto, as diferentes visões que se esforçam em interpretar o atual processo de metropolização, não necessariamente são divergentes. Mais do que isso, é necessário entender que a complexidade dessa etapa do processo de metropolização, exige cada vez mais novos ferramentais teórico-metodológicos para que se tente levar a cabo o seu entendimento.

2.2 - A atual fase do capitalismo e a centralidade da periferia

Qual o sentido em colocar, hoje, a periferia enquanto um tema central a ser abordado pela geografia?

Conforme apontado, a inquietação primeira vem da própria geografia: uma boa parte das pesquisas nesse campo, ao se referir aos estudos urbanos principalmente, leva em conta muito mais a abordagem acerca das áreas, regiões ou territórios que exercem uma centralidade, normalmente realçando o seu poderio econômico, tecnológico, científico, etc. É evidente que esses estudos são de profunda importância para a geografia. No entanto, alguns trabalhos que concederam uma ênfase demasiada à discussão acerca das centralidades, não só deixaram de entender que os lugares periféricos são a condição de existência das centralidades, como também, e muito em função desse primeiro aspecto, deixaram de destacar a construção de um discurso geográfico que remetesse à noção de totalidade (ainda que esta apresente nuances quanto ao seu entendimento).

Ao se situar no final do século XIX, pode-se afirmar que a ênfase dada ao que se considerava enquanto centro deveu-se à aproximação entre as discussões acerca da modernidade e o processo de urbanização.

Com o passar do tempo, o termo periferia passa a ser mais comumente utilizado nos estudos de geografia urbana. Ele passa a ser enfatizado porque a reprodução da desigualdade no capitalismo refletiu no espaço, a partir da formação da periferia. Além disso, é importante assinalar que, no caso do movimento de expansão da metrópole de São Paulo, identificava-se, na primeira metade do século XX, a existência da periferia ao lado do subúrbio.

Entretanto, esse mesmo processo de expansão da metrópole viria a suprimir o subúrbio, ao menos enquanto formação sócioespacial que guardava características em específico. Os subúrbios passaram por diferentes metamorfoses: primeiro, a que corresponde à sua emancipação política ou não. Alguns antigos subúrbios se tornaram

municípios, condição esta que permite uma série de interpretações do ponto de vista das vantagens ou não, para a população local.

Outros antigos subúrbios se transformaram em bairros de São Paulo, o que também pode remeter ao mesmo questionamento feito acima para o caso dos subúrbios que passaram pelo processo de emancipação política. No caso dos subúrbios transformados em bairros houve, enquanto resultado verificado no atual recorte temporal, situações diferenciadas: a região de Itaquera - Guaianazes, considerada enquanto subúrbio na primeira metade do século XX, atualmente se apresenta enquanto dois bairros periféricos do município de São Paulo; já o bairro de Pinheiros, que também foi classificado enquanto subúrbio no mesmo período apresenta-se hoje na condição de um dos bairros com melhor acessibilidade aos equipamentos urbanos.

O processo de expansão e transformações ocorridas na metrópole de São Paulo levou a transformações de caráter estritamente estrutural: se, até a primeira metade do século XX, as periferias foram sendo normalmente assim denominadas em função de se apresentarem exatamente na condição oposta às acima expostas. No sentido amplo, o entendimento do termo periferia é o de se tratar de uma área, região ou território desprovido de uma melhor infraestrutura, resultante exatamente de sua menor capacidade em termos econômicos, tecnológicos, científicos, etc. É assim que normalmente a literatura geográfica lança referências aos “países periféricos”, às periferias das grandes cidades, às regiões menos desenvolvidas, dentre outros casos.

Isto posto, torna-se necessário analisar a gênese da oposição entre centro e periferia. A Revolução Industrial foi apontada acima com um marco na definição da oposição entre centro e periferia. Esta entra principalmente como o componente econômico a influenciar a referida oposição (muito embora seus desdobramentos ultrapassem em muito o caráter estritamente econômico).

A modernidade enquanto discurso filosófico estabelece uma relação dialética com essa realidade concreta envolvendo o processo de industrialização, a urbanização e o surgimento da periferia enquanto seu corolário. Ao mesmo tempo em que está próxima destas questões, procura se mostrar imune a elas, porque é ela mesma (a modernidade) a possibilidade (ao menos posta no campo filosófico) de superação dos problemas verificados na mesma (a periferia).

Daí a necessidade em se relacionar a modernidade, que acaba por se estabelecer enquanto um alicerce (do ponto de vista do discurso que a mesma apresenta) para o

urbano. No entanto, os desdobramentos desse urbano, fundado no capital, uma realidade complexa, de difícil apreensão, culminaram nessa urbanização crítica.

2.3 - Apontamentos sobre a idéia de periferia na literatura geográfica

A ideia de periferia passa a ser mais enfaticamente discutida na geografia a partir do advento da Revolução Industrial. A ideia de periferia passa, então, a ser empregada a diferentes ordens de grandeza espacial, sempre no sentido de estabelecer uma oposição: regiões do planeta que apresentam um nível de desenvolvimento mais elevado em oposição a regiões menos desenvolvidas; regiões de um dado território que são mais desenvolvidas do que outras regiões; áreas dotadas de melhores equipamentos urbanos que exercem uma centralidade em oposição a áreas “mais afastadas” e com deficiências em termos da presença destes equipamentos urbanos...

Isso se deve ao fato de o fenômeno Revolução Industrial estabelecer uma divisão sócioespacial diferenciada daquela que havia até então, marcada pelo predomínio da atividade rural e sua respectiva configuração espacial. Se, até antes da eclosão deste fenômeno, se verificava uma situação em que a paisagem predominante era rural, a partir daí ocorre uma oposição mais nítida, no nível sócioespacial, entre o rural e o urbano, o desenvolvido e o não desenvolvido, estabelecido pela presença, ou não, da atividade industrial²².

A despeito da rápida difusão da indústria, que se espalha pelo mundo, os desdobramentos da dinâmica capitalista, apoiada principalmente na atividade industrial e no setor financeiro, fazem com que se estabeleça uma regionalização na escala planetária em que os países passam a ser classificados de acordo com seus respectivos níveis de desenvolvimento tecnológico. Tais níveis de desenvolvimento tecnológico passam a se espelhar principalmente na atividade industrial. Logo, países que acompanharam desde o início os desdobramentos da Revolução Industrial, foram considerados os países do “centro do sistema”, enquanto que aqueles que não acompanharam esse processo desde os seus primórdios ficaram na condição de “periferia do sistema”. No transcorrer do século XX, alguns países conseguiram concretizar esforços no sentido de seu “desenvolvimento”, e também passam a integrar

²² A esse respeito, algumas observações são importantes: primeiro, nos primórdios da atividade industrial, a atividade extrativa era primordial e localizava-se *fora* da cidade, conforme aponta; segundo, rapidamente a atividade industrial submete a atividade agrícola, estando cada vez mais presente junto a esta. (LEFEBVRE, H., 2004)

o grupo dos chamados países desenvolvidos. Outros países alcançaram, no mesmo período, níveis de industrialização significativos. Porém, essa “modernização” não foi seguida de uma melhoria na distribuição da renda, além de seguir um modelo espacialmente concentrador. Consequentemente se mantiveram na condição de países subdesenvolvidos ou “periféricos”. Ainda com relação a estes últimos, verifica-se um arranjo espacial em que uma região é considerada “desenvolvida” e “modernizada”, enquanto que o restante de seu território muitas vezes carecerá destas relações capitalistas consideradas modernas. Se verifica, nestes casos, o choque entre o tradicional e o moderno, ainda que este último acabe por exercer um papel de comando sobre o restante destes territórios, inclusive se aproveitando destas relações sociais ditas tradicionais no sentido de ampliar o processo de acumulação e concentração capitalistas.

Nas últimas décadas, alguns países industrializados, mas subdesenvolvidos, passam por um processo de modernização produtiva de outras regiões de seu território. Essa fase corresponde ao avanço do chamado neoliberalismo, momento em que se verifica uma intensificação da centralização do capital comandada pelas chamadas corporações transnacionais, apoiado no discurso da necessidade de avanço da modernização, abrindo ainda mais o flanco ao domínio do capital estrangeiro. O Brasil passa a se situar nessa condição.

Conforme a análise mais detalhada a ser feita adiante, outras áreas do território brasileiro passam pela influência da modernização capitalista, levando ao paradoxo da destruição de relações sociais tradicionais, tendo como consequência uma crescente proletarianização sobre aqueles que não controlam os meios de produção e que passam a reforçar a luta contra a tendência de ampliação da centralização do capital²³. É o que se verifica com o chamado meio rural ou o campo. Essa modernização do campo, apoiada nos chamados complexos agroindustriais, tem levado à formação de outras periferias, neste caso, em áreas antes consideradas rurais, ao menos em sua essência. Se, nos seus primórdios, a ascensão capitalista tratou de separar o campo da cidade, no atual estágio, em que o complexo agroindustrial se mostra presente, verifica-se uma aproximação entre estes. Nesse sentido, torna-se salutar retomar a análise de Lefebvre²⁴ (a despeito de o mesmo ter sido um filósofo) acerca da *extensão do tecido urbano*, em que o autor trata da tendência na universalização do modo de vida urbano.

²³ Ver, a esse respeito, a análise de OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**, 2ª edição, São Paulo, Ed. Contexto, 1996.

²⁴ LEFEBVRE (2004)

Uma outra ordem de grandeza que caracterizará o emprego do termo periferia é o das cidades. A crescente associação entre industrialização e urbanização levou ao crescimento populacional de diversas cidades e, como seu corolário, a expansão de suas periferias, aqui entendidas como áreas distantes do centro, que abrigam uma população de baixa renda, bem como apresentando deficiências em relação à presença de equipamentos urbanos.

Outro aspecto relevante no que respeita à expansão de áreas periféricas nos grandes centros urbanos é o processo de metropolização. Sua ordem de grandeza é variável devido à sua “elasticidade”, pois se trata de espaços dinâmicos, onde a atividade econômica capitalista impõe, com constância, modificações que afetam de maneira decisiva o espaço da moradia através dos sucessivos processos de valorização do solo urbano. O espaço da metrópole interessa diretamente à presente pesquisa pois é aí que se verificam redefinições espaciais que levam à constante reposição da periferia, sendo um dos principais fatores a promover esse processo, o da produção do espaço da moradia associado à valorização espacial.

Ainda sob a influência do processo de metropolização, surgiram as novas centralidades que, em muitos casos, refletem as transformações ocorridas em espaços antes considerados periféricos. O principal motor de tais transformações foi a expansão de atividades econômicas de caráter capitalista buscando ampliar seu monopólio, já que se encontrando numa área com grande concentração populacional e, conseqüentemente, provocando uma significativa reconfiguração espacial em que a produção do espaço periférico se desloca para outros lugares da metrópole.

É evidente que a simples associação entre diferentes ordens de grandeza e o emprego do termo periferia são insuficientes para dar conta da complexidade quanto à definição do termo. Neste sentido, os geógrafos também apontam que os “centros” das grandes cidades também abrigam uma “periferia” consubstanciada nos guetos e nos cortiços, por exemplo. Mas, é também certo que a presença dos pobres nas áreas centrais é constantemente atacada pelas propostas de “revitalização urbana”, que têm como fundamento a sua expulsão seguida da tentativa de definição de uma outra área (periférica) para os mesmos.

Vale lembrar que, no caso brasileiro, a literatura geográfica empregava, com maior constância, além do termo periferia, o termo subúrbio²⁵. Este era entendido como

²⁵ Ver, a esse respeito, AZEVEDO, Aroldo de (org.) Subúrbios orientais de São Paulo **A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana**, São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1958.

uma área também distante do centro das cidades. No caso de São Paulo, os subúrbios eram áreas onde predominavam atividades do setor primário, abrigando também uma população moradora, muitas vezes ligada ao centro através das vias férreas. Logo, tais áreas, apesar da distância relativa, mantinham, ainda assim, uma relação direta com o centro.

No caso da cidade de São Paulo e de seu entorno, tanto as periferias quanto os subúrbios permaneceram enquanto tais durante algumas décadas do século XX enquanto áreas a espera de uma maior valorização. É nesse sentido que a cidade de São Paulo transborda em direção a municípios vizinhos transformando-os em sua área de expansão. Em vista deste fenômeno, estudos principalmente de geografia urbana debruçam-se sobre a constituição e transformação da metrópole.

Com o crescimento da cidade assentado principalmente numa relativa melhoria das vias de comunicação, várias periferias e subúrbios passam por profundas transformações em relação ao seu uso e ocupação. Eis aí um outro traço da modernidade: o impacto da modernização dos transportes na vida da cidade e suas consequências, fenômeno a ser abordado mais adiante.

É a partir dessa dinâmica que a metrópole passa, cada vez mais, a ser objeto de estudo em geografia urbana. Partindo deste ponto de vista, a periferia, enquanto lugar dentro da metrópole, também passa a chamar atenção, já que carregada por signos de uma modernidade que se assume muito mais a partir de seus traços com uma atividade econômica “moderna”. Nesse sentido, a periferia traz no seu bojo a negação desta condição.

Daí a sua constante reposição.

Capítulo 3 - O discurso da modernidade e sua relação com a São Paulo “cidade” e a São Paulo “metrópole”.

Qual o interesse em se discutir o surgimento e desenvolvimento da modernidade e a sua relação com o processo de metropolização e a questão da periferia hoje?

A discussão feita abaixo procura elucidar essa questão.

O ponto de partida aqui estabelecido é o de apontar questões relativas ao discurso filosófico da modernidade no sentido de identificar suas características principais e embasar o argumento que essa mesma modernidade, enquanto resultante de uma construção intelectual genuinamente europeia, passou a apresentar uma identificação com a própria evolução do capitalismo (a partir do século XIX). Por outro lado, a expansão capitalista implicou na evolução do processo de urbanização que, durante um dado período, foi impulsionada de maneira destacada a partir da industrialização. Para a presente análise, importa apresentar e analisar apontamentos acerca da evolução da cidade de São Paulo, a partir do final do século XIX até os dias atuais e os desdobramentos que a levaram à condição de metrópole. O processo ocorrido em São Paulo atesta tanto a expansão capitalista, quanto a disseminação do discurso da modernidade. Logo, a expansão de um e a disseminação de outro implica na mundialização de ambos.

O que justifica tal escolha? A mesma se justifica pelo fato de o Brasil, enquanto Estado moderno, ou seja, a partir do seu processo de independência e a subsequente proclamação da república, adentrar na modernidade numa fase em que esta já se colocava muito menos enquanto um discurso filosófico *strictu sensu*, e, muito mais, enquanto um discurso assente numa racionalidade voltada ao desenvolvimento de forças produtivas ligadas ao modo de produção capitalista. Assim sendo, será possível identificar que, inclusive na Europa, berço da modernidade, as discussões acerca da mesma passaram a ganhar contornos de uma racionalidade estritamente econômica, à medida que o capitalismo ia passando por diferentes etapas de sua expansão.

3.1 - O sentido da modernidade e suas metamorfoses

A discussão filosófica acerca da modernidade, a ideologia que a baseia surge “tomada pela investigação tradicional do Um, do Ser”²⁶. Posteriormente, essa investigação tradicional seria ofuscada pela visão do homem enquanto ser social, enfatizando o homem enquanto ser coletivo. No entanto, essa visão não veio suprimir a investigação tradicional do Um. Houve sim, o surgimento de diferentes vertentes de análise da modernidade que, ora se inclinaram para uma visão do homem enquanto ser social, ora se inclinaram para uma visão do homem enquanto ser coletivo.

Chegando ao século XIX, essas concepções se encontrarão com a conjuntura da expansão capitalista, o que acaba por influenciar as abordagens sobre modernidade. Para os interesses específicos desta pesquisa, foram identificadas, a partir desse período, duas correntes que mais se sobressaem: a corrente que não vincula a modernidade com a expansão capitalista; e a corrente que entende que a modernidade passa por mutações a partir da expansão capitalista e, por isso, há um vínculo entre ambos. Ao observar o que Touraine escreve a respeito de Weber, é possível identificar tanto uma posição, quanto outra. Touraine assinala que a visão de Weber não é a visão da modernidade propriamente dita. Logo, a interpretação de modernidade de Touraine não é a que vincula esta ao capitalismo em ascensão a partir do século XIX, até porque, como se verá adiante, esse autor assinala que os primórdios da modernidade se encontram no Renascimento²⁷. Voltando às observações de Touraine a respeito dos textos de Weber, lê-se que:

O pensamento de Weber, portanto, não corresponde a uma definição geral da modernidade, mas ao capitalismo, forma econômica da ideologia ocidental da modernidade, concebida como ruptura e tábula rasa. Da própria Reforma, assim como da transformação consequente da piedade católica, em particular com Francisco de Sales, surgiu também uma outra moralidade iluminada pela fé, bem diferente do temor e tremor daqueles que esperam uma decisão de Deus na qual não podem interferir. De forma que, se o protestantismo contribuiu para criar um ethos favorável ao capitalismo, ao mesmo tempo ele contribuiu fortemente para desenvolver uma moral da consciência, da piedade e da intimidade,

²⁶ TOURAINE, Alain **Crítica da modernidade**, 7.a edição, Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.

²⁷ O Renascimento também é chamado de Renascença no texto de Touraine.

que conduziu a uma outra direção, a do individualismo burguês que ele opõe ao espírito do capitalismo, como Pascal opunha a ordem da caridade à razão. *O capitalismo, que Weber analisa tão profundamente, não é, portanto, a forma econômica da modernidade em geral, mas a de uma concepção particular da modernidade que repousa sobre a ruptura entre a razão e a crença e todas as pertencas sociais e culturais, entre os fenômenos analisáveis e calculáveis e o Ser bem como a história.* Daí a violência – inspirada no princípio da tabula rasa – com que se iniciou a modernização capitalista, que garantiu sua dominação, mas também provocou as dilacerações dramáticas, que é impossível aceitar como condição necessária da modernização. (1994, p. 34, grifo nosso)

Observando as diferentes contribuições de autores que se debruçaram sobre a questão da modernidade, é possível constatar que esse tema não segue alheio às transformações sociais, políticas, econômicas, etc., que, cada vez mais, tenderão a se mundializar. Ou seja, mesmo que não se admita a confusão entre modernidade e modernização a partir da evolução capitalista, ambas passam a se influenciar mutuamente. Como? A própria discussão que, intensificada a partir do século XIX, alimenta o tema, é a prova contundente. A obra de três dos mais importantes nomes deste período faz referências ao tema modernidade: Max Weber, Georg W. F. Hegel e Karl Marx.

Dentre os contemporâneos, os nomes aqui utilizados como referências foram: Alain Touraine, Jürgen Habermas e Boaventura de Souza Santos.

Uma das premissas da presente discussão diz respeito à periodização quanto ao surgimento da modernidade. Há polêmicas quanto a essa definição; no entanto, alguns autores (Santos, por exemplo) apontam que o surgimento do Estado moderno teve um papel primordial na configuração do que viria a ser a modernidade. Primeiro, porque a presença do Estado moderno contribuiu para o surgimento de um novo *ethos*. Com o seu peso sobre o comando de um território e de um povo, o Estado lança mão de um corpo jurídico que busca estabelecer uma uniformidade sobre o comportamento, as aspirações, bem como os ideários das pessoas governadas.

Segundo, devido ao fato deste Estado administrar um território ampliado, que deve obedecer uniformemente ao corpo de leis estabelecido. O Estado interfere, nas diferentes escalas, neste mesmo território ou parcela do mesmo, bem como nestas

populações estabelecidas em cada fração deste mesmo território. É nesse sentido que surge a discussão acerca de um possível aborto do projeto da modernidade, provocado pela atuação do Estado em virtude de sua anulação do Ser. Ao Estado interessa o homem coletivo, o que remete à ideia de nação. Antecipando um pouco mais o teor da presente discussão, o projeto da modernidade teria sido gestado contemplando um antagonismo: ao mesmo tempo em que surgia um “novo homem” livrando-se das amarras dos dogmas religiosos, via surgir o Estado, criação humana, suprimindo o Ser.

A ideia de um “novo homem” foi acentuada pelos desdobramentos da Revolução Francesa, a partir do trinômio liberdade, igualdade e fraternidade. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão estava especificamente relacionada à ideia de surgimento de um “novo homem”. Dessa maneira, a ideia absolutista que imperava até antes do advento da Revolução Francesa ficou enfraquecida com a ascensão dos ideais burgueses inscritos nesta Declaração que, por sua vez, tiveram como inspiração a declaração de independência dos Estados Unidos (1776) e as ideias filosóficas do Iluminismo. Com relação à discussão aqui empreendida, cabe destacar o artigo 2º desta Declaração: “A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. *Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão*”. Temos aqui os elementos fundantes da moderna propriedade do solo, que permanecem ou, mais ainda, se reforçam no atual processo de metropolização e seus desdobramentos sobre a periferia.

Era o momento da disputa entre a ordem de poder, antes estabelecida a partir das monarquias na Europa, representando o poder absolutista, e a ascensão de outra ordem a partir da burguesia, que passa a assumir o papel de comando sobre este “outro Estado”. Estavam lançadas as bases para o chamado Estado de direito, fundado nas liberdades individuais, que também passaram a ser a base para a ascensão do capitalismo.

Tal situação parece ser o ponto de inflexão para a presente discussão, já que, da mesma forma que a modernidade é apresentada como o movimento de caráter filosófico, baseado no racionalismo (aqui entendido enquanto movimento que se opõe aos dogmas religiosos, buscando na ciência o fundamento para a explicação dos fenômenos), e que discute a questão da subjetividade, é também o movimento que, cada vez mais, se apresenta relacionado aos desdobramentos do modo de produção capitalista. Se for necessária a identificação de um e outro movimento enquanto processos que em sua gênese se apresentam como que diferenciados, torna-se necessário também não descartar a convergência de ambos e suas consequências, aqui

especificamente as de caráter espaço-temporal. À medida que tais movimentos se mundializam, os modos de vida se transformam, as cidades adquirem outras funções, e passam a comandar a propagação do modo de vida urbano, o que levará ao processo de metropolização²⁸ e às permanentes transformações na periferia em suas mais diferentes ordens de grandeza. É evidente que toda essa ordem de transformações não ocorreu sem crises e conflitos. O estabelecimento do processo de metropolização (mundialização cada vez mais acentuada do capitalismo, pautada na intervenção cada vez maior das corporações transnacionais), teve que se contrapor à cidade, no sentido de destruir sua identidade e estabelecer a “sua ordem”.

As discussões acerca dos desdobramentos da modernidade fazem referências a diferentes nomes (como os citados acima). Max Weber é um destes nomes, justamente pelo fato de o mesmo discutir a evolução do capitalismo face às querelas religiosas, mais especificamente o catolicismo em oposição ao protestantismo. Continuando a sua análise acerca da interpretação de Weber sobre esse aspecto, Touraine ainda assinala que:

O que Weber descreve não é a modernidade, mas uma forma *particular* de modernização que se caracteriza ao mesmo tempo por uma grande concentração de meios ao serviço da racionalização econômica e pela forte repressão exercida sobre as pertencas culturais e sociais tradicionais, sobre as necessidades pessoais de consumo e sobre todas as forças sociais – operárias e colonizadas, bem como mulheres e crianças – que são identificadas pelos capitalistas como o âmbito das necessidades imediatas, da preguiça e da irracionalidade. (1994, p. 35)

A escolha analítica de Touraine estabelece a separação entre razão (no sentido de sua aplicação) e as tendências estabelecidas a partir da nova relação entre capital e trabalho que se configuram a partir da formação do Estado moderno e, mais tarde, com os primórdios da industrialização na Europa. Conforme o autor:

Os manuais de história falam com razão do período moderno como o que vai da Renascença à Revolução Francesa e aos princípios da industrialização em massa da Grã-Bretanha. Porque as sociedades onde se desenvolveram o espírito e as práticas da modernidade

²⁸ Estamos focando aqui o atual processo de metropolização que tem se guiado pelo capital financeiro predominantemente. Desse forma, a reprodução do espaço urbano, manifestada a partir dessa etapa da metropolização, estabelece que o solo urbano torna-se um componente fundamental para essa reprodução.

procuravam mais pôr em ordem que pôr em movimento... É a razão, mais que o capital e o trabalho, que desempenha então o papel principal. (1994, p. 36)

As colocações de Touraine suscitam as mais variadas discussões, inclusive a partir de pontos de vista já discutidos amplamente na geografia em função de seu passado fortemente vinculado ao positivismo. O procedimento das ciências descrito por Touraine foi posto em prática pelos geógrafos do século XIX ao adotarem o positivismo que, por sua vez, se baseava nas ciências da natureza, cujos princípios básicos estavam no trinômio observação – descrição – classificação. Se, por um lado, Touraine destaca muito mais o primado da razão do que o do capital e do trabalho nas sociedades onde surgiram os ideais da modernidade, por outro lado, a ciência nunca alcançou a condição de neutralidade. Logo, se num primeiro momento os ideais da modernidade estavam muito mais marcados pela necessidade de “pôr em ordem” (tendo aqui por base a ordem observada na própria natureza), isso não significou a ausência de interesses, como o dos Estados europeus que empreenderam a colonização em aprofundar o conhecimento acerca do potencial econômico de suas colônias.

Outra questão: se a criação do Estado de direito²⁹ é entendida pelo autor muito mais como uma necessidade de estabelecimento de uma ordem social que tem como princípio a constituição do Sujeito baseada nas liberdades individuais, é este mesmo aparelho (estatal) que garante o “pôr em movimento” no sentido econômico e de acordo com os interesses burgueses então em ascensão. Um exemplo clássico é a condição da propriedade privada do solo antes e depois da chegada da burguesia ao poder. O Estado de direito, de criação burguesa, “desamortiza”³⁰ a propriedade do solo, até então de exclusividade quase que total da nobreza e do clero. Essa desamortização, inscrita na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, estabelece, conforme apontado acima em seu artigo 2º, o “direito” de propriedade de todo ser humano. É dessa forma que a propriedade do solo entra em movimento, porque deixa de estar amortizada a partir do controle quase exclusivo da nobreza e do clero.

²⁹ Aqui entendido enquanto o Estado que preserva as liberdades individuais, como o direito à propriedade e que, portanto, se opõe ao Estado absolutista. Por conta destas prerrogativas, este Estado de direito se põe como o aparelho institucional diretamente vinculado aos interesses burgueses.

³⁰ O sentido da palavra “desamortiza” é o de tirar a exclusividade do controle da terra das mãos da nobreza e da Igreja.

O próprio processo de colonização implicava numa concepção de “pôr em movimento”³¹ Esse evento marcou a necessidade de uma parcela de grandes comerciantes da Europa fazer fluir a sua atividade lançando mão, para isso, do Estado enquanto instituição. A atividade comercial, concebida a partir da necessidade de ampliação do horizonte geográfico, implicava na intensificação dos fluxos, envolvendo, agora, a Europa e o Novo Mundo.

A proposta de explanação de Touraine, estabelecendo a separação entre uma e outra tendência, de acordo com os diferentes momentos de evolução da modernidade, anula a possibilidade de entendimento da ambiguidade a que este processo estava submetido. O processo de colonização, e o posterior neocolonialismo, tiveram muito mais o sentido de aplicar o “pôr em ordem” no âmbito da Europa e, mesmo assim, à custa de uma interpretação que também deve ser entendida no sentido pejorativo. Um exemplo disso é a postura da Lei dos Pobres na Inglaterra em sua versão de 1834, em relação ao chamado lumpen-proletariado, em que estes são considerados pessoas a serem reprimidas por serem maus exemplos à sociedade. O sentido dessa repressão: ou estas pessoas trabalhariam, ou deveriam ser recolhidas nos asilos e sanatórios.

No entanto, e conforme pode ser avaliado a partir do evento acima citado, ao estabelecimento de uma dada ordem correspondeu o estabelecimento de um dado movimento. A ordem da lei ou mesmo a ordem da ciência, foram aplicadas no intuito de promoverem um movimento, o da terra a partir de sua desamortização, o processo de dominação justificado a partir de um discurso científico.

A discussão opondo fé e saber também contribui para a questão acima exposta, em que Habermas³² lembra Hegel. A discussão envolvendo fé e saber foi transferida para a filosofia. Hegel, por sua vez, desiste da idéia de reconciliação entre a religião por ele chamada de positiva e a razão. É também nessa mesma época que Hegel toma contato com a economia política e, a partir daí, reconhece que as relações econômicas capitalistas deram origem a uma sociedade diferente daquelas que a Europa até então presenciara.

³¹ Baseando-se na leitura de Touraine, o “pôr em movimento” diz respeito à própria condição social, econômica, política, que precede o surgimento do Estado de direito. Dessa forma, o que antecede o “pôr em movimento” é o “pôr em ordem”, ou seja, a sociedade (na Europa), agora baseada no racionalismo, deveria passar, primeiro, por um processo de “ajustes” após superar a influência dos dogmas religiosos sobre o homem.

³² HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade** trad. Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento, São Paulo, Ed Martins Fontes, 2002.

Habermas afirma então que:

Apesar de uma certa continuidade da tradição do direito romano, Hegel não pode mais se aproveitar da comparação do estado social de decadência do Império Romano com as relações de direito privado da moderna sociedade burguesa. Com isso, a base de comparação pela qual o baixo Império Romano torna-se visível antes de tudo como decadência, ou seja, a célebre liberdade política das cidades-estado atenienses perde também o caráter de um modelo para os tempos modernos. Em suma, a eticidade da polis e do cristianismo primitivo, mesmo que interpretada tão vigorosamente, não é mais capaz de fornecer o critério do qual uma modernidade cindida pudesse se apropriar. (2002, p. 45-46)

O próprio Hegel assinala que as regras do mercado ganham relevo na discussão que procura diferenciar Estado e sociedade. Ou seja, o Estado de direito é, muito mais, o Estado que garante as liberdades individuais mais especificamente de uma classe: a burguesia. A questão da ética é, no mais das vezes, suprimida em nome dos interesses da classe burguesa. Nesse sentido Habermas assinala:

Enquanto o direito público da Restauração não vai além de representações de eticidade substancial e ainda concebe o Estado como uma extensão das relações familiares, o direito natural individualista não se eleva sequer à idéia de eticidade e identifica o Estado da necessidade e o do entendimento com relações do direito privado da sociedade civil burguesa. Porém a peculiaridade do Estado moderno só se torna visível quando o princípio da sociedade civil burguesa é concebido como um princípio de socialização moldada pelo mercado, isto é, uma socialização não política. (2002:56-57)

Com tais argumentos, procura-se aqui referendar que os processos de ‘pôr em ordem’ e ‘pôr em movimento’ foram simultâneos. O Estado moderno surge em função das necessidades de expansão dos negócios de uma classe mercantil que almejava pôr em movimento uma quantidade maior de mercadorias interligando a Europa, agora, com o Novo Continente. Por outro lado, a instituição Estado moderno se fazia necessária enquanto que dotada de um poder jurídico-político que estabelecia um poder baseado numa ordem racional. A atuação do Estado moderno contribui para redefinir as escalas espaço-temporais, já que daí se viabilizam outras formas de organização do território a

serem conquistados ou dominados, baseados num esforço em que o tempo instituído é o tempo que altera, cada vez mais, as relações sociais tradicionalmente estabelecidas. Para isso, era necessário lançar mão de outras técnicas, racionais, em cuja participação e “pôr em prática” este mesmo Estado tem participação decisiva. As iniciativas no sentido de organização do trabalho nas colônias são um exemplo.

Novamente torna-se necessário relembrar Hegel, para quem o Estado torna-se uma necessidade imanente. Para ele, a presença do Estado significava o próprio estágio de desenvolvimento superior das sociedades que o adotavam para se organizarem. Em geografia, essa concepção *strictu sensu* também aparece em Ratzel, quando este chama atenção para a relação envolvendo o solo (território), a sociedade e o Estado. Aliás, Ratzel também associa a questão da subjetividade ao Estado e ao progresso, no mais elevado estilo positivista:

À medida que o território dos Estados se torna mais considerável, não é somente o número de quilômetros quadrados que cresce, mas também sua força coletiva, sua riqueza, seu poder e, finalmente, seu tempo de permanência. Como o espírito humano se enriquece cada vez mais à medida que os caminhos percorridos pela evolução humana sobre esta terra se dilatam mais, o progresso pode ser figurado, com uma aproximação suficiente, por uma espiral ascendente cujo raio vai aumentando cada vez mais. Mas a imagem está longe da realidade que é desprovida de qualquer utilidade. É por isso que pode ser considerado como suficiente mostrar na extensão progressiva dos territórios dos Estados, um caráter essencial e, ao mesmo tempo, um poderoso motor do progresso histórico (1983, p. 101)

A referência acima feita a um geógrafo busca realçar tanto as visões predominantes acerca da subjetividade e do Estado, como também situar a ciência geográfica em específico com a discussão sobre modernidade. É evidente que a geografia não poderia estar excluída do legado trazido pelo Renascimento (Renascença), movimento tido como a base do surgimento da modernidade. Esse legado pautou-se na transformação de uma visão geocêntrica, até então a única aceita pela Igreja, bem como na retomada dos fundamentos da Antiguidade clássica. Não há dúvidas quanto à relação entre um e outro aspecto. Na Antiguidade clássica, questionamentos sobre a visão geocêntrica já haviam surgido; por extensão, o choque com a visão geocêntrica era apenas um desdobramento. Duas visões, retomadas desta

época, tiveram influência sobre a ciência geográfica em específico: a visão histórico-descritiva, de Estrabão; e a visão matemático-cartográfica de Ptolomeu. Estas visões se propuseram a apresentar uma explicação racional do universo, uma cosmologia que, ao serem retomadas na Europa do Renascimento, entraram em choque com a visão geocêntrica, de caráter teológico.

As citações acima ganham relevo principalmente pelo fato de referirem-se a um legado mais amplo deixado pela Antiguidade clássica: o da *táxis*, ou a colocação dos fenômenos em ordem³³. Conforme o exposto acima, Touraine aponta o “pôr em ordem” como que sendo o fundamento da modernidade, ainda que tal visão despertasse polêmicas quando situada na Europa a partir do século XIII.

Ainda especulando acerca das metamorfoses identificadas na evolução da modernidade, se observa outras contradições no próprio sentido da subjetividade. A razão acaba se sobrepondo às especulações da subjetividade. Isso porque a razão, secularizada a partir da ciência, submete a subjetividade que, em função desta secularização, deixa cada vez mais de ter seu espaço. Esse é outro traço fundamental para entender, primeiro, a aproximação cada vez maior entre modernidade e capitalismo. Segundo, e contraditoriamente também, a condição a que fica resignado o discurso marxista, pois, a partir daí, abre-se o flanco para que esse discurso seja, ao mesmo tempo, entendido enquanto uma proposta de superação da modernidade em curso e também como um componente a mais dessa mesma modernidade. Essa condição aponta para a possibilidade de uma crítica da modernidade em conflito com ela própria.

Primeiro, cabe retomar o que Habermas aponta para a condição do sujeito cognoscente posto enquanto o centro dessa polêmica:

Na modernidade(...) a vida religiosa, o Estado e a sociedade, assim como a ciência a moral e a arte transformam-se igualmente em personificações do princípio da subjetividade. Sua estrutura é apreendida enquanto tal na filosofia, a saber, como subjetividade abstrata no *cogito ergo sum* de Descartes e na filosofia da consciência de si absoluta em Kant. Trata-se da estrutura de auto-relação do sujeito cognoscente que se dobra sobre si mesmo enquanto objeto para se compreender como em uma imagem especular, justamente de modo especulativo.

³³ A esse respeito, veja-se a obra de GOMES, Paulo C, da Costa Geografia e modernidade.

Ao fundar a possibilidade do conhecimento objetivo, do discernimento moral e da avaliação estética, a razão crítica não só assegura a arquitetura da razão, mas também assume o papel de um juiz perante o todo da cultura. (2000, p. 28 – 29)

Se, por um lado, a obra de Marx pauta-se numa filosofia da práxis, por outro, a forma como esta foi sendo conduzida no interior desta mesma obra, acabou por estabelecer o *trabalho* como sendo o próprio princípio da modernidade. Ou seja, a consciência de si, em Marx, se coloca muito mais a partir da discussão acerca do trabalho, ao passo que essa mesma consciência de si, do ponto de vista da discussão filosófica da modernidade, teria um carácter muito mais amplo, embora, na maioria das vezes, pautada numa visão quase que exclusivamente subjetiva. Daí a postura marxista, sem concessões, nas Teses de Feuerbach³⁴, atacando o idealismo então predominante nas discussões filosóficas.

Mas, se para o próprio Habermas, essa condição traz dificuldades para o discurso marxista, por outro, não deve ser deixado de assinalar que o olhar de Marx consegue esmiuçar com rara peculiaridade, os destinos da modernidade a partir de sua identificação com o modo de produção capitalista. Santos³⁵ também trata da questão da ambigüidade da obra de Marx no contexto da modernidade assinalando que:

A radicalidade do capitalismo residia em que ele, longe de ser apenas um novo modo de produção, era a manifestação epocal de um novo e muito mais amplo processo civilizatório, a modernidade, e, como tal, significava uma mudança societal global, uma mudança paradigmática. O uso abundante do adjetivo ‘moderno’ ao longo do Manifesto é testemunho disso mesmo (...) Enquanto capitalismo, a modernidade é um projecto necessariamente incompleto. A ciência e o progresso, a liberdade e a igualdade, a racionalidade e a autonomia só podem ser plenamente cumpridas para, além do capitalismo. E todo projecto político, científico e filosófico de Marx consiste em conceber e promover esse passo. (1995, p. 23)

³⁴ Provavelmente, Marx teria escrito as Teses em 1845; no entanto, sua publicação só ocorreria em 1888 a partir da iniciativa de Friedrich Engels.

³⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**, São Paulo, Cortez Editora, 1995.

Outro aspecto da crítica à obra de Marx em sua contextualização com a modernidade reside no aspecto epistemológico. Em meio a um período em que a ciência apresentava poucas distinções de caráter metodológico, o materialismo histórico e dialético surge como uma grande novidade. De fato, o método de Marx possibilita uma outra forma de apresentar e discutir, por exemplo, a natureza. Marx dissolve a ideia de natureza determinista e a situa na condição de submetida à práxis. Daí a sua interpretação de que a natureza não seria nada sem o homem, já que é a práxis que lhe confere forma e conteúdo. Interpretação que difere da visão então predominante de que o homem não seria nada sem a natureza. No entanto, do ponto de vista epistemológico, a obra de Marx ainda vai estar marcada pela matriz que alicerça a ciência concebida a partir do racionalismo.

Portanto, ao mesmo tempo em que o marxismo não podia se libertar das amarras de uma ciência racional moderna (ao menos do ponto de vista epistemológico), seu discurso apresenta-se enquanto um confronto radical em relação à ordem capitalista estabelecida e que, por sua vez, acaba por confundir-se com a própria modernidade. Daí então a necessidade de se assinalar novamente a condição ambígua do marxismo perante a sua contextualização na modernidade. O marxismo apresentaria um discurso que propusesse a superação dessa mesma modernidade? Se, por um lado, alguns analistas entendem que a obra de Marx não pode ser tão revolucionária em relação à modernidade já que ela está intimamente ligada a esta, por outro, é inegável que Marx conseguiu identificar e por à nu as questões cruciais que envolviam (e envolvem) o modo de produção capitalista e a sociedade moderna. Um dos aspectos que chamará atenção em relação a esse tema, diz respeito justamente à relação campo-cidade.

É a relação campo-cidade, estabelecida a partir dos primeiros passos do processo de industrialização, que indicará um dos principais traços do choque envolvendo o tradicional e o moderno, já que, com a expansão da industrialização, o campo passará a ser associado ao tradicional, ao passo que a cidade será vinculada ao moderno. Nos *Grundrisse*, Marx chama atenção para o poder concentrador da cidade; além disso, assinala também a progressiva subsunção do campo em relação à cidade ou, nas suas palavras, a urbanização do campo, que atinge seu ápice na história moderna.

A “urbanização do campo” na literatura marxista só pôde se viabilizar a partir de uma metamorfose fundamental: a transformação nas relações de propriedade. Os diferentes modos de vida tradicionais progressivamente deixam de se reproduzir à medida que o modo de produção capitalista avança na Europa e, daí para o mundo. Para

Marx³⁶, a reprodução dos próprios membros das antigas comunidades é afetada duramente com as transformações ocorridas nas formas de propriedade:

(...) Para que a comunidade siga existindo segundo o modo antigo, como tal, é necessária a reprodução de seus membros sob as condições objetivas pressupostas. A produção mesma, o progresso da população (a qual também pertence ao âmbito da produção) suprimem gradual e necessariamente estas condições; as destroem em vez de reproduzi-las, etc.; e desse modo se desintegra a entidade comunitária junto com as relações de propriedade em que estava baseada. (2001, p. 446)

Outro desdobramento decorrente da alteração das formas de propriedade é a separação entre sujeito e as condições inorgânicas naturais (aquelas que não fazem parte, no capitalismo, de seu corpo). Nas comunidades tribais, tais condições inorgânicas apresentam-se como pressupostos para o homem organizado na forma de tribo. Esse quadro modifica-se com o surgimento da escravidão e da servidão, que arrancam das comunidades tribais subjugadas esta condição de relacionamento com o solo, que, para Marx, já se trata de uma forma de propriedade. Primeiramente, Marx assinala que “as condições originárias da produção” originalmente não podem ser elas mesmas produzidas. O estabelecimento da relação entre trabalho assalariado e capital estabelece, pela primeira vez, a *separação* entre as condições inorgânicas da existência humana e sua existência ativa. Nesse sentido, Marx assinala que o escravo e o servo são postos enquanto condição inorgânica da produção junto a outros seres naturais – o gado, por exemplo – entendidos então como acessórios da terra.

Dessa forma, ou seja, entendendo o escravo e o servo enquanto tais, os pressupostos (naturais) que originariamente os cercavam, quais sejam tanto subjetivamente, quanto objetivamente, passaram a dar lugar a outras situações, criadas pela história moderna. Do ponto de vista subjetivo, Marx aponta que este indivíduo, antes de ser escravo ou servo, vivenciava a condição de *pertencimento* a uma “sociedade natural” (entendida aqui enquanto tribo, por exemplo). Do ponto de vista de suas condições objetivas, o indivíduo apresentava um comportamento em relação à terra, já que esta se punha enquanto matéria bruta, instrumento, fruto... Nas palavras de

³⁶ MARX, Karl **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**, 18ª edición, vol. 1, 2 e 3, Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2001.

Marx, se tratava dos “pressupostos correspondentes à sua individualidade” (2001, p. 453).

Esses pressupostos desapareceram à medida que as transformações sociais foram alterando a ordem vigente, estabelecendo uma modernidade que, conforme já apontado, representa outra ordem, que simultaneamente estabelece outro movimento. A outra ordem e, a reboque, o outro movimento, estabelecem uma territorialização circunscrita à cidade que, por sua vez, reforça progressivamente seu papel de comando.

O que Marx apontou nos Grundrisse ao tratar da urbanização do campo, era um movimento já iniciado antes do século XIX. No entanto, Marx pautou sua análise (conforme já apontado) num contexto em que a indústria criava as condições de expansão do capitalismo. O conflito envolvendo capital e trabalho levou Marx à elaboração de uma filosofia da práxis. Dessa forma, a modernidade passava a ser entendida enquanto um movimento encabeçado pela burguesia e os interesses daí subjacentes.

No entanto, algumas dezenas de anos atrás, Paris já despontava como sendo a cidade que melhor expressava o “novo homem” oriundo da modernidade. A Paris do Século das Luzes já apresentava um cosmopolitismo em que as novas idéias surgiam dessa centralidade (a de ser a capital cultural do planeta). Ao mesmo tempo essa centralidade esboçava uma cadeia de lugares hierarquicamente disposta, remetendo à dicotomia centro-periferia. Paris era o centro difusor de inovação, senão tecnológica, ao menos intelectual.

Entender a condição de Paris, no Século das Luzes, é entender a modernidade sob outro prisma, que não o estabelecido por Marx ao analisar os primórdios da industrialização. É o que se observa nas palavras de Gomes³⁷:

(...) Paris é, sem dúvida alguma, a capital do mundo, o centro civilizador por excelência, onde tudo é ruído, movimento e espetáculo. Sua influência na formação de um mundo que evoluiu em um tempo unificado, se fazia graças ao desenvolvimento dos meios de comunicação: ‘Paris é o mundo, o resto da Terra não passa de subúrbios’ (R. Pomeau, apud Chaunu) (2003, p. 56).

A despeito de a cidade de São Paulo não registrar o mesmo prestígio de Paris da época, apresentava transformações profundas identificadas na passagem do final do

³⁷ GOMES, Paulo César da Costa **Geografia e modernidade**, 3ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

século XIX para o início do século XX, associadas ao cosmopolitismo nascente. Por outro lado, o desenvolvimento das forças capitalistas, colocava esta cidade na condição de um turbilhão em que as forças das contradições causa a sensação de estranhamento, de descontextualização. Primeiro, porque as promessas de enriquecimento ou estabilidade a partir da economia cafeeira não se confirmaram, a não ser para uma parcela ínfima da população, principalmente a elite cafeeicultora. Segundo, o cosmopolitismo emergente estabelecia, naquele momento, uma sociabilidade contraditória: negros, caipiras, imigrantes dividiam o mesmo espaço geográfico, mas, em que cada grupo temia o outro e procurava preservar seus respectivos espaços (não significando que essa condição impedisse qualquer tipo de contato entre os grupos).

É exatamente a ascensão da indústria na cidade que passa a estabelecer um ritmo em que as diferenças e identidades passam a um segundo plano. De acordo com Sevcenko³⁸:

Num intervalo menor que o de uma geração, o mundo se transformara completamente. A voracidade de mercados de consumo dos grandes complexos industriais os forçava a orientarem a sua produção para as grandes massas urbanas (...) As modernas formas de comunicação de massas, a fotografia, o cinema e os cartazes reiteravam essa ênfase tecnológica sobre a ação e a velocidade, ressaltando ademais o papel privilegiado concedido nessa nova ordem cultural à imagem, à luz e à visualidade. (2003, p. 163)

Ao mesmo tempo em que a cidade é vista como o espaço da liberdade, o seu cotidiano revela o estabelecimento de uma ordem disciplinar que convergia com a própria disciplina corporal exigida pelo processo produtivo industrial. Além disso, os espaços públicos da cidade presenciam exatamente o esvaziamento desse sentido original. Sevcenko cita o caso particular do futebol, no momento em que o surgimento dos clubes em São Paulo ocorre em concomitância à repressão ao futebol jogado na rua, cujos praticantes, muitas vezes operários das fábricas em seus horários de almoço, eram considerados vagabundos, meliantes...

Durante o período em que a violência e os shoppings não eram tão expressivos, a extensão das periferias em São Paulo possibilitou uma identidade maior entre seus

³⁸ SEVCENKO, Nicolau **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**, São Paulo, Cia das Letras, 2003.

moradores e suas respectivas ruas. A prática esportiva, ainda que muito restrita ao futebol, ocorria com certa frequência até o momento em que o automóvel se apresentava em quantidade reduzida. Aliás, essa associação pode também ser feita ao próprio centro histórico da cidade.

A metropolização em curso a partir dos primórdios do século XX, expressa ainda na centralidade acentuada a partir de São Paulo, já apresentava os sinais de sua implosão, com o crescimento de seus bairros periféricos (apoiado num intenso processo de especulação imobiliária e de políticas clientelistas) e, ampliando o seu poder de comando, incorporava à lógica do desenvolvimento capitalista aqui iniciado, outras áreas para além de seu perímetro, quais sejam os municípios vizinhos, configurando o fenômeno da explosão³⁹.

O processo de metropolização, com desdobramentos sobre o caso aqui estudado, o município de Guarulhos e, em específico o bairro do Cabuçu, apresenta os dois componentes acima assinalados: primeiro, a industrialização, fator relevante no desenvolvimento de São Paulo e, ao mesmo tempo, já estabelecendo os marcos da expansão territorial da futura metrópole; segundo, que a concentração de capitais oriundos do café, também possibilitou a formação de uma infraestrutura e um modo de vida concernente aos das metrópoles européias, inspiração das elites brasileiras de então, e inaugurou, no Brasil, o modo de vida urbano (ao menos do ponto de vista de sua contextualização em relação à modernidade).

Procurar-se-á desenvolver aqui a ideia que, a despeito da relevância do capital industrial na passagem do final do século XIX até meados do século XX, o processo de especulação imobiliária também foi fundamental para a reprodução do mesmo. Da mesma forma que o capital, no início do século XX, estava em formação, já que ainda carente de uma infraestrutura (ampliação do sistema viário, oferta de energia elétrica, etc.) que garantisse melhores condições para sua reprodução, o solo também já se apresenta enquanto componente deste capital em formação. Tais processos ocorrem simultaneamente e apresentarão desdobramentos sobre o caso aqui estudado, em que outras áreas da metrópole estão agora disponibilizadas para abrigarem outras periferias.

O processo de esvaziamento anteriormente apontado em relação a bairros tradicionais de São Paulo e a valorização imobiliária presente nos outros municípios que compõem a região metropolitana de São Paulo concorrem diretamente para a alocação

³⁹ Expressão utilizada por LEFEBVRE (2004)

das periferias em outros lugares da metrópole. É também fundamental assinalar que o contingente populacional, que inclusive encontra-se à margem da condição de exército de reserva, apresenta-se como estratégico para a continuidade da reprodução do capital no âmbito da metrópole, mesmo que esta venha a apresentar uma diminuição no seu VTI (valor da transformação industrial). O crescimento do setor de serviços, inclusive requisitando muitas vezes mão de obra melhor qualificada, por si só, não exclui a necessidade da continuidade de concentração de um número expressivo de pessoas sem qualificação profissional na metrópole. É que a ambiência da metrópole ainda possibilita a exploração desse contingente de maneira tanto direta, quanto indireta.

Dessa forma, a identificação do desenvolvimento da São Paulo enquanto cidade e da São Paulo enquanto metrópole é necessária para que seja possível a contextualização do bairro do Cabuçu e de Guarulhos aqui abordados, já que Guarulhos se coloca enquanto área contígua a São Paulo.

3.2 - A São Paulo cidade e a São Paulo metrópole produzindo sua periferia

A evolução demográfica da cidade de São Paulo, a partir do final do século XIX (ver Tabela 3) atesta as transformações substanciais aí ocorridas na primeira metade do século XX. Os processos que engendraram essa evolução foram já substancialmente discutidos e cabem aqui as referências aos mesmos muito mais no sentido de relacioná-los à atual etapa do processo de metropolização a partir de São Paulo e seus desdobramentos sobre Guarulhos e o bairro do Cabuçu.

A cidade de São Paulo apresentou uma evolução demográfica que acompanhou o crescimento de sua importância no cenário nacional. A evolução de sua infraestrutura econômica, herdada do ciclo do café principalmente, levou ao desenvolvimento das bases que levaram à criação de capital⁴⁰. Outras fases de desenvolvimento e expansão do capital a partir de São Paulo também se relacionam à evolução demográfica abaixo apresentada, como as sucessivas etapas de sua industrialização, até o momento atual em que a influência dessa industrialização se dá a partir de outros contornos:

⁴⁰ A este respeito, verificar as diferentes contribuições de SEABRA, Odette C. de L. em especial sua tese de doutorado “Os meandros dos rios nos meandros do poder” em que a autora discute e apresenta os vários investimentos infraestruturais feitos na cidade de São Paulo, principalmente a partir do início do século XX, tanto a partir de capitais nacionais, quanto de estrangeiros.

Tabela 3 – Evolução demográfica da cidade de São Paulo

Ano	Habitantes	Ano	Habitantes
1872	31.385	1960	3.781.446
1890	64.934	1970	5.924.615
1900	239.820	1980	8.493.226
1920	579.033	1991	9.646.185
1940	1.326.261	2000	10.434.252
1950	2.198.096	2008	10.990.249

Fonte: Censos do IBGE.

Conforme já assinalado pela vasta bibliografia sobre São Paulo, o período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX representa, em termos demográficos, o grande afluxo de migrantes, tanto de outras regiões do Brasil, quanto de estrangeiros. Começava aí a constituição dos bairros, hoje tidos como tradicionais, como o Brás. Era o momento em que a riqueza produzida pelo café lançava as bases para o posterior processo de industrialização.

A partir dos anos 1940, a evolução demográfica de São Paulo continua expressiva, acompanhando uma outra etapa, a da diversificação da atividade industrial no Brasil, mas com índices de concentração bastante acentuados na capital paulista. Verifica-se também a constituição da indústria de base, atestando os investimentos pesados feitos pelo governo brasileiro, intentando a evolução na substituição de importações, sendo estrategicamente alocada próximo ao parque industrial situado em São Paulo, como a Cia Siderúrgica de Volta Redonda, no Rio de Janeiro.

Da década de 1940 até a década de 1970 torna-se mais sensível a expansão periférica de São Paulo. No entanto, o expressivo crescimento demográfico também engendra a evolução da especulação imobiliária, que levará à produção de uma periferia para além da cidade de São Paulo, embora concebida para atender a população de baixa renda que trabalhava principalmente no parque industrial paulistano. O município de Guarulhos é incluído nesse processo em que se identifica a abertura de loteamentos populares no bairro de Vila Galvão, que faz fronteira ao norte da cidade de São Paulo. O que aqui se denomina de inclusão do município de Guarulhos no processo de produção da periferia é o próprio movimento da metropolização, que redefine os limites territoriais do próprio núcleo da metrópole, no caso a cidade de São Paulo.

Observa-se então a concomitância de diferentes processos relativos à produção da periferia de São Paulo: ao mesmo tempo em que ocorriam sucessivos parcelamentos do solo paulistano periférico, resultante de sucessivas transformações de chácaras e sítios em loteamentos, também se verificava a reserva de vazios (frações do solo urbano) destinados a futuras valorizações.

Identifica-se também que a produção da periferia se inicia com a destinação de áreas para a produção de moradias, predominantemente. Paulatinamente surgiram os serviços e a infraestrutura, nesse período, ainda precários. No entanto, essa condição não deixou de viabilizar a evolução do processo de especulação imobiliária, penalizando sucessivamente a população de baixa renda que, ao mesmo tempo em que crescia, tinha que se alojar a distâncias cada vez maiores em relação ao centro, além de realizar um sobretrabalho para produzir sua moradia.

No início da década de 1970 (implantação da primeira lei de zoneamento da cidade de São Paulo), as áreas mais centrais (de São Paulo) gozavam de um cuidado mais efetivo (em termos de planejamento) por parte das autoridades municipais, enquanto que nas áreas mais periféricas, a ambiguidade na definição dos zoneamentos contribuía para um crescimento desordenado que não disciplinava a separação entre áreas residenciais e áreas comerciais, ou mesmo o tamanho das edificações em relação ao tamanho dos terrenos. Essa ambiguidade legislativa (se tratando do caso específico de São Paulo em que o seu centro foi objeto de planejamento, enquanto que na periferia ocorreu o oposto) também foi decisiva para o surgimento de loteamentos irregulares e clandestinos já que estava em jogo a dificuldade na punição dos promotores desses tipos de loteamentos, além de tal mecanismo se inserir na lógica da produção desse espaço urbano, seja através da intensificação do uso do solo enquanto mercadoria, seja através da associação desse mecanismo a políticas clientelistas que formaram a indústria da regulamentação de loteamentos em contrapartida à sua troca por votos.

A prevalência de interesses econômicos e de políticas clientelistas manteve o mecanismo de surgimento de loteamentos irregulares e clandestinos na cidade de São Paulo, nas décadas subsequentes.

No entanto, a partir da década de 1980, transformações na economia, bem como no processo produtivo já começam a influenciar a evolução demográfica da cidade de São Paulo. A principal consequência dessa transformação foi a diminuição do ritmo de crescimento populacional em termos absolutos. Esse fenômeno conjuga-se com a intensificação do processo de metropolização no sentido de uma participação mais

efetiva dos municípios vizinhos a São Paulo. Essa maior participação efetiva-se a partir de vários aspectos concernentes ao espaço metropolitano: primeiro que, a intensificação da reestruturação do processo produtivo industrial influenciou no aumento da participação do VTI (valor da transformação industrial) dos municípios vizinhos a São Paulo, embora os dados apontem que, no conjunto da região metropolitana e quando se leva em conta a sua comparação com o interior do estado de São Paulo, os resultados percentuais da primeira passam a ser menores que o do segundo:

Tabela 4 - Participação da RMSP e Interior no VTI 1970 – 1985

REGIÃO/ANO	1970	1985
Região Metropolitana de SP	67,4%	52,7%
Interior do Estado de SP	32,7%	47,2%

Fonte: Fundação SEADE, 1988:29, in LENCIONI, Sandra Mudanças na metrópole de São Paulo...

O esgotamento do modelo de desenvolvimento identificado na cidade de São Paulo até a década de 1970 principalmente é também resultado de outros fatores, que inclusive extrapolam às decisões de caráter local. Sendo componente de uma economia cada vez mais mundializada, fenômeno que passa a ser hegemonicamente identificado como globalização, a cidade também deve se submeter às decisões externas, longínquas.

A referência aqui feita diz respeito à atuação das corporações transnacionais que, devido à crescente centralização do capital, ampliam seu poder de decisão na escala planetária a partir da eleição de lugares que são estratégicos para sua atuação. Dessa forma, as necessidades do capital vinculado às empresas estrangeiras influenciam no sentido de São Paulo ganhar contornos de “cidade mundial”. Derivam daí elementos constitutivos do movimento de reestruturação do modo de produção capitalista, sendo as transformações verificadas na indústria um destes aspectos.

Outro importante aspecto a ser destacado é a recente mudança no fluxo de capitais pelo planeta. Essa mudança levou ao surgimento dos agora chamados países emergentes. Sendo o Brasil um dos países a compor este grupo, também se deve levar em conta a sua influência sobre a cidade de São Paulo e a metrópole que se constitui a partir dela. A investigação aqui realizada leva em conta essa questão, já que, de acordo com Lencioni “(...) através da reorganização do capital social, da redistribuição territorial da produção industrial, houve profundas transformações urbanas, quer em

cidades alcançadas pela expansão da região metropolitana, quer no interior da região metropolitana” (1998, p. 29)⁴¹.

As várias e profundas transformações urbanas, tanto as já ocorridas, quanto as em curso, apresentaram e apresentam interferências diretas sobre a produção do espaço da moradia. Esse aspecto também concorre para o constante surgimento, bem como a transformação, dos espaços periféricos. Conforme apontado anteriormente, a periferia da cidade, em sua gênese, aparece como que resultante da demanda crescente por moradia ainda que se considere que essa demanda seja o desdobramento da intensificação da comercialização do solo parcelado que, por sua vez, é parte dos mecanismos que buscam o estabelecimento de grandes concentrações populacionais que viabilizem o processo de concentração e acumulação de riquezas de diferentes setores da economia de caráter capitalista. Tal passa a ser o caráter modernizador da cidade: o ambiente que melhor concorre para que as pessoas se encaixem num modo de vida essencialmente mediado pela mercadoria.

No final do século XX e início do XXI aprofundam-se as transformações que já estavam em curso desde a década de 80. Internamente, a cidade de São Paulo presencia uma guinada na estruturação de frações de seu território, mais especificamente aquelas correspondentes às áreas mais valorizadas, as compostas pelos chamados bairros tradicionais e, com grande destaque, o chamado vetor sudoeste, que passa a receber pesados investimentos (com destaque para aqueles alocados no setor imobiliário), tanto públicos, quanto privados. São estas frações do território da cidade de São Paulo que apresentarão um processo de esvaziamento demográfico. Em seu conjunto, a região metropolitana também apresenta uma diminuição demográfica, mas em função do saldo migratório negativo que, no período de 1980 a 1991, chegou a ser de menos 756 mil habitantes⁴². No entanto, se a porção territorial mais valorizada da cidade de São Paulo e a região metropolitana em seu conjunto passaram a apresentar decréscimos relativos para suas respectivas evoluções demográficas, não foi o que ocorreu com o município de Guarulhos, que compõe o entorno metropolitano, e que apresentou, nas últimas décadas, resultados positivos em termos de evolução demográfica⁴³. Para melhor analisar essa questão veja-se a tabela abaixo:

⁴¹ LENCIONI (2003)

⁴² LENCIONI (2003)

⁴³ No entanto, a presente pesquisa não pôde identificar se houve uma migração da parcela da população que habitava as áreas consideradas mais nobres da cidade de São Paulo em direção a Guarulhos.

Tabela 5 - Evolução da população absoluta do município de Guarulhos 1980 – 2009

ANO	POPULAÇÃO ABSOLUTA
1980	534.295
1991	787.866
1996	972.197
2000	1.072.717
2009	1.299.283

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Guarulhos, www.guarulhos.sp.gov.br

Num recorte de apenas trinta anos, a população absoluta de Guarulhos foi quase que multiplicada por três. Levando-se em conta esses dados, associados com o que ocorreu na cidade de São Paulo (decréscimo do crescimento), é possível inferir que a produção de moradias atendendo a uma faixa de população, de diferentes níveis de renda, aumenta nos municípios vizinhos a São Paulo e que compõem a sua região metropolitana, combinando contraditoriamente a necessidade de exercer a moradia, tendo como um dos fundamentos a produção da casa própria formal e informal, com a necessidade de manutenção e, se possível, ampliação, dos grandes aglomerados urbanos, a partir dos interesses postos na reprodução do capital.

Essa combinação tem como principal vetor a otimização da especulação imobiliária nos diferentes pontos da metrópole. Se alguns bairros tradicionais de São Paulo passam por um processo de esvaziamento demográfico, já que a produção de moradias aí verificada é direcionada para um perfil sócio-econômico de renda mais elevada, Guarulhos, município contíguo ao núcleo da metrópole, apresenta uma dinâmica que, como se verá, contempla um crescimento demográfico de diferentes perfis sócioeconômicos.

Dessa forma, Guarulhos possibilita a ampliação do processo de especulação já que também é parte da metrópole, sendo que essa ampliação se reforça a partir das características de seu parque industrial (a serem mostradas adiante), de sua evolução demográfica (conforme já apontado anteriormente), de sua posição geográfica aliada à intensa comunicação a partir das importantes vias de circulação que cortam o seu território, da dinâmica do mercado imobiliário, tanto o formal, quanto o informal e, enquanto um corolário destes fatores, da reposição de sua periferia principalmente dos anos 1990 para cá.

3.3 - Acumulação por espoliação e transformações sócio-espaciais em Guarulhos

A passagem da São Paulo “cidade” para a São Paulo “metrópole” teve como um de seus principais desdobramentos a ampliação do banco de terras, ou seja, da quantidade de solo passível de ser explorada, no sentido de sua valorização, num território que cada vez mais se amplia a medida que seu núcleo (a cidade de São Paulo) passa por transformações de caráter funcional. A São Paulo “cidade”, muito mais vinculada a uma imagem de cidade industrial, até os anos 1970, passa por transformações funcionais à medida que as corporações aí instaladas adotam mudanças tecnológicas em seu processo produtivo, mudanças estas de caráter modernizante, que levaram à reestruturação das empresas. Em paralelo a estas transformações, a São Paulo “cidade” vê reforçada a presença, em seu território, do chamado terciário avançado: empresas de consultoria jurídica, de marketing, de assessoria na produção de softwares, etc.

As transformações na atividade industrial no município de São Paulo e na região metropolitana de São Paulo devem ser observadas com o devido cuidado, já que os dados apresentados por Francesconi⁴⁴ mostram uma sensível queda em termos de quantidade de estabelecimentos industriais no município de São Paulo, no período de 1995 a 2001, porém, uma queda muito mais acentuada na quantidade de empregados na indústria no mesmo período. Por outro lado, e considerando-se o mesmo período, quando os dados se referem à região metropolitana de São Paulo, o comportamento dos números mostra uma queda em ritmo menos acentuado na quantidade de estabelecimentos industriais, em contraposição a uma queda mais significativa na quantidade de empregados na indústria. Nas tabelas 6 e 7 evidenciam-se as modificações recentes entre atividade industrial e o número de empregos. Cabe ressaltar aqui, que o período abrangido pelos dados a serem apresentados abaixo (1995 a 2001), representa a fase em que a cidade de São Paulo já passou por profundas transformações, adentrando na fase em que aqui se denomina de São Paulo “metrópole”.

⁴⁴ FRANCESCONI, Lea Trabalho e indústria em São Paulo in **Geografias de São Paulo – Representação e crise da metrópole** Ana F. A. Carlos e Ariovaldo U. de Oliveira (org.), São Paulo, Ed. Contexto, 2004.

Tabela 6 - Município de São Paulo: estabelecimentos industriais e empregos formais

Indústrias	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Número de estabelecimentos	37.482	36.388	36.146	34.564	33.744	33.298	33.101

Trabalho	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Empregos ocupados na indústria	894.923	839.880	780.698	692.581	656.910	662.884	638.810

Fonte: Seade com base nos dados da RAIS apud FRANCESCONI (2004)

Tabela 7 - Região Metropolitana de São Paulo: estabelecimentos industriais e empregos formais

Indústria	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Número de estabelecimentos		49.857	50.089	48.707	47.987	47.886	48.058

Trabalho	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Empregos ocupados na indústria	1.471.699	1.382.982	1.307.999	1.178.067	1.139.645	1.173.609	1.153.674

Fonte: Seade com base nos dados da RAIS apud FRANCESCONI (2004)

Observa-se que, quando comparados os números do município de São Paulo com os da região metropolitana, o número de estabelecimentos industriais tem uma queda mais acentuada no município de São Paulo. Portanto, os mesmos confirmam a tese de que houve uma saída mais acentuada de estabelecimentos industriais do município de São Paulo, ao passo que, em relação à região metropolitana, essa diminuição foi menos acentuada.

Dessa forma, e conforme se verá adiante em relação especificamente ao município de Guarulhos, que faz parte da região metropolitana de São Paulo, é possível deduzir que, se no município de São Paulo concorreram as deseconomias de aglomeração e a reestruturação do processo produtivo de parte de seu parque industrial (levando-se em conta as corporações), em outras áreas de região metropolitana não houve uma diminuição acentuada da atividade industrial. Primeiro, porque o parque industrial aí alocado ainda se aproveita (ao contrário do que ocorreu no município de

São Paulo) das economias de aglomeração, por exemplo, a partir da proximidade em relação às corporações, o que viabiliza em muitos casos a apropriação de serviços terceirizados por estas. O parque industrial alocado na região metropolitana conta ainda com as facilidades em relação aos fluxos, viabilizando uma comunicação mais eficiente. E, novamente se referindo ao caso de Guarulhos, verifica-se que a atividade industrial em outras partes da região metropolitana de São Paulo ainda se dá utilizando tecnologia considerada média baixa e baixa.

Por sua vez, esse último aspecto concorre para o comportamento dos números em relação ao pessoal empregado na indústria, quando se compara sua evolução no município de São Paulo com a região metropolitana. Ou seja, o emprego de tecnologia considerada média baixa e baixa levará a uma demanda maior de mão de obra. Daí a diminuição do número de empregados na indústria no município de São Paulo ser mais acentuada que a diminuição do mesmo na região metropolitana de São Paulo, já que a presença mais marcante das corporações no primeiro relaciona-se ao fato destas terem maiores condições de implantarem inovações tecnológicas que levaram à diminuição dos postos de trabalho na indústria.

O caso do município de Guarulhos contou ainda com a expansão de setores, também considerados como componentes da atividade industrial. É o caso da indústria hoteleira e da construção civil. A primeira, em função da presença do Aeroporto Internacional. A segunda, conforme também se verá adiante, em função de o município de Guarulhos se viabilizar enquanto parte do banco de terras da região metropolitana, incentivando aí a construção de um número significativo de edifícios de apartamentos.

É evidente também que o comportamento dos números da atividade industrial no município de Guarulhos não ocorre isolado. Simultâneo à evolução deste setor, o setor terciário também apresentará um crescimento que acompanha os crescimentos tanto populacional, quanto da atividade industrial.

A dinâmica do processo de metropolização a partir de São Paulo vem ocorrendo pautada numa modernização que, ao mesmo tempo em que é modernizante, é também limitada pela impotência na participação de todos os atores nesse processo. Isso porque o capital, seguindo sua lógica, deve se reproduzir pautado nas diferenças sócioeconômicas e, no caso da atividade industrial, também nas diferenças tecnológicas. Surge daí uma diferença espacial técnica e do trabalho. Essa diferença é presenciada nas mais variados ordens de grandeza espacial, incluindo o próprio espaço intrametropolitano. Logo, se, por um lado, a metrópole é a expressão máxima da

modernidade capitalista, essa condição é alcançada mantendo ainda os resíduos do arcaico, já que o capital fixo (principalmente aquele ligado à atividade industrial) constituído num tempo passado não poderá ser descartado em sua totalidade. Por se tratar de um espaço que comporta um grande aglomerado populacional, a metrópole viabiliza a presença de atividades econômicas representando tempos diferenciados.

Ao se associar à técnica e às demandas da expansão capitalista, a modernidade se põe enquanto um projeto inacabado⁴⁵. Nestes termos, a modernidade se remete ao momento presente, já que o passado só pode ser encarado enquanto um “início” e enquanto uma etapa superada pelo seu movimento. No entanto, esse mesmo presente requer, a todo instante (e seguindo a lógica assinalada), a sua própria superação. Logo, essa modernidade vinculada à técnica e às demandas da expansão capitalista, se afirma enquanto presente, mas ao mesmo tempo nega esse mesmo presente porque potencialmente, ele já se põe enquanto passado. O presente é também potencialmente futuro, pois as bases deste já estarem lançadas. Racionalidade e técnica se curvam à necessidade do estabelecimento de uma velocidade que deve ser cada vez mais acelerada. O novo *ethos*, instaurado por essa modernidade estabelece, dessa maneira, um novo *hábito*: o de, a todo instante, se lançar para o futuro.

Um aspecto relevante para a análise geográfica é o entendimento dos desdobramentos espaciais frente a esse movimento temporal. É necessário, a todo instante, lembrar que essa trajetória não se cumpre sem contradições.

É a partir destes pressupostos que se entende que a análise do processo de metropolização deve encampar tanto o seu núcleo (São Paulo), quanto o seu entorno, pois esta espacialização se apresenta como a expressão materializada destas contradições.

Dessa maneira se procura aqui contextualizar as transformações sócioespaciais ocorridas em Guarulhos relacionando-as com o processo de metropolização a partir de São Paulo que, por sua vez, se baseia no movimento da modernidade acima exposto, com a ideia de periferia, que passará por transformações no que respeita ao seu entendimento, face à sua inserção na metrópole.

A análise espacial acerca da metrópole de São Paulo contempla a relação existente entre capital produtivo e capital especulativo. Os processos desencadeados a partir de seu núcleo têm como ponto de inflexão os anos 1980. Esses processos referem-

⁴⁵ HABERMAS (2002)

se à reestruturação produtiva, que toma por base a atividade industrial. Logo, faz-se necessária a distinção entre a atividade industrial no núcleo da metrópole (e, claro, levando-se em conta suas transformações recentes), e a atividade industrial no entorno do núcleo da metrópole. Ressalve-se que essa distinção não se esgota em sua caracterização, já que é salutar levar em conta a correlação existente entre os dois lados observados.

A atividade industrial no núcleo da metrópole alcançou a condição de abrigar um número expressivo de corporações. Estas, por sua vez, procederam à reestruturação produtiva (a partir dos anos 1980) e, pela sua dimensão medida principalmente a partir de seu poderio econômico, influenciaram decisivamente nos resultados alcançados pela indústria aí alocada. Ou seja, essa dinâmica passa a ser considerada a causa da diminuição da atividade industrial no núcleo da metrópole, expressa nos números condizentes à quantidade de estabelecimentos e à quantidade de funcionários por eles empregada.

O núcleo da metrópole passa então a abrigar mais efetivamente a parte correspondente à gestão da atividade produtiva. O terciário avançado aumenta a sua presença no território correspondente ao núcleo. A intensificação dos fluxos de capitais, apoiando-se nos nós que fazem parte da rede de alcance planetário, colocam São Paulo na condição de abrigar de uma forma mais intensiva o capital especulativo.

Já o entorno do núcleo da metrópole ainda abriga uma atividade industrial que localmente apresenta importância decisiva. Na composição da receita orçamentária do município de Guarulhos, a arrecadação de impostos originária da atividade industrial representa cerca de 60% do seu total. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego - Relação Anual de Informações Sociais (MTE-RAIS), de 2008, dos cerca de 252.000 empregos formais, 117.000 foram gerados pela indústria. No entanto, os números relacionados ao emprego na indústria se referem às empresas que fizeram a declaração da RAIS (pouco mais de 2.500), ao passo que, dados do próprio Ministério do Trabalho e Emprego contabilizam mais de 4.000 empresas ligadas à atividade industrial. Ou seja, pouco mais de 1.500 empresas não fizeram a declaração de seus funcionários junto ao MTE-RAIS, o que leva à dedução que a quantidade de pessoas empregadas na atividade industrial em Guarulhos seja ainda maior, em que pese a sua condição de informalidade neste mercado de trabalho.

Logo, o que se quer demonstrar é que a atividade econômica no município de Guarulhos, entendida globalmente, ou seja, levando-se em conta os diferentes setores da

economia, cresceu em concomitância com o crescimento populacional. Por sua vez, esse movimento apresentou um impacto na especulação imobiliária, comprovado a partir da intensa produção de edifícios de apartamentos verificada nos últimos anos. Para se ter uma ideia da dimensão dessa produção, segue abaixo tabela apresentando dados a respeito da construção de unidades habitacionais de dois dormitórios em algumas localidades da Grande São Paulo:

Tabela 8 - Municípios ou bairros com maior número de unidades lançadas de dois dormitórios, nos últimos 24 meses na Região Metropolitana de São Paulo.

LOCALIDADE	UNIDADES LANÇADAS	LOCALIDADE	UNIDADES LANÇADAS
Guarulhos	4.105	Parque Bristol	931
Osasco	2.816	Taboão da Serra	918
Cotia	2.735	Limão	797
Santo André	2.708	Mauá	767
São B. do Campo	2.541	São J. Clímaco	750
V. Prudente	2.213	São C. do Sul	669
Alphaville/Tamboré/Barueri	1.503	São Miguel Paulista	583
Morumbi	1.186	Penha	550
Itaquera	1.154	Barra Funda	550
F. de Vasconcelos	1.062	Campo Grande	522

Fonte: EMBRAESP in site <http://www.revista.construcaomercado.com.br>, edição 99, outubro/2009, acessado em 21/02/2010.

Tabela 9 - Municípios ou bairros com maior número de lançamentos de edifícios de apartamentos de dois dormitórios nos últimos 24 meses na Região Metropolitana de São Paulo.

LOCALIDADE	NÚMERO DE LANÇAMENTOS	LOCALIDADE	NÚMERO DE LANÇAMENTOS
Guarulhos	22	São M. Paulista	09
Itaquera	22	Mauá	09
São B. do Campo	21	Alphaville/Tamboré/Barueri	08
V. Prudente	18	Jaraguá	08
Cotia	17	Limão	06
Penha	16	São J. Clímaco	06
São C. do Sul	16	Taboão da Serra	05
Santo André	15	Parque Bristol	04
Osasco	13	Barra Funda	04
Morumbi	11	Campo Grande	04

Fonte: EMBRAESP no site <http://www.revista.construcaomercado.com.br>, edição 99, outubro/2009, acessado em 21/02/2010.

Dados relevantes apontados pelo setor da construção civil⁴⁶ para o aquecimento da construção de apartamentos de dois dormitórios na região metropolitana de São Paulo: o aumento do poder aquisitivo de uma parcela da população (principalmente aquela correspondente à faixa entre 3 e 6 salários mínimos), associado à maior oferta de créditos para as construtoras, à diminuição das taxas de juros e às melhores condições de oferta de empréstimos, verificado principalmente a partir dos anos 2005 e 2006.

No entanto, se é fato que aumentou o percentual da população que registrou aumento em seu poder de compra, é também verdadeiro o registro de uma parcela significativa da população (pessoas responsáveis por domicílios permanentes) que se situa entre as faixas de menos de um salário mínimo e entre um e dois salários mínimos. No caso de Guarulhos, é possível observar que os bairros considerados mais centrais do município apresentam percentuais mais baixos nas duas faixas citadas, enquanto que bairros considerados mais periféricos registram um aumento do percentual de pessoas responsáveis pelos domicílios permanentes nas mesmas faixas.

Nas tabelas abaixo foram escolhidos, a partir do critério de presença de infraestrutura urbana em relação à população, quatro bairros considerados centrais e

⁴⁶ Vide ainda a mesma reportagem no site <http://www.revista.construcaomercado.com.br>.

quatro periféricos (do município de Guarulhos), com seus respectivos percentuais de pessoas responsáveis pelo domicílio permanente, nas faixas de até um salário mínimo e entre um e dois salários mínimos.

Tabela 10 - Percentual de pessoas responsáveis pelos domicílios permanentes com renda de até um salário mínimo, e entre um e dois salários mínimos, por bairro considerado periférico.

Bairro	Percentual até um salário	Percentual entre um a dois salários	Total de população
Cabuçu	7,02%	14,00%	59.675
Bonsucesso	6,84%	15,33%	68.751
Pimentas	7,94%	17,53%	132.455
Cumbica	7,89%	18,46%	88.384

Fonte: Censo 2000 IBGE. Elaboração: A partir de dados da PMG – SAM – Sigeo: Sistema de Informações Georreferenciadas, in www.guarulhos.sp.gov.br, acessado em 20/08/2010.
Organização: André Luiz de Carvalho.

Tabela 11 - Percentual de pessoas responsáveis pelos domicílios permanentes com renda de até um salário mínimo, e entre um e dois salários mínimos, por bairro considerado central.

Bairro	Percentual até um salário	Percentual entre um a dois salários	Total de população
Centro	3,45%	5,06%	16.382
Macedo	3,95%	4,63%	18.369
Maia	4,35%	5,59%	5.801
Vila Augusta	6,16%	8,43%	6.513

Fonte: Censo 2000 IBGE. Elaboração: A partir de dados da PMG – SAM – Sigeo: Sistema de Informações Georreferenciadas, in www.guarulhos.sp.gov.br, acessado em 20/08/2010.
Organização: André Luiz de Carvalho.

Esses dados mostram que, nas áreas periféricas, o percentual de pessoas que se encontram nas faixas salariais mais baixas é mais elevado, ocorrendo o inverso em relação ao percentual de pessoas que moram nos bairros mais centrais. No entanto, esses percentuais ficam sujeitos a alterações a partir da consideração de diferentes fatores. Um destes fatores diz respeito à possibilidade de transformações sócioeconômicas na própria área então considerada como periferia. Ou seja, a possibilidade de, a partir do processo de especulação imobiliária, ocorrer uma transformação no perfil

sócioeconômico da população de um dado lugar é uma realidade inerente à própria dinâmica do processo de metropolização. Trata-se de um fenômeno que aí está mais presente até em função da concentração populacional e das transformações funcionais decorrentes da maior centralização do capital.

O processo de ocupação do Cabuçu deve ser entendido enquanto um desdobramento desse processo de metropolização e suas recentes transformações.

Escreve Harvey que “a acumulação do capital, na ausência de fortes correntes de mudança tecnológica poupadora de trabalho, requer o aumento da força de trabalho, que pode acontecer de várias maneiras” (2005, p. 118)⁴⁷. O autor aponta três caminhos que o capital pode optar para alcançar seu intento. Primeiro, o capital pode se favorecer do aumento populacional. O segundo seria a apropriação de excedentes latentes na forma de uma mão de obra campesina, o que redundaria na utilização de mão de obra de colônias ou outros ambientes externos. Uma terceira opção seria adotar o rumo das mudanças tecnológicas e investimentos que induziriam ao desemprego.

Já foi abordado anteriormente o significativo crescimento populacional do município de Guarulhos principalmente a partir da década de 1980. Foi discutido também que esse crescimento está associado ao movimento que associa as transformações intrametropolitanas com a conjuntura do capitalismo na escala planetária. Enquanto fatos que se associam a estas transformações intrametropolitanas observaram-se a reestruturação produtiva e as transformações no uso e ocupação do solo a partir do núcleo da metrópole, que apresentará desdobramentos para o próprio núcleo bem como para seu entorno.

Com relação à conjuntura do capitalismo na escala planetária destaque-se o processo que intensifica a centralização ainda maior no controle do capital, processo esse calcado nas fusões, privatizações, incorporações, dentre outros procedimentos adotados pelo capital.

No âmbito da metrópole de São Paulo, esse processo se caracterizará a partir de uma combinação envolvendo uma relativa desconcentração industrial a partir das deseconomias que surgem no núcleo da metrópole, além da própria reestruturação produtiva, com a continuidade do aproveitamento de economias de aglomeração por parte da parcela de empresas que não têm o mesmo poderio econômico que as corporações para empreenderem uma reestruturação produtiva. Ao mesmo tempo, essa

⁴⁷ HARVEY, D. **O novo imperialismo**, São Paulo, Edições Loyola, 2005.

parcela de empresas ocupa um lugar na nova divisão técnica do trabalho, por exemplo, executando etapas específicas do processo produtivo global, como se verifica com o crescimento da tendência na terceirização, em que as corporações transferem diferentes etapas de seu processo produtivo para empresas de menor porte.

Face ao movimento acima apontado, cabe novamente relembrar a nova posição do núcleo da metrópole (município de São Paulo) na divisão espacial do trabalho: destacadamente, a de exercer a função de gestão e abrigar o terciário avançado.

Em função desse novo quadro, consubstanciado principalmente a partir da década de 1980, como fica o município de Guarulhos?

Guarulhos vem apresentando uma situação peculiar no que respeita ao comportamento de seu processo de industrialização no período de pouco mais de duas décadas para cá, principalmente quanto ao seu crescimento e ao seu componente tecnológico. Especificamente relacionado ao seu crescimento, é possível verificar que, no período que vai de 1985 a 2009, somente em três oportunidades (1992, 1998 e 2007) houve pequena queda nos totais de quantidade de estabelecimentos industriais. Se levarmos em conta que, no mesmo período, os índices de crescimento da população absoluta do município foram sempre positivos (segundo os dados do censo do IBGE, em 1980, a população absoluta do município era de 532.726; já a contagem populacional de 2006 registrou 1.283.256 habitantes) deduz-se que Guarulhos (guardadas as devidas proporções) assume uma tendência que se verificava em São Paulo até o início dos anos 70, em que se podia correlacionar industrialização com urbanização.

Logo, o movimento da atividade industrial no interior da metrópole deve ser analisado levando-se em conta o *lugar* enquanto componente. Mas é também preciso considerar que o lugar não se põe somente enquanto manifestação de um movimento que se dá internamente a ele. Na conjuntura de uma economia mundializada e, cada vez mais financeirizada, os fatores externos também concorrem de maneira decisiva.

Numa conjuntura como a brasileira, estas condições de reprodução do capital acentuam ainda mais o processo de acumulação por espoliação, caracterizado, segundo Harvey, pela necessidade de existência de um fundo de ativos ainda “fora” do sistema capitalista. Esse parece ser o fundamento que explica o afluxo de capitais registrados em direção ao Brasil nos últimos anos e que concorrem para os dados abaixo:

Tabela 12 - Guarulhos - Estabelecimentos industriais por setor de atividade⁴⁸

Ano/Setor IBGE	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviço industrial de utilidade pública	Total
1985	11	1207	08	1226
1986	11	1345	06	1362
1987	12	1417	04	1433
1988	12	1462	04	1478
1989	12	1554	08	1574
1990	12	1620	10	1642
1991	11	1644	09	1664
1992	10	1590	09	1609
1993	10	1609	10	1629
1994	11	1815	08	1834
1995	13	2544	11	2568
1996	14	2790	10	2814
1997	17	2867	15	2899
1998	12	2847	11	2870
1999	16	3027	14	3057
2000	21	3218	17	3256
2001	21	3348	16	3385
2002	22	3419	20	3461
2003	28	3557	22	3607
2004	31	3609	24	3664
2005	25	3764	24	3813
2006	28	3988	31	4047
2007	22	3901	33	3956
2008	22	4021	36	4079
2009	21	4140	38	4199

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Guarulhos, RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego www.guarulhos.sp.gov.br, acessado em 20/08/2010.

Quanto ao crescimento do parque industrial guarulhense, os dados apontam um aumento expressivo justamente num período em que estaria ocorrendo a

⁴⁸ Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

desindustrialização em bairros de São Paulo. Tal verificação poderia simplesmente apontar para discurso da transferência ou o deslocamento de parte do parque industrial então alocado em São Paulo em direção a Guarulhos.

No entanto, o crescimento da atividade industrial de Guarulhos se deve principalmente à participação de empresas que apresentam estruturas com média baixa e baixa tecnologia. Em depoimento ao jornal *Diário de Guarulhos*, de 20/08/2010, Daniel Pestelli, diretor titular do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) Guarulhos, comentando o resultado do município ocupando a terceira posição no ranking nacional de empregos formais na indústria, com 107.435 empregados registrados até 31/12/2009, declarou: “A base industrial de Guarulhos é grande. As empresas instaladas na cidade caracterizam-se em estruturas de média baixa e baixa tecnologia, o que necessita de maior mão de obra e leva ao aumento da demanda de emprego” (2010, p. 13)⁴⁹. Os dados acima apresentados também confirmam a declaração dada pelo diretor do Ciesp Guarulhos. Isso porque os dados da RAIS são apresentados em números absolutos, não havendo a distinção entre as empresas declarantes em termos de quantidade de funcionários devidamente registrados e aquelas de caráter micro empresarial em que nem sempre os empregados estão devidamente registrados. As micro empresas (em Guarulhos em quantidade expressiva) normalmente adotam estruturas de média baixa e baixa tecnologia.

A título de exemplo, podem ser tomados os resultados de 2009 (estabelecimentos por setor de atividade industrial) que aparecem na tabela acima. Do total de 21 empresas industriais ligadas ao extrativismo mineral, 10 não declararam a quantidade de funcionários devidamente registrados; do total de 4140 indústrias de transformação, 1596 também não o fizeram; dos serviços industriais de utilidade pública, 24 de um total de 38 também adotaram o mesmo procedimento.

Ao se comparar essa condição da atividade industrial em Guarulhos com a interpretação de Lencioni⁵⁰ a respeito da motivação e o tipo de empresa que se deslocou para fora da cidade de São Paulo, é possível deduzir que, ao menos a maior parte das empresas que surgiram no município de Guarulhos nas duas últimas décadas não é originária de São Paulo, já que, para a autora, foram principalmente as corporações, aquelas que tiveram condições de aplicar inovações tecnológicas, possibilitando, inclusive, a separação entre o “chão de fábrica” e a parte administrativa, as que,

⁴⁹ Jornal *Diário de Guarulhos*, 20/08/2010.

⁵⁰ LENCIONI (1998)

majoritariamente, transferiram esse “chão de fábrica“, destacadamente, para o interior do estado de São Paulo.

No entanto, o aumento da demanda de empregos ora apontado apresenta já a contrapartida assinalada pelo mesmo diretor do Ciesp Guarulhos ao informar que: “nossa meta é mudar o perfil dos equipamentos e possibilitar crescimento e inovação” (2010, p. 13)⁵¹. De acordo com as alternativas apontadas por Harvey acima, e conciliando com a declaração do representante do Ciesp Guarulhos, a atividade industrial deste município já estaria no caminho da mudança tecnológica que induziria, no futuro, ao desemprego.

Ao discutir a tese de Rosa Luxemburgo, Harvey aponta que o capitalismo requer algo “fora de si mesmo” para acumular. Nesse caso, ocorre a expulsão do trabalhador do sistema num dado momento e, num período seguinte, a sua re-inserção já sob a pressão de uma tendência de baixa dos salários do setor. Cabe ainda assinalar, com relação à entrevista do diretor do Ciesp, que o mesmo apontou ainda que “a economia guarulhense é baseada na indústria, que paga duas vezes melhor que o comércio e dinamiza a cidade” (2010, p. 13)⁵². Ao se verificar o total das receitas do município, contata-se, de fato, essa fundamental participação da atividade industrial: conforme dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o percentual de participação da atividade industrial nas arrecadações ultrapassa a casa dos 60%.

Esse expressivo resultado deve ser associado também à participação de um ramo de atividade industrial em específico: a indústria da construção civil.

Guarulhos vem se viabilizando enquanto importante área de produção de moradias (a partir principalmente da produção de edifícios de apartamentos), notadamente para o extrato social considerado como classe média. Mesmo sendo verificado um acelerado processo de especulação imobiliária, a crescente oferta de imóveis em Guarulhos ainda se apresenta com preços menores que os verificados em São Paulo, quando comparados imóveis que tenham os mesmos padrões (como metragem e número de dormitórios).

Aqui também deve ser levada em conta a questão da logística. Ao ser cortado por duas importantes rodovias federais (Dutra e Fernão Dias) e uma estadual (Ayrton Senna), o município se viabiliza tanto para as empresas aí instaladas, quanto para os habitantes, em função da proximidade de São Paulo. Conforme já apontado, também

⁵¹ Jornal Diário de Guarulhos (2010)

⁵² Jornal Diário de Guarulhos (2010)

deve ser levada em conta a presença do Aeroporto Internacional e, futuramente, o trem expresso.

A presença desta logística favorece a acumulação por espoliação. Por ser a metrópole um espaço melhor dotado desse tipo de infraestrutura, os arranjos territoriais gestados principalmente a partir de grandes interesses econômicos possibilitam uma combinação de diferentes casos. Ao se analisar a metrópole a partir dos “pedaços” que a compõem, verificam-se tendências diferenciadas aqui e acolá. Entenda-se aqui por tendência o estabelecimento de padrões de uso e ocupação do solo. No caso de Guarulhos, ocorre, neste atual recorte, um padrão que combina a presença de uma expressiva atividade industrial com uma média de componente tecnológico considerado baixo, além da produção, também expressiva, de edifícios de apartamentos um terceiro fator seria a indústria hoteleira que, no entanto, não se apresenta tão disseminada em função da necessidade de uma logística em específico. Insiste-se aqui que essa tendência no uso e ocupação do solo em Guarulhos intensificou-se a partir da década de 1980.

No entanto, o território de Guarulhos é inserido na lógica da modernização metropolitana ao menos desde a década de 1950, momento em que a inauguração de importantes vias de comunicação ao mesmo tempo representaram esse processo, bem como abriram o flanco para sua intensificação: em 1951 foi inaugurada a rodovia Presidente Dutra, ligando as duas metrópoles nacionais; em 1959 foi inaugurada a rodovia Fernão Dias (a rodovia Ayrton Senna, mais recente, foi inaugurada em 1982).

A importância destas datas está na lógica de valorização do solo que, por sua vez, viabiliza a ampliação do banco de terras a partir do núcleo da metrópole e que, agora, deve se estender em função do próprio processo de esvaziamento dos bairros tradicionais de São Paulo, conforme apontado anteriormente. A intensificação do processo de modernização em Guarulhos vem possibilitando, conforme já apontado acima, o predomínio do uso e ocupação de seu solo a partir da atividade industrial e da produção de edifícios de apartamentos. Com relação a esse último, deve ser assinalado que uma de suas principais consequências é fazer surgirem tanto outras centralidades, quanto o seu corolário, as outras periferias. A esse respeito, cabe ressaltar que a mundialização da economia vem acelerando a participação do capital internacional também no processo de endividamento de longo prazo no mercado imobiliário

brasileiro. Recorre-se aqui às constatações preliminares de Flávia Martins⁵³ a esse respeito:

A pressão sobre os terrenos urbanos, na formação de bancos de terras, aumentou os seus preços; os bancos de terras são formados em terras periféricas disponíveis, provocando a formação de novos centros, implicando em ‘expulsões’ e intensificando as grandes distâncias urbanas. Esta pressão se dá de forma simultânea em muitas metrópoles brasileiras, apresentando o processo de forma generalizada às diferentes realidades urbanas. (2009, p. 31)

No percurso do que aqui se denomina reposição da periferia, está a intensa circulação do solo urbano a partir de sua inclusão na lógica do processo de compra e venda e da necessidade de sua constante valorização. Daí que, na metrópole, o título de propriedade acaba por se transformar, em muitos casos, numa verdadeira abstração. A abstração dos títulos de propriedade não se dá somente em função das manobras no mercado de ações, já que investir na reprodução do solo urbano é, na maioria dos casos, um negócio rentável. É possível constatar, dentro da realidade urbana brasileira, a combinação de processos capitalistas com processos “não capitalistas”. A formação do banco de terras na forma descrita por Flávia Martins segue o padrão da legalidade dos títulos de propriedade urbana, ainda que a sua intensa circulação leve à condição de abstração (no sentido da dificuldade de identificação dos seus verdadeiros proprietários).

Por outro lado, a formação das periferias urbanas no Brasil segue, em princípio, baseada numa regra: a da formação de um banco de terras a partir do processo de grilagem. A grilagem apresenta-se enquanto um fenômeno complexo e contraditório. Na metrópole paulista essa regra é, até o momento, recorrente. A área aqui abordada, o Cabuçu, apresenta os mesmos mecanismos de parcelamento e comercialização das frações de solo: trata-se de uma região que apresenta restrições⁵⁴ quanto ao seu uso e ocupação pelo fato de ser classificada como área de preservação. Normalmente, atuam aí grileiros, com ou sem o consentimento dos proprietários destas áreas, que se encarregam de estabelecer o loteamento e a comercialização dos lotes. A população de

⁵³ MARTINS, Flávia Elaine da S. A produção da escala metropolitana e do seu pesquisador: elementos de ritmanálise, in **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, Ed. Especial, 2009, p. 29-39.

⁵⁴ O bairro do Cabuçu localiza-se junto à serra da Cantareira, originalmente florestada e abrigando mananciais, fato que leva a legislação vigente a impor restrições quanto ao desmatamento, por exemplo.

baixa renda, atraída pelos preços dos lotes, adquire-os através de um contrato simples de compra e venda.

Uma das contradições a serem aí assinaladas diz respeito à realização da propriedade privada levando-se em conta o processo de valorização do solo inerente a uma área metropolitana, por um lado, e, por outro, as restrições quanto ao seu uso, no caso aqui estudado, pelo fato de se tratar de uma área de preservação, o que inibe a sua otimização do ponto de vista do mercado imobiliário. Do ponto de vista de seu proprietário, esta propriedade não se realiza, pensando-se aqui no sentido da lógica da especulação; ela se encontra amortizada por força da legislação. É então que a grilagem deste solo surge como uma solução, ao menos momentânea, para a resolução dessa negação.

São já conhecidos os procedimentos de inúmeros proprietários de parcelas do solo urbano que se inserem em zonas de uso restrito (por exemplo, as ZPA's zonas de proteção ambiental e as ZPP's, zonas de preservação permanente), estabelecidas pelas legislações municipais. Muitos destes proprietários estabelecem uma pessoa de sua confiança para promover uma "invasão" em sua propriedade. Isso se deve ao fato de ele, enquanto proprietário, estar proibido de desmatar sua propriedade além dos 30% estabelecidos pela legislação. No entanto, o avanço da mancha urbana em direção às zonas de uso restrito da área metropolitana, faz avançar também a pressão do mercado imobiliário sobre estas, apresentando como resultado o aumento dos preços dos terrenos.

Concluída a "invasão", o processo de desmatamento ocorre sem que o mesmo represente um problema judicial para o proprietário da área, já que, para todos os efeitos, foram os "invasores" que realizaram o desmatamento. Há o parcelamento do solo na forma de lotes, que são vendidos aos "invasores" que, de acordo com suas posses, vão construindo suas respectivas casas. Dessa forma, o proprietário consegue viabilizar a comercialização de sua antiga área acrescentando a esta um valor, já que, a partir dessa lógica, o solo se apresenta dotado de um valor de troca.

A propriedade se realizou enquanto tal a partir do ponto de vista do antigo proprietário. No entanto, essa propriedade, agora parcelada, entra num complexo caminho até chegar à sua posituação de fato. Ou seja, do ponto de vista de seu comprador, e levando-se em conta as legislações vigentes, encontramos-nos diante de uma não-propriedade parcelada, ou a sua negação. Há que se registrar, porém, que essa não-propriedade se põe enquanto negação no plano institucional, na condição em que a

legislação não a reconhece enquanto tal. Muitas vezes, o legítimo proprietário das áreas griladas não é encontrado. Às vezes, se trata de uma escolha dos herdeiros que, não vislumbrando a chance de valorizar estas terras de acordo com o desejado, não se apresentam às autoridades cartoriais enquanto tais e, ao mesmo tempo, comandam ocultamente a sua grilagem. Essa indefinição, no entanto, não a inviabiliza, enquanto propriedade, no plano ideológico, já que ela poderá seguir circulando enquanto tal (é o caso em que o lote adquirido nas condições descritas acima é revendido). Daí que a sua condição enquanto valor de uso pode instantaneamente dar lugar à condição de valor de troca.

Há também o caso em que uma invasão é comandada pelo proprietário legal, e permite-se a construção de moradias até o momento em que o loteamento ilegal ganha feições de um bairro com algum grau de consolidação. Posteriormente a essa etapa, o proprietário legal surge em cena exigindo ou a reintegração de posse, ou um “reajuste” sobre os preços dos lotes.

Como os resultados em termos de ocupação desse mecanismo de especulação ocorrem rapidamente, num curto tempo determinadas áreas podem abrigar até milhares de moradores. Essa prática, já amplamente disseminada na área metropolitana, revela-se enquanto fator importante da própria modernidade em questão, primeiro, por acentuar o papel da propriedade privada tanto ideológica, quanto institucionalmente. Segundo, por se tratar de um mecanismo que se coloca como ininterrupto, exigindo a reposição constante do banco de terras, ampliando o território da metrópole e, nesse contexto, esfumando a cidade⁵⁵.

3.4 - A periferia no contexto da cidade e da metrópole

O processo de metropolização apresenta a modernidade no sentido capitalista que ela acabou por tomar. Se havia a ideia de que “o ar da cidade liberta”, nas metrópoles, que são como cidades desmesuradas, configuram-se um modo de vida que, ao menos, busca sua afirmação através de um processo de estandarização, ainda que esta possa ser também entendida enquanto uma cultura em específico vinculada ao

⁵⁵ A esse respeito consultar ALFREDO, Anselmo Cidade e metrópole, uma identidade contraditória no processo de urbanização contemporânea in **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade** Ana F. A. Carlos e Amália I. G. Lemos (org.), São Paulo, Ed. Contexto, 2003.

“novo homem”, que nasce exatamente sob o signo de valores como liberdade, democracia e igualdade.

Fica claro também que a afirmação desse processo traz no seu bojo a sua negação, já que a estandarização requerida não é alcançada principalmente a partir da premissa que se trata de uma sociedade que se reproduz acentuando a desigualdade. É então que a periferia nas metrópoles tende a se ampliar nas suas duas formas: a periferia geográfica e a periferia social (ou ainda ambas se desenvolvendo conjuntamente).

Essa dinâmica apresenta-se melhor explicitada a partir da relação existente entre a cidade e a metrópole. Conforme assinala Alfredo⁵⁶, o processo de metropolização concorre para o desaparecimento da identidade da cidade. É necessário entender essa questão do desaparecimento no sentido amplo, principalmente a partir dos modos de vida que progressivamente vão se transformando. Esse processo também se relaciona com a formação das periferias. O caso por nós estudado apresenta, em alguns depoimentos colhidos a condição anterior do lugar que agora passa a ser reconhecido como periferia. Essa questão será mais aprofundada adiante; no entanto cabe aqui adiantar alguns aspectos que reforçam o caso aqui analisado.

⁵⁶ ALFREDO (2003).

Foto 1 - Aspecto do comércio no Recreio São Jorge. Autor: André L de Carvalho 23/10/2009.

Conforme já apontado, o bairro do Cabuçu passou por um processo de crescimento populacional, assentado na mudança do padrão de uso e ocupação, a partir da intensificação da abertura de loteamentos irregulares e clandestinos, mas apresentando diferenças quanto ao processo de uso e ocupação recentes (que, no caso da presente pesquisa, ganha corpo principalmente a partir da década de 1980).

A divisão político administrativa da Prefeitura de Guarulhos estabelece que o bairro denominado Cabuçu, abrange diferentes denominações que, à medida que foram crescendo em termos de ocupação, passam a ganhar nomes específicos: Jardim dos Cardoso, Vila Cabuçu, Monte Alto, Recreio São Jorge e Novo Recreio.

A área relativa às Chácaras Cabuçu, corresponde a uma área anteriormente formada, como o próprio nome indica, por chácaras de veraneio. Já as áreas correspondentes ao Recreio São Jorge e Novo Recreio não apresentavam esse tipo de parcelamento do solo; correspondiam, segundo consulta por nós realizada junto aos processos de pedido de regularizações na Secretaria da Habitação de Guarulhos, a uma extensa área então pertencente a um único dono, Bechara Beyruti.

Em ambos os casos, o processo de parcelamento do solo a partir da formação de loteamentos foi ocorrendo de maneira a se intensificar a partir dos anos 1980. No entanto, há diferenças expressas pelos próprios entrevistados quanto à situação topográfica, de infra-estrutura e até mesmo de identidade envolvendo o Cabuçu, por um lado, e o Recreio São Jorge e o Novo Recreio, por outro.

A parte correspondente ao Jardim dos Cardoso, Vila Cabuçu e Monte Alto tinha como principais características o fato de abrigar famílias proprietárias de diferentes chácaras cuja topografia, em sua maioria, não apresentava índices de declividades considerados impróprios para a construção de moradias. Com o processo de parcelamento das mesmas, a construção de moradias, num primeiro momento, não apresentou maiores problemas em termos de construção em áreas de risco.

Outro aspecto relevante é o fato de nos depoimentos colhidos nas entrevistas, ser exposta uma opinião em comum: a distinção da realidade envolvendo, de uma parte, o Cabuçu, e de outra parte o Recreio São Jorge e o Novo Recreio. As entrevistadas, num caso uma freira que trabalha há três décadas num instituto que presta serviços de reforço escolar, e noutro, uma pessoa que viveu aí desde a década de 1960 e que agora milita num Ponto de Cultura⁵⁷ do Cabuçu, referem-se ao Recreio São Jorge e ao Novo Recreio utilizando o pronome “eles”. Além dessa forma de referência, surgiram nas respostas as expressões: “lá é outra coisa!”, “lá é outra história!”, “lá a coisa é feia!”, “lá eu nem sei bem como é que é!”. O que se quer mostrar aqui é que a divisão político administrativa da Prefeitura não é assimilada pelos moradores. Estes, a partir de suas histórias de vida, além das experiências diferenciadas de apropriação do lugar, estabelecem identidades e territorializações que escapam ao que é instituído pelos órgãos de governo.

Ao entrevistar uma moradora do Novo Recreio, uma localidade que, de fato, apresenta um quadro de infraestrutura urbana bem mais precário do que a localidade denominada como Jardim dos Cardoso, alguns aspectos mostram-se também relevantes: a mesma tem filhas que já se casaram, resultando destas uniões netos. Todos construíram moradias no Novo Recreio. No entanto, a entrevistada é proprietária de um terreno no município de Itaquaquecetuba e a família resiste em se transferir para esse município a despeito da precariedade dos equipamentos urbanos do Novo Recreio, bem como da insegurança pela ausência de um título de propriedade de suas moradias, já que

⁵⁷ Pontos de Cultura foram uma iniciativa do Ministério da Cultura no sentido de criar uma localidade dentro de comunidades carentes que pudessem fomentar projetos ligados à cultura, como música e teatro. O Ponto de Cultura do Cabuçu fomenta ainda atividades de leitura e acesso à internet.

os vários processos desta área, em tramite na Prefeitura, apontam para a complexidade na regularização da mesma.

Por outro lado, o processo de metropolização, abarcando essas “diferentes” áreas, tende a homogeneizar as relações sociais principalmente quando se leva em conta a prevalência da lógica da mercadoria, apresentando-se como expressão máxima a lógica da propriedade privada (aqui, em específico, a propriedade privada do solo). Impondo-se a partir de seu caráter modernizante, a metrópole, apoiando-se na lógica da propriedade, tende, inclusive, a negar essa periferia. Isso se dá a partir do momento em que os interesses capitalistas postos analisam que é possível intensificar a especulação imobiliária. Uma entrevistada⁵⁸ da parte denominada Jardim dos Cardoso relatou que, até os anos 1980, “ninguém se importava como isso aqui”. A mesma relatou que mais recentemente começaram a surgir os proprietários com pedidos de reintegração de posse, alguns resultando, inclusive, em despejos.

Ao mesmo tempo, esse movimento ininterrupto, leva o processo de metropolização a afirmar a periferia em outras localidades, diante desta necessidade de ampliação da especulação. Atualmente, o Cabuçu é alvo de grupos que querem aí investir. Há interesses na construção de supermercados, de condomínios residenciais fechados que lançam mão do apelo da proximidade da natureza (presença da Serra da Cantareira), além da possibilidade de acesso a outros equipamentos urbanos, em função da ampliação do sistema viário, para citar os principais aspectos que têm levado ao aumento da especulação imobiliária na região.

É nesse contexto que a cidade e a metrópole travam a batalha exposta por Alfredo:

Os termos (cidade e metrópole), para os diferentes autores, são admitidos como momentos diferenciados de um processo que comporta a passagem de um para o outro. Trata-se, portanto, de uma opção metodológica onde a resultante da análise comporta não só a admissão da metropolização como também o fato de esta necessariamente comportar o desaparecimento da cidade como sua condição. Assim, metropolizar, deste ponto de vista, é necessariamente destituir a cidade em metrópole, esta última, resguardaria em si uma identidade qualitativa que estaria subordinada a uma dimensão quantitativa. A cidade se metropoliza

⁵⁸ As entrevistas feitas serão mais detalhadamente discutidas no próximo capítulo.

na medida em que amplia sua extensão física. Isto não descarta (...) o desenvolvimento de processos abstratos de sociabilidade. (2003, p. 45)

O que se quer ressaltar aqui é que o processo de metropolização, expandindo-se a partir de seu núcleo, reproduz o movimento de destituição da cidade não só no âmbito deste mesmo núcleo. Ao materializar a expansão do tecido urbano, a metrópole procede a uma homogeneização de seu território *no sentido de sua lógica reprodutiva*. Por sua vez, esse processo tem que se afirmar negando as formas de apropriação que escapem à lógica da especulação imobiliária. Dessa maneira, a propriedade privada, enquanto instituição resguardada pela força da lei, é um dos principais motores tanto no sentido do surgimento de novas centralidades, quanto no sentido do surgimento de seu corolário: as áreas periféricas.

O fenômeno urbano, enquanto estabelecimento de um modo de vida em específico, além de favorecer a constante valorização imobiliária, coloca o espaço periférico na metrópole em sua dupla dimensão.

Primeiro a de ser ele próprio, ou seja, um espaço periférico e, nessa condição, materializar a divisão técnica e social do espaço. Esta, por sua vez, existe em função das próprias necessidades de reprodução do capital que, é importante lembrar, lança mão de uma combinação contraditória. Para exemplificar essa combinação contraditória, observe-se novamente a questão da aplicação da técnica à atividade industrial, que apresenta uma espacialização que, mesmo em se tratando do espaço da metrópole, abriga empresas que podem dispor de equipamentos de última geração e empresas que não terão essa mesma condição. Essa diferença expressa o próprio nível de centralização do capital alcançado no atual estágio, já que este mesmo nível determina também o grau de subordinação das empresas menores em relação às corporações.

Esse processo se verifica principalmente em metrópoles de países considerados como não produtores de alta tecnologia, sendo que a presença desta se dará principalmente em função da atuação das chamadas corporações. Outro aspecto relevante é que essa combinação contraditória não impede (e talvez seja, inclusive, um dos fatores) o crescimento em ritmo mais acelerado das metrópoles dos países não desenvolvidos em comparação com aquelas dos países desenvolvidos.

Nesse contexto, a combinação envolvendo centro e periferia ocorre nos mais variadas ordens de grandeza e obedecendo à lógica de reprodução do capital, que se dá a partir da divisão técnica e social do espaço.

A outra dimensão do espaço periférico na metrópole é a sua condição de não-periferia. Trata-se aqui da própria negação da periferia enquanto tal. Essa negação segue a lógica da reprodução do espaço enquanto um componente que ganha cada vez mais relevância no âmbito da metrópole. Essa lógica baseia-se na atual prevalência do capital especulativo, que ganhou essa posição sobre o capital produtivo (industrial), outrora predominante.

Seguindo a nova concepção, originada a partir do capital especulativo, o espaço da metrópole abriga os efeitos da especulação imobiliária de uma maneira mais decisiva. Isso porque a atual condição de seu núcleo (São Paulo) enquanto espaço que abriga a função de gestão e o terciário avançado, levou à produção imobiliária de edifícios inteligentes e de escritórios para locação. Além disso, o fato de seus bairros considerados mais centrais abrigarem imóveis que são mais valorizados em relação a outras áreas da metrópole (bairros mais periféricos e outros municípios da região metropolitana) vem ocasionando a diminuição da população aí residente, já que somente os extratos sociais de maior poder aquisitivo têm condições de arcar com os preços destes imóveis.

Essa nova realidade verificada a partir do núcleo da metrópole vem apresentando consequências para as áreas consideradas periféricas. É possível identificar vários exemplos de áreas periféricas passando pela intensificação da especulação imobiliária como uma consequência das transformações ocorridas no núcleo da metrópole.

Logo, a extensão do tecido urbano representa a extensão do próprio *sentido* da modernidade (posta aqui nos termos de sua relação com a lógica do capital). Portanto, a periferia tem que assumir a sua condição de não-periferia, já que ela é parte do tecido urbano e, por extensão, assume a condição de sua própria negação, no sentido que ela também assume esse teor modernizante.

Por outro lado, o sentido da modernidade aplicado à periferia, e tendo como resultado a sua negação, é o mesmo sentido que a afirma, já que deriva de seu movimento o surgimento de novas centralidades juntamente com o seu oposto.

No próximo capítulo, o bairro do Cabuçu será explorado tendo como premissa o destaque dado às suas especificidades (por exemplo, a sua própria localização no sítio urbano) em combinação com a modernidade que se instaura na cidade e, por extensão, na metrópole.

CAPÍTULO 4 – Periferia e modernidade: metamorfoses na cidade, metamorfoses na metrópole

O termo periferia passa a ser mais usualmente aplicado em geografia, à medida em que a evolução do capitalismo foi estabelecendo diferenças sócioeconômicas que passaram a ser relacionadas com a produção dos diferentes territórios. Essas diferenças também se tornam espaciais e são perceptíveis desde a passagem que marca a queda do sistema feudal, que tinha como base econômica a atividade agrícola, para a ascensão do sistema capitalista, cuja base econômica passa a se associar à atividade industrial. No período áureo do feudalismo, o predomínio da atividade agrícola fazia com que as diferenças sócioespaciais não se pusessem de maneira tão flagrante a ponto de se estabelecer uma oposição envolvendo um e outro espaço. A paisagem agrícola então predominante na Europa garantia uma homogeneidade do ponto de vista espacial.

Com o processo de industrialização se desenvolvendo e com o movimento da indústria no sentido de se instalar e se fixar mais na cidade, surgem duas consequências: primeiro, a produção do espaço urbano já inicia um processo em que a fragmentação desse espaço estabelece de maneira mais evidente as diferenças sócioeconômicas decorrentes da própria evolução do capitalismo; segundo que, com essa evolução, fica também mais evidenciada a oposição envolvendo o centro e a periferia, já que passa a haver a identificação entre o urbano e o centro e entre o rural e a periferia.

No entanto, a fragmentação do espaço continua a ocorrer nas diferentes ordens de grandeza. Essa fragmentação ganha novas conotações à medida que as relações capitalistas se apresentam mais complexas, além de aprofundar o seu processo de mundialização. Cabe então retomar as definições usualmente atribuídas aos termos periferia e subúrbio do ponto de vista de sua vinculação ao espaço urbano.

Com relação ao termo periferia, observa-se que o seu emprego, junto ao espaço urbano, normalmente está associado às porções do território da cidade, predominantemente produzidos para abrigar moradias de população de baixa renda. Ao se situar a algumas décadas atrás, observava-se também esta definição em associação com a distância em relação ao centro (assinalando que, nessa época, a cidade ainda não ganhara a condição de ser polinucleada).

Com o passar do tempo, essa definição ganhou outros contornos. Um exemplo disso foi a própria mobilidade das classes mais abastadas no interior do território da

cidade. Estas passam a produzir um espaço de isolamento em relação ao restante do território urbano. A produção de bairros jardins e, posteriormente, condomínios fechados, distantes do centro, passou a ser também denominado como periferia, por parte de alguns geógrafos.

Posteriormente, a intensificação do processo de urbanização levou à formação da cidade polinucleada. Novamente se observa uma transformação na ideia de periferia, já que muitas áreas então associadas ou classificadas como tal, agora se encontram na condição de uma nova centralidade. Dessa forma, outras localidades, agora distantes das novas centralidades, passam a ser consideradas como periferias. Modifica-se a noção de distância aplicada à ideia de periferia. Esse fato se associa ao próprio desenvolvimento dos transportes. Porém a essência de periferia enquanto o lugar de moradia da população de baixa renda permanece. Ou seja, a periferia continua sendo reconhecida enquanto lugar onde há uma dificuldade de acesso a equipamentos urbanos. É também importante destacar que ao associar a periferia com o lugar de moradia da população de baixa renda, se quer também destacar a questão da insuficiência de equipamentos urbanos que possam atender a população aí instalada.

Com o aumento da concentração da renda e a consequente marginalização de boa parte da população dos centros urbanos, principalmente nos países não desenvolvidos, as áreas centrais passam a ser ocupadas por uma parte da população de baixa renda, através de modalidades específicas de habitação, como os cortiços. Esse fato faz parte das estratégias de sobrevivência dessa parcela da população, que pode usufruir de parte da infraestrutura oferecida nas áreas centrais, bem como da própria condição de aglomeração aí presente, podendo ser citado como exemplo a grande quantidade de bares e restaurantes que fornecem uma parte da alimentação destas pessoas.

Os cortiços, enquanto modalidades de moradia ampliam-se em número e, portanto, em quantidade de pessoas a serem abrigadas por eles num processo contraditório. Para os proprietários dos cortiços ocorre a valorização de seu imóvel, em função de os mesmos auferir uma renda que, relativamente, é elevada. Já do ponto de vista dos proprietários dos imóveis próximos aos cortiços, essa presença significa desvalorização do seu patrimônio.

Ao observar, por exemplo, a situação da cidade de São Paulo na década de 1940, nota-se que ainda persistia uma realidade sócioespacial identificada com o rural, principalmente nos fragmentos de território urbano classificados, ou como periféricos,

ou como suburbanos. Nesse sentido, a cidade era ainda constituída a partir de uma condição intermédia entre o urbano e o rural.

Por outro lado, é possível verificar atualmente a mesma realidade ao menos em sua aparência. Essa mesma realidade se dá, porém, incorporando novos conteúdos, consequência do atual estágio de desenvolvimento capitalista. É o que se pode verificar em cidades do interior paulista impactadas pela agricultura comercial. Nestas, a formação do complexo agroindustrial tem o significado de trazer a tona uma atividade agrícola moderna que reedita, na aparência, a cidade meio urbana, meio rural. Os novos termos se colocam enquanto a combinação presente no complexo agroindustrial, que envolve diferentes componentes produtivos, como a indústria de fertilizantes, a infraestrutura para fornecimento e manutenção de maquinários agrícolas, o beneficiamento dos produtos agrícolas, as transformações nas relações de trabalho, a intensificação das transações financeiras, dentre outros.

No entanto, a essência desse processo remete à extensão do tecido urbano.

Voltando à análise do espaço urbano, verifica-se, na trilha do aprofundamento das relações capitalistas, um processo de fragmentação espacial que reflete a divisão sócioespacial da cidade. Já se assinalou que a origem dessa periferia é identificada a partir da intensificação do processo de especulação imobiliária, o que levou a muitas destas áreas classificadas como periferias a serem consideradas, num dado momento, como vazios demográficos. Isso se deveu ao fato de que áreas que se localizavam a distâncias ainda maiores em relação ao centro de São Paulo, fossem loteadas antes do que áreas mais próximas desse centro, constituindo já um banco de terras a espera de um momento mais propício para sua comercialização.

A periferia da metrópole, nesse sentido, deve ser entendida enquanto resultado do aprofundamento das relações capitalistas que, por sua vez, levaram à sua crescente valorização e à condição de objeto de especulação.

Ao observar a metrópole hoje, e tendo por base o fato de o capital financeiro ter no solo urbano um foco para direcionar seus investimentos, verifica-se que a área passível de ser entendida como periferia se espalhou pelo território da metrópole. Nesse movimento, é importante assinalar o papel do núcleo da metrópole. Observou-se que, desde a década de 1940, o núcleo da metrópole de São Paulo influenciou na ocupação de parte do solo de outros municípios que passaram a formar a região metropolitana. Por ser um processo, esse movimento não apresenta um fim; ele transforma seu

conteúdo à medida que as metamorfoses que se dão no âmbito da reprodução do capital assim exigem.

Com a reestruturação do capital produtivo, constatou-se que o núcleo da metrópole passa por transformações que afetarão a sua reprodução espacial. Foi visto que essa reestruturação levou parte desse capital produtivo a se deslocar para fora do núcleo da metrópole, em função da importância conferida, no atual estágio, a uma parcela do capital financeiro (cabendo sempre a ressalva que não se trata aqui de estabelecer uma análise em separado acerca dos tipos de capital citados). Essa parcela do capital financeiro passa a ser mais determinante na nova configuração espacial do núcleo da metrópole.

O papel desempenhado pela fração do capital financeiro que intensifica a construção de produtos imobiliários com características específicas - edifícios de escritórios, geralmente destinados a grandes empresas, e produção de moradias para classes de maior poder aquisitivo em bairros considerados tradicionais – influencia também na reprodução espacial de outros lugares do território metropolitano. Dessa forma, os municípios que fazem parte da área metropolitana apresentarão desdobramentos espaciais decorrentes das metamorfoses ocorridas a partir do núcleo da metrópole. De quais desdobramentos se trata aqui? Nos municípios que compõem a região metropolitana, se aprofundará a fragmentação do espaço, como decorrência da mobilidade da população no território da metrópole. Essa mobilidade está assente principalmente na necessidade de resolução dos problemas de moradia e emprego. No que concerne especificamente à necessidade de resolução do problema da moradia, é importante destacar que as transformações, no âmbito do território da metrópole, intensificam a especulação imobiliária de maneira a abranger esse território. Nesse sentido, a possibilidade dos mais variados fluxos de pessoas ao longo do território da metrópole, principalmente em função do uso disseminado do automóvel, faz com que, para uma classe de maior poder aquisitivo, o local de moradia possa se localizar, agora, fora do município de São Paulo.

Por outro lado, e levando-se em conta as classes de menor poder aquisitivo, a resolução do problema da moradia entra em choque com a especulação imobiliária disseminada ao longo do território da metrópole. Logo, para estas classes, resolver o problema da moradia, mesmo nos outros municípios que compõem a metrópole, se tornou uma tarefa mais difícil em função da intensificação e extensão da especulação imobiliária.

A formação de periferias atingindo os diferentes municípios que compõem a metrópole não é um fenômeno recente. No entanto, essa formação adquire novos conteúdos em função das transformações no processo de acumulação do capital (no caso, a relação mais intensificada envolvendo o capital especulativo e o mercado imobiliário).

Como a produção de moradias, não destinadas às classes populares, se intensifica principalmente no núcleo da metrópole, e como aí esse processo é mais acelerado, incluindo a produção imobiliária de edifícios de escritório, além de outras modalidades de imóveis (como os shopping centers), os espaços que sobram para o exercício da moradia das classes populares, são aqueles que surgem na forma de loteamentos clandestinos ou irregulares, favelas, cortiços, etc.

O movimento articulado acima descrito leva à necessidade de tratar a periferia enquanto um resultado do movimento do capital que influencia todo o território metropolitano. Se a cidade perde a sua identidade ao ser incorporada pela metrópole, é possível afirmar que a reposição da periferia não é mais resultado do movimento do capital no âmbito da cidade. Atualmente, a periferia é reposta muito mais pelo movimento do capital na metrópole. Daí o seu aspecto de espraiamento.

4.1 - Periferia e subúrbio: termos correlatos?

É possível estabelecer uma distinção entre o ponto de vista da geografia e o ponto de vista da sociologia quando se trata da discussão acerca de periferia e subúrbio. No âmbito mesmo da sociologia, se identifica uma distinção de subúrbio, na concepção vinda da sociologia norte-americana e, ao menos, de alguns representantes da sociologia brasileira.

Na sociologia norte-americana, o termo subúrbio designa o espaço em que passam a se alojar as pessoas de maior poder aquisitivo que, refugiando-se das áreas mais centrais, buscavam lugares considerados mais tranquilos para morar. As moradias apresentavam características específicas: casas espaçosas, com grandes quintais e reduzida preocupação com a segurança, já que as mesmas muitas vezes se apresentavam sem portões.

No caso brasileiro, a ideia de subúrbio ora se assemelha, ora difere da ideia de subúrbio norte-americana. Aqui, o morador do subúrbio não necessariamente foi o cidadão de uma classe mais abastada que procurava fugir da agitação das áreas mais

centrais. Em alguns casos, inclusive, o morador do subúrbio de algumas localidades do Brasil era (e ainda é) confundido com o morador da periferia. Na verdade, se trata de uma situação em que ambos os termos - periferia e subúrbio - se confundem. Esse é o caso da cidade do Rio de Janeiro. Aí, o transporte ferroviário manteve a identificação: os trens de subúrbio.

Com relação à cidade de São Paulo, durante algum tempo o transporte ferroviário também contribuiu para a identificação de determinadas áreas da metrópole com a ideia de subúrbio.

Além disso, a ideia de subúrbio, no Brasil, comportava a noção de um lugar com uma relativa distância do centro (o que hoje se denomina centro histórico de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro), onde predominavam sítios, chácaras ou ainda casa com quintais espaçosos. É salutar observar que as áreas então conhecidas como subúrbio (especificamente no caso de São Paulo) podiam comportar tanto lugares que hoje são bairros de São Paulo, quanto lugares que apresentaram uma emancipação política e se tornaram municípios. Também é importante ressaltar que os municípios que então eram considerados subúrbios hoje comportam lugares que a geografia entende como periferia.

No caso de São Paulo, periferia e subúrbio foram se confundindo com o passar do tempo. Isso não implica na afirmação de que o segundo teria sido suprimido pelo primeiro. O que se quer afirmar aqui é que o processo de reprodução do capital, promovendo as rápidas transformações espaciais, também apresentou desdobramentos sobre as relações sociais, até porque os atores sociais foram sendo substituídos.

É nesse sentido que se observa que o termo subúrbio ou se torna pouco empregado, ou de fato, acaba por ser confundido com o termo periferia (especificamente se tratando do caso de São Paulo).

Sendo assim, a qual fenômeno pode ser atribuído tal mudança?

Essa mudança merece ser analisada criteriosamente até mesmo pela sua variabilidade de lugar para lugar. No caso de São Paulo, o processo de metropolização levou ao parcelamento do solo que atingiu também as áreas então consideradas enquanto subúrbios. Na geografia urbana paulista dos anos 1950 e 1960, a obra de Azevedo⁵⁹ se apresenta enquanto um referencial para a presente discussão. Nesta obra,

⁵⁹ AZEVEDO, Aroldo de (org.) **Subúrbios orientais de São Paulo** in A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1958.

o autor trata de localidades que, à sua época, eram consideradas subúrbios, como Itaquera. Posteriormente, Itaquera passa a ser considerado um bairro periférico, nos termos da definição aqui apresentada, ou seja, que é respaldada em parte da literatura de geografia urbana. Essa transformação é resultado do próprio movimento promovido pelo processo de metropolização que, por sua vez, é antecedido por uma etapa do processo de urbanização caracterizado pela influência da industrialização na expansão da mancha urbana. A nova morfologia de Itaquera, principalmente a partir da década de 70, aponta para o predomínio de moradias populares, no qual se incluem os grandes conjuntos habitacionais (Cohab José de Anchieta, Cohab José Bonifácio, por exemplo). Por sua vez, a morfologia que o caracterizava enquanto um subúrbio, se existe, só o faz na forma de resíduo, já que houve aí uma profunda alteração do ponto de vista social, econômico, etc. Pouco restou aí dos imigrantes japoneses que cultivavam pêssegos.

Ao se levar em conta a recente morfologia do bairro de Itaquera, deve ser observada que, em seu conjunto, a aplicação do termo periferia já pode ser questionada. O padrão das residências vem sendo alterado. Se, por um lado, subsistem os conjuntos habitacionais populares, por outro, surgiram vários edifícios de apartamentos destinados a uma classe média que não tem o poder aquisitivo para morar num bairro considerado mais central, mas que, por outro lado, pode morar numa localidade em que a infraestrutura é considerada boa. Houve significativa melhoria em termos de instalação de equipamentos urbanos. Estes foram apropriados também pelo mercado imobiliário, que contribuiu para essa mudança do perfil sócioeconômico de Itaquera.

Outro aspecto relevante é a transformação do sistema viário, já que a distância foi, em alguns casos, relativizada devido à modernização dos transportes. Primeiro porque as classes mais abastadas cada vez mais passam a desejar um distanciamento em relação ao centro (que passou a corporificar a imagem de violência, agitação, barulho, sujeira, etc.). Segundo porque a expansão da mancha urbana levou ao surgimento das centralidades (a cidade se tornou polinucleada), fazendo diminuir o fluxo envolvendo o centro e a periferia. Por fim, há que se considerar a própria consolidação de outro modo de vida urbano, carregado de novos conteúdos, que também influenciam no esvaziamento do centro, como o costume em se frequentar os shoppings centers (que, por sinal, reforçam a tendência à estrutura polinucleada).

Com o processo de urbanização, os subúrbios passaram por diferentes processos: alguns alcançaram uma emancipação política levando-os à condição de municípios; outros foram incorporados enquanto bairros, por parte do município de São Paulo.

Há que se identificar a permanência ou não do resíduo na metrópole. Em nosso trabalho, o bairro do Cabuçu apresenta esses resíduos, principalmente na forma de sítios e chácaras. Mas, o Cabuçu hoje é muito mais uma periferia. Logo, se a periferia e o subúrbio diferem, não parece que ambos divergem, principalmente quando se leva em conta o processo de sua transformação ao longo da história (ao menos no caso de São Paulo e sua área metropolitana), bem como o atual processo de metropolização que, conforme sustentado aqui, apresenta desdobramentos sobre o conjunto do espaço metropolitano. Conforme Lefebvre, o urbano tende a homogeneizar, não implicando, com isso, na inexistência dos guetos. Dessa forma, torna-se necessária uma discussão acerca da oposição envolvendo periferia e subúrbio, ainda que ambos difiram. Isso porque ambos foram tomados pela metrópole, que é a expressão maior do urbano. No entanto, e paradoxalmente, deve ser apontado que é o processo de urbanização, guiado pela modernidade capitalista, que dá origem tanto à periferia, quanto ao subúrbio.

A periferia e o subúrbio não são conceitos criados por qualquer facção político partidária. São conceitos criados para ao menos tentar explicar a fragmentação inscrita no espaço fruto da reprodução desigual capitalista. Faz-se necessário acrescentar que no atual estágio da reprodução do capital, e considerando-se a metrópole enquanto espaço privilegiado para essa reprodução fica cada vez mais evidenciada a participação do capital especulativo junto ao setor imobiliário surgindo daí estratégias de atuação ao longo do espaço metropolitano. Esse processo levou ao desaparecimento ou transformação dos subúrbios; por outro lado, reforçou a presença da periferia. Mais adiante será exposta a atuação da empresa Brookfield Incorporações, tanto em São Paulo, quanto em outros municípios da região metropolitana (e, em específico, em Guarulhos). Esse tipo de atuação apresenta impacto direto sobre a morfologia do solo metropolitano no que respeita às transformações no seu uso, ocupação e parcelamento.

Essas colocações parecem pertinentes para que se estabeleça o debate frente à visão de periferia e subúrbio, em específico, a de Martins⁶⁰:

Há uma distinção espacial importante entre subúrbio e periferia. No subúrbio, mesmo na fase já alcançada pela industrialização e pelos loteamentos de terrenos para moradias operárias, os lotes eram grandes, as casas tinham espaço para o grande quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano... *A periferia é o*

⁶⁰ MARTINS, José de S. Periferia revisitada – Depoimento, in **Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, ano XVII, nº 42, São Paulo, 2001.

contrário do subúrbio. A periferia é a vitória da renda da terra sobre a cidade e a urbanização, é um dos fatores do atraso do próprio capitalismo. Aliás, a periferia tem trazido consigo a ruralização da cidade. A periferia é a designação dos espaços caracterizados pela urbanização patológica, pela negação do propriamente urbano e de um modo de habitar e viver urbanos. A periferia é a negação das promessas transformadoras, emancipadoras, civilizadoras e até revolucionárias do urbano, do modo de vida urbano e da urbanização. (2001, p. 78, grifo nosso)

À luz destas questões surge a discussão acerca da identidade envolvendo tanto a periferia, quanto o subúrbio. Dando continuidade à discussão anterior, é possível observar que Martins estabelece uma diferenciação entre periferia e subúrbio que, ao mesmo tempo, é um esforço no sentido de delimitar as diferenças envolvendo um e outro. Por sua vez, essas diferenças aparecem na análise de Martins como sendo a própria identidade da periferia e do subúrbio. Para Martins, o subúrbio é a negação da periferia em função de aquele ser o lugar da ascensão social. Já a periferia é associada à urbanização patológica. Ao estabelecer essa distinção, Martins acaba por admitir a permanência do subúrbio do ponto de vista sócioespacial. Para nós, a expansão da metrópole representa o fim do subúrbio, ao menos na essência. O resíduo do subúrbio, o próprio Martins assinalou: a velhice. A metrópole recente acentua muito mais o binômio centralidades – periferias do que o trinômio centro – subúrbio – periferia.

Insiste-se que é difícil tratar de periferia e subúrbio enquanto situações espaciais que não apresentam ou apresentaram transformações ao longo da história. Dessa forma, o subúrbio pode receber essa denominação se forem mantidos os critérios de classificação que vigoraram em outras épocas. No atual momento do processo de metropolização, a realidade então classificada enquanto subúrbio só existe em se remetendo a esse passado (ao menos no caso de São Paulo). Da mesma forma, o critério adotado na classificação de periferia foi se transformando ao longo da história, fruto das metamorfoses que ocorreram no processo de urbanização, sendo que, no caso de São Paulo, o ponto de inflexão pode ser identificado na década de 1980. A anterior fase envolvendo urbanização e industrialização preservou, durante algum tempo, e de acordo com os lugares, a condição de uma identidade, que era baseada na própria situação da cidade enquanto meio urbana, meio rural.

Para Martins, o subúrbio mantém a sua identidade, enquanto que a cidade não (neste caso, o autor considera São Caetano como o subúrbio e São Paulo como a cidade). No nosso entender, o processo é outro: o processo de metropolização, a partir da expansão da cidade (São Paulo), se põe enquanto tendência no sentido de anular a identidade do então subúrbio.

Além disso, parece que os resíduos podem ser identificados em diferentes lugares da cidade e da metrópole. Ao ascender o movimento homogeneizante da metrópole, se estabelece o conflito: a identidade enquanto permanência do tradicional na condição de resíduo se choca com a força modernizadora, que tende a tudo homogeneizar, advinda da metropolização. Ao mesmo tempo em que é possível identificar o tradicional, na forma de resíduo, na periferia e no subúrbio, é também possível a sua identificação na cidade. O que se quer afirmar aqui é que não é a qualificação de um lugar, seja enquanto periferia, subúrbio ou cidade, a condição *sine qua non* da manutenção do resíduo. O plano do vivido se dará neste ou naquele lugar, com esta ou aquela classificação espacial.

O bairro do Cabuçú é um exemplo vivo de subúrbio que foi transformado pela metrópole, resultando agora, em predomínio da periferia. O sentido de primeiro deixar de ser caracterizado enquanto tal é porque ele (subúrbio) representou o limiar entre o urbano e o rural. O processo de urbanização foi, cada vez mais, tomando o rural. Novamente cabe a referência à ideia de extensão do tecido urbano, feita por Lefebvre - a tendência do urbano em se tornar cem por cento. Nesse percurso, a periferia ganhou notoriedade porque ela se tornou o espaço que representa as desigualdades sociais.

No entanto, alguns bairros de São Paulo também estiveram no limiar entre o rural e o urbano. Retomando o que Seabra⁶¹ aponta como cidade de bairros para tratar de São Paulo, verifica-se que nestes bairros a presença marcante do caipira (na primeira metade do século XX), também os situava na condição de meio rural meio urbano. É importante salientar que não se trata aqui das localidades então consideradas como subúrbios, como o atual bairro Parada de Taipas, citado por Martins. Seabra faz referência principalmente ao bairro do Limão.

Se, na evolução da urbanização, São Paulo não consegue sustentar uma identidade que a caracterize, provavelmente é porque esta cidade sofreu, mais decididamente, e por força das circunstâncias já amplamente debatidas, os impactos do

⁶¹ SEABRA, 2004.

processo de metropolização tendo nela o seu centro. Isso não implica na inexistência de resíduos; o plano do vivido também se faz aí presente, e a metrópole segue apresentando aos seus habitantes, tanto as suas carências, quanto as suas virtudes. As contradições inerentes à vida na metrópole apresentam tanto os obstáculos quanto as possibilidades. É evidente que os pesos de uns e de outras estão diretamente relacionados com a posição social dos indivíduos e grupos. No entanto, as opiniões acerca da vida na metrópole não se apresentam em uníssono; há tanto aqueles que a defendem, quanto aqueles que a condenam. É dessa forma que se entende que essa colocação é mais um convite à reflexão acerca da realidade da metrópole (em específico a cidade de São Paulo) hoje, e das metamorfoses decorrentes principalmente da relação entre capital especulativo e mercado imobiliário. Martins expõe que:

Curiosamente, hoje a cidade de São Paulo é odiada por seus moradores, enquanto o subúrbio é amado por aqueles que nele vivem. Poucas cidades neste país são tão odiadas pelos próprios habitantes como a cidade de São Paulo, certamente um dos frutos amargos da ideologia periferista e seus efeitos políticos e administrativos. (2001, p. 83)

Face nosso trabalho em relação às colocações de Martins, algumas reflexões parecem importantes: qual a identidade possível na metrópole atual? O subúrbio e a periferia remetem, cada qual, a uma identidade a parte no âmbito da cidade e da metrópole? Resíduo e identidade: qual a relação possível no atual estágio do processo de metropolização? Uma ideologia periferista? Uma ideologia média classista, ou pequeno burguesa, ou suburbana? Os riscos de um outro determinismo geográfico? A modernidade e as promessas do urbano? O papel do capitalismo?

4.2 – Cabuçu e distância face à metropolização

Distância e localização da periferia apresentam hoje uma relação muito mais complexa para ser analisada no contexto da metrópole. Distância deixou de ser simplesmente um espaço físico que separa lugares diferentes. Distância tornou-se também um componente sócioeconômico. Há os que podem suprimir distâncias... há os que não podem... há os que são obrigados a suprimi-las... há os que não querem suprimi-las...

A expansão da mancha urbana, apoiada na crescente especulação imobiliária, resultou num maior adensamento do solo da metrópole, favorecendo o surgimento de novas centralidades. A reboque surgiram também as periferias.

A ideia do urbano periférico também se vincula à questão da distância sob diferentes aspectos: existe, por exemplo, uma parte da população sobrando, ou seja, a parcela da população que não apresenta nem a perspectiva de ser absorvida pelo mercado de trabalho.

Atualmente, é possível observar a melhoria na infraestrutura viária ao longo do território da metrópole; cabe identificar como e quem a utiliza.

O bairro do Cabuçu apresenta uma infraestrutura viária, por exemplo, que não é, por si, o fator que impede a mobilidade das pessoas do bairro. O que se apresenta como o maior problema é o sistema de transportes que enfatiza o transporte individual. Dessa maneira, o transporte coletivo torna-se insuficiente, resultado da própria ênfase que se dá ao transporte individual na metrópole.

Por outro lado, as distâncias que separam os diferentes lugares da metrópole, cada vez maiores, são tratadas nas propagandas dos empreendimentos imobiliários, por exemplo, como obstáculos pouco relevantes, já que sempre se enfatiza o acesso facilitado a uma rodovia ou grande avenida, independente dos elevados níveis de saturação, em termos de congestionamentos, que estas vias já apresentam.

Foto 2 - Aspecto da avenida Benjamim Harris Hunnicut, recentemente pavimentada, e que se tornou um outro acesso ao Cabuçu. Autor: André Luiz de Carvalho 23/10/2009.

O que se torna relevante é que a distância, agora, não pode ser considerada enquanto o único fator a determinar o que é e não é periferia. As longas distâncias que separam os lugares na metrópole são apresentadas como que subsumidas ao transporte individual, especificamente o automóvel. Dessa maneira, os empreendimentos imobiliários destinados às classes mais abastadas entram na lógica do consumo na metrópole sob diferentes formas: empreendimentos imobiliários de alto padrão em lugares distantes, são produtos a ser consumidos por um seleto grupo social, tanto pelas características do imóvel, quanto pelo custo dos deslocamentos, elevado pelo fato de só se viabilizar a partir do uso do automóvel.

Por outro lado, permanece a reposição da periferia na metrópole em lugares cada vez mais distantes.

Se, do ponto de vista das classes mais abastadas, as longas distâncias envolvendo os diferentes lugares da metrópole são distâncias relativas em função da utilização de um dos maiores ícones da modernidade - o automóvel, do ponto de vista

das classes sociais menos favorecidas, as longas distâncias a serem percorridas ao longo do território metropolitano são absolutas, já que aí a dependência em relação a um transporte público precário acaba estabelecendo um papel determinante na qualidade do consumo de tempo para estas classes.

Foto 3 - Outro aspecto da avenida Benjamin Harris Hunnicut, com destaque para a presença do setor varejista, distante cerca de 3 quilômetros do Cabuçu. Autor: André L. de Carvalho 23/10/2009.

O consumo do tempo na metrópole fica condicionado também a essa questão envolvendo as diferentes classes sociais e as distâncias, associadas ao próprio trânsito caótico. Para as classes trabalhadoras, o tempo gasto nos deslocamentos diários de ida e vinda do trabalho, somando-se aí o próprio trabalho, leva a uma condição em que a própria reprodução do trabalho na metrópole não contempla o potencial que esta apresenta, por exemplo, com relação ao consumo do lazer. Isso válido, ao menos, para a condição das classes trabalhadoras.

Se há argumentos favoráveis no que respeita aos avanços tecnológicos como que liberando uma maior quantidade de tempo, que poderia ser destinado ao lazer, isto se

mostra pouco viável numa realidade como a das metrópoles dos países não desenvolvidos. A dita sociedade dos lazeres é uma sociedade a parte, já que formada, de fato, apenas pelos estratos sociais de maior poder aquisitivo. Cabe acrescentar que o lazer, enquanto atividade que se viabiliza mais e mais em função dos avanços tecnológicos, tornou-se uma atividade produtiva no sentido estritamente capitalista do termo.

Reforçam ainda a questão da reposição da periferia na metrópole, os processos de revitalização de áreas centrais, o que implica ao menos na tentativa de expulsão da população pobre dessas áreas centrais, consequência do processo de gentrificação. Esse processo apresenta, inclusive, um vínculo com a discussão anterior sobre lazer, já que os centros históricos das metrópoles normalmente têm sido vistos como atrações turísticas. O que reforça o raciocínio de Lefebvre a respeito: "consumo do lugar e lugar de consumo". No entanto, para que essa "fórmula" se viabilize, torna-se necessária a transferência dos pobres, que aí se instalaram, para outros lugares. Essa transferência não se dá sem conflitos; os movimentos populares que lutam por moradia buscam viabilizar a permanência de parte da população de baixa renda nas áreas centrais. No entanto, os processos de revitalização, orquestrados pelo poder público, em conjunto com setores da sociedade que têm condições de influenciar nas decisões deste mesmo poder público, procuram estabelecer novas funções e novos perfis para as áreas centrais que, deste ponto de vista, apresentam um potencial econômico a ser explorado em função de abrigarem um importante patrimônio histórico-arquitetônico. Cortiços, prédios não ocupados (normalmente no aguardo de uma maior valorização), becos (os poucos que sobraram) e até as próprias ruas, são alvos destas ações que buscam a remoção dos pobres das áreas centrais.

A ressalva a ser feita é com relação às tendências políticas dos governantes do momento: pode haver aí tanto iniciativas governamentais que tentem encaminhar o problema de uma maneira não repressora, como o contrário.

As ações do poder público sobre essa parcela de população são, normalmente, paliativas. É possível verificar nos noticiários ações deste poder público, como o pagamento do aluguel social para famílias removidas de favelas, ou despejadas de alguma área anteriormente ocupada e que tenha sofrido a ação judicial de reintegração de posse. Normalmente, o número reduzido de famílias que consegue um cadastro junto à Prefeitura, recebe o aluguel social durante três meses. Passado esse tempo, o pagamento do benefício é interrompido sem que tenha resolvido o problema do

emprego de seus membros e, por extensão, o de moradia. Aliás, esse processo se repete até em situações extremas, como é o caso de famílias vítimas de deslizamentos e desabamentos, por exemplo.

Estas situações refletem a imposição de uma mobilidade para a parcela de população que não apresenta condições de fixar moradia na metrópole. E, com relação à parcela da população de menor poder aquisitivo, esse processo é ainda mais violento devido ao fato de a possibilidade de fixação de um lar ser substancialmente dificultada. Qual a possibilidade em se criar uma identidade num lugar em que não se consegue fixar uma moradia? É dessa forma que essa mesma parcela de população vê maiores chances de se fixar, ao menos momentaneamente, junto às periferias da metrópole. E é também dessa maneira que se viabiliza a constituição de uma identidade da periferia.

No entanto, no estágio atual da metrópole, a cidade tende a ter a sua identidade destituída. Qual a consequência disso? Observa-se que a metrópole não é homogênea pelo fato de o atual estágio de reprodução do capital estabelecer uma fragmentação espacial em que as formas e as funções se dão a partir de uma reprodução espacial caracterizada pela constituição de uma trama de lugares. Há a reprodução de lugares específicos, contidos em lugares mais amplos, havendo a possibilidade de os primeiros serem portadores de uma dada centralidade. Esta centralidade, por sua vez, reflete os diferentes estágios de reprodução do capital. Desse movimento de constituição de outras centralidades surge o seu oposto: a constituição de outras periferias. O movimento dialético que, simultaneamente, apresenta a fragmentação espacial como que constituída pelo jogo de afirmação de novas centralidades e sua negação na forma de novas periferias, se estabelece no espaço da metrópole à maneira de uma articulação que o capital estabelece a partir do comando exercido sobre os vários territórios (municípios) que o compõem.

Quando se adentra a fase da reestruturação produtiva, a metrópole já se apresenta enquanto uma realidade que traz no seu bojo um outro conteúdo. Esse conteúdo se revela, em princípio, a partir de seu núcleo: São Paulo vendo enfraquecer a sua condição de capital do capital e, por outro lado, presenciando o crescimento de sua condição de capital da gestão. Nessa outra fase, em que a ênfase dada ao capital especulativo é maior, verifica-se que as transformações espaciais no núcleo da metrópole estão em consonância com as transformações espaciais que ocorrem no território da metrópole enquanto uma totalidade, cabendo inclusive destacar que essa totalidade é difícil de ser apreendida e dimensionada, do ponto de vista de sua

espacialidade, no momento atual. E essa condição é também resultante do processo em curso que ora se verifica, já que a tendência que se pode constatar é a da expansão territorial do poder de comando da metrópole.

Por sua vez, a tendência na expansão territorial do poder de comando da metrópole, marca também as transformações nas estratégias do capital sobre esse território. Esse fator representa a própria dificuldade em se estabelecer o território da metrópole, ou seja, o seu tamanho. É possível identificar que, em seu processo de reprodução, o capital se territorializa articulando os diferentes lugares. Foi apresentado no capítulo anterior o caso específico da territorialidade da atividade industrial envolvendo São Paulo e Guarulhos. Identificou-se uma diferença de características estruturais envolvendo a atividade industrial dos dois municípios. Essa diferença, por sua vez, relaciona-se à própria mobilidade dessa atividade ao longo do território da metrópole, ou mesmo para além dele. Devido ao fato de uma parte do parque industrial de São Paulo ser composta por empresas classificadas como corporações, essa condição lhe propiciou a reestruturação produtiva ali assinalada.

Por outro lado, foi apontado que boa parte do parque industrial instalado no município de Guarulhos é dotada de tecnologia considerada média baixa e baixa. Esse fato também leva à dedução de que a maior parte destas indústrias não se enquadra na classificação de corporação, se tratando, portanto, em sua maioria, de pequenas e médias empresas. Levando-se em conta essa estrutura, é possível tirar algumas conclusões que, por sua vez, relacionam-se com a própria reposição da periferia: a) boa parte do parque industrial de Guarulhos não apresenta capacidade de se deslocar ao longo do território da metrópole ou além dele; b) por outro lado, essa incapacidade é compensada pela sua inserção num meio em que, do ponto de vista da atividade industrial, é classificado como sendo de economia de aglomeração, ou seja, essa localização lhe permite a condição de complementaridade no conjunto da atividade industrial da metrópole; c) o crescimento do parque industrial de Guarulhos, nas últimas três décadas, é praticamente concomitante ao processo de reestruturação produtiva da atividade industrial então alocada em São Paulo, não implicando na vinda dessa atividade industrial de São Paulo para Guarulhos, mas no surgimento de uma demanda que pôde ser apropriada por esse parque industrial que passou a se alocar em Guarulhos; d) isso se comprova quando se observa alguns dos principais setores da atividade industrial em Guarulhos (química, metalurgia, por exemplo), somados à atividade industrial de média baixa e baixa tecnologia.

Outra atividade industrial também destacada no capítulo anterior foi a da construção civil, influenciando decisivamente no processo de especulação imobiliária no município de Guarulhos. Há que se destacar que a indústria da construção civil encontra-se diretamente relacionada com a ação das incorporadoras que, por sua vez, atuam focando o mercado de investimentos imobiliários.

A abertura de capitais das incorporadoras imobiliárias vem propiciando a entrada de capitais internacionais nesse setor. É importante observar que o setor de investimentos no mercado imobiliário vem ilustrando uma face das complexas tramas implicadas na reprodução do capital. Um exemplo nesse sentido é a atuação da Brookfield Incorporações, que assumiu a comercialização de um investimento imobiliário de vulto no município de Guarulhos. Para entender parte dessa trama cabe apresentar um resumo da história dessa empresa e de sua atuação no mercado imobiliário brasileiro.

A Brookfield Incorporações é resultado da fusão entre a Brascan Residential e a Company. A MB Engenharia, outra empresa que compunha o grupo, foi incorporada pela Brascan Residential. Esse processo de fusões e incorporações ocorreu em 2008. Dois anos antes (2006), a Brascan Residential procedeu à abertura de seus capitais, tendo como resultado a transformação da Brookfield Asset Management Inc. em sua acionista majoritária. Daí o nome atual da empresa. A Brookfield Asset Management Inc. tem sede no Canadá, porém contando com escritórios espalhados pelos diferentes continentes: Austrália, Brasil, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos e Inglaterra. A Brookfield Asset Management mantém investimentos de mais de 100 bilhões de dólares, nos cinco continentes, nos segmentos de energia renovável, infraestrutura e imobiliário. Destes, 41 bilhões de dólares são investidos no setor imobiliário, nos principais mercados do mundo. A Brookfield Incorporações assume a condição de uma incorporadora integrada: atua na aquisição de terrenos, planejamento, desenvolvimento, construção, vendas e atendimento a clientes.

A Brookfield Incorporações atua no Brasil no setor imobiliário. A empresa apresenta uma estratégia de atuação nesse setor que inclui desde os investimentos em edifícios residenciais para diferentes faixas de renda, passando por edifícios de escritórios e shopping centers. Seus principais investimentos se dão no Rio de Janeiro, em São Paulo e na região Centro Oeste do Brasil. Fora desse eixo, a empresa ainda atua em empreendimentos em Salvador, capital da Bahia.

No que respeita mais diretamente à presente pesquisa, cabe assinalar alguns exemplos de empreendimentos na região metropolitana: no bairro da Mooca, em São Paulo; na região da Faria Lima, também em São Paulo; em São Bernardo do Campo, a partir da aquisição de dois terrenos na Cidade Pirelli; em Cajamar e em Guarulhos.

A estratégia de atuação de empresas como a Brookfield Incorporações atesta a busca de inversão de capitais aplicada na produção imobiliária, tanto para venda (principalmente no caso de imóveis residenciais), quanto para locação, que passa a ocorrer com frequência na metrópole, principalmente no que respeita à produção de edifícios de escritórios. Essa última tem a ver com a demanda desse tipo de imóvel, surgida a partir das transformações verificadas na metrópole. O fato de o núcleo da metrópole passar a abrigar as corporações e estas procederem à reestruturação produtiva, fez surgir a necessidade de produção de edifícios "modernos". Dentro desse conceito de "moderno" se encaixam os chamados edifícios inteligentes, um novo conceito surgido no mercado imobiliário que se enquadra nas necessidades das corporações no seu exercício da função de gestão. É dessa forma que os espaços anteriormente ocupados por galpões de fábricas, por exemplo, passam a abrigar (ainda focando o núcleo da metrópole) os chamados centros empresariais, os condomínios de alto padrão de uso misto (residencial e comercial), parques clubes, condomínios fechados, tanto os considerados de alto padrão, quanto àqueles direcionados à chamada classe média, os shoppings centers, etc. Esse processo também ocorre em Guarulhos, tendo sido intensificado nos últimos anos.

Torna-se necessário assinalar novamente que esse movimento extrapola o núcleo da metrópole. Os outros municípios que compõem a área metropolitana abrigam também esse tipo de investimento. Essa condição se dá na forma de uma complementação acerca dos investimentos na produção do espaço metropolitano. Entende-se aqui por complementação a necessidade de se buscar espaços para além daquele do núcleo da metrópole e que também são passíveis de entrar no circuito de investimentos desse capital especulativo.

Esse movimento, se intensificando a partir da reestruturação produtiva, apresenta também seus desdobramentos sobre os espaços até então considerados periféricos. Estes espaços vêm passando por constantes transformações devido às novas necessidades impostas pelo capital, levando-se em conta as diferentes ordens de grandeza.

É assim que o município de Guarulhos também abriga as substanciais transformações que levam ao surgimento de outras periferias, já que os investimentos

necessários à readequação da metrópole às novas demandas do capital especulativo têm por base o território do núcleo da metrópole, mas não se restringem a ele. Um caso emblemático para o entendimento desse movimento é o Aeroporto Internacional de Guarulhos. Devido à alta densidade de ocupação e às características do sítio da cidade de São Paulo, houve a necessidade de construção desse aeroporto no município vizinho (Guarulhos). Conforme já apontado, esse fato levou ao surgimento de profundas transformações espaciais no município de Guarulhos. Uma delas foi a expansão de sua rede hoteleira, obrigando o poder público a investir no sistema viário que, por sua vez, apresentou consequências do ponto de vista da necessidade de desapropriações e do processo de valorização imobiliária.

Outro processo em curso: a construção da terceira pista do aeroporto, fazendo com que o poder público novamente empreenda as desapropriações necessárias para sua construção. A área a ser desapropriada é considerada uma periferia, já que, em sua maioria, abriga uma população de baixa renda, inclusive apresentando várias situações de irregularidade da propriedade fundiária. A precariedade em termos de acesso a equipamentos urbanos é também decorrente desse conjunto de elementos. É nesse sentido que se insiste aqui na tese de que a reposição da periferia é resultado da reestruturação produtiva que se dá no âmbito da metrópole, ou seja, a periferia passa a ser, agora, a periferia da metrópole, e não da cidade que, conforme apontado anteriormente, perde a sua identidade na metrópole. Por sua vez, a reconfiguração espacial, abrangendo agora o território da metrópole, é um fenômeno resultante do deslocamento de parcela do capital financeiro, do setor industrial para o setor imobiliário.

É também importante assinalar que as crises no capitalismo viabilizam sobremaneira estas transformações, já que a possibilidade de superação destas é entendida, no âmbito dos controladores dos fluxos de capital, como a necessidade de investimentos em setores que, eventualmente, apresentem condições de expansão e, portanto, possam fomentar margens de lucro superiores. Nesse sentido, Carlos⁶² assinala que:

En temps de crise, les hommes d'affaires doivent en effet, orienter leurs profits vers des secteurs plus productifs. Cette possibilité doit être interprétée dans une conjoncture où: a) il y a une absence d'immeubles modernes pour le développement des activités de

⁶² CARLOS Ana F. A. **São Paulo, ville mondiale?** In cofins.revues.org, acessado em 17/06/2009.

service modernes; b) il y a un manque de place dans la métropole, pour la croissance du secteur immobilier; c) la compétitivité oblige à une diminution des coûts de production ce qui se refléchit directement par un changement de comportement quant à la propriété de l'immeuble où les activités économiques vont se développer: l'argent auparavant immobilisé dans l'achat d'un immeuble est utilisé aujourd'hui dans la location de cet immeuble.(2007, p. 9)

É desse último fato que decorrem as periferias da metrópole. As constantes valorizações espaciais abrangendo a metrópole em sua totalidade, apresentam como seu corolário, a reposição da periferia. Reposição em função do próprio processo de valorização, já que muitos dos lugares antes considerados ou classificados como periféricos já não o são ou podem deixar de sê-lo. Neste caso, se verificam que a constituição da periferia passará a se dar noutros lugares.

Deste ponto de vista, a reprodução do capital na metrópole, no momento atual, vincula-se muito mais à reprodução imobiliária no sentido de estabelecer os ajustes necessários a essa nova etapa. Esses ajustes referem-se à demanda imobiliária que se cria a partir do privilégio dado ao capital especulativo em detrimento do capital produtivo. O núcleo da metrópole deverá ser dotado de edifícios inteligentes e de outras modalidades de imóveis (privilegiando a locação) que concernem ao novo papel desempenhado por ele: o de gestor do capital.

Esses ajustes apresentarão um impacto sobre o território da metrópole. O espaço da moradia, por exemplo, também passará a sofrer ajustes, já que a reprodução imobiliária implica também na intensificação do mercado imobiliário de imóveis residenciais, através da abertura de capitais feita pelas incorporadoras que, associada aos incentivos governamentais, torna-se um negócio com uma maior expectativa no que respeita ao aumento da margem de lucros. É possível observar que essa associação vem possibilitando a produção de imóveis residenciais para diferentes níveis de renda. Esse aspecto se revela importante quando se leva em conta a concentração populacional na metrópole.

A discussão acerca das transformações na cidade e na metrópole não pode excluir o seu conteúdo demográfico. O crescimento populacional, conforme os apontamentos de Harvey⁶³ expostos anteriormente é um componente pelo qual o capital

⁶³ HARVEY, 2005.

se vale para levar adiante a sua reprodução. Dessa forma, esse crescimento populacional tem de ser promovido pelo próprio capital. A cidade, em princípio, e a metrópole a seguir, materializam essa condição ambígua de um crescimento populacional que é, ao mesmo tempo, sua condição e causa. É importante observar ainda que, no âmbito da metrópole hoje, o crescimento populacional de que se trata é muito mais o crescimento em termos relativos do que em termos absolutos. São nas metrópoles que se constata as maiores densidades demográficas, especialmente nas metrópoles dos chamados países não desenvolvidos.

Discutiu-se também que esse crescimento populacional em termos relativos verificado nas metrópoles (novamente aqui ressaltando aquelas dos países não desenvolvidos) alcança índices mais expressivos e em recortes temporais muito menores do que em áreas não caracterizadas enquanto tais.

É evidente também que, no atual contexto, o fenômeno metrópole não se explica apenas a partir do dado populacional. Conforme os apontamentos aqui feitos, diferentes fenômenos concorrem para que ocorram as transformações verificadas na metrópole atualmente. O fato de a metrópole assumir a condição de espaço de gestão e de prestação de serviços especializados vem concorrendo para que outro fator se torne relevante: a aproximação cada vez mais evidente entre o capital financeiro e o mercado imobiliário. Como foi visto em relação a esse último fator, o núcleo da metrópole (São Paulo) passa por metamorfoses que incluem a transformação de antigos edifícios fabris em condomínios de apartamentos, edifícios de escritórios, ou outras modalidades de imóveis. Essa dinâmica do mercado imobiliário a partir de seu núcleo, fomentada ainda pelas iniciativas governamentais, como os programas de revitalização, têm provocado o aumento substancial dos preços de seu mercado imobiliário em específico, bem como dos de outras áreas do espaço metropolitano, como é o caso do fomento do mercado imobiliário em áreas periféricas de São Paulo e dos municípios contíguos.

Ao abordar a reprodução da periferia de Guarulhos, tendo como foco principal o bairro do Cabuçu, quer-se demonstrar que esse movimento é resultado de uma complexa articulação que se dá no âmbito do município, da metrópole e, incluindo ainda o próprio movimento do capital na escala planetária.

O que se quer explorar de maneira mais aprofundada neste capítulo são as articulações que se dão no nível do lugar, que vem concorrendo para que ocorram as transformações verificadas principalmente nas últimas três décadas no Cabuçu, porém, não deixando de levar em conta que se trata de transformações que se inserem numa

totalidade mais ampla, qual seja, a ênfase dada atualmente ao capital financeiro no que respeita à sua circulação no mundo e seus desdobramentos no lugar, além de sua combinação com a especulação imobiliária.

Em paralelo a esse processo cabe ressaltar que, ainda no âmbito do lugar, atuam forças políticas capazes de levar adiante seus projetos em específico, como é o caso da classe proprietária que, articulando-se com diferentes esferas do poder público, consegue influenciar nos processos decisórios dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

O município de Guarulhos, através de sua Câmara Municipal, ainda discute a aprovação de uma APA (Área de Proteção Ambiental), chamada APA Cabuçu - Tanque Grande. Essa APA abrange a área do município de Guarulhos que é cortada pela Serra da Cantareira, numa linha contínua, no sentido oeste-leste, que vai do bairro do Cabuçu ao bairro Tanque Grande (daí a sua denominação). O projeto de sua criação foi enviado à Câmara Municipal no mês de março deste ano (2010). No entanto, e a despeito do pedido de urgência feito pelo Executivo, a sua votação não ocorreu até o momento e, segundo informações colhidas junto à Secretaria do Meio Ambiente do município, o único indicativo para que ocorra essa votação é o período subsequente às eleições que ocorrerão no mês de outubro.

Mapa 1: Delimitação da APA Cabuçu - Tanque Grande

A análise concernente às legislações, tanto esta em tramitação na Câmara dos Vereadores, quanto as já promulgadas pelo Executivo, revelam a preocupação do poder público em relação ao que se convencionou chamar de crescimento desordenado da cidade. No entanto, a análise presente quer mostrar que a situação presente no Cabuçu revela muito mais a prevalência da instituição propriedade privada sobre o conjunto de leis que tenta ordenar o crescimento urbano desordenado. A questão da "ordem" deve ser entendida muito mais enquanto uma ordem que se apropria do espaço se valendo da realização da condição de propriedade privada, antes do que qualquer outra legislação. Isso não implica no entendimento de que as legislações concernentes à questão do ordenamento do uso e ocupação do solo sejam nulas. O que se quer afirmar é que as discussões, propostas e conteúdos destas legislações revelam o embate envolvendo a classe proprietária, os não proprietários e, em meio a essa disputa, o poder público, que é formado por representantes de ambas as partes em conflito.

Nesse sentido, é necessário novamente explicitar aqui o que se entende por realização da propriedade. Entende-se aqui que a propriedade se realiza a partir do princípio concedido a ela enquanto instituição sobre a qual o seu dono tem amplos poderes, muitas vezes independente da discussão acerca do bem estar coletivo. Um outro aspecto que caracteriza a realização da propriedade é a sua condição de ideologia. Nesse sentido, o próprio movimento de evolução da modernidade, colocou a propriedade na condição de um direito natural a ser respeitada pela sociedade, fazendo com que, dessa forma, ela se torne uma instituição inconteste. Dessa maneira, a sociedade moderna seculariza a propriedade privada, isolando-a, portanto, de qualquer influência religiosa que pudesse por em discussão uma distribuição mais equitativa da terra enquanto um desígnio da própria religião.

Torna-se então necessário especular acerca das discussões, propostas e conteúdo das legislações, associando-as ao movimento do capital, já que a propriedade privada é fundamental no processo de sua reprodução.

Por outro lado, o presente capítulo abordará ainda as questões concernentes ao cotidiano de pessoas entrevistadas que moram e vivenciam o Cabuçu e, por extensão, são parte do atual processo de metropolização que, por sua vez, se dá enfatizando a lógica do movimento do capital em seu espaço (a metrópole) através das metamorfoses aí inscritas e que revelam as diferentes influências provocadas pelos seus componentes que aqui mais se destacam: o capital especulativo e o capital produtivo.

4.3 - Legislação, apropriação e propriedade privada: possibilidades e entraves na periferia

Conforme apontado anteriormente, as legislações concernentes ao uso e ocupação do solo urbano são consideradas recentes. Esta observação faz-se necessária quando se nota que a apropriação do solo urbano a partir da cidade de São Paulo e estendendo-se aos municípios contíguos se deu sem qualquer cumprimento no que respeita à função social da propriedade e mesmo a função social da cidade. Foi visto que, na primeira metade do século XX, vigorou uma concepção de uso e ocupação do solo baseados principalmente nos interesses do capital que então estava se constituindo. Ou seja, eram essas forças imbuídas na formação do capital em São Paulo que influenciavam decisivamente na própria organização do espaço, que inclusive já se poderia denominar como metropolitano.

A ausência de legislações específicas propiciava tanto esse movimento do capital, quanto o seu corolário, qual seja, a expansão periférica desmesurada que, por sua vez, era um processo inerente à própria lógica da especulação fundiária. No Brasil, as legislações que passaram a tratar do ordenamento urbano, só começaram a abordar das demandas sociais quando o processo de expansão das cidades que apresentava índices de industrialização mais expressivos levou a uma situação que já não podia ser ocultada. Mesmo assim, estas legislações (Código Sabóia, por exemplo) tiveram muito mais o caráter de estabelecer os parâmetros que norteariam a "cidade legal", ao passo que a população residente em favelas, cortiços ou outros tipos de habitações precárias, continuava sendo ou ignorada, ou punida pelas mesmas. Nesse sentido Villaça assinala sobre a legislação urbanística brasileira uma história voltada para a “regulamentação da segregação sócioespacial, não tendo ultrapassado a tradição de policiar usos e ocupações do solo urbano” (citado em Quinto Jr⁶⁴, 2003, p. 1).

O mesmo autor aponta que a ascensão da nova cidade industrial foi o motor do surgimento de uma legislação urbanística moderna que, propositadamente, concedia um tratamento diferenciado entre as condições de reprodução do capital e as condições de reprodução do trabalho, sendo as primeiras privilegiadas. Dessa maneira, os conflitos sociais urbanos foram se ampliando à medida que o distanciamento envolvendo estas condições de reprodução aumentava.

⁶⁴ QUINTO JR, Luiz Pinedo, Nova legislação urbanística e velhos fantasmas in **Revista de Estudos Avançados**, jan/abril/2003.

A sucessão destas legislações acentuou o processo de especulação imobiliária, já que as mesmas apresentavam muito mais o caráter de conceber o espaço urbano conferindo maior destaque à sua condição de reserva de valor, pois a legislação de zoneamento regular e o mercado de terras já nesta época (primeira metade do século XX) voltavam-se muito mais para o mercado imobiliário do que para a concepção da função social da cidade.

Ainda com relação a essa questão em específico, cabe destacar a promulgação de leis que, no município de Guarulhos, tentaram, ao menos em tese, contornar a tendência acima exposta:

- Lei nº 6.055 de 30/12/2004, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social;
- Lei nº 6.253 de 24/05/2007, que dispõe sobre o uso, a ocupação e o parcelamento do solo.

Cabe então retomar as principais legislações que apresentavam esse espírito de inobservância da regulação social. Em 1929 foi promulgado o Código Sabóia, que estabeleceu, para o município de São Paulo, o padrão urbanístico dentro das normas técnicas de habitabilidade e padrões de higiene para a classe média não admitindo a existência da parcela da população que residia em cortiços e outras habitações precárias.

O Código Sabóia perduraria durante cerca de quatro décadas como a principal legislação de regulamentação fundiária urbana. No entanto, neste período, as duas metrópoles que concentravam o processo de industrialização, São Paulo e Rio de Janeiro, já apresentavam realidades urbanas destacadas no contexto nacional, já que ainda vigorava o modelo de crescimento urbano combinando industrialização e urbanização.

Em 1963 surgiram iniciativas no sentido de se implementar outra legislação que atentasse para a questão da regulação social da cidade, o que poderia resultar num ordenamento que desse mais conta das demandas sociais que então já se mostravam evidentes, principalmente levando-se em conta o rápido crescimento destas cidades como um todo e em específico das suas periferias. No entanto, essas iniciativas foram abortadas pelo golpe militar no ano de 1964.

Mapa 2: Plano Diretor do Município de Guarulhos

Com a instauração do regime militar, inicia-se uma nova fase na legislação urbanística do Brasil. Isso porque o próprio crescimento explosivo das cidades passou a ser encarado como uma ameaça pelos militares no poder. Por meio de ato institucional, no ano de 1971, ocorreu a instrumentalização das administrações metropolitanas no sentido de estabelecer medidas mais concretas que pudessem dar conta dos principais focos de conflitos urbanos e, por extensão, evitar que os mesmos ganhassem o teor político que levasse a manifestações contra o governo de então.

Em seguida, surge em São Paulo a primeira lei de zoneamento, a Lei nº 7.805/72, que procurava disciplinar e estabelecer padrões de uso e ocupação do solo para as diferentes frações do território da cidade, através da determinação dos tipos de edificações permitidos, tanto do ponto de vista de suas dimensões, quanto do ponto de vista de sua finalidade de uso. No entanto, essa legislação estava muito mais posta no sentido de procurar estabelecer uma divisão espacial da cidade de acordo com os diferentes níveis sócioeconômicos, do que propriamente procurar estabelecer uma regulação social da cidade (entendendo-se aqui por "regulação" o estabelecimento de sua função social).

Em 1979 foi promulgada a Lei nº 6766, que tratava do parcelamento do solo urbano. Essa lei tentava contornar uma situação que, nas periferias das metrópoles, era já evidente: a adoção de modalidades de construção que escapavam aos padrões edílicos estabelecidos. Note-se que, novamente, não se toca na questão do exercício da função social da cidade.

Em 1983, o Projeto de Lei nº 775 versava sobre a necessidade de elaboração de um Plano Diretor, estabelecendo o município como a unidade federativa encarregada de fazê-lo. A discussão sobre a necessidade de adoção de um Plano Diretor a partir dos municípios levou a uma discussão preliminar sobre a função social da cidade, que seria aprofundada na década seguinte.

Observando essa rápida passagem sobre a evolução da legislação urbanística brasileira, incluindo tanto governos civis quanto o regime militar, é possível destacar o seu reduzido conteúdo inovador. A evolução dessa legislação aponta também para a manutenção da proteção da propriedade privada, pois se as cidades cresciam (destacadamente São Paulo e Rio de Janeiro) principalmente do ponto de vista populacional, era no sentido de se tornarem cada vez mais propícias à reprodução do capital. No que concerne à reprodução do trabalho, as condições postas por esta legislação se colocavam, claro, muito mais no sentido de reforçar a submissão deste ao

capital do que oferecer uma cidade que pudesse reforçar o sentido do moderno nos termos de sua significação enquanto possibilidade de exercício de uma cidadania emancipada, inclusive a despeito da importância política cada vez maior do espaço urbano. Por outro lado, a gestão desse espaço urbano, feita por décadas seguidas destituída do conteúdo de sua função social, não significou o esvaziamento político no interior da reprodução do trabalho. A condição de conflito no espaço urbano, opondo a reprodução do capital à reprodução do trabalho, amplia-se à medida que as contradições aí presentes também se ampliam.

Somente no final da década de 1980 é que, com a participação ativa dos chamados setores progressistas, a legislação urbanística no Brasil inicia um processo de renovação de fato, o que força, se não a superação da visão liberal da cidade, ao menos a incorporação de sua visão política.

O início dos trabalhos da Constituinte motivou ainda mais os setores progressistas. É necessário destacar a criação da subcomissão de política urbana e transportes, formada no ano de 1988, que em seu texto final no capítulo sobre política urbana, estabelece a necessidade de adoção do Plano Diretor, que passou a ser o principal instrumento para a discussão e definição da função social da cidade.

Dois anos depois foi elaborado o Projeto de Lei 5.788 que, onze anos mais tarde, levaria à promulgação da Lei 10.257/01, o Estatuto da Cidade. Ao levar-se em conta uma comparação com as legislações europeias que apresentam o mesmo espírito do Estatuto da Cidade, verifica-se que o mesmo chega com cem anos de atraso.

É possível constatar que a promulgação de legislações relativas à realidade urbana brasileira apresenta um caráter contraditório quando se compara o fato urbano com o seu conteúdo modernizante, por um lado, e as legislações apresentando um conteúdo conservador, por outro. Se o fato urbano foi conduzido de acordo com os interesses da elite brasileira devido ser este a própria representação da evolução do capitalismo no país, as legislações urbanísticas refletiram muito mais um conteúdo arcaico se comparado com os desdobramentos do processo de urbanização na Europa e que serviu de inspiração para o desenvolvimento das cidades brasileiras. É preciso assinalar ainda que esse conteúdo arcaico verificado em nossas legislações urbanísticas durante um longo período refletiu a própria postura dessa elite frente ao restante da população, postura que, do ponto de vista da legislação que antecedeu o Estatuto da Cidade, se caracterizou pela determinação sobre quem tinha, de fato, direito à cidade.

Apesar disso, a promulgação do Estatuto da Cidade representou um significativo avanço em relação às legislações urbanísticas anteriores. A partir desta lei, fica determinado que a cada município esteja atribuída a responsabilidade de desenvolver estudos urbanísticos com a finalidade de elaborar o Plano Diretor. Por sua vez, este Plano apresenta uma natureza muito mais ampliada em relação às legislações urbanísticas até então postas em prática no Brasil. É superada a visão estrita de estabelecimento de um padrão urbanístico que contemple normas técnicas de habitabilidade e padrões de higiene que, como se sabe, interessava somente a um número restrito de pessoas que, dessa forma, podiam ser consideradas, de fato, cidadãs.

É nesse sentido que a promulgação da Lei nº 10.257/01, o Estatuto da Cidade, representou um significativo avanço em relação às legislações precedentes, pois que contou com a participação de setores populares e progressistas em sua elaboração, bem como apresentou, em seu texto final, a necessidade de tanto levar em conta a questão de sua função social, bem como os meios para que essa se consubstancie (no caso, através do Plano Diretor).

Outro aspecto importante, e que é uma consequência da promulgação do Estatuto da Cidade, é o fato de ela incentivar a discussão e aprovação de planos diretores nos municípios que ainda não o tem. No âmbito da metrópole, o processo de elaboração de planos diretores vem expondo ainda mais o antagonismo envolvendo os diferentes setores da sociedade em relação ao processo de uso e ocupação do solo urbano. Como o Estatuto da Cidade é uma lei que promove o plano diretor enquanto um importante instrumento urbanístico serão apontados comentários acerca do mesmo para, em seguida, abordar o caso específico de Guarulhos no sentido de se discutir como essa legislação se enquadra no atual estágio do processo de metropolização. Além do Plano Diretor de Guarulhos, será necessário abordar também a sua Lei de Uso e Ocupação do Solo, bem como o Projeto de Lei de criação da APA Cabuçu - Tanque Grande. Visualizando o atual processo de metropolização enquanto expressão da nova etapa de reprodução do capital, agora decisivamente apoiada na financeirização da economia mundial, e tendo no espaço a sua base de reprodução, faz-se necessário situar a periferia na metrópole.

Nesse atual estágio, a periferia comporta uma trama de relações que é, ao mesmo tempo, a manutenção de antigos conteúdos e a incorporação de novos conteúdos. No que respeita à manutenção de antigos conteúdos, o bairro do Cabuçu ainda preserva um tipo de relacionamento social que se originou em épocas passadas, quando havia aí a

predominância de famílias proprietárias de chácaras, cujo convívio social se dava a partir do conhecimento recíproco. É interessante observar que esse tipo de convívio esteve fortemente presente até a década de 1990, momento considerado como que marcando o início de profundas transformações para o Cabuçu, já que a partir daí ocorrem alterações no uso e ocupação do solo no bairro (a simultaneidade entre crescimento populacional e parcelamento do solo), levando à quase extinção do tipo de convívio social que antecedia essa nova fase. As entrevistas revelaram a existência de um tipo de convívio peculiar no Cabuçu até a década de 1990, momento em que o bairro ainda não sofrera as profundas transformações agora existentes. Nesse sentido, a presença de diferentes gerações de famílias que habitavam o local há mais tempo, propiciava um tipo de contato cuja marca era o conhecimento recíproco entre os mesmos. À medida que várias destas famílias passam a deixar o bairro, fazendo aumentar o processo de parcelamento do solo, pessoas de fora deste círculo de famílias passam a se instalar no Cabuçu, levando a mudanças nesse tipo de convívio, ainda que o mesmo não tenha desaparecido por completo.

Outro aspecto que se relaciona a essa manutenção de antigos conteúdos do bairro do Cabuçu diz respeito à tentativa de se preservar um modo de vida atípico na metrópole, porém estando dentro da metrópole. Conforme será mostrado mais adiante, o Cabuçu preservou até recentemente um modo de vida que era meio rural, meio urbano. Essa peculiaridade levou a algumas iniciativas, dos próprios moradores, no sentido de se tentar preservar essa condição, já que a mesma conferia uma qualidade de vida considerada boa pelas pessoas da localidade. Conforme será analisado mais adiante, de maneira mais detalhada, essa parte do Cabuçu passa por transformações, que se iniciam com um maior adensamento populacional, mas que não se restringem a esse aspecto.

Outro aspecto é o fato de a Serra da Cantareira ser uma localidade procurada para a organização de festas rave. Esse tipo de lazer se insere no lugar sem ter nenhuma relação com as pessoas do mesmo. A coordenadora do Ponto de Cultura, por nós entrevistada, trata da questão da grande quantidade de automóveis (impedindo ou dificultando a circulação dos próprios moradores), vindos inclusive de outros estados, do lixo acumulado, do barulho e das drogas, todos resultantes destas festas. Trata-se de mais um exemplo do conflito envolvendo velhos e novos conteúdos.

As transformações no uso e ocupação do solo no Cabuçu, decorrente, paradoxalmente, de sua progressiva valorização, têm levado a um adensamento

populacional que, no momento atual o caracteriza como sendo uma periferia da metrópole.

A periferia das metrópoles dos países não desenvolvidos continua sendo caracterizada como o espaço que comporta a reprodução do trabalho no sentido estrito do ponto de vista da ideia de habitat, de Lefebvre. Ela assume, dessa forma, muito mais o sentido de ser o espaço da moradia para a população de baixa renda. Isso não exclui a possibilidade concreta de a mesma assumir outros papéis, muitas vezes oriundos de seu próprio cotidiano, como a organização de sua população e elaboração de reivindicações que ao menos melhorem a sua condição de insuficiência em termos de equipamentos urbanos.

Por outro lado, a periferia da metrópole é submetida, atualmente, à intensificação da especulação imobiliária, já que se trata de frações do solo urbano passíveis de ter aí intensificado o processo de sua valorização. A centralização do dinheiro na metrópole faz com que esse processo se acelere na atual fase de reprodução capitalista:

Esse é o momento da redefinição da metrópole, de sua explosão, da extensão das periferias, da reprodução do espaço num outro patamar em razão dos novos conteúdos do estágio globalizado da economia das relações e dos graus de dependência das áreas entre si. (2003, p. 304)⁶⁵.

É nesse contexto que as legislações urbanísticas assumem um papel destacado, já que as mesmas tanto se inserem enquanto escopo, por parte do capital, no sentido de interferirem na elaboração das leis com o intuito de garantir o retorno desejado nos investimentos feitos no solo urbano, quanto para a parcela da população que não é contemplada com o sentido amplo de cidadania, qual seja, o de garantir os direitos e a função social da cidade. Dessa forma, o atual estágio de desenvolvimento capitalista combina uma trama de relações que se dão nos lugares com uma trama de lugares a ser entendida nas suas diferentes ordens de grandeza.

⁶⁵ CARLOS, Ana Fani A. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea in **Revista Estudos Avançados**, nº 23 (66), São Paulo, 2009.

4.4 - Estatuto da Cidade: a concepção moderna de cidade que chega com atraso

A promulgação do Estatuto da Cidade representou a possibilidade de um avanço na concepção moderna de cidade. Os entraves decorrentes dos interesses de determinados setores da sociedade impediram, por um longo período, os avanços necessários em relação à legislação urbanística face à cidade que se transformava radicalmente a partir da intensificação do processo de industrialização.

Verifica-se que o texto do Estatuto da Cidade apresenta itens importantes no que respeita à evolução da cidade e, principalmente, à evolução das relações sociais que se dão na mesma. Já no artigo 1º, em seu parágrafo único, esta lei estabelece que:

Esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Na mesma direção da concepção de política urbana, no artigo 2º, item VI, letra "e", lê-se:

A política urbana tem por objetivo ordenar o plano de desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante a ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a retenção especulativa do imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização.

Já no artigo 5º, que trata dos instrumentos da política urbana, assinala na seção II, especificando a questão do parcelamento, edificação ou utilização compulsória o seguinte: "lei municipal específica para área incluída no Plano Diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implantação da referida obrigação".

Estes primeiros apontamentos relativos ao Estatuto da Cidade revelam que fica estabelecida uma limitação ao uso da propriedade urbana. No caso específico do Cabuçu, cabe destacar o que aponta o parágrafo único supracitado, que regula o uso da propriedade tendo como uma das preocupações o equilíbrio ambiental. Isso porque a promulgação do Estatuto da Cidade se dá alguns anos depois de ser acelerada a ocupação mais efetiva do Cabuçu, cuja Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo de Guarulhos, também promulgada posteriormente à sua ocupação, surge, por um lado,

enquanto instrumento disciplinador das diferentes formas de uso, ocupação e parcelamento do solo. Por outro lado, teve que contemplar uma situação de ocupação já consolidada em função da quantidade de pessoas que aí já havia se instalado.

A promulgação da Lei nº 6.055, de 30/12/2004, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social do Município de Guarulhos, também ocorreu depois que situações de ocupação como a do bairro do Cabuçu já estavam consolidadas, o que contribuiu para que seus promotores não se submetessem a riscos sérios de punição por parte do poder público, já que este ainda não tinha os instrumentos apropriados para fazê-lo. Segundo o que consta de alguns processos consultados junto à Secretária de Habitação de Guarulhos, o máximo de punição ocorrida foi o indiciamento de algumas pessoas físicas que, até o momento de redação desta pesquisa, não foram localizadas pelos órgãos competentes.

Daí a importância da observação feita acima a respeito do atraso na promulgação de legislações urbanísticas. A sua ausência durante um longo período no Brasil possibilitou uma ampla margem de manobra por parte da classe rentista/proprietária, bem como de outros interessados na exploração do solo urbano enquanto valor de troca. Cabe ainda lembrar que outros municípios que fazem parte da metrópole de São Paulo ainda não tiveram promulgados os seus respectivos planos diretores, viabilizando nestes a continuidade deste processo de uso, ocupação e parcelamento do solo considerado pela legislação da esfera federal inadequado para o bem estar social.

Há que se registrar também que o estabelecimento de uma legislação que discipline o uso, ocupação e parcelamento do solo não implicam que os problemas concernentes a essa questão não se repetirão. À medida que os interesses do capital em seu processo de reprodução se mostram presentes, o conteúdo das leis pode ser subvertido, sendo que o próprio poder público legitima tais procedimentos lançando mão, por exemplo, de mecanismos de compensação. Uma situação emblemática a esse respeito é a condição ambígua em que se encontra a propriedade na legislação brasileira.

Em seu artigo 5º, a Constituição Federal estabelece, dentre outros dispositivos, o Direito de Propriedade. O item XXII estabelece que seja garantido o direito de propriedade; o item XXIII advoga que a propriedade atenderá a sua função social; já o item XXIV assinala que a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

Note-se que estes itens, em seu conjunto, abrem flanco para uma interpretação ambígua acerca do direito de propriedade, levando à possibilidade de diferentes interpretações. Em debate na Câmara Municipal de São Paulo, Ermínia Maricato⁶⁶ assinala os limites que podem ser impostos à eficácia do Estatuto da Cidade: "parece que o Estatuto da Cidade não vai ser suficiente para atingir esses objetivos (no caso, uma aliança entre os que querem democratizar o acesso à moradia e os representantes da construção civil). Ainda precisamos ver qual interpretação desse Estatuto vai prevalecer. Mas é bom perceber que ele pode até aprofundar a segregação e a exclusão já existente" (2001, p. 79)

4.5 - O Cabuçu no contexto das legislações urbanísticas de Guarulhos

Passando agora para a análise do bairro do Cabuçu frente às legislações urbanísticas de Guarulhos, é possível notar que tanto o Plano Diretor, quanto a Lei de uso, ocupação e parcelamento do solo do município apresentam referências ao processo de ocupação consolidada no Cabuçu. Além de se referir a esta ocupação consolidada, essas legislações procuram estabelecer tanto a disciplina, quanto a recuperação dos pontos degradados em função desta ocupação. O apelo à questão ambiental se tornou destacado quando das discussões acerca das áreas metropolitanas, já que esse tipo de problema é, de fato, grave em função de vários desdobramentos daí decorrentes, como, por exemplo, o modelo de consumo a que somos submetidos levando à geração de vários resíduos sólidos que, por sua vez, se tornam um grave problema ambiental. No entanto, o fato de o Cabuçu (além de outros bairros contíguos a este, localizados a noroeste do município) abranger também parte de uma área, que se pretende de proteção ambiental, faz com que as referências à essa questão estejam presentes de maneira destacada nas legislações urbanísticas de Guarulhos.

Conforme apontado anteriormente, o fato de as legislações urbanísticas concernentes à discussão sobre função social da cidade e da propriedade, no Brasil, ter sido promulgada com atraso em relação a outros países, levou ao desenvolvimento de um quadro em que a especulação obteve enorme vantagem sobre o ordenamento de uma ocupação que se consideraria mais de acordo com esta função social.

⁶⁶ COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE HABITAÇÃO NA ÁREA CENTRAL, Relatório Final, Câmara Municipal de São Paulo, setembro/2001.

O desdobramento da dúvida levantada acima por Ermínia Maricato, acerca das conveniências das interpretações possíveis a serem dadas à propriedade, é observado no texto do Plano Diretor de Guarulhos, no qual vários aspectos do conteúdo se mostram incompatíveis com a situação concreta do município. Em seu artigo 12, que trata da ordenação e controle do uso do solo, o item III assinala a busca por um adensamento compatível à infraestrutura urbana e aos equipamentos urbanos e comunitários existentes ou previstos. Já o item V, do mesmo artigo, assinala a busca da preservação de áreas urbanizadas e não urbanizadas, evitando a especulação imobiliária, bem como a ocorrência de desastres naturais e prejuízos à qualidade de vida.

O processo de ocupação do bairro do Cabuçu apresenta-se como um grande desafio ao que se busca no artigo 12 acima citado. Primeiro, que o adensamento aí ocorrido se deu sem a presença de infraestrutura e equipamentos urbanos e comunitários. Tanto um quanto outro está em processo de instalação, mas enfrentando os mais diferentes obstáculos, como a ocupação em porções do relevo cuja declividade acentuada dificulta os trabalhos de terraplenagem, arruamentos com larguras incompatíveis para o trânsito de ônibus e caminhões coletores de lixo. Segundo, que a realidade presente no Cabuçu dá conta de um crescente processo de especulação imobiliária combinado, infelizmente, com desastres que, em realidade, não são naturais e sim, fruto dessa mesma especulação, já que esta se põe como o processo que força a população de baixa renda a ocupar áreas consideradas impróprias e que levam a esses desastres.

Ainda no que respeita ao zoneamento estabelecido a partir do Plano Diretor, e especificado na Lei nº 6.253, que dispõe sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo no município de Guarulhos, cabe destacar, em princípio, o macrozoneamento estabelecido, que em relação ao bairro do Cabuçu define sua área como macrozona de proteção ambiental e macrozona de uso rural urbano.

O artigo 31 trata das áreas definidas como ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social. Verifica-se que as legislações tiveram de inserir os loteamentos que, devido à sua dimensão populacional, se tornaram realidades que, agora, o poder público terá que assumir. Portanto, se trata de estratégias do espaço e no espaço. O caso do Cabuçu é abrangido pelos três itens que compõem as classificações das ZEIS: ZEIS-A, que se considera enquanto assentamentos habitacionais consolidados, surgidos espontaneamente e ocupados sem título de propriedade por população de baixa renda, carentes de infraestrutura urbana; ZEIS-L, que são áreas de loteamentos irregulares ou

clandestinos consolidados e ZEIS-G, que são áreas livres ou glebas de terra não utilizadas, não edificadas ou subutilizadas, adequadas à implantação de programas habitacionais de interesse social.

Outro aspecto relacionando as legislações urbanísticas com a situação particular do Cabuçu, diz respeito à ampliação do sistema viário próximo ao bairro, que vem levando ao crescimento da ocupação do mesmo, além de contribuir decisivamente para o aumento da especulação imobiliária. Esse processo pode ainda ser ampliado devido à construção do Rodoanel Mário Covas. O trecho norte do Rodoanel vem estimulando várias discussões devido ao impacto a ser criado se, de fato, o mesmo cortar trechos da Serra da Cantareira, conforme o projeto inicial previa. Está em curso o estudo de um trajeto alternativo ao primeiro. No entanto, o primeiro projeto não está ainda totalmente descartado, conforme noticiado em reportagens⁶⁷, o que deixa dúvidas sobre o futuro desta área, bem como sobre a possibilidade de impactos negativos que a mesma possa vir a sofrer.

A complexidade que envolve o processo de uso e ocupação do solo urbano e os interesses postos estabelece esse ordenamento remetendo ao conflito de interesses presente. Matérias publicadas na mídia citam a possibilidade de desapropriação de imóveis de alto padrão, sendo este identificado como um fator a encarecer o preço da obra no trecho norte. Como o primeiro projeto não está ainda totalmente descartado, seu vínculo com o bairro do Cabuçu ainda permanece. E é importante recordar aqui que o zoneamento promovido pela Lei nº 6.253 estabelece prerrogativas tanto no sentido de impedir o crescimento na área de mananciais, como também o contrário quando se observam algumas áreas em específico contempladas por esta lei.

O texto do artigo 34 da Lei nº 6.253, que trata das ZEIS, pode contribuir para o aprofundamento do processo de ocupações humanas precárias dentro da metrópole. A sua combinação com a possibilidade de construção do Rodoanel nas imediações levaria a um processo mais acelerado de especulação imobiliária justamente pelo fato de se tratar de ocupação já consolidada. O texto do artigo acima citado aponta a necessidade de ordenar a ocupação através da regularização urbanística e fundiária de assentamentos habitacionais existentes e consolidados. Há a preocupação expressa em atender a população de baixa renda. No entanto, a realidade presente na metrópole e na periferia da metrópole leva a considerar sempre as dificuldades criadas em função da especulação

⁶⁷ Conforme reportagem publicada no site www.folha.uol.com.br, Caderno Cotidiano, de 28/04/2009.

imobiliária. Essa realidade se torna ainda mais alarmante quando se leva em conta que o solo da metrópole vem sendo reproduzido, mais intensamente, a partir dos fundos de investimento imobiliário, o que implica na realização do capital financeiro a partir da produção de um novo espaço, gerando outros produtos imobiliários. No núcleo da metrópole, o produto imobiliário novo pode ser um edifício de escritórios, construído principalmente com a finalidade de locação.

As legislações urbanísticas dão conta de um espaço que é, ao mesmo tempo, homogêneo e fragmentado. A metrópole, enquanto espaço do capital, apresenta-se com esse caráter homogeneizante, qual seja, o espaço da reprodução do capital por excelência, levando ao predomínio da lógica da mercadoria. No entanto, é essa mesma reprodução do capital o fator principal que leva à sua fragmentação. Se as legislações urbanísticas não homogeneízam, ao menos elas reúnem os fragmentos do espaço tentando dar a eles o caráter de harmonia. Essa reunião se dá a partir da determinação dos estatuto e normas. Um dado espaço é regido por leis. No entanto, a obediência ao estatuto e normas fica, na maioria das vezes, condicionada às hierarquias socialmente estabelecidas. Quer-se afirmar aqui que o estatuto e as normas valem muito mais para os que estão na base da pirâmide social. Lefebvre⁶⁸ novamente oferece uma interpretação que elucida esse processo:

Curieux espace: homogène et composé de guettos. Transparent et faux: piège. Faussemant vrai, 'sincère': non pas objet d'une fausse conscience, mais au contraire lieu et milieu engendrant (produissant) la fausse conscience. L'appropriation, qui de toutes façons, même concrète et réussie, devrait se symboliser (donner lieu à des symboles la présentant, la rendant présente) s'y voit signifiée et rendue illusoire (...) (1986, p. 358).

Essa condição de obediência hierarquizada ao estatuto e às normas torna-se um aspecto de tentativa de combate por parte do marxismo. O marxismo busca uma posição contrária em relação à base do contexto que vigora na sociedade moderna: o individualismo e o estatismo. Ao transferir essa discussão para a análise espacial, é possível verificar que a força da lei e do planejamento procura dotar o espaço de uma dada disciplina. O planejamento e a sua consubstanciação na forma de leis estabelecem, em princípio, como dado espaço deve ser usado e ocupado. No entanto, podem ocorrer

⁶⁸ LEFEBVRE, H. La production de l'espace, 3ème édition, Paris, Édition Anthropos, 1986.

situações que escapem às leis: a sua subversão, seja por conta de interesses econômicos, seja por conta de seu choque com o plano do vivido. O Estado, por sua vez, na condição de instituição que predominantemente planeja o espaço, mas que ao mesmo tempo é dominado por interesses privados, acaba legitimando as iniciativas individualistas daqueles que, econômica e socialmente, se encontram numa condição de superioridade. É nesse sentido que Santos⁶⁹ analisa o posicionamento do marxismo, que, por sua vez, se baseia no discurso do conflito de classes. Se as classes sociais que aparecem no discurso marxista clássico, não mais dizem respeito ao contexto vivenciado no atual momento, esse aspecto não invalida a essência desse pensamento. Santos apresenta essa essência como que ligada a uma recontextualização da subjetividade individual:

A recontextualização da identidade proposta pelo marxismo contra o individualismo e o estatismo abstratos é feita através do enfoque nas relações sociais de produção, no papel constitutivo destas, nas ideias e nas práticas dos indivíduos concretos e nas relações assimétricas e diferenciadas destes com o Estado. Por sua via, o conflito matricial da modernidade entre regulação e emancipação passa a ser definido segundo as classes que o protagonizam: a burguesia do lado da regulação e o operariado do lado da emancipação. Trata-se de um avanço notável que recontextualiza a subjetividade individual e desmonumentaliza o Estado. (1995, p. 140)

A dificuldade no trato das legislações está justamente na dúvida que elas suscitam: as hierarquias poderão sucumbir ao estatuto e às normas? A elaboração e redação do estatuto e das normas, por si só, não refletem o individualismo e o estatismo? Além disso, o teor do estatuto e das normas não concederia a esse espaço a condição de ser um "lugar e meio produzindo a falsa consciência?"

Ao tratar dessa dupla condição do espaço - homogêneo e fragmentado - Lefebvre⁷⁰ destaca as análises e diagnósticos presentes nos discursos que se querem legítimos por se considerar "científicos":

L'espace homogénéisant et fracturé se fragmente d'une façon très élaborée em modèles sectoriels. Ces secteurs semblent provenir d'analyses objectives, dites systémiques, qui constatent (en

⁶⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade, Cortez Editora, São Paulo, 1995.

⁷⁰ LEFEBVRE, 1986.

apparence empiriquement) des ensembles ou sous-ensembles, des 'logiques' partielles (....) (1986, p. 358-359)

O espaço urbano, movido pela lógica do capital, se apresenta enquanto um amplo laboratório a ser analisado criticamente. Quando Lefebvre aponta que se postula a coerência lógica e a coesão prática de um dado sistema, sem levar em conta outros exames, pode-se tirar como exemplo muitos dos postulados que embasam as legislações urbanísticas. Muitas vezes são realizados levantamentos técnicos rigorosos, com o uso das mais sofisticadas tecnologias, mas que compõem a análise de um mecanismo específico, ou de um aspecto "real" da realidade, sem levar em conta suas interações enquanto uma totalidade mais ampla, principalmente de cunho sócioeconômico.

4.6 - Cabuçu: terra em transe e sua relação com a modernidade e o processo de metropolização

Foram realizadas entrevistas com pessoas que, por um lado, são testemunhos vivos das transformações ocorridas no Cabuçu e, por outro, estabeleceram com o bairro vivências diferenciadas baseadas em suas respectivas militâncias e ocupações: Dona Ivone, coordenadora geral do Ponto de Cultura do Cabuçu, que morou no bairro desde 1966, tendo mudado de residência recentemente para outro bairro próximo; Irmã Sonia, que chegou ao Cabuçu na segunda metade dos anos oitenta realizando o que a mesma denomina como sendo um trabalho pastoral, vinculado a uma Congregação da Igreja Católica e à Pastoral da Criança, também da Igreja Católica, e Dona Raimunda, moradora do Novo Recreio desde meados da década de 1990, área contígua do Recreio São Jorge, caracterizada pela formação de loteamentos irregulares.

Os relatos fornecidos revelam várias faces da situação de "transe" (palavra aqui empregada com o sentido de inquietação) vivenciada no Cabuçu a partir do contato que as mesmas têm com o lugar e de sua situação no plano do vivido.

Delimitação do bairro do Cabuçu

Fonte: www.guarulhos.sp.gov.br, acessado em 23/04/2010,
Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Guarulhos
Google Earth

As impressões transmitidas pelas entrevistadas apresentam uma situação em que o Cabuçu aparece como um mosaico. Isso porque o processo de ocupação do bairro foi, ao longo do tempo, apresentando diferentes situações. Essas diferentes situações levaram à formação de localidades com diferentes características, cada qual apresentando (até em função destas diferenças) uma denominação local própria. As diferentes denominações revelam, além dessa condição de mosaico, as condições próprias que se dão no plano do vivido. Esse destaque é importante para o estabelecimento de uma análise em relação ao espaço concebido através do planejamento e das legislações urbanísticas. Logo, o Cabuçu, enquanto unidade político-administrativa estabelecida pela Prefeitura de Guarulhos, é uma realidade que comporta várias outras realidades, e desse ponto de vista, as mesmas escapam ao plano do concebido. O Cabuçu é esse mosaico composto por diferentes denominações dadas aos lugares que o formam revelando as diferentes formas de uso e ocupação do solo.

Por outro lado, o Cabuçu é uma “terra em transe” devido à situação de constante instabilidade, inquietação, vivenciada por vários de seus moradores. A situação de inquietação é decorrente de vários motivos. Com o intuito de melhor caracterizar essa situação veja-se um trecho da fala de uma das entrevistadas, Irmã Sonia:

(...) O Cabuçu é um bairro assim muito mesclado, você encontra de tudo, de tudo, de tudo. A gente até brinca que o Espírito Santo ele tem muita fantasia, porque nenhum dia é igual ao outro, e você tem o lado que você pode dizer, aqui onde nós estamos aqui é o Jardim dos Cardoso, aqui na frente do outro lado é o Jardim Monte Alto, aqui em baixo é a Vila Cabuçu e você visualizando você percebe que nós temos, nem dá mais para fazer essa comparação porque eles quase não existem, a gente poderia dizer que a gente tem a classe alta que é o Monte Alto, que você vai ver que as casas são terminadas (...)

O trecho da entrevista acima citado revela algumas das nuances que envolvem o Cabuçu. Estamos afirmando “algumas” porque ainda não foi abordado com mais detalhes a situação do Recreio São Jorge e do Novo Recreio, que também fazem parte do Cabuçu (do ponto de vista da divisão político-administrativa), e que apresentam outras situações específicas.

Como já anteriormente citado, o Jardim dos Cardoso é uma parcela do Cabuçu onde a inquietação é uma constante em função, principalmente, dos processos de

reintegração de posse. Esses processos são movidos tanto por pessoas físicas, quanto pela própria Prefeitura de Guarulhos que, conforme citado pela entrevistada, redundou, inclusive, no embargo de algumas moradias que, ao menos em parte, já estavam construídas.

Ainda no que respeita à parte correspondente ao Jardim dos Cardoso, Vila Cabuçu e Monte Alto, cabe salientar que se trata de uma localidade que apresenta como principais características o fato de ter sido ocupada em períodos anteriores. Porém, com o avanço da mancha urbana da metrópole, a mesma apresentou uma transformação no seu perfil (aqui entendido enquanto morfologia desta ocupação). Até os anos 1980, ainda predominavam aí os sítios e chácaras pertencentes a algumas famílias que se estabeleceram neste lugar em épocas anteriores. Levando-se em conta a discussão de Martins⁷¹ tratando dos subúrbios e das periferias, do ponto de vista da classificação estabelecida pelo autor, pode-se afirmar que o caso desta área representava, até a década de 1980, uma situação característica de remanescente de subúrbio. Diferimos aqui da análise de Martins, que ainda utiliza a denominação de subúrbio para a condição dos casos por ele estudado, como o atual município de São Caetano. No nosso entender, a palavra subúrbio, empregada com as características de então (década de 1940, por exemplo), não pode ser aplicada à situação atual de São Caetano, que também sofreu profundas transformações sócioespaciais devido ao fato de ser parte do território da metrópole.

A partir da década de 1980, se intensificou o processo de parcelamento do solo na área correspondente ao Jardim dos Cardoso, Vila Cabuçu e Monte Alto (ainda deixando de levar em conta os casos do Recreio São Jorge e do Novo Recreio) levando à formação de loteamentos, tanto clandestinos, quanto irregulares. No entanto, essa área apresenta, em sua maioria, um relevo menos acidentado do que as outras duas áreas aqui abordadas (Recreio São Jorge e Novo Recreio). Conforme será apontado adiante nas entrevistas, esse é um aspecto relevante para a presente discussão, já que, nas outras duas áreas, os problemas relacionados a deslizamentos, por exemplo, já se mostram presentes.

⁷¹ MARTINS, 2001.

Foto 4 - Vista parcial do Novo Recreio. Autora: Sandra Emi Sato, em 29/09/2007.

Foto 5 – Vista parcial do Novo Recreio Autora: Sandra Emi Sato em 29/09/2007.

Foto 6 – Aspecto de algumas moradias do Novo Recreio. Autora: Sandra Emi Sato em 21/05/2007.

O padrão das edificações apresenta aspecto variado: em sua maioria, as casas são de alvenaria, porém apresentando diferenças em seu acabamento; algumas moradias apresentam um bom padrão de construção, outras apresentando um padrão considerado inferior.

Ainda com relação à área correspondente ao Jardim dos Cardoso, Vila Cabuçu e Monte Alto, se observam a quantidade reduzida na oferta do comércio e dos serviços, principalmente quando se compara com a realidade presenciada no Recreio São Jorge, onde se constata a presença de um centro comercial, localizado na Avenida Silvestre Pires de Freitas.

No que respeita às legislações urbanísticas anteriormente discutidas, e às necessidades de intervenção do poder público, a situação do Jardim dos Cardoso, Vila Cabuçu e Monte Alto (este em menores proporções) apresenta dois principais aspectos:

a) devido ao relevo menos acidentado, é uma área em que a dotação de equipamentos urbanos (como pavimentação, instalação de redes de água e esgoto) torna-se mais facilitada. No entanto, também se observa a presença de arruamentos abertos por loteadores clandestinos que não obedecem aos critérios estabelecidos pelas legislações urbanísticas;

b) por outro lado, permanece o problema da regularização fundiária que, conforme constatado nas entrevistas e nas pesquisas de gabinete (junto à Secretaria de Habitação e de Desenvolvimento Urbano), apresenta-se como um entrave, já que ocorre a

dificuldade na definição da propriedade da área. As entrevistas revelaram o problema das ordens de despejo de moradores decorrentes de processos de reintegração de posse. No entanto, muitos desses processos são também contestados, pois alguns dos que reivindicam a propriedade, não aparecem enquanto tais nos registros cartoriais.

Há também uma diferenciação envolvendo o caso do Jardim dos Cardoso, Vila Cabuçu e Monte Alto, por um lado, e o do Recreio São Jorge e Novo Recreio, por outro. No que respeita ao perfil dos moradores, na primeira área, encontram-se ainda moradores mais antigos, remanescentes das famílias que ocupavam a área na época em que o processo de uso e ocupação do solo era caracterizado pela presença de sítios e chácaras.

Conforme também constatado nas entrevistas, a área correspondente ao Jardim dos Cardoso, Vila Cabuçu e Monte Alto apresentava uma outra característica na questão do uso e ocupação do solo, que era a presença das olarias. Essa atividade econômica também contribuiu para o estabelecimento de famílias em épocas que antecederam o adensamento populacional aqui abordado. Segundo depoimentos colhidos nas entrevistas, na década de 1960 havia aí um número expressivo destas olarias, que chegou a atrair pessoas vindas de outras localidades, inclusive de São Paulo. Nessa época, as condições de infraestrutura, bem como o processo de ocupação do bairro eram diferentes. Guarulhos era então popularmente classificado como subúrbio. Essa característica diferenciada é constatada a partir do depoimento dado por Dona Ivone:

(...) Cheguei aqui em 1966 com 9 anos, vim de Guaianazes um bairro da zona leste de São Paulo. A gente veio pra cá, meu pai veio trabalhar em olaria, quer dizer, meu pai não, nós, porque eu também trabalhava minhas irmãs, em olarias aqui. Naquela época o Cabuçu tinha muitas olarias, tinha umas 17 olarias em funcionamento aqui, porque aqui é um bairro que até hoje ainda tem uma argila muito boa. Então tinha aqui os olarias, a gente veio trabalhar nas olarias. Estudei na escola Maria Helena Faria Lima e Cunha, que era a única escola na época aqui, é uma escola estadual, 1º grau, hoje ela tem 2º grau, mas ela só tinha o 1º grau, eu estudei aí e fui crescendo. O Cabuçu naquela época era 90% entre, só tinha olaria e matas, muita mata, não existia os loteamentos que hoje existem aqui. E nós tínhamos ônibus três vezes ao dia: às 8:00, às 12:00 e às 17:00 da tarde, se perdesse um desses ônibus ia e vinha do centro de Guarulhos ou de Vila Galvão a pé, porque não tinha

outra condução. A estrada era de terra, terra batida, então ainda tinha o problema quando se tinha muita chuva, os ônibus não vinham e a gente vinha a pé mesmo, amassando barro de lá até aqui, não tínhamos posto de saúde, enfim, nada, não tínhamos luz de rua, não tínhamos água. Água que a gente tinha muito na época eram minas de água, isso tinha muito porque como era tudo mata e próximo da Serra da Cantareira como a gente é, então tínhamos muito essas bicas de água que atendia a população.

Ainda com relação a esse passado recente, que contribuiu para o deslocamento de algumas pessoas de outras localidades da metrópole para o Cabuçu, deve ser citada a presença do Reservatório de Água do Cabuçu. Dona Ivone que, conforme o exposto mudou-se para o bairro na década de 1960, cita em sua entrevista a vila de operários que trabalhavam no reservatório:

(...) Quando eu mudei aqui ainda existia aqui no núcleo Cabuçu existia o que a gente chamava de DAEE, repartição de água de São Paulo. Então ainda tinha a represa que servia ainda água pra São Paulo, mandava água pra São Paulo, então tinha uma vilinha de casas feita pela própria DAEE que depois se tornou COMASP e depois SABESP. Então ainda não era SABESP. Então esse tinha a vilinha que era dos próprios moradores dessa empresa que mandava água para São Paulo via o duto que a gente tem ainda né, alguns pedaços dele aí que tá, que a gente mantém e preserva como patrimônio histórico. Também como recordação já que a nossa represa é de 1905 é a primeira represa é a primeira construção de cimento armado do país, é a nossa, então também ela também é um patrimônio, já cultural né, da nossa, do nosso bairro.

O plano do vivido também revela os desencontros, estes resultantes dos ritmos temporais diferenciados. Esse é um aspecto da modernidade associada à expansão capitalista. O nostálgico, o pitoresco, guardados na memória, ilustram as transformações ocorridas no lugar. O Cabuçu ainda guarda esse ar de nostalgia enquanto resíduo de um passado recente. Ao mesmo tempo, as transformações recentes apontam para a condição de inquietação. Em entrevistas publicadas em jornais do município, alguns testemunhos tratam desses desencontros, já que vivenciaram um ritmo temporal diferenciado e, atualmente, se deparam com uma outra situação marcada por transformações recentes. O desencontro também pode revelar as situações paradoxais em relação a quem

vivenciou e vivencia experiências tão diversas. É o caso do depoimento de um outro antigo morador do Cabuçu, José de Freitas, colhido junto ao Arquivo Municipal de Guarulhos⁷²: “Velho que nem eu aqui no bairro só a casa DAEE do governo (a represa), a Capela do Bom Jesus e a estrada que sempre foi assim, não mudou em nada até agora e pelo jeito não vai mudar”.

Por outro lado, o mesmo morador, à época de seu depoimento contando 71 anos, parece desconhecer as transformações ocorridas numa localidade bem próxima de sua moradia – o Recreio São Jorge – ao reclamar da ausência de comércio no Cabuçu: “Nós dependemos em tudo da Vila Galvão. Remédio, roupa, sapato, e até comida a gente só pode comprar lá na vila”.

Outro aspecto ligado ao nostálgico no Cabuçu e registrado na entrevista de José de Freitas, diz respeito à sua experiência de trabalho na tenra idade: “Fui criado e sempre trabalhei quando era novo nas fazendas que tinham por aí. Era plantação de milho, feijão, mandioca e alambique de pinga que não acabava mais”. No período que precedeu à emancipação para a condição de município, Guarulhos destacava-se na produção de aguardente, conforme apontado anteriormente. É desse passado de produção destacada de aguardente associada às precárias condições de transporte e comunicação que surgem outros referenciais que atestam a situação de desencontro nos depoimentos de José de Freitas. O mesmo trata do transporte dos mortos feito a pé, ocasião em que não faltava alguém para carregar também uma garrafa de aguardente.

O depoimento dado por José de Freitas ilustra novamente o desencontro entre o tempo do vivido e o tempo. Num dado momento, sua fala trata da estrada (do Cabuçu) que não muda. No trecho acima destacado, aborda a rapidez para se transportar o corpo de pessoas falecidas, antes feito a pé, e agora, em se pagando, feito com a rapidez do automóvel. Essa nova situação, talvez contraditoriamente assimilada por José de Freitas, é reforçada pelo depoimento de uma entrevistada, Dona Ivone:

O que traz as pessoas aqui principalmente muitas delas estão aqui há 20 anos, já é porque na época os terrenos eram baratos né, e com toda dificuldade de acesso ainda valia a pena porque nós não estamos mesmo tão longe do centro. Agora com a Hunnicutt (avenida) então, ficou um luxo, Hunnicutt asfaltada você chega em Guarulhos em 5 minutos no centro.

⁷² As cópias cedidas pelo Arquivo Municipal de Guarulhos infelizmente não apresentam as fontes da entrevista de José de Freitas, impossibilitando a sua publicação na presente pesquisa. A informação por nós colhida é que a mesma foi realizada em 2001.

A propriedade privada mantém-se como o núcleo da condição de transe no Cabuçu. O depoimento de outra entrevistada (Irmã Sonia), mostra que surgiram melhorias no bairro, seja em função da necessária ação do poder público, seja também pela presença mais marcante de entes privados (por exemplo, comércio, empresas de transporte público, de fornecimento de energia elétrica) que se valeram tanto da ação do poder público, quanto da concentração populacional. Dessa forma, e segundo ainda a entrevistada, o Cabuçu passou a chamar mais a atenção de setores que estão vendo aí a possibilidade concreta de intensificação nos investimentos imobiliários. É a partir daí que o drama da propriedade se instaura: surgiram vários "donos" autoproclamados para o Jardim dos Cardoso, inclusive abrangendo o local onde se encontra a Capela do Bom Jesus da Cabeça, a nova igreja e o prédio do Instituto Manoel Gesteiro.

Paradoxalmente, a Justiça parece reconhecer como legítimos os "donos" do Jardim dos Cardoso, pois segundo relatado por Irmã Sonia, em processos de reintegração de posse, alguns moradores que adquiriram lotes a partir do parcelamento destas áreas, foram despejados, sendo que a casa construída pelos mesmos passou para a propriedade daqueles então considerados como legítimos "donos" da área:

(...) Aqui, nesta área até mesmo onde nós estamos na Igreja existem vários donos. O pessoal comprou o terreno. Existia um lote de uma pessoa que se dizia dono; só que essas pessoas, a grande maioria dessas pessoas não têm a escritura, e quando vão tentar regularizar os terrenos o que acontece, aparece 3 a 4 donos.

Nesse percurso de crescimento da ocupação do lugar e, conforme apontado anteriormente, do movimento que vem a reboque, como a maior quantidade de melhorias feitas pelo poder público e a presença mais destacada de entes privados que passam a oferecer determinados serviços, como comércio, transportes, etc., o Cabuçu vai paulatinamente reconhecendo uma valorização imobiliária maior. Isso se torna ainda mais sintomático quando se observa o “surgimento” de vários proprietários relatado nas entrevistas.

As transformações que vêm ocorrendo no Cabuçu também se relacionam com a questão da religiosidade. As diferentes concepções nesse aspecto em específico também se vinculam ao ritmo do plano do vivido, ao menos para uma parte da população residente do Cabuçu. Segundo o que se pode analisar, tendo Lefebvre como referência teórica, a situação de pobreza leva as pessoas à busca de uma rápida resolução dos problemas concernentes ao plano do vivido. Observando o depoimento da mesma

entrevistada, é possível estabelecer a seguinte análise: as diferentes religiões remetem a diferentes concepções temporais. Haveria aí uma distinção envolvendo a concepção temporal do catolicismo e a concepção temporal envolvendo as igrejas pentecostais. Essa concepção estaria relacionada à expectativa dos fiéis quanto à possibilidade de resolução de seus problemas a partir da religião. Nesse sentido, o vivido é associado ao discurso religioso que, em tese, poderia, com maior rapidez, resolver os problemas do cotidiano. Segundo a entrevistada, a lógica de alcance das bênçãos na Igreja Católica exige um tempo maior, que se relaciona também com as iniciativas que cada pessoa tem no seu cotidiano, o que significa que não é somente a religião que irá resolver os problemas vivenciados. A partir dessa interpretação, a entrevistada assinala a atual presença de um número significativo de igrejas pentecostais que, associada a um discurso que enfatiza a rápida resolução dos problemas cotidianos a partir da intervenção da religião, acaba por angariar a adesão de um grande número de pessoas do Cabuçu.

Ainda com relação à área correspondente ao Jardim dos Cardoso, da Vila Cabuçu e do Monte Alto, os depoimentos apontaram para a questão da aquisição de áreas para a instalação de futuros empreendimentos imobiliários (como os condomínios fechados, que têm como apelo comercial o contato com a natureza, a tranquilidade, o isolamento). Por enquanto, esses projetos foram barrados pelo poder público, até em função do trâmite de algumas legislações urbanísticas, algumas recentemente aprovadas, outra em processo de apreciação e posterior votação na Câmara Municipal de Guarulhos⁷³. Parte destes proprietários passa a promover raves (festas) nas áreas adquiridas, interferindo no cotidiano dos moradores locais. O "problema do som, a cultura diferente, as drogas", apontados por Dona Ivone como que consequências das raves são outro aspecto do choque envolvendo o tradicional e sua provável substituição pelo moderno.

Além da realidade do Jardim dos Cardoso, da Vila Cabuçu e do Monte Alto acima expostos, há ainda a situação do Recreio São Jorge e o Novo Recreio. Este último apresentado por ambas as entrevistadas como que apresentando a situação sócioeconômica e infraestrutural mais grave. Por sua vez, o Recreio São Jorge é entendido como uma "cidade" dentro do Cabuçu, devido à dinâmica do seu comércio local e à maior quantidade de moradores.

⁷³ Veja-se, a respeito, o capítulo 3.

Tanto o Recreio São Jorge, quanto o Novo Recreio também apresentam os mesmos problemas de regularização fundiária apontados acima. Essa situação foi confirmada na presente pesquisa tanto através das entrevistas, quanto através de levantamentos feitos nas diferentes secretarias do município que se relacionam diretamente com essa questão: Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

O processo de ocupação destes dois lugares é mais recente: intensificou-se a partir de meados da década de 1990.

Foto 7 - Vista parcial do Novo Recreio. Autora: Sandra Emi Sato em 29/09/2007.

Novamente é importante observar o papel contraditório das legislações urbanísticas. A sua presença não é a garantia do cumprimento da função social da cidade. Por outro lado, a sua ausência remete a possibilidade de uma ampla ação por parte daqueles que procuram se aproveitar do monopólio do solo urbano se antecipando aos possíveis entraves a serem criados pelas legislações.

O processo de ocupação do Recreio São Jorge e do Novo Recreio revela essa situação. É a partir dessa articulação que se observa que o surgimento de outras periferias na metrópole traz consigo a negação dessas mesmas periferias. Diante de uma situação já constituída, em que milhares de pessoas se vêem instaladas num lugar desprovido quase que totalmente de equipamentos urbanos, o poder público é colocado numa situação contraditória: por um lado, e até por uma questão política, ele se vê na necessidade de tentar dotar esses lugares de equipamentos urbanos; por outro lado, ao proceder dessa forma, ele concorre no sentido de intensificar o processo de valorização do espaço. Essa situação fica evidenciada no caso de governos de caráter progressista.

No caso de governos conservadores, o que se observa é a atuação do poder público caminhando na direção de contemplar interesses privados.

A negação da periferia é aqui entendida como o processo de transformações que, numa projeção futura, possibilitaria uma situação de nova pressão sobre os moradores de áreas então consideradas periféricas. Essa pressão é o resultado da ampliação do processo de especulação imobiliária, que se põe enquanto tendência no sentido de promover outras reconfigurações espaciais nos lugares então tidos como periféricos. É necessário destacar que, no contexto da metrópole, a atual conjuntura que apresenta o capital especulativo, cada vez mais vinculado à produção imobiliária, leva a uma tendência de aceleração do processo de surgimento de outras periferias.

É também necessário destacar que, nas mais variadas etapas de transformações no território da metrópole, a propriedade privada tem de ser realizada enquanto tal. Acompanhando a lógica das rápidas transformações na metrópole, a propriedade privada pode, inclusive, se realizar a margem da lei. O histórico de formação de loteamentos clandestinos e irregulares não é recente. No entanto, a aquisição de lotes em áreas tidas como irregulares ou clandestinas é uma constante no território da metrópole. Os compradores destes lotes, também seguem a lógica da realização da propriedade privada. No entanto, neste primeiro momento, a propriedade privada passa a sê-lo enquanto potência, já que juridicamente ela é irregular e, portanto, nesse sentido ainda não existe enquanto tal.

Devido à impossibilidade de alcançar a propriedade fundiária através das regras e condições impostas pelo mercado imobiliário, os compradores de lotes de áreas irregulares e clandestinas apostam na resolução futura da situação fundiária de sua não-propriedade. Esse quadro mantém-se enquanto um importante componente na reposição da periferia. A condição de transe também se revela em função da expectativa criada quanto às ações do poder público. No entanto, o poder público encontra-se numa situação ambígua em relação à realização da propriedade. Alguns aspectos dessa situação serão expostos abaixo.

A situação fundiária irregular possibilita uma nova etapa da realização da propriedade, esta feita através da reintegração de posse.

Os depoimentos colhidos nas entrevistas revelam o caso de uma situação-problema criada a partir de interesses específicos (privados) que deverá ser herdada e tentará ser solucionada pelo poder público. Para melhor entender essa questão, nos

remetemos ao depoimento de Irmã Sonia a respeito do processo de ocupação do Recreio São Jorge e do Novo Recreio:

O Recreio também, essa parte do Cabuçu ele demora mais pra se desenvolver. Você mesmo pode perceber o que nós temos em matéria de comércio, em matéria das próprias casas. A gente não vê muito desenvolvimento no Cabuçu, agora no Recreio ele já é assim o desenvolvimento maior, monstruoso pode-se até dizer. Porque se você passa na avenida que liga né, que pega da Vila Galvão até o Centro de Guarulhos por aqui via Taboão, Cabuçu ele fica meio que escondido porque o Cabuçu cresceu. Mas o Cabuçu cresceu dentro do vale através das montanhas, agora o Recreio não. O Recreio já expandiu. Antigamente só existia o Recreio São Jorge; agora tem o Novo Recreio. O Novo Recreio se deu através eu não sei se você já ouviu falar da imobiliária Continental. Então, o Novo Recreio ele se deu através se eu não me lembro o ano agora mas teve uma época das eleições em que Walter Luongo se candidatou.

Por outro lado, a ocupação mais recente no Recreio São Jorge e Novo Recreio revelam também a mobilidade populacional intrametropolitana. Essa mobilidade apresenta a trama de lugares, no sentido de que o morar (reduzido, na maioria dos casos, à condição de *habitat*, para Lefebvre), para a população de baixa renda, muitas vezes significará uma situação de confinamento. Dessa forma, o sentido do urbano se esvai, já que para essa população o acesso aos equipamentos urbanos torna-se cada vez mais dificultado pela necessidade de morar nessa situação de confinamento. Ao se remeter ao caso da metrópole enquanto um espaço que se reproduz, agora mais intensamente, tendo no seu solo o alvo do capital especulativo, constata-se que o morar para a população de baixa renda que aí vive, é um exercício cada vez mais complexo. Essa condição leva a população de baixa renda a se mover ao longo do território da metrópole, numa busca incessante pela tentativa de solução do problema da moradia. É esse movimento que apresenta reflexos sobre a formação de outras periferias, agora devendo ser tratadas enquanto um fenômeno da metrópole. Essa análise parece encontrar respaldo nesse outro trecho do depoimento da entrevistada (Irmã Sonia):

Então ali falta de tudo, tudo, tudo, tudo. Porque essas primeiras pessoas foram pegadas de um lugar e jogadas no outro sem preparação nenhuma (...)

(...) Algumas (pessoas) vêm de Guarulhos, mas a grande maioria também vem de São Paulo, praticamente se eu não me engano, esse pessoal que tá aqui veio de São Paulo de um lugar chamado Buraco Quente, existe um lugar que chama Buraco Quente.

Outro aspecto surgido das falas relaciona-se às formas de ocupação do Cabuçu. Nesse sentido, aparecem tanto referências ao termo invasão, quanto relatos que se referem à compra de lotes. Com relação ao primeiro caso, foi feita a consulta a um laudo técnico da Prefeitura de Guarulhos (nº 017/95), que aponta "invasão organizada" no Recreio São Jorge. Por outro lado, alguns depoimentos apontam a ocupação a partir do processo de compra e venda de lotes.

Foto 8 - Caminhão especial de coleta de lixo no Novo Recreio. Autora: Sandra Emi Sato em 13/12/2006.

Dessa forma surgem "testas de ferro", pessoas físicas que realizam a comercialização dos lotes, bem como imobiliárias. Deve-se registrar ainda a troca de lotes por votos, fato ocorrido no Novo Recreio.

Quanto à origem das pessoas que passaram a morar no Cabuçu (principalmente a partir da década de 1990), não há dados que possam mensurar melhor a questão: as entrevistadas apontam ao menos que a maioria é de nordestinos e nortistas. Há também aqueles oriundos de São Paulo ou mesmo de outras áreas de Guarulhos; mas não há dados registrados a respeito.

A periferia apresenta esse caráter contraditório em relação à modernidade e ao processo de metropolização: a periferia traz, ao menos enquanto potência a ideia de não-

periferia, a negação da primeira. A periferia se põe como o vir a ser, no sentido aqui expresso, o espaço a ser modernizado.

Foto 9 - Vista parcial de um escorregamento no Novo Recreio. Autora: Sandra Emi Sato em 15/09/2007.

Em se tomando o território da metrópole, a condição da periferia é a de apresentar uma espacialidade que se movimenta ao longo desse mesmo território. As necessidades do capital, em seu processo reprodutivo, exigem constantes transformações espaciais no intuito de adaptar o espaço da metrópole às novas tendências de reprodução do capital que surgem. As remoções de favelas, as reintegrações de posse de áreas anteriormente ocupadas, são algumas das situações que revelam essa espacialidade em movimento. O drama do morar no território da metrópole impõe às pessoas de baixa renda essa condição de instabilidade. Em muitos casos, essa condição implica na impossibilidade de se fixar em algum ponto desse território. Diferentes fatores concorrem para essa impossibilidade de fixação. No entanto, é necessário entender que todos eles vinculam-se a um outro fator: a realização da propriedade privada do solo.

Conforme a análise de Alfredo⁷⁴, a realização da propriedade privada do solo acontece a partir de diferentes momentos: o da sua instituição; o da sua destituição e o da sua re-instituição. Esses diferentes momentos revelam, por sua vez, a situação de

⁷⁴ ALFREDO, 2003.

conflito existente na metrópole quando se trata do drama do morar em relação à população de baixa renda. Em várias passagens dos depoimentos colhidos através das entrevistas é possível identificar esses diferentes momentos. Algumas passagens acima apresentadas referentes ao caso do Cabuçu aqui estudado, já revelaram os três momentos citados. A venda de lotes em áreas clandestinas ou irregulares corresponde ao momento da instituição da propriedade privada. O processo de ocupação de áreas, que no caso do Cabuçu apresenta controvérsias, é um exemplo da destituição da propriedade privada. No que respeita à questão das controvérsias foi abordado acima que em alguns processos que correm na Prefeitura de Guarulhos é citado o termo “invasão”, caracterizando a destituição da propriedade privada. No entanto, nos depoimentos colhidos nas entrevistas (também citado acima), identificou-se nas falas que as pessoas que se instalaram no Cabuçu, levando-se em conta toda a área a ele concernente adquiriram seus lotes pelo processo de compra e venda. Já o momento da re-instituição da propriedade privada do solo também foi identificado no Cabuçu com os processos de reintegração de posse e com os embargos da Prefeitura de Guarulhos sobre os casos de algumas moradias que foram construídas nas áreas da mesma.

As entrevistas revelaram situações ainda mais complexas. Dona Raimunda, moradora do Novo Recreio, utilizou o termo “distribuição de terreno”. Em sua entrevista foi relatado que a mesma pagou cem reais pelo seu lote. A periferia comporta esses padrões de crescimento e expansão que, em princípio parecem estar à margem da lógica da moderna propriedade. No entanto, o que se revela é a sua afirmação, ainda que, em princípio a mesma não tenha se realizado a partir do processo de compra e venda. Pode-se afirmar que, neste caso, a renda se realizou (ainda que de uma forma em específico).

No entanto, no depoimento de Irmã Sonia, a mesma trata das iniciativas eleitoreiras de Walter Luongo, então candidato a vereador, e proprietário da Imobiliária Continental. Ou seja, essa “distribuição” de lotes ocorreria vinculada à mudança do título eleitoral para Guarulhos⁷⁵ por parte dos que adquiriram esses lotes, com o intuito de nele votarem.

Entende-se aqui, que o quadro apresentado reforça a tese da reposição da periferia, que tem que ocorrer agora, no âmbito da metrópole, já que a cidade tende a ser destituída de sua identidade. A mobilidade populacional intrametropolitana,

⁷⁵ A entrevistada relatou que muitas pessoas que procuravam pela aquisição desses lotes eram da favela Buraco Quente, em São Paulo.

principalmente da parcela que corresponde à população de baixa renda, é resultante do movimento dialético de afirmação e negação da propriedade privada, levando-se em conta os diferentes momentos nela contida. Recorrendo novamente a Alfredo temos que: “... Se à propriedade privada da terra ligam-se as possibilidades de captação de uma riqueza social através da renda da terra, o sentido da metropolização comporta a necessidade interna de reproduzi-la (a propriedade) segundo uma racionalidade empresarial, donde o poder público não está isento de participação”. (2003, p. 46)

Considerações Finais

Ao enfatizar a periferia na metrópole atual, procurou-se destacar, por extensão, o aprofundamento da desigualdade que o atual processo de metropolização engendra.

O bairro do Cabuçu passou por profundas transformações que o levaram a se tornar mais uma periferia que apresenta os conteúdos já muito conhecidos tanto a partir do processo de urbanização, quanto com a intensificação do processo de metropolização.

A moderna propriedade do solo continua a se manter enquanto alicerce desse processo.

No entanto, o percurso verificado desde o início do processo de urbanização a partir da cidade de São Paulo, foi apresentando novos conteúdos com o passar do tempo. Se, na primeira metade do século XX, vigorou, primeiro, a formação dos bairros operários e, em seguida se desenvolveu o processo de periferização, necessário ao processo produtivo capitalista, no sentido de viabilizar a reprodução do trabalho, posteriormente ocorreram alterações, que apresentam seus primeiros sinais a partir da segunda metade do século XX.

É a partir da década de 1990 que se verifica uma alteração nos fluxos migratórios então vigentes no Brasil. A forte migração do Nordeste em direção ao Sudeste começa a enfraquecer.

No entanto, neste período, as periferias da agora metrópole de São Paulo já se encontravam significativamente instaladas neste território.

Com o galopante processo de especulação imobiliária, o crescimento das periferias não cessou. No entanto, as alterações ocorridas na reprodução do capital na escala planetária, viriam provocar alterações no conteúdo do crescimento destas periferias.

A reprodução do trabalho ganha novos conteúdos na metrópole, tanto pelas alterações ocorridas a partir da reestruturação produtiva do capital, quanto após o estágio avançado desse mesmo processo.

Aliás, essa reestruturação teve um papel preponderante no crescimento da população que amplia o exército de reserva. Dessa maneira, a reprodução do trabalho na metrópole passa a ser constituída (aqui levando-se em conta a sua relação com as periferias da metrópole) por um exército que se ampliou a medida que a aplicação de

novas tecnologias ao processo produtivo aprofunda a divisão do trabalho e o papel preponderante das empresas que apresentam condições de serem mais competitivas eliminando, dessa maneira, uma quantidade maior de postos de trabalho.

Em função dessa mudança, que marca a segunda metade do século XX, as periferias na metrópole de São Paulo são reproduzidas muito mais a partir da mobilidade desse contingente no território da metrópole que, por sua vez, não cessa de ampliar-se.

Foi nesse sentido que se discutiu a reposição da periferia enquanto *uma expressão* da atual etapa do processo de metropolização.

Fica evidenciado que essa reposição da periferia não responde a muitas das questões que envolvem a complexidade que marca essa etapa do processo de metropolização.

No entanto, procurou-se, mais especificamente, com essa argumentação, enfatizar as influências que parte do capital especulativo vêm provocando no território da metrópole a partir de seu direcionamento para um processo produtivo industrial em específico: a indústria da construção civil.

A atuação mais efetiva deste capital especulativo no núcleo da metrópole não influencia somente o próprio, já que a metrópole é um espaço marcado pela melhor adaptação no que respeita à apresentação de uma estrutura que interessa às empresas consideradas mais competitivas.

No entanto, e lembrando Lefebvre, ao mesmo tempo em que a metrópole é um espaço homogêneo (no sentido da dotação de uma estrutura fundamental à reprodução do capital), é também um espaço formado por guetos. Essa condição ocorre porque os mecanismos que interferem decisivamente na reprodução desse espaço são profundamente marcados pela contradição.

Logo, se a metrópole é marcada por essa profunda contradição, torna-se necessário destacar que os resultados desse mecanismo (e levando-se em conta a sua inscrição no espaço) são, ao mesmo tempo, homogêneos e heterogêneos.

Os diferentes lugares da metrópole carregam essa ambiguidade. Isso se deve ao fato da contradição implícita em seu processo. Um exemplo ilustrativo, e que se relaciona diretamente à condição do bairro do Cabuçu, é o crescimento da parcela da população que, agora, encontra mais dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, e que contraditoriamente acaba sendo inserida na reprodução ampliada do capital.

Portanto, essa parcela da população que pode ser considerada além do próprio exército de reserva, ainda encontra na metrópole as estratégias de sobrevivência que, entretanto, significam para eles, um aprofundamento da sua condição de precariedade.

O aumento da miséria na metrópole é o resultado do aprofundamento das relações capitalistas, bem como das tendências que esse processo apresentou nas últimas décadas. Para assinalar de maneira mais detalhada esse processo, destacou-se aqui a relação envolvendo a modernidade enquanto discussão filosófica que procurava estabelecer um novo homem, marcado pela adoção de novos valores (morais, éticos, sociais, etc.), com a ascensão de novo modo de vida: o modo de vida urbano.

A ascensão do modo de vida urbano apresenta a relação entre a cidade e a modernidade. No entanto, a cidade moderna passa muito mais a espelhar a dinâmica da reprodução capitalista do que a discussão filosófica acerca do “novo homem”, que segundo alguns teóricos seria a proposta original da modernidade. Dessa forma, uma das principais expressões da modernidade sobre a cidade que a acolhe é a velocidade com que as transformações espaciais passam a ocorrer e os desdobramentos dessa velocidade sobre os habitantes das cidades, aqui especificamente sendo tratadas as que ganham a fisionomia de metrópole. Por sua vez, a metrópole se configura cada vez mais no espaço que tem como uma de suas principais características o fato de o cidadão nela não se reconhecer, decorrente principalmente das transformações promovidas pela reprodução do capital.

Conclui-se dessa maneira que, as promessas da modernidade entram na condição de, cada vez mais, permanecerem como promessas. O discurso da modernidade passou a ser muito mais o discurso da modernidade capitalista. Este, por sua vez, representa ideologicamente a reprodução do capital.

A metrópole se constitui no espaço que apresenta a estrutura mais complexa do ponto de vista das necessidades de reprodução do capital. Nesse sentido, a tarefa de uma delimitação espacial da metrópole de São Paulo torna-se cada vez mais difícil, já que a mesma tende a se ampliar ampliando sua influência. É dessa maneira que a metrópole toma a cidade no sentido de destituí-la de sua identidade. Emerge daí a relação que coloca a reposição da periferia, agora, no âmbito da metrópole.

É da frenética necessidade de revalorização espacial na metrópole que emerge a constante reposição da periferia.

Bibliografia

ALFREDO, Anselmo **Cidade e metrópole, uma identidade contraditória no processo de urbanização contemporânea**, in Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade, Ana F. A. Carlos e Amália I. G. Lemos (org.), São Paulo, Ed. Contexto, 2003.

ALMEIDA, Nedir Fernandes de **Metamorfoses do uso do lugar: a revalorização urbana como estratégia de acumulação de capital**, dissertação de mestrado apresentada ao Depto de Geografia FFLCH-USP, São Paulo, 2007.

AZEVEDO, Aroldo de (org.) **Subúrbios orientais de São Paulo** in A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1958.

BERMAN, Marshall **Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade**, trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti, 8ª reimpressão, São Paulo, Cia das Letras, 1996.

BUARQUE, Cristóvam **O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa**, 5ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

BURGOS, Rosalina **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico**, tese de doutorado apresentada à FFLHC-Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2008.

CARLOS, Ana Fani A **São Paulo: dinâmica urbana e metropolização in Território/LAGET**, UFRJ, ano VII, nº 11, 12, 13, p. 77 – 89, Rio de Janeiro, 2003.

_____ **A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea**, in **Revista Estudos Avançados**, vol. 23, nº 66, pp 303-314, São Paulo, jan/abr 2009.

_____ **O espaço urbano – Novos escritos sobre a cidade**, São Paulo, Editora Contexto, 2004.

_____ **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**, São Paulo, EDUSP, 1994.

_____ **São Paulo, ville mondiale?** In cofins.revues.org.

CARVALHO, André L. de **Propriedade Privada e Apropriação do Espaço – O Conflito na Metrópole**, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação da FFLCH – USP, orientadora Profa. Dra. Lea Francesconi, São Paulo, 2003.

CASTELLS, Manuel **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**, trad. Maria Luiza X. de A. Borges, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.

COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE HABITAÇÃO NA ÁREA CENTRAL, Relatório Final, Câmara Municipal de São Paulo, setembro/2001.

DAMIANI, Amélia L. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo in **Geografias de São Paulo 1 Representação e crise da metrópole**, Ana F. A. Carlos e Ariovaldo U. de Oliveira (org.), São Paulo, Ed. Contexto, 2004.

_____ A cidade (des)ordenada e o cotidiano in **Revista do Departamento de Geografia, nº 9**, FFFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

DAVIS, Mike **Planeta favela**, trad. Beatriz Medina, São Paulo, Boitempo, 2006.

DEBORD, Guy **A sociedade do espetáculo**, trad. Estela dos Santos Abreu, 4ª reimpressão, Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

FRANCESCONI, Léa Trabalho e indústria em São Paulo in **Geografias de São Paulo 1 Representação e crise da metrópole**, Ana F. A. Carlos e Ariovaldo U. de Oliveira (org.), São Paulo, Ed. Contexto, 2004.

FREITAS, C. G. et alli **Habitação e Meio Ambiente – Abordagem Integrada em Empreendimentos de Interesse Social**, São Paulo, Coleção Habitar, IPT, 2001.

FRÚGOLI JR, Heitor **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**, São Paulo, Ed. Edusp, 2006.

GOMES, Paulo César da Costa **Geografia e modernidade**, 3ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

HABERMAS, Jürgen **O discurso filosófico da modernidade**, trad. Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento, São Paulo, Ed Martins Fontes, 2002.

HARVEY, David **O novo imperialismo**, capítulo 4 A acumulação via espoliação trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, 2ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 2005.

HOLANDA, Sérgio B. de **Raízes do Brasil**, 26ª edição, 27ª reimpressão, São Paulo, Cia das Letras, 1995.

JORNAL DIÁRIO DE GUARULHOS, pág. 7, Guarulhos, 20/08/2010.

_____, pág. 13, Guarulhos, 20/08/2010.

JORNAL FOLHA METROPOLITANA, **Cabuçu: um bairro que mais parece uma vila interiorana**, Guarulhos, 08/12/2001.

JORNAL OLHO VIVO, **Barragem do Cabuçu completa cem anos**, Guarulhos, 06/06/2008.

JORNAL REPÓRTER DA CIDADE, **Cabuçu – Jurema e Tibiriçá: as lições que vêm da terra**, Guarulhos, 07/12/1990.

KOSIK, Karel **Dialética do concreto**, trad de Célia Alves e Alderico Toribio, 7ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

LANGENBUCH, Juergen R. **A estruturação da metrópole de São Paulo – Estudo de Geografia Urbana**, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, da Universidade de Campinas, Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1971.

_____ **Periferia revisitada – Depoimento**, in **Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, ano XVII, nº 42, São Paulo, 2001.

LACOSTE, Yves **A geografia - isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra**, trad. Maria C. França, 4ª edição, Campinas, Papirus, 1997.

LEFEBVRE, Henri **La production de l'espace**, 3ème édition, Paris, Édition Anthropos, 1986.

_____ **A revolução urbana**, 2ª reimpressão, trad. de Sérgio Martins, Belo Horizonte Ed. UFMG, 2004.

_____ **A re-produção das relações de produção**, trad. Antonio Ribeiro e M. Amaral, Porto, Publicações Escorpião, 1973.

_____ **O direito à cidade**, 5ª edição, São Paulo, Centauro Editora, 2008.

_____ **De lo rural a lo urbano**, trad. Javier González-Pueyo, Barcelona, Ediciones Península, 1978.

LE MOS, Amália I. G. de **A metropolização nos países do Terceiro Mundo** in **Revista do Departamento de Geografia, nº 13**, FFLCH-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LENCIONI, Sandra **Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço** in **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**, Ana F. A. Carlos e Amália I. G. Lemos (org.), São Paulo, Ed. Contexto, 2003.

_____ **Mudanças na Metrópole de São Paulo e Transformações Industriais** in **Revista do Departamento de Geografia nº 12**, FFLCH-Universidade de São Paulo, p. 27-42, São Paulo, 1998.

_____ **A sociedade urbana e os caminhos da modernidade e da pós-modernidade** in Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos Velho mundo – Novas fronteiras: Perspectivas da Geografia Brasileira, Curitiba, 17 a 22 de julho/2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor Transformações na cultura urbana das grandes metrópoles in MOREIRA, Alberto da S. (org.) **Sociedade global – Cultura e religião**, Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

MANENTE, Fábio C. M. **A moradia popular chegou à Serra da Cantareira**, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação da FFLCH – USP, orientadora Profa. Dra. Odette C. De L. Seabra, São Paulo, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700 – 1836**, São Paulo, Ed. Hucitec/Edusp, 2000.

MARTINS, Flávia Elaine da Silva A produção da escala metropolitana e do seu pesquisador: elementos de ritmanálise in **GEOUSP – Espaço e Tempo**, edição especial, p. 29 – 39, São Paulo, 2009.

MARTINS, José de Souza **O cativo da terra**, 3ª edição, São Paulo, Ed. Hucitec, 1986.

_____ Periferia revisitada – Depoimento, in **Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, ano XVII, nº 42, São Paulo, 2001.

MARX, Karl **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**, 18ª edición, vol. 1, 2 e 3, Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2001.

_____ **Teorias sobre la plusvalía**, trad. Floreal Mazia, Buenos Aires, Editorial Cartago, 1975.

MATOS, Olgária Chain Feres Espaço público e tolerância política in MIRANDA, Wander M. (org.) **Narrativas da modernidade**, Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

MÉSZÁROS, István **Para além do capital – Rumo a uma teoria da transição**, trad. Paulo Sérgio Castanheira/Sérgio Lessa, Campinas/São Paulo, Ed. da UNICAMP/Boitempo Editorial, 2002.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**, São Paulo, Ed. HUCITEC, 1984.

NASCIMENTO, Mara Regina e TORRESINI, Elizabeth (orgs.) **Modernidade e urbanização no Brasil**, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998.

NORONHA, A V. **Súmula da história de Guarulhos**, Guarulhos, Blue Star, 1965.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de São Paulo: dos bairros e subúrbios às bolsas de mercadorias e de futuro, in **Geografias de São Paulo 2 A metrópole do século XXI** Ana F. A. Carlos e Ariovaldo U. de Oliveira (org.), São Paulo, Ed. Contexto, 2004.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**, 2ª edição, São Paulo, Ed. Contexto, 1996.

PACCA, Penha Elizabeth **A reprodução do espaço na periferia da metrópole e a lógica da propriedade privada**, dissertação de mestrado apresentada à FFLCH-Departamento de Geografia-USP, São Paulo, 2004.

PELLOGIA, Alex **O homem e o ambiente geológico: Geologia, sociedade e ocupação urbana no município de São Paulo**, São Paulo, Xamã, 1998.

PIETÁ, E. **Revirando a história de Guarulhos**, 1.a Edição, São Paulo, Ed. Cajá, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social, Lei nº 6.055, 30/12/2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS Restrições da Legislação de Uso e Ocupação do Solo, Secretaria Da Habitação e Desenvolvimento Urbano, 3.a Edição, 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS, Secretaria de Desenvolvimento urbano – Depto de Gestão Urbana, www.guarulhos.sp.gov.br, acessado em 21/05/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS Sumário de Dados, Secretaria de Economia e Planejamento, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Lei nº 6.253, 24/05/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS Zoneamento e Perímetro urbano, Legislação, Vol. 1, 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS Zoneamento e Perímetro urbano, Legislação, Vol. 2, 1982.

QUINTO JR, Luiz Pinedo Nova legislação urbana e velhos fantasmas in **Revista de Estudos Avançados**, vol. 17 nº 47, São Paulo, janeiro/abril 2003.

RANALLI, João **Repaginando a história**, Guarulhos, SOGE, 2002.

RATZEL, Friedrich O solo, a sociedade e o Estado in **Revista do Departamento de Geografia**, nº 2, FFLCH-USP, São Paulo, 1983.

Relatório Final da Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central, São Paulo, setembro/2001.

RIBEIRO, Ana C. T. e MACHADO, Denise B. P. (orgs.) **Metropolização e rede urbana – Perspectivas dos anos 90**, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1990.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, Cidade, cidadania e segregação urbana, in www.planum.net, acessado em 17/07/2010.

RIBEIRO, S. **Guarulhos “Uma Explosão”**, São Paulo, Ed. Maitiry, 1995.

ROMÃO, Gasparino e NORONHA, Adolfo de V. **Guarulhos 1880 – 1980**, edição histórica, Prefeitura do Município de Guarulhos, Guarulhos, 1980.

SANTOS, Boaventura de Sousa **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**, São Paulo, Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Milton **A natureza do espaço – Técnica e tempo, razão e emoção**, 4ª edição, 2ª reimpressão, São Paulo, EDUSP, 2006.

_____. Tradição, modernidade e cultura na cidade grande in **Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, Ano VI, nº 17, São Paulo, 1986.

SATO, Sandra Emi **Estudo de urbanização em áreas de risco a escorregamentos nos loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio, região do Cabuçu, Guarulhos/SP**, dissertação de mestrado apresentada à Universidade Guarulhos para obtenção de título de mestre em Análise Geoambiental, Guarulhos, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**, São Paulo, Augurium Editora, 2004.

SEABRA, Odette C. de L. São Paulo: A cidade, os bairros e a periferia in **Geografia de São Paulo 1 Representação e crise da metrópole**, Ana F. A Carlos e Ariovaldo U. de Oliveira (org.), São Paulo, Ed. Contexto, 2004.

_____. São Paulo e os signos da modernidade: A questão da segurança privada in **Anais do II Seminário Latinoamericano de Geografia Crítica**, 26 a 30 de novembro de 1990, Buenos Aires, 1990.

_____. **Desencontros da modernidade: modos de morar em São Paulo**, texto da palestra apresentada no CIEE – Centro de Integração Empresa e Escola – FIESP, São Paulo, 2007.

SEVCENKO, Nicolau **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**, São Paulo, Cia das Letras, 2003.

SILVA, Armando C. da A sociedade urbana e os caminhos da modernidade e da pós-modernidade in **Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos Velho mundo – Novas fronteiras: Perspectivas da Geografia Brasileira**, Curitiba, 17 a 22 de julho/2004.

SPÓSITO, Eliseu S. **Cidade, urbanização, metropolização**, Presidente Prudente, FCT-UNESP, 1997.

TOURAINÉ, Alain **Crítica da modernidade** trad. Elia Ferreira Edel, Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.

VELHO, Gilberto (org.) **Antropologia urbana – Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

ZENHA, R. M. & FREITAS, C. G. L. **Habitação e Meio Ambiente – Assentamentos Urbanos Precários**, São Paulo, Coleção Habitare – IPT, 2002.

Sites

www.br.brookfield.com acessado em 04/03/2010

www.cofins.revues.org acessado em 17/06/2009

www.folha.uol.com.br acessado em 28/04/2009

www.guarulhos.org /bairros, acessado em 21/05/2010

www.guarulhos.sp.gov.br acessado em 20/08/2010

www.revista.construcaomarcado.com.br acessado em 21/02/2010

Anexos

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Entrevista realizada com Irmã Sonia – Trabalho Pastoral– Cabuçu

- 1) Primeiro, gostaria que a senhora falasse um pouco a respeito da Pastoral... como ela atua... como é o contato com as pessoas... como é a recepção das pessoas às ações que a Pastoral desenvolve...
- 2) Como começou e o que motivou o envolvimento da Pastoral com as pessoas que vieram morar no Cabuçu nesse período (final de década de 80) em que ocorre o início do crescimento (em termos de ocupação) da área?
- 3) Que tipo de trabalho a Pastoral desenvolve junto a essa população?
- 4) Nesse trabalho de contato com as pessoas daqui (Cabuçu), que impressões do ponto de vista sócio-econômico vocês da Pastoral tiveram? Normalmente as pessoas têm um cotidiano difícil? Quais as principais dificuldades?
- 5) No contato com estas pessoas, vocês têm alguma noção a respeito de sua origem anterior? Por exemplo, elas moravam em outros bairros de Guarulhos, em outra cidade, em outro estado?
- 6) A senhora tem conhecimento sobre como as pessoas foram chegando aqui, por exemplo, para se instalarem, elas buscaram uma organização prévia ou foram chegando de maneira isolada (cada família)? Ou houve situações diferenciadas?
- 7) A partir da experiência acumulada, como a senhora e a Pastoral analisam a forma como normalmente as pessoas daqui têm acesso aos lotes para construir suas casas?
- 8) A Pastoral tem algum envolvimento relativo à questão dos processos de regulamentação dos vários loteamentos da região? Ela atua no sentido da organização das pessoas? Se não, qual o posicionamento da Pastoral frente a estas questões?
- 9) No contato que a Pastoral tem com as pessoas daqui, que tipo de reclamações as pessoas expressam a respeito do lugar? Há também elogios a esse respeito?
- 10) De acordo com a sua experiência e militância na Pastoral, que opinião a senhora emite a respeito de situações como esta do Cabuçu?

Entrevista realizada com Dona Ivone, coordenadora do Ponto de Cultura, entidade que desenvolve atividades culturais no Cabuçu, e moradora do bairro há 40 anos.

- 1) Primeiro, gostaria que a senhora falasse dessa experiência de, enquanto moradora antiga do bairro, viver aqui presenciando as várias transformações ocorridas durante esse tempo. Com essa experiência, o que a senhora acha que melhorou e que piorou nesse tempo aqui no Cabuçu?
- 2) Como surgiu a idéia de se criar o Ponto de Cultura? A senhora estava envolvida desde o começo?
- 3) Que tipo de atividade o Ponto de Cultura desenvolve hoje? Existem outras idéias para o futuro?
- 4) Como a senhora sente o envolvimento das pessoas do bairro junto ao Ponto de Cultura? Há muito ou pouco envolvimento? O que explica essa situação?
- 5) A senhora trabalha mais internamente ou procura andar pelo bairro, conhecer as pessoas...
- 6) Com essa experiência de militância junto ao Ponto de Cultura, como a senhora sente o bairro e as pessoas? Que problemas a senhora considera como mais graves? O que a senhora e as pessoas acham de bom no Cabuçu?
- 7) No contato com estas pessoas, vocês têm alguma noção a respeito de sua origem anterior? Por exemplo, elas moravam em outros bairros de Guarulhos, em outra cidade, em outro estado?
- 8) A senhora tem conhecimento sobre como as pessoas foram chegando aqui, por exemplo, para se instalarem, elas buscaram uma organização prévia ou foram chegando de maneira isolada (cada família)? Ou houve situações diferenciadas?
- 9) A senhora tem algum envolvimento relativo à questão dos processos de regulamentação dos vários loteamentos da região? O Ponto de Cultura atua no sentido da organização das pessoas nesse sentido?
- 10) De acordo com a sua experiência e militância no bairro, que opinião a senhora emite a respeito de situações como esta do Cabuçu?

Então, eu gostaria de saber primeiro como que é o trabalho pastoral que vocês desenvolvem de uma forma geral, como que se dá, e como vocês chegaram aqui também né, chegaram antes dessa ocupação mais forte do crescimento populacional.

- Então é assim, a Igreja, a capela chama-se Capela Bom Jesus da Cabeça, essa capela ela existe desde 1889 por aí que ela já existe, ela já é a segunda ou a terceira mais antiga de Guarulhos, inclusive ela já é tombada ela é patrimônio histórico, e em volta dela foi criando toda essa movimentação que tá aqui, a minha congregação ela tá aqui agora no dia 6 de agosto deste ano vai fazer 25 anos de presença das irmãs aqui no Cabuçu, e nosso trabalho ele se dá assim, eu sou a mais antiga agora no momento aqui, só eu tenho 21 anos de Cabuçu e quando nós chegamos já havia sim, já havia uma certa população tudo mais, esse morro daqui da frente que a gente chama de Jardim dos Cardoso esse morro cresceu por acaso de 4 a 5 anos prá cá, ele pipocou, então o nosso trabalho se dá devido a visitação, com parte do trabalho de evangelização que o nosso trabalho é de ir nas casas, conhecer as famílias de dar ajuda, de dar formação e assim foi criando em volta da Igreja, da Capela como já existia antes de nós chegamos. Então a população já foi criando-se ao redor então, praticamente a nossa presença aqui, ela funciona como porto seguro, porque nós somos médicas, somos mãe, somos padre, somos tudo, e então as pessoas precisam de alguma coisa elas vêm até nós. E na maioria das vezes dentro da possibilidade nós ajudamos. Então nosso trabalho vai se desenvolvendo assim, então vai se desenvolvendo, tem as missas durante a semana, tem as missas no domingo, daí vai se fazendo um contato maior, e agora através do trabalho da pastoral da criança também nós temos um acesso maior trabalhamos com as crianças, mas também trabalhamos com a família.

- A parte do Recreio São Jorge, vocês tem contato também?

Também, também temos o contato com a Igreja, o Recreio também, essa parte do Cabuçu ele demora mais pra se desenvolver, você mesmo pode perceber o que nós temos em matéria de comércio, em matéria das próprias casas, a gente não se vê muito desenvolvimento no Cabuçu, agora no Recreio ele já é assim o desenvolvimento maior, monstruoso pode-se até dizer, porque se você passa na avenida que liga né, que pega da Vila Galvão até o Centro de Guarulhos por aqui via Taboão, Cabuçu ele fica meio que escondido porque o Cabuçu cresceu, mas o Cabuçu cresceu dentro do vale através das montanhas, agora o Recreio não, o Recreio já expandiu, antigamente só existia o Recreio São Jorge tem o Novo Recreio, o Novo Recreio se deu através eu não sei se você já ouviu falar da imobiliária Continental.

- Já.

- Então, o Novo Recreio ele se deu através se eu não me lembro o ano agora mais teve uma época das eleições em que Walter Luongo se candidatou, que era dono da

Continental ele trouxe todo o pessoal do Novo Recreio que é um pessoal que vieram de outros bairros pra cá, que é aquela questão de mudando os títulos pra poder votar aqui, então o Novo Recreio ele surgiu assim de um dia pro outro, foi naquela época dos escândalos da imobiliária Continental que saiu muito foi naquela época que até que foi meio que cassado os votos porque trouxe esse pessoal pra cá, então o Novo Recreio ele é construído totalmente sem infra estrutura, sem água, sem saneamento básico, sem nada. Se você sobe o famoso Morro da Chiquinha, que antigamente era conhecido como morro do Piolho porque pipocou do dia pra noite também, você vai ver, as casas que é uma grande diferença do Recreio antigo que é a parte direita do que o Novo Recreio, que é a arte esquerda. O Novo Recreio é construído assim, em beira de manancial, quando deu essa chuva muitas casas caíram, por que são construídas mesmo em barrancos, então era uma montanha que de repente do dia pra noite foi completamente destruída e construíram casas e as pessoas sem ter condições de construir dignamente acaba construindo como dá. E aí depois com o tempo de chuva, aí ficam todos esses problemas, porque que nem a gente tem uma rua lá no Novo Recreio mesmo a rua 4 de março que a gente chama que ela é assim, esgoto a céu aberto, passa assim, direto e as pessoas convivem com aquilo ali, não tem água encanada, tem uma água que ela é coletiva, todo mundo vai lá, todo mundo usa. Então ali falta de tudo, tudo, tudo, tudo. Porque essas primeiras pessoas foram pegadas de um lugar e jogadas no outro sem preparação nenhuma.

- E normalmente essas pessoas vieram de outros bairros daqui de Guarulhos mesmo?

- Sim, algumas vêm de Guarulhos, mas a grande maioria também vem de São Paulo, praticamente se eu não me engano, esse pessoal que tá aqui Veio de São Paulo de um lugar chamado Buraco Quente, existe um lugar que chama Buraco Quente . Então, é uma favela, é uma favela de lá que vieram pra cá, então tem muita gente vindo de outros lugares, porque uma, porque as vezes não consegue pagar aluguel, porque aluguel tá muito caro, então acha que o pessoal vem dos barracos, porque você percebe já no visual, o Recreio ele ainda tem as casas de alvenaria, agora no Novo Recreio as casas são a grande maioria ainda, são de barracos de madeira mesmo. Por Deus. Vai se virando do jeito que dá, muitos ainda não tem luz, é puxada emprestada, fazem muito gato tanto na água, como na luz ainda tem gato, eles vão assim, muitos vem do interior porque o parente tava aqui, então veio pra cá tentar a vida e não conseguiu vai ficando por aqui, então o Novo Recreio surgiu assim mesmo da imobiliária Continental daquela

época, assim também porque o que eu to dizendo é o que o pessoal conta né, porque o nosso trabalho, a gente foi visitar, foi ver, porque o nosso trabalho é arrumar cesta básica, e também com o restaurante popular, já para você ter uma ideia, nós temos no cadastro na nossa cesta básica 400 famílias, mensalmente pegam cesta básica, e nós temos um restaurante popular que é um outro projeto, que nós trabalhamos com os Padres Agostinianos, ali no Santa Mônica nós servimos 700 refeições diárias, então a grande maioria desse público nosso, ou é de lá ou é daqui do Jardim dos Cardoso que passam por ali, então a gente tem isso mais ou menos esse contato devido né, a esse conhecimento, aliás através desse contato.

- Entendi. Aqui no Jardim dos Cardoso é um perfil diferente desse pessoal? De onde eles vieram?

- Sim, agora o problema maior é assim, pelo menos lá no Recreio São Jorge e no Novo Recreio, nós sabemos essa história, agora o perfil do Jardim dos Cardoso é outro, mas em vista do Recreio é mais complicado, por que? Porque aqui, nesta área até mesmo onde nós estamos na Igreja existe vários donos o pessoal comprou o terreno existia um lote de uma pessoa que se dizia dono, só que essas pessoas a grande maioria dessas pessoas não têm a escritura, e quando vão tentar regularizar os terrenos o que acontece, aparece 3 a 4 donos, está com o que? Está com 5, 6 7 anos mais ou menos que nós participamos inclusive nós ganhamos, nós participamos de uma reintegração de posse que é coisa horrível, monstruosa, porque do dia pra noite muitas pessoas foram comunicadas no final de semana que na segunda-feira haveria essa reintegração de posse, justamente desse pedaço aqui onde nós estamos da nossa Igreja toda essa rua aqui debaixo, essa rua de terra, todos os moradores, pessoas. Que loucura, 5:00 da manhã, carro de polícia, vários policiais, aqueles carros de caçamba pra levar as pessoas embora com os móveis. Por quê? Tem um rapaz que se diz herdeiro, que se diz dono, que é herança de família, ele disse que tem a estrutura, mas quando vai se procurar disse não é verdade, inclusive os moradores daqui pra poder se garantir eles tiveram, depois que teve esse confronto, eles começaram a pagar em juízo pra não perder, porque houve gente que não pagou, que não quis pagar e perdeu a casa mesmo pra eles, porque ele se diz dono, inclusive até nossa Igreja estávamos na briga, nossa Igreja, a escola...

- Investiu nele o capital da construção, mas aí...

- Justo, justo, justamente.

-Supostamente.

- Supostamente, e é engraçado eu falo a verdade porque? Esse projeto que nós temos aqui, essa construção da escola, da Igreja, da minha casa foi uma doação de um bem feitor que nós tivemos inclusive é o Dr. Manoel Gesteiro, que ele faleceu, há 4 anos nós começamos com esse projeto junto com o Dr. Manoel, então o que aconteceu aqui na Igreja, ela teve a benfeitorias, porque até então a Igreja não é, não tínhamos a Igreja construída desse jeito, essa construção não existia era tudo feinho, então ninguém olhava para nós, a partir do momento que houve a reforma da Igreja, houve esse trabalho, o Dr. Manoel comprou as terras de cima pra fazer a construção daquela maquete que está aqui no salão, aí que todo mundo começou a olhar pro Cabuçu, e aparecer esses donos de todo lugar, aí até nós ficamos inquietas porque ver a mexer porque? Consta nos registros da Igreja na subsede de Guarulhos a doação dessa Capela, desse terreno para a Igreja, e tanto a pessoa que doou a Igreja também doou à escola, pra aquela época, e esse rapaz que se diz dono, ele é neto, não sei de qual geração, dessa senhora, porque aqui antigamente, os antigos dizem que era uma área só, então se chama sítio Bom Jesus da Cabeça por isso que o nome da Igreja se dá a Bom Jesus e a nossa imagem mesmo, da Igreja nosso patrono da Igreja ele é mesmo só a Cabeça do Jesus, então aí tem se a história, uns dizem que era um por causa do sítio, outros dizem porque um escravo achou a cabeça e deu o nome da Igreja de Bom Jesus da Cabeça, mas enfim o que consta sim na escritura desse rapaz que se diz dono por herança é que aqui tinha e chamava-se Sítio do Bom Jesus, e devido o nome e aí agora cada um pegando um pedacinho, foi chegando foi vendendo e então, aí dá-se esse problema porque? Inclusive a casa aqui no tempo, no Jardim dos Cardoso foi embargado.

As pessoas foram embargadas de construir porque se descobriu que uma grande parte do terreno é da prefeitura, então, cada vez que mexe aparece um novo dono, então as pessoas agora do Jardim dos Cardoso não podem construir porque a prefeitura diz que é dela, aí vem outro e diz não, não é da prefeitura mas, é nosso.

Então, na verdade, as pessoas ficam sem saber quem são, de quem é o verdadeiro dono, você pagou, muita gente deu tudo o que tinha das economias toda de uma vida inteira no terreno, construiu sua casa e não pode dar continuidade na construção porque no dia pro outro pode perder tudo, então daí tem o problema de encanar a água, tem o problema de fazer o asfalto, de passar o esgoto, porque a grande maioria não tem esgoto, ou tem a fossa ou o esgoto corre e desemboca no rio, aí tem todos os problemas da questão da água, do tratamento da água também.

Mas aí as pessoas ficam assim, caro porque se você vai dar melhoria a pessoa chega não, é meu, então é muito complicado, cada vez que você vai no juiz para poder tentar legalizar acha um novo dono, o pessoal tá preocupadíssimo, inclusive uma senhora que mora aqui, que morava aliás aqui ela não pagou em juízo quando eles tentaram fazer o acordo da reintegração de posse, ela não aceitou e esses tempos atrás ela foi despejada, o caminhão chegou com ordem judicial, “vamo embora, vamo embora, ele ganhou a causa, isso significa sair”.

Inclusive nós mesmo no terreno da Igreja quando o Dr. Manoel era vivo ainda, estava fazendo o muro de arrimo para tentar, porque é todo um desabamento aqui atrás então quer dizer você não tem como construir alguma coisa ali, para construir ali você teria que fazer o muro de arrimo bem feito, tentar aplinar o terreno para tentar construir alguma coisa, isso vai muito dinheiro e a comunidade não tem esse dinheiro para fazer benfeitoria.

O Dr. Manoel queria fazer...Inclusive a nossa obra foi embargada porque esse rapaz entrou dizendo que o terreno era dele. “O terreno é nosso, não porque o terreno...” Embargou a obra o Dr. Manoel “Eu não vou perder porque se a gente faz depois é dele como é que faz?” Mas, porque tudo antigamente, dizia que a palavra valia tudo, então as pessoas confiavam, então ah é da Igreja, é da Igreja, nós temos como provar, mas assim tá escrito no livro tombo uma folha toda mas a questão da documentação a gente não tem. Agora os advogados estão mexendo, estão regularizando todos os documentos, na pasta da Igreja porque a capela já existe há mais de 100 anos.

-Normalmente até a própria igreja ela tinha esses registros né?

- Sim. No caso da igreja nós só temos esse escrito do padre na época no livro tombo, que o livro tombo é um livro que nós temos que contar tudo o que se passa na igreja dia a dia, da comunidade é registrado ali, quando tem algo importante, novas questões de doações, essas coisas é tudo registrado nesse livro, porque os padres mudam muito, então o próximo padre que vier sabe toda a história que aconteceu ali, então aí que agente foi vendo que existe esse registro no caso do terreno da igreja, mas as outras pessoas, coitadas elas não têm como provar, que tem um contrato de compra e venda que quando você vai tentar regularizar na escritura, você descobre que o teu terreno é de outra pessoa, essa pessoa você vai atrás ela vendeu de outra pessoa, então a gente tem terrenos aqui que casas que tem 3 donos no mesmo terreno. E aí o ultimo investiu tudo o que tinha ali. De quem vai ser o terreno? É complicado, muito complicado.

- Eu já tenho a experiência na zona norte de São Paulo tem muitos lugares que estão numa situação muito semelhante a essa, é um rolo assim tremendo, foram promovidas ocupações, é complicado.

Bom, Irmã Sonia, um pouco eu acho que a senhora já ate abordou da minha segunda questão. É essa questão do trabalho pastoral que ele, inicia-se mais ou menos há 25 anos?

- Isso, praticamente da presença das irmãs aqui.

- Correto, a outra questão que eu vou colocar também é um pouco a senhora já respondeu, talvez se a Senhora quiser detalhar um pouco mais, que é o trabalho, o trabalho pastoral desculpe a redundância que desenvolve junto à população então, a Senhora falou dessa questão das cestas básicas, tem mais alguma coisa?

-Então, o que há. Qual a metodologia do trabalho da cesta básica? Quando a gente fala da cesta básica? Quando a gente fala da cesta básica ela cai no assistencialismo, então por muito tempo, por muito tempo mesmo a igreja ela faz esse trabalho de caridade, nós chamamos a pastoral da comissão humana e nos vimos o que? Que você dá só a cesta básica para a pessoa aquilo ali é um paliativo, então nós fomos descobrindo com o passar do tempo que só resolve na hora, e não dá, porque a cesta básica ela ajuda naquele momento, mas a pessoa precisa criar uma visão diferente, criar uma nova expectativa, uma nova esperança para que ela mesma possa buscar meios de ela se auto sustentar, porque gostoso é você chegar no mercado e poder comprar aquilo que você quer comer, e não comer aquilo que uma pessoa te dá, que vem numa caixinha né, então o que quê nos pensamos em fazer com a questão da entrega da cesta básica?

Criarmos cursos de formações para dar ferramentas para que essa pessoa, ela mesmo, gerar modos para poder se auto sustentar, então o que nós fazemos? Nós entregamos a cesta básica uma vez por mês, e antes da pessoa pegar essa cesta básica ela vem pra uma reunião, pra uma formação e a cada vez nós abordamos temas diferentes, mas com foco de cidadania, porque a pessoa sem instrução, e sem cultura é muito mais fácil de dominar, por que é muito fácil dizer que a culpa é do Governo que a culpa é do Prefeito né, que a culpa é de quem está no poder, isso é muito fácil. Mas aí quando as pessoas dizem isso elas se esquecem de um pormenor que faz toda a diferença, quem colocou as pessoas lá onde elas estão, fomos nós mesmos né. Então, a gente tenta colocar na cabeça das pessoas, tenta, aprendam uma profissão para esta política, não politicagem, mas a política no sentido correto, porque a pessoa ela tem que saber argumentar, ela tem que

saber dizer o que ela espera, o que ela quer da vida dela. Ter uma consciência crítica e política.

E eu vou te contar, essa é a parte mais difícil do trabalho, porque a grande maioria que vem para pegar essa cesta básica, o que elas querem? Pegar a cesta básica e ir embora; elas não querem ouvir o que você tem para dizer, então nós procuramos trazer psicólogos, a gente procura trazer assistente social, a gente procura as próprias senhoras da pastoral da criança que trabalham com toda atenção, dá a comida enriquecida, que são aquelas folhas, que são coisas que você tem em casa, para poder ajuda na economia do lar, que nem, nós temos esse trabalho que é um trabalho pra nós é voluntário, pras pessoas, porque ela vêm, tem um curso de alfabetização, elas têm um curso de informática, ela tem um curso de técnicas administrativas, que pode dar suporte para procurar um emprego melhor, então assim nós damos todas as dicas do que a gente tem aqui, mas é uma grande minoria que aproveita todo esse espaço, porque a grande maioria já está aqui no vício naquele, ciclo vicioso da mendicância que aí é melhor pedir, do que ir fazer alguma.

Agora graças a Deus deu uma parada, mas antigamente esse lado do Cabuçu o que que acontecia né, as pessoas elas viviam mesmo assim contagiáveis porque até saiu piadinhas maldosas, as pessoas falavam assim. "Porque que eu vou trabalhar? A igreja dá a cesta básica, os Agostinianos dão o almoço, a Vila Galvão dá o transporte..." que era uma loucura antigamente você não conseguia entrar no ônibus porque as pessoas entravam todos por trás sem pagar, ou então pela porta da frente pulava a catraca, o ônibus era lotado, mas lotado de gente que não pagava, e aquelas pessoa que pagavam na maioria iam de pé, de pé no transporte, aí vinha a briga porque você imagina um pai de família que saiu de manhã às 4 horas da manhã, trabalhou o dia inteiro, pegar o ônibus lotado, cansado e a pessoa que ficou o dia inteiro se fazer nada, entra sem pagar ainda ocupa o espaço e senta, eles achavam que isso era correto. Então o que falta para esse nosso povo?

Falta um pouco dessa consciência política de ser cidadão porque é isso que a gente tenta conversar com eles, e tenta dizer para eles, nós não temos só direitos, nós também temos deveres, criar essa consciência é muito complicado, porque quando chega para a reunião nós temos uma lista de chamada, que as pessoas só assinam no final, e aí eles vêm com aquela desculpa assim. "Ah, mas eu não posso assinar e ir embora? Porque eu deixei meu filho sozinho." "Ah, olha eu tenho médico".

Eu costumo dizer que eu sou freira “Poli esquadro” ou seja, eu pergunto “Mas escuta, você não sabia que tinha essa reunião hoje?”. Quando nós vamos em algum lugar que eu preciso daquilo, eu freira, poderia dizer “Mas eu sou freira”, eu posso ter vantagens, mas espero meu horário eu espero cumprir o meu espaço. Na escola se você vai levar se o seu filho. Tá na escola e você não vai para a reunião? Depois quem é prejudicado é o seu filho; você não fica lá ouvindo na reunião. Então porque que aqui na igreja tem que ser diferente? Não, ela vai esperar o seu tempo, eu falo mesmo para as mulheres . “Foi no médico, trouxe atestado, mostrou a carteirinha com a consulta?” Não, então não pega a cesta básica. Nós somos obrigadas a chegar a este ponto. “Se você não participa da palestra, você não pega a cesta básica, esse mês você vai ficar sem, e três faltas você perde o direito da vaga”. Porque o nosso trabalho será desenvolvido assim. Porque muita gente vinha pegava a cesta básica vendia ou ...

- Não tinha controle de nada, de repente a pessoa nem precisava.

- Aí porque nós vamos na casa visitar as mulheres, junto com a Irmã Cida, e eu quando posso vamos visitar as pessoas situação das pessoas, então o quê que acontecia, muita gente pegava a cesta básica e não precisava, chegamos ao ponto de pessoas dona de mercadinho, vinha pegava a cesta básica, abria e colocava os produtos da cesta e vendia no seu mercado.

- Nossa!

- E famílias precisando porque nós temos 400, mas, nós temos uma outra fila de espera de pessoas que esperam sempre para poder entrar no projeto. Pessoas que realmente necessitam e precisam e não conseguiu vaga por causa disso, sem contar que nós temos muitos, muitos usuários de drogas, muitos alcoólicos que pegam realmente a comida dos próprios filhos e trocam mesmo por drogas, este é o nosso problema ultimamente é isso, aqui. Nós temos pessoas com liberdade assistida, nós temos pessoas que são realmente fugitivas que não trazem documentos com medo que você os apresente, e aí eles correm esse risco. Então é muito complicado trabalhar com essas pessoas e criar essa cidadania neles, criar essa consciência de cidadão.

- Entendi.

- Não dá para generalizar porque existem casos e existem casos né, mas nós conseguimos um pouco segurar a situação nessa questão mesmo da visitação para ver se precisa, com esse controle, você vem participa da formação aí você entrega a cesta básica. E graças a Deus a gente consegue porque quando tem aquelas pessoas que participam das reuniões, participam do processo elas conseguem um emprego, elas

chegam na reunião com o cartãozinho dela fala “Olha Irmã eu to devolvendo meu cartão, porque agora eu não preciso mais, obrigada, agradeço a Deus e agradeço a vocês, pode dar a minha vaga para outra pessoa”, isso é muito gratificante, muito gratificante, mas também tem aqueles que muda mas continua vindo pegar e quando você chega para visitar na casa. “Cadê fulano? Ah, faz tempo que mudou”. Ai você fala “Ai gente, Que raiva, que raiva, que raiva”, é muito complicado, mas é complicado, é desafiador e é gostoso. (risos)

- Interessante. Muito obrigado pelo trabalho. Uma outra questão que eu gostaria que a Senhora, até pela experiência que a Senhora acabou de relatar de estar em contato com as pessoas, é esse contato num quadro geral, normalmente as pessoas têm uma vida difícil, elas, aqui se têm dificuldades econômicas?

- Tem, tem, tem sim, o Cabuçu é um bairro assim muito mesclado, você encontra de tudo, de tudo, de tudo, a gente até brinca que o Espírito Santo ele tem muita fantasia, porque nenhum dia é igual ao outro, e você tem o lado que você pode dizer, aqui onde nós estamos aqui é o Jardim dos Cardoso, aqui na frente do outro lado é o Jardim Monte Alto, aqui em baixo é o Vila Cabuçu e você visualizando você percebe que nós temos, nem dá mais para fazer essa comparação porque eles quase não existem, a gente poderia dizer que a gente tem a classe alta que é o Monte Alto, que você vai ver que as casas são terminadas a grande maioria tem emprego e trabalham, tem asfalto, tudo bonitinho, e aí você vem para a Vila Cabuçu, a Vila Cabuçu ela seria a classe média, poderíamos classificar assim, as casas até que são boas, ainda não estão terminadas, mas você percebe assim que o nível de vida das pessoas dá para segurar.

Agora o Jardim dos Cardoso ou a mata que a gente chama que é rádio que umas casas bem dentro da mata vocês vão ver que a situação já é o pobre mesmo, abaixo do nível, são pessoas que têm mais dificuldades, não tem saneamento, não tem asfalto, nem calçamento na rua, falta água encanada, as casas estão para terminar, são casas que começaram a construir mas pararam porque não teve condição de continuar, é um povo que luta mesmo. Luta muito, a grande maioria das mulheres são elas que estão fazendo bicos, ou faxinas, a grande parte dos maridos estão em casa, praticamente houve a inversão de valores, a mulher sai para trabalhar e o marido fica em casa cuidando dos filhos.

É difícil você encontrar alguém que tenha um emprego registrado, emprego fixo, a grande maioria vive de bico, apesar, que se a gente for pensar o bico ultimamente tá

dando mais e mais vantagem do que ser registrado. É se você pensa por esse lado. Mas, você vai ver essa grande diferença.

- Uma outra questão, é a última na verdade, tudo que a Senhora falou até né, eu gostaria que a Senhora complementasse a impressão que fica assim, do Cabuçu, em função dessa sua experiência aqui né, tudo que a Senhora viu aqui, que a Senhora entende como perspectiva que há, que não há, uma opinião assim geral, pra gente encerrar o nosso papo.

- Olha a minha perspectiva do Cabuçu é assim, eu tenho muita esperança nesse povo né, é por isso que eu brigo muito, mesmo na questão do trabalho, mesmo na questão do trabalho da pastoral, mesmo na evangelização, por que vendo assim, é um povo muito abençoado por Deus, né, porque assim, com todas as dificuldades que eu te falei, com todas as dificuldades que eu tenho no dia a dia, mas é um povo acolhedor, é um povo que você bate na porta tá sempre com um sorriso pra te receber, sabe, e na sua pobreza tem sempre algo pra partilhar com o outro, pra dividir com o outro né, e eu vejo assim, é um povo que ensina muito, e daqui eu passo os princípios como dizia o Seu Manoel desde que começou o projeto aqui, a sociedade ela só vai mudar a partir da educação, a partir da criança, porque o adulto querendo ou não, já tem as arestas, já tá formado, então é muito difícil você mudar a mentalidade do adulto, agora a criança não, a criança ela vem com tudo marcado, uma energia de esperança, de querer mudar NE.

E a gente vê isso aqui no dia a dia, essas crianças que nós temos aqui, sabe, são conquistas que nós fazemos, então a gente.. tem criança que chegou aqui, que tá com a gente desde o início do projeto, que ela escrevia um monte de bolinha e dizia pra você o que tava escrito ali, e você falava “Meu Deus essa criança não vai aprender nunca”, agora você vê a criança lendo poesia, você vê a criança que descobriu a vida através da leitura, através da matemática, através do contar história.

Nós temos caso de um garoto que tá aqui com a gente com 19 anos, que chegou aqui sem saber ler e escrever e ele não conseguia emprego por causa disso, porque não tinha uma ficha, e hoje em dia ele lê Vinícius de Moraes, ele declama poesia, sabe, a gente vê aqueles outros que chegam aqui assim, com aquela dificuldade e hoje em dia já conseguiu né, ultrapassar essa dificuldade.

A gente vê mesmo, o caso de um adulto mesmo que tinha medo até de mexer com o *mouse*, de ligar um computador, e hoje tá trabalhando, tá mandando currículo. Precisa ver jovens que passaram por aqui, e hoje estão em empresas já trabalhando graças ao conhecimento que pegou aqui. Então isso mostra pra você que vale a pena investir, e

vou dizer pra você, aqui é uma loucura, a cada dia tem uma novidade, nenhum dia é igual ao outro, aqui eu sou freira, eu sou mãe, eu sou psicóloga, sou médica, eu sou tia, né, as crianças de segunda à sexta eles têm um comportamento, sábado e domingo em casa, os pais estragam, e segunda feira a gente começa tudo de novo.

Aqui eles aprenderam a palavrinha mágica “com licença, obrigada, por favor” né? E o que eu falo pra eles é isso, eu não quero criar vocês aqui para o centro comunitário, eu quero que vocês possam sair daqui, mas dizendo ser cidadãos, com direitos e deveres, e eles já estão mudando essa mentalidade, porque eles vêm cobrar o direito deles, mas também eles fazem a parte do deveres, então aqui não pode chiclete, aqui não pode boné, aqui não pode celular, aqui não é meu, aqui é nosso. Graças a Deus nós temos 4 anos aí caminhando né, você pode ver, não tem sujeira, não tem risco, não tem nada, e tem a mão de ferro da Irmã Sônia também né, a bruxa, aí você é olhada por uns como a madrasta, por outros é a fada madrinha né, por que... Mas você vai vendo que as crianças elas estão com outra perspectiva, tinha criança que chegava aqui, tanto fazia né, agora não, agora já sonha com um futuro melhor, e já tem uma esperança brotando dentro dela, eu acredito muito nisso, nós só vamos conseguir mudar o nosso país, nós só vamos conseguir mudar a nossa sociedade, a partir dessas crianças, e embutir nela valores e limites coisa que eles não têm em casa, limites, sabe.

- É verdade.

- “Tudo posso, tudo posso, então eu posso, eu quero”, não é assim.

- É verdade.

- Temos que ter limite, temos que ter liberdade, a minha liberdade começa quando termina a sua.

- Claro.

- Então, eu acho muito gostoso, porque de vez em quando a gente discute como adulto mesmo né, então eles me interrogam “porque”? “Por que não.... Não combinamos?” “Ah é verdade!” Eu to cumprindo a minha parte, vocês também têm que cumprir a parte de vocês né. Então é muito gratificante, então eu vejo isso mesmo, eu vejo o Cabuçu como uma esperança de futuro, e eu falo isso pras crianças, eu não quero ninguém Presidente, se um dia chegar lá, louvado seja Deus, mas eu quero homens e mulheres de bem, homens e mulheres cidadãos” respeitáveis, com direitos e deveres e responsabilidades, assumir o erro, porque é muito fácil colocar a culpa no outro, mas e a minha parte, né.

E eu tenho certeza que se nós conseguimos mudar as crianças nós também vamos conseguir mudar os pais, isso é fato, porque quando nós chamamos pra uma reunião de pais, os pais vêm dão a opinião deles, tão sempre presentes, um ou outro, né, que não comunga da mesma idéia, mas da grande maioria comunga, então somos obrigados a entrar aí dentro né, se querem estar, porque logicamente estamos todos, temos que nos adaptar às normas né, e pelo menos assim, eu vejo que vamos conseguir sim, eu tenho essa esperança de mudar a família, mas através da criança, que a criança é muito mais fácil, em termos... Porque ela é muito mais curiosa, ela se solta mais, se instiga mais, e ela também te dá muito mais retorno né, então eu vejo sim, eu acredito sim, que a gente vai conseguir mudar o Cabuçu, mas através dos pequenos, porque o grande já fez a escolha de vida dele, vai mudar pra quê, agora a criança não, a crianças tem todo uma outra estrutura né, e realmente, a crianças ela vai ser aquilo que você é.

Se você dá pra ela valores limites, ela vai te corresponder, vai chegar naquilo que você quer, mas você tem que estar atento né, aos sinais que ela tá te dando, porque criança pede, eu costumo dizer que eles pedem pra apanhar, eles pedem pra levar bronca, e eles gostam então nós temos um acordo, “filhinho, fez errado vai pagar o preço não adianta” e sabe que comigo não tem conversa, né. Então eu vejo isso, eu vejo que a gente já conseguiu muito, graças a Deus, muito mesmo, e eu tenho esperança sim de que eles vão ser cidadãos de bem, já to feliz aí. (risos)

-Ah, certo.

- Já to feliz aqui, que eles sejam cidadãos de bem e que possam realmente ser gente com seus direitos e deveres.

- Ah, tá ótimo.(risos)

- Irmã, Eu agradeço muito.

- André, espero lhe ter ajudado, e não atrapalhado a sua vida. (risos)

- Não, pelo contrário, ajudou e muito. Tem muita coisa aqui que vai... (parou a gravação).

Dona Ivone, coordenadora geral do ponto de cultura Chico Mendes, que é aqui no Cabuçu em Guarulhos.

- Então, dona Ivone eu tenho 10 questões para falar para a Senhora, e eu gostaria da sua contribuição, até porque eu sei que a senhora tem uma enorme contribuição para dar para minha pesquisa. Então, a primeira pergunta é justamente no sentido

da senhora me dar um quadro geral dessa sua vivência, então eu gostaria que a senhora fizesse um comentário a respeito do que a senhora presenciou do período que a senhora veio para cá, quer dizer, começou em 1966, como a senhora falou e como a senhora analisa as transformações que o Cabuçu foi passando, o que melhorou, o que piorou?

- Como eu disse eu cheguei aqui em 1966 com 9 anos, vim de Guaianazes um bairro da zona leste de São Paulo. A gente veio pra cá, meu pai veio trabalhar em Olaria, quer dizer, meu pai não, nós, porque eu também trabalhava minhas irmãs, em olarias aqui, naquela época o Cabuçu tinha muitas olarias, tinha umas 17 olarias em funcionamento aqui, porque aqui é um bairro que até hoje ainda tem uma argila muito boa, então tinha aqui as olarias, a gente veio trabalhar nas olarias aqui. Estudei na escola Maria Helena Faria Lima e Cunha, que era a única escola na época aqui, é uma escola estadual, 1º grau, hoje ela tem 2º grau, mas ela só tinha o 1º grau, eu estudei aí e fui crescendo, o Cabuçu naquela época era 90% entre, só tinha olaria e matas, muita mata, não existia os loteamentos que hoje existem aqui, e nós tínhamos ônibus três vezes ao dia: às 8:00, às 12:00 e às 17:00 da tarde, se perdesse um desses ônibus ia e vinha do centro de Guarulhos ou de Vila Galvão a pé, porque não tinha outra condução. A entrada era de terra, terra batida, então ainda tinha o problema quando se tinha muita chuva, os ônibus não vinham e a gente vinha a pé mesmo, amassando barro de lá até aqui, não tínhamos posto de saúde, em fim, nada, não tínhamos luz de rua, não tínhamos água, água que a gente tinha muito na época eram minas de água, isso tinha muito porque como era tudo mata e próximo da Serra da Cantareira como a gente é, então tínhamos muito essas bicas de água que atendia a população.

Quando eu mudei aqui ainda existia aqui no núcleo Cabuçu existia o que a gente chamava de DAEE, repartição de água de São Paulo, então ainda tinha a represa que servia ainda água pra São Paulo, mandava água pra São Paulo, então tinha uma vilinha de casas feita pela própria DAEE que depois se tornou COMASP e depois SABESP, então ainda não era SABESP, então esse tinha a vilinha que era dos próprios moradores dessa empresa que mandava água para São Paulo via o duto que a gente tem ainda né, alguns pedaços dele aí que tá, que a gente mantém e preserva como patrimônio histórico, também como recordação já que a nossa represa é de 1905 é a primeira represa é a primeira construção de cimento armado do país, é a nossa, então também ela também é um patrimônio, já cultural né, da nossa, do nosso bairro, e aí eu fui crescendo aqui, estudei aqui, sempre trabalhando aqui, e aí por volta dos 15 anos é que eu saí,

trabalhar de empregada doméstica em Vila Galvão, Picanço, todos os bairros próximos, aqui mesmo do Cabuçu.

E o Cabuçu foi mudando aos pouquinho ele, a gente brincava que Cabuçu você não podia , até hoje viu, você não pode falar muito mal de alguém aqui, porque sempre alguém é parente de alguém aqui, porque são famílias muito antigas, quando eu mudei aqui, as famílias que existiam aqui era família Batista, a Família Nóbrega, a Família Félix Pires, a Família Souza, a Família Freitas, então são famílias que ainda tem muita gente deles aqui ainda, eles ainda têm sítio, ou então casas aqui no bairro ainda, e aí começou vir a população morar aqui, porque nós não somos muito longe do centro se tornava longe pela dificuldade do transporte e por não ter asfalto, mas a partir da hora que foi feita uma estrada vicinal, o governo de São Paulo fez uma estrada vicinal aqui, colocou asfalto na principal aí começou a vim as pessoas e aí foi se criando as pequenas vilas, porque o Cabuçu é um todo né, mais ele tem várias vilas, a gente tem Jardim dos Cardoso, Vila Cabuçu, Chácara Cabuçu, Jardim Monte Alto, Jardim Siqueira Bueno que é inclusive o nome de uma pessoa que era dona de toda a área que depois se tornou loteamento.

Aí depois nós temos o Morro do Sabão que outra vilinha e continua ainda, essa continua bem como era Cabuçu, ainda de terra, ainda os mesmos moradores, todos parente, a gente até brinca que eu tenho uma comunidade lá, tem uma igreja lá, que eu tomo conta junto com as mulheres que fundamos porque a associação é de lá, a Associação Cultural Ambiental Chico Mendes é do morro do Sabão, e o ponto de cultura vem da associação a tá colocando aqui no Cardoso, mas lá a gente diz que se a gente colocar uma cancela lá nós ficamos como condomínio particular, porque é uma rua só de terra encostada na mata é um paraíso, você precisa conhecer, porque lá é uma delícia.

- Legal !

- E faz parte do Cabuçu, dá o que lá Zé? Meia hora? Nem isso, até menos pra gente chegar lá. E aí começou a se criar essas vilinhas, aí também se cresceu mais no sentido Recreio São Jorge, Novo Recreio aí expandiu mesmo, hoje nós temos mais de 70 mil pessoas aqui, então é muita gente, só que com essas vindas das pessoas também veio os problemas por falta de estrutura do bairro precisamos lutar pra ter água, teve muita luta das mulheres por água, por posto, por mais escola, por EMEI, por posto que atende a população, por transporte melhor, por luz de rua enfim todas essas lutas, a gente participou.

Participei como associação de bairro, trabalhei muito tempo na parte social de associação de bairro que era associação Cabuçu e adjacentes de bairro, depois a gente fundou a nossa associação de bairro, porque como eu te disse Cabuçu era todo mata e com a criação desses loteamentos foi se destruindo tudo, e a gente não tinha muita noção do perigo que estávamos correndo, quando a gente foi ver muita parte do Cabuçu já tinha sido devastada. E aí a gente começou a perceber como uma das nossas bicas que eu te falei no começo que aqui tinha muitas bicas de água, todo canto que você aí nascia aquelas, aquelas bicas que a gente punha embaúba, punha bambu e tinha água pra todo mundo, foram secando. Porque à medida que vai desmatando o lençol freático abaixa e você não tem mais como pegá-lo, e aí que a gente percebeu a gravidade que nós estávamos tendo com problema ambiental muito grave, aí o Governo do Estado criou o núcleo Cabuçu que é a antiga SABESP onde que era o DAEE antes e depois se tornou a SABESP e agora é núcleo Cabuçu, faz parte do Parque da Cantareira, ele criou e aí a gente ficou no entorno e como no entorno precisa ser preservado para que o Parque sobreviva, não adianta ter sido criado se não tiver o entorno pra amortizar e aí foi quando a gente criou então a Associação Cultural Ambiental Chico Mendes, que o nome é bem sugestivo mesmo, essa era a ideia, de fazer com que a população entendesse que era uma luta não de tirar as pessoas daqui, e educar os que estão aqui e parar pressão de vir, parar para vir sim, mas os que estão aqui são cabuçueses estão conosco.

Nós não queremos que ninguém vá embora; mas a gente quer que as pessoas continuem aqui apenas tendo consciência ambiental de defender a natureza que nós temos aqui. Porque mais de 20% do oxigênio limpo de Guarulhos sai do Cabuçu, o Cabuçu tem mesmo, a gente brinca quando a gente vai pro centro, a gente vai nas reuniões né, as pessoas sempre dizem o Cabuçu é o pulmão, Cabuçu. Por isso que criar APA Cabuçu - Tanque Grande seria o pulmão de Guarulhos, pra manter a Serra da Cantareira intacta e o entorno dela também, então essa é uma outra luta que a gente vem travando como você sabe que criar uma APA não poder mais certos tipos de loteamentos.

Se for fazer tem que ser tudo dentro de uma estrutura, então não agrada muito, aí você vai ver que dá um pouquinho de trabalho, mais a gente acredita que isso vai ser aprovado sim, até mesmo porque todo o planeta precisa de ajuda, não é só Guarulhos, não é só São Paulo, então se tem um pouquinho nós temos um pouco ainda vamos tentar preservar isso que nós temos, essa crescida crescente assim do Cabuçu ela não foi ruim

mais o Cabuçu se tornou um bairro dormitório, muita gente mora aqui, trabalha em São Paulo ou no centro de Guarulhos ou pra Penha, sabe?

Tudo fora, porque Cabuçu não tem onde se trabalhar quase aqui, então o que acontece, as pessoas não têm muita atenção pelo bairro, porque ela só vem pra dormir, então é mais difícil de que quando a pessoa trabalha no bairro, desenvolve o comércio do bairro, agora que a gente tá vendo aqui, ali as pessoas se desenvolvendo, mas antes, uma papelaria você tinha que ir na Vila Galvão. Hoje temos papelaria aqui, um mercadinho só de Vila Galvão, Jardim Palmira, Jardim Santa Mena, tudo próximo de Guarulhos, hoje temos o Sonda na Vila Rio, então já tá próximo da população. No Recreio, a gente já tem um mercado razoável, aliás, o Recreio São Jorge, a gente brinca que já é uma cidadezinha. Porque ele desenvolveu mais que o Cabuçu em si. Por quê? Porque ali mora as antigas famílias. Aqui é tudo assim, o terreno mora 4 , 5 pessoas da mesma Família. Você pode prestar atenção nas construções que as pessoas fazem em baixo, faz 2, 3 andares.

Porque normalmente mora pai e filhos tudo aqui, então nossa realidade. É essa, a gente tá precisando de muita coisa, a gente precisa mesmo de aqui, a gente tem algumas instituições já. Nós temos o instituto Manoel Gesteiro da Igreja Católica do Bom Jesus da Cabeça, esse instituto já atende muitos jovens, ele tem vários cursos é uma coisa muito boa que veio pra nós agora, e tem o ponto de cultura que ajuda um pouco também que também ajuda os jovens, agora chegando nossa rede vai passar a atender com a internet, de novo, porque nós já atendíamos, nós éramos do Jardim Siqueira Bueno, por motivo de falta de espaço nós tivemos que mudar pra cá, e ainda não foi transferido. Faz três meses que eu to em cima deles, já liberaram, agora eu dependo do técnico da Embratel, e técnico é difícil, é trazer a antena que aí eu vou ter os 11 computadores que a gente tem, doado pela CEPA funcionando a todo vapor com internet gratuita pros jovens.

Aí sim, mesmo com a licença que a gente deixa que eles possam utilizar seria a inclusão digital que a gente tem. E agora com o novo projeto que a gente entrou, a gente pretende ter também informática, já que o instituto tem, mas não dá pra abranger tudo, mesmo fazendo quatro horários, eles não consegue atender, é muito jovem, nós temos muitos jovens.

E não temos muita coisa pro jovem fazer aqui. Ou o jovem vai pro centro, entregar jornal, entregar folheto de mercado que não é nada de mais, mas também por questão de estudo, questão de estar muito na rua é complicado, é um serviço igual ao outro mas

precisa... Se tivesse algo que eles pudessem fazer mais próximo de suas casas, acompanhados mais de perto da família, a gente sabe que o resultado é outro que essa saída é complicada.

- Tá ótimo. Uma outra pergunta que eu tenho pra fazer para a Senhora é assim, justamente como surgiu essa idéia, um pouco a Senhora já até falou pode até resumir, é como surgiu a idéia de se criar o ponto de cultura que a Senhora pelo jeito tava envolvida desde o começo e em cima disso o ponto de cultura tem algum apoio governamental... informações nesse sentido.

- Então, nós criamos a Associação Cultural Ambiental Chico Mendes, praticamente feita só por mulheres, porque como eu te disse tem uma capelinha tradicional lá na beira da mata e lá a gente se reúne uma vez por semana as mulheres da rua e do Morro do Sabão e aí a gente viu a gravidade que a gente fazia muitas denúncias de desmatamento e como cidadã comum a gente teve problema inclusive, sempre tem que ter alguém e eu sempre tive à frente e eu comecei a ter problemas pessoais mesmo, de pessoas que não gostava da idéia da gente fazer as denúncias, principalmente quando essas pessoas são um pouquinho mais abastadas. Então, eu falei, conversando com algumas pessoas, elas me deram a idéia “olha melhor você fazer uma instituição, aí você se calça juridicamente” né.

Aí, foi isso que a gente fez, criamos a associação. E logo em seguida que criamos a associação, o Ministério da Cultura, com o Gilberto Gil lançou os pontos de cultura, a gente viu o edital, lemos, gostamos e vimos que talvez a gente conseguisse, não tínhamos certeza se íamos conseguir, mas tentamos.

E o projeto saiu pela própria Secretaria de Cultura de Guarulhos, e a gente abriu então o Ponto de Cultura. Esse projeto a gente recebeu uma verba por 36 meses, uma verba de 180 mil divididos em 36 meses. Pro qual a gente pode abrir o espaço, manter o espaço, manter as oficinas e aí deslanchou só que foram por 3 anos. Terminamos os 3 anos, a Instituição Associação Cultural e Ambiental Chico Mendes, ela é sem fins lucrativos, então ela não tem nenhuma verba. Nós nos vimos desesperados, de como continuar o projeto que tinha dado certo, mas que ainda não tinha sustentabilidade, como auto se sustentar.

Nós não temos empresários próximos, saímos, fomos procurar empresários da cidade, mas com tanta coisa pra se fazer na cidade o empresário do centro ou então de Cumbica,

dos Pimentas, ele dá prioridade à sua comunidade, não vai investir aqui no Cabuçu do outro lado.

Então a gente tava realmente com bastante dificuldade, aí foi aberto edital de São Paulo, a gente concorreu, foi, são, eram 17 pontos em Guarulhos, desses 17, 6 concorreram por São Paulo e 2 ganhou, um dos Pimentas e nós aqui. Então, de novo temos verba pra trabalhar por mais 3 anos. Também a mesma coisa, 180 mil, uma parte, agora bem menor, mas que já dá uma ajuda pra sustentar o espaço e a outra parte é pra implantar o projeto que a gente encaminhou, e o projeto que nós encaminhamos, por ser uma entidade ambiental e por querer sustentabilidade, a gente encaminhou pra lá o projeto semeando arte, que chama. Nós vamos desenvolver o viveiro de muda nativa pra reflorestamento do Cabuçu e de toda área de Guarulhos, e até de outras cidades, que a gente fez uma pesquisa e viu que só em Bragança, sabe só lugares distantes, até empresários de Guarulhos que precisam pagar TAC, que é o Termo de Ajuste de Conduta, quando ele precisa aplainar uma área grande, então ele precisa pagar esse TAC ele compra muda fora, então a gente mandou esse projeto e foi aprovado por São Paulo e a gente tá desenvolvendo esse projeto.

E é daí que a gente espera tirar sustentabilidade pra não precisar mais assim, se tiver convênio a gente fazer, mas não ter mais necessidade de ficar mesmo só na dependência do Governo. A ideia da gente é trabalhar mesmo por conta e de preferência com a comunidade.

- A Senhora falou a questão aí de alguns interesses econômicos que acabam, vamos dizer assim, chegam até a criar um conflitos com a Senhora...

- É o meu grande problema aqui como cidadã comum, a gente fazia algumas denúncias contra raves, porque começou a vir raves pra cá, aqui tem algumas pessoas que tem alguns empresários que compraram áreas grandes aqui, para fazer condomínios, só que, porque é próximo a Serra da Cantareira, eles estão com dificuldades, não com a gente, mas, mesmo com o poder público, com a Secretaria do Meio Ambiente, em liberar esses condomínios, né.

Porque o impacto vai ser muito grande, então o que eles estão fazendo “ah bom, eu não posso fazer nada, eu alugo essa área para rave”. Só que a rave provoca o mesmo, o Cabuçu, os moradores do Cabuçu ficam ilhados, porque você viu, nós temos uma estrada asfaltada, mas pequena né, e temos dois acessos pequenos pro Cabuçu é a Benjamim Hannicutt que vem do Centro de Guarulhos e a Estrada do Cabuçu mesmo que é a Pedro de Souza Lopes em Vila Galvão depois ela vira Estrada do Cabuçu, numa

certa parte, então, nós só temos duas estradas pra cá, e com a rave a população ficou isolada, ninguém saía, ninguém entrava, era um congestionamento monstro, coisa de louco, nunca vi coisa igual, e a gente entrou e também porque a gente foi lá ver de perto a rave.

Vimos o que era, vimos os problemas que traria pra nossa comunidade, o problema de som, a cultura diferente, também as drogas que vêm junto, não se pode negar por que a gente viu, a gente fotografou foi baseado nisso que a gente mostrou pra promotoria e a promotoria veio e fechou.

Em plena rave, o promotor do distrito de Guarulhos agiu, veio, veio com o conselho tutelar e parou tudo. Então, você imagina a cena do “cega leão” que investiu e de repente se viu obrigado a parar, mas tudo bem, a pessoa entendeu, não se foi pra algum outro lugar, graças a Deus estamos em paz de novo. Acabou-se as raves e a gente começou (*interrompida por outra pessoa*) E aí a gente parou de, parou de vir a rave pra cá, porque foi um impacto muito grande.

- E essa rave, teve um período em específico que ocorreu?

- Então, foi, foi, num período específico, há uns 2 anos atrás, 2007, é 2007, mais especificamente em 2007, era assim, sábado sim, sábado não, a rave acontecia, então era muito complicado, o som era estridente, o desleixo das pessoas de outras cidades, que nada tem a ver com a gente, a maioria nem de Guarulhos é, vem do Rio, vem de Angra, nossa, eu vi carro de tudo que é lado, filhinho de papai, eu não tenho nada contra, mas eles não têm assim, não tinha nenhum vínculo com a comunidade, então eles não respeitavam também a comunidade. Então a gente começou a ver assim, as famílias acudadas, carros que paravam na porta das famílias, as famílias ficavam sem poder sair e eles iam lá pra cima, você não ia mais tirar eles, não tinha como você me chamar, é incrível, é uma coisa assim que deixou a gente em pânico.

- Claro.

- Em pânico, meu Deus, o quê que vai acontecer com a gente.

- Enfrentando todos os problemas já no bairro...

- A gente também teve, porque nós temos aqui, a gente tem trabalho, porque nós tem a oficina ambiental né, de educação ambiental, até o José faz parte, ele tá aqui comigo hoje, é um dos jovens, faz parte dessa oficina, a gente tem a proximidade com os animais novamente, as aves novamente, com aquele som e com aquela, sabe, aquele impacto que aquilo dava, tudo isso ia embora de novo, nós tinha aqui tanto trabalho pra fazer com que parte da comunidade já aceitasse a idéia de que moramos próximo a

Serra, precisamos preservar o que temos, não precisa-se ir embora quem tá aqui é só aprender a conservar, e aí a gente tava vendo tudo isso, sendo destruído. Além da droga também ficar muito próximo, a gente já tem tanto jovem sem condições nenhuma de sair pra trabalhar, sem emprego, com dificuldade, famílias carentes e aí chega isso tão próximo sabe, aí é o prato cheio né. (risos)

- Sem dúvida é um problema sério. Mas ótimo, gostei muito dessa sua fala. Bom, uma outra questão Dona Ivone, que eu tenho pra Senhora, também um pouco a Senhora já discutiu, acho que dá pra responder rápido né. Que tipo de atividade o ponto de cultura desenvolve e se existe outras idéias para o futuro?

- Hoje, o ponto de cultura, como eu te disse, vai vendo a antena, só isso pra o telecentro voltar a todo vapor, porque o telecentro ele atendia no Siqueira Bueno que é uma vilinha muito mais afastada a faixa de 400 pessoas por mês, aqui a gente tá esperando de 800 acima, porque o jovem vem todo dia saber se já tá funcionando. Aí a gente tem teatro, a gente tem um grupo de percussão com 16 jovens, inclusive já se apresenta, já sai fora, já foi pra teatro, já vai, já abre festas, principalmente eventos públicos, a gente é convidado e já participa, eles já tão bem, 3 anos já tem a oficina, a gente tem também a oficina das mulheres que é pintura em tecido, esta sim, já gera sustentabilidade pra algumas mulheres, aquelas que têm mais dom, mais facilidade de venda, já estão fazendo, vendendo e tirando seu dinheirinho, que é o meu maior sonho.

É criar oficinas que eles possam ter sustentabilidade, retorno. Nós temos aqui também educação ambiental né, que a Daniele eu é a Presidente atual, porque eu fui Presidente por 4 anos, agora tá a Daniele, ela é bióloga, ela trabalha inclusive no IF (Instituto Florestal) em São Paulo e ela dá educação ambiental, a gente também tem aqui o posto de coleta do óleo né, que é o SOLMA, que é Soldados do Meio Ambiente, porque a gente recolhe o óleo de fritura e aí a gente vende, parte pra fazer biodiesel, parte pra sabão, ensina também a fazer sabão, então eles já aprende isso, a gente tínhamos, agora no momento não temos, mas tínhamos, capoeira.

Estamos aguardando as oficinas que vêm da secretaria de cultura de Guarulhos, que continua a parceria, embora a gente hoje receba ajuda de custo de São Paulo. Guarulhos continua com a gente com a parceria das oficinas, tanto é que virá a oficina de história em quadrinhos, né, arte visual, percussão, essas três é pela secretaria, essas três é pela secretaria, aí educação ambiental a Dani tá como voluntária né, o projeto SOLMA também a Dani comanda e a gente vai semeando artes, que é o viveiro de mudas nativas, mas que também é aberto para mais tarde a gente se desenvolver dele, a gente

também pode cultivar flores ornamentais nesse viveiro de mudas, a gente pretende formar jovens para que eles possam aprender jardinagem, possam trabalhar também nessa área né.

E a gente já tem também o projeto de monitoria, porque a gente aqui no Cabuçu, nós abrimos trilhas, e a Dani é responsável pelo projeto de monitoria, ela tem 5 jovens que já faz monitoria com faculdade, que passa pelo ponto cultural, pelos pontos turísticos, que a gente tem uma capela aqui, a Bom Jesus da Cabeça.

Então, a gente é, os turistas passam, conhecem a área, vai conhecer a represa, vai no núcleo, faz trilhas e aí tem as mulheres da comunidade que cozinham comidas saudáveis, comidas naturais, comidas essas que muitas delas são aprendidas com as receitas da Pastoral da Criança, são comidas bem naturais mesmo, então eles fazem o pacote, vem passam por aqui, aqui é a base né, eles passam aqui, tem banheiro, tem a cozinha, aqui eles lancham, faz as trilhas, voltam, tomam o lanche da tarde aí vão embora.

- Ah, ótimo.

- Então é isso que a gente faz aqui, e o grande sonho nosso é chegar a ter uma casa pra cultura, deixar de ser, não é assim, é ser só ponto é uma casa pra cultura, e de preferência mesmo num terreno que seja dela, não seja mais alugado, que tenha uma área, não sei se a gente vai conseguir uma área pública, ou alguém vai nos ajudar a ter essa área para que a gente possa comprar essa casa da cultura, e aonde a gente pretende por cultura pra todo mundo né, cultura digital, a cultura tradicional, cultura oral, aí sim entrando também com a terceira idade. Porque hoje a gente tem três problemas finais: a criança, temos a Pastoral da Criança que ajuda bastante; o jovem e a terceira idade, que também hoje ficou no meio do caminho, não tem muita coisa pra eles, então ficam em casa, muitos deles sentem depressão, então a gente também tem parceria com o posto de saúde. *(acabou a fita)*.

Dona Ivone, uma outra pergunta é assim. Como a senhora sente o envolvimento da comunidade junto ao Ponto de Cultura né, a Senhora acha que as pessoas se envolvem bem, muito né, ou não, há um envolvimento muito forte, e quais seriam os problemas né que a Senhora na sua experiência vê que impedem que as pessoas se envolvam mais nesse sentido.

- Então, quando nós estávamos na Siqueira Bueno tudo o que é novo demora pra ser aceito (eu to atendendo uma pessoa vê o que ele quer). Então, aí o que acontece, a gente tem, tudo o que é novo é complicado pra você. Implantar, nós implantamos o Siqueira

Bueno os primeiro seis, sete meses “foi” complicado, mas depois a população acostuma, foi tranquilo pra você ter uma idéia tai ó essas são as festas que nós demos, aqui, esses fatos são no Siqueira Bueno e sempre lotado de gente, aí em março desse ano nós viemos pra cá, a antena ainda não veio, os computadores ainda não estão funcionando na internet que é o que chama atenção dos jovens, o jovem vem, mas só tem um computador, tem joguinho e tal, mas não dá para entrar na internet.

É isso que eles gostariam, e pra fazer trabalho principalmente, porque aqui o trabalho é super prático, nós temos só uma *lan house* aqui, e os jovens tão indo fazer lá, mas nem todos têm condições de pagar né, sabe, às vezes é dois, três trabalhos no mês na faixa de 5, 7, 8 reais que dá trabalho dependendo da quantidade de folhas, e tem pais que não tem condições, tem 2, 3 filhos. Fica complicado!

E a gente fica até meio triste de não conseguir por logo isso daí pra funcionar pra que eles possam utilizar, já que é tudo de graça, a única coisa que eles terão que fazer mesmo, é só a impressão, são as folhas e nada mais. E ainda tem os nossos monitores aqui que já fizeram curso de LINUX né, estão preparados para ajudá-los, pra ensiná-los e a gente tem muitas coisas boas né, que acontece. Agora eu acho que aqui ainda tá devagar o ponto porque a gente não tá funcionando a todo vapor.

- Entendi.

-Mas eu não tenho dúvida não que aqui, como diz os meus jovens “vai bombar” né Ivo. (Risadas).

-Já conhece né, tá ótimo.

- Uma outra pergunta que mais ou menos também em partes a Senhora já respondeu né. A Senhora tem esse trabalho interno aqui, mas a Senhora anda bastante pela região do Cabuçu. Pelo bairro Cabuçu.

- Porque eu tenho trabalho no ponto de cultura, mas eu tenho trabalho com a Igreja católica, que eu faço parte.

Então eu tenho grupo de rua, é a gente tem muito contato com as famílias carentes, nossa igreja tem cesta básica, então a gente “é uma” das coordenadoras da comunidade, então a gente tá em todo canto não tem como...

- Entendi, até por que eu to fazendo essa pergunta por que a senhora falou aí que hoje tem cerca de 70 mil pessoas que moram aqui. (André)

- Mais ou menos.

- Porque eu até consultei o dado do IBGE, o último censo que tava dando em torno de 60 mil pessoas, então por aí houve um crescimento populacional e a Senhora falou desse...

- 60 mil a Dani tem um documento dela, é que ela não tá aqui, a pasta dela ficou aí, é ela que abre né.

- Claro.

- Então, ela tem todos os dados, porque ela tem uma oficina chamada “resgate sólido”.

- Isso ela me falou.

- Então, ela tem todos os resgate todinho do Cabuçu, de ponta a ponta, eu tenho a experiência de morar no bairro, ela tem a parte acadêmica toda.

-Tá ótimo. Não é porque a minha preocupação, na verdade, o que me instigou né, foi o seguinte, a Senhora colocou em outras falas que tem uma preocupação de se conter o crescimento, tem a preocupação, lógico de afetar as pessoas que já estão aqui, mas vamos supor se a gente pensar nesses números continua havendo um crescimento populacional, a que a Senhora atribui?

- É mais a nível de Recreio São Jorge, o Cabuçu até que estagnou, a gente fala Cabuçu, Cabuçu é um todo, mas essa parte que a gente tá aqui é o centro do Cabuçu, então aqui tá estagnado, sim. E chegou um pessoal aqui não aumenta muito, mas mais pro Recreio São Jorge a expansão foi bastante grande, mas agora até mesmo a Prefeitura tem feito um trabalho de conscientização, então tem que acelerar porque sabe que vai perder a rédea, porque fica difícil, falar pro pessoal “você vai morar aqui, próximo a uma mata e não vai mexer com elas”, amanhã ele quer mato limpinho na porta, às vezes não é nem por maldade, mas quando vê já foi. Então, tem que se preocupar com isso.

- Com certeza.

- Porque é um bairro muito bom de viver, aqui é muito bom de viver, entendeu, é até uma coisa engraçada, eu não moro mais no Cabuçu, mas eu trabalho o tempo todo aqui. Por causa de questão do trabalho do marido que eu mudei pro Jardim Santa Mena, é aqui do lado, 10 minutos daqui, mais eu que moro num lugar onde tem tudo, ônibus da prefeitura, metrô ali por perto, tudo. Tô do lado do Carrefour, então maravilha, mas pra se viver igual ao Cabuçu realmente é bom.

-Legal. Bom, também a próxima pergunta, ela de certa forma a Senhora abordou alguns aspectos. As pessoas do bairro aqui, já que a Senhora tem bastante contato, elas reclamam, quais são as reclamações mais assim... presentes em maior quantidade.

- O grande problema daqui é a questão de escola, que a gente tem mas não é o suficiente. Como eu disse pra você, o Maria Helena recentemente se tornou 2º grau, não tinha, os jovens, a própria Daniele que é Presidente da Instituição fez até a 8ª no Maria Helena e ela teve que sair pra estudar em Guarulhos, então aí as dificuldades a questão de ônibus, fica caro de condições, então a gente gostaria de ter mais uma escola estadual pros jovens.

- No momento só tem o Maria Helena?

- Aqui sim, no Recreio tem o Bom Pastor.

- Que é estadual também?

- É estadual, então tem uma lá no Recreio, porque a realidade do Recreio é totalmente diferente da nossa, se você for no centro do Recreio é absurdo, é uma cidade já.

- Uma cidade dentro do Cabuçu.

- Só que é uma cidade que foi construída no alto, no relevo, na ribanceira, a gente brinca que parece um pouquinho com o Rio de Janeiro, principalmente o Novo Recreio. É complicado, a gente conhece essa realidade por causa da Pastoral da Criança ela vai toda, então a gente sabe das dificuldades do Recreio, da moradia quando chove, começa a chuva, a gente já começa a se preocupar, “meu Deus que não tenha deslizamento, que tem muita gente nas encostas do morro do Recreio”.

- Bom, uma outra questão que é assim, pra minha pesquisa é importante, e talvez até com esse contato frequente que a Senhora tem. A senhora pode até me elucidar um pouco que é a origem das pessoas, assim, antes de morar no Cabuçu né assim a Senhora tem mais ou menos uma idéia talvez a gente não tenha dados estatísticos, mais assim na conversa que a Senhora tem com as pessoas, de onde elas vieram?

- Norte e Nordeste.

- Já vieram direto de lá?

- Norte e Nordeste, temos muitos aqui, isso a gente consegue mais através da Pastoral da Criança mesmo, né.

- Correto.

- Então, como a gente tem acesso a Pastoral, a gente sabe que aqui é muito Norte e Nordeste.

- Correto.

- Poucas pessoas estão vindo aqui de São Paulo, como é o meu caso, que vim da Zona Leste pra cá, né.

- Exato.

- Sou, Sou paulistana mesmo, Eu nasci no Edu Chaves. Então, sou daqui mesmo, mas a maioria Nordeste.

- Importante pra mim. Uma outra questão Dona Ivone. A questão assim de como que essas pessoas foram chegando, elas foram se instalando de qual maneira. Elas adquiriram lotes?

- É uma das coisas que fica difícil de explicar aqui é que não é muita invasão, não teve invasão no Cabuçu, elas realmente foram comprando seus lotinhos, São loteamentos clandestinos, é que não são regulamentados, agora que começa a luta pra se regulamentar, você pode ver pela estrutura das ruas não têm a medida correta, né, porque quando a pessoa tem uma área grande e ela quer lotear, no caso que trouxe, loteia, o preço é acessível o que traz as pessoas aqui principalmente muitas delas estão aqui há 20 anos, 20, 30 anos, já é porque na época os terrenos eram baratos né, e com toda dificuldade de acesso ainda valia a pena porque nós não estamos mesmo tão longe do centro. Agora com a Hunnicutt então, ficou um luxo, Hunnicutt asfaltada você chega em Guarulhos em 5 minutos no centro.

- E assim, uma curiosidade minha. Assim, os loteamentos, eles eram feitos pelos proprietários das áreas por imobiliárias?

- Por imobiliárias.

- Por imobiliárias também. Correto.

- A maioria imobiliária. É não teve assim. Talvez um pouco de descuido do poder público né, Guarulhos é muito grande, assim até não sabe se foi um descuido que realmente é devido a dimensão, Guarulhos é muito grande.

- Exato.

- Então foi se deixando, as imobiliárias chegar, eles tem muita terras de herdeiros, né, então famílias como eu te disse aqui era de poucas famílias que tinham grandes áreas e essas famílias foram vendendo, seus herdeiros foram vendendo, loteando, tirava aquilo que dava pra família viver e o resto ia fazendo seu lotinhos e passando pra frente.

- Entendi.

- E aí foi surgindo os loteamentos, foi, foi...

- Foi crescendo.

- Não sei se é o Monte Alto aqui em cima a gente chama Monte Alto, hoje já bem mais estabilizado ele já tem asfalto, Não é muito grande daquele morro, pra depois ter as reuniões o que, que se faz que é o pouco aqui significa muito, tanto o bairro como a

própria cidade, primeiro se instala as pessoas de qualquer jeito, depois que vai tentar melhorar. Aí é complicado.

- É verdade.

- E aí já construiu sua casinha, aí não dá pra fazer a metragem da rua, aí faz o asfalto, não se passa água, não se passa esgoto, depois tem que fazer tudo de novo. É complicado. E é mais ou menos isso que a gente vive aqui.

- Entendi.

- Mas, houve uma evolução muito grande.

- Correto, tá ótimo. Eu tenho outra pergunta que eu não sei se a Senhora tem conhecimento, que a Senhora falou dessa questão do loteamento que tem, que esse processo posterior de regulamentação, regularização melhor dizendo...

- Regularização, é o grande problema aqui.

- Junto à prefeitura que a Senhora tem conhecimento, porque a Senhora tem essa vivência com também sociedade amigos de bairro, esses processos eles demoram pra tramitar... Normalmente muitas áreas aqui, de repente ainda não são regularizadas por conta disso.

- Quase a maioria.

- A maioria, correto.

- Demora sim é um processo muito longo, porque até mesmo pra se regulamentar existe toda uma lei, uma estrutura, você tem, e aí a dificuldade, muitas pessoas às vezes compra, aí depois a pessoa que vendeu faleceu, não deixou inventário, pronto aí começa tudo do zero. Demora bastante.

- Correto, eu vou só fazer uma última pergunta dona Ivone, que de certa forma também a Senhora já elucidou bastante aí, agora de qualquer forma eu vou fazer que é a seguinte: Como que a senhora analisa o processo de transformação do Cabuçu, que a Senhora acompanhou o loteamento desde a década de 60 para cá, deste ponto do crescimento, dos problemas que foram surgindo e mesmo, das boas transformações que ocorreram, como é que a senhora analisa de uma forma geral assim?

- Então, uma das coisas que a gente percebe assim, que com o crescimento, esse inchaço tá acontecendo no bairro, surgindo pequenos núcleos do bairro assim, então acumulou alguns problemas como eu disse problemas de educação, problemas de saúde, problemas de transporte, problemas de água, parte hoje resolvida porque o SAAE reabriu a represa do Cabuçu.

Agora a gente recebe água da própria represa, tratada tudo direitinho, nós tivemos grandes dificuldades que de água, de parar o trânsito, fazer movimentos, acho que a Dani tem tudo em recortes de jornal, a gente tem tudo isso aqui, e também assim, a essa luta do povo para sobreviver, mesmo numa área que não tinha nenhum tipo de ajuda, e que hoje o olho do poder publico tá voltando pro Cabuçu, ficou muito tempo sem olho do poder público, muito tempo...

Hoje não, hoje a gente tem aqui um respaldo maior, nós ficamos muito tempo sem respaldo por aqui, quando a gente tinha a associação mesmo era muito difícil pra você conseguir qualquer coisa pro Cabuçu para você pedir uma máquina para passar na rua de terra, para colocar os pedriscos, cascalhos como se dizem, era muito dificultoso, hoje não, hoje a gente já tem uma facilidade também, esses tipos varias é associações quase todos os bairrozinhos, os bairros pequenos aqui os micro bairros têm suas associações, todo mundo lutando pela mesma coisa. Melhoria. Tanto é que se convive tranquilo, eu não vejo assim grandes problemas das lideranças aqui não.

- Correto.

- Temos muitas lideranças aqui, muita gente que como eu trabalha bastante, cada um da sua forma, com seu dom que lhe tem. Partir pro lado ambiental, cultural, existem pessoas que é mais aficcionada, luta mais por moradia para regulamentação das áreas, outros é mais para área da educação. Mas nós temos lideranças boas aqui no Cabuçu.

- Correto

- Tem pessoas que lutam pra ver melhorar e o bom é que a gente tá conseguindo que todas as lideranças pensem da mesma maneira, preservar o que se tem o que se sobrou hoje, até mesmo por não se saber se tem conhecimento da questão ecologia, ela aflorou de uns 10, 12 anos pra cá, antes não se falava em ecologia, se falasse era normal você ver pessoas com espingarda nas costas cassando por ai, hoje graças a Deus não temos mais isso.

- Correto. Dona Ivone, agradeço muito sua colaboração.

- Espero ter ajudado

- Ajudou muito

- Mais algumas informações a Dani também pode te ajudar.

- Eu até entrei em contato com ela, com o orientador.

- Professor Manuel.

- Antonio isso, eu vou querer voltar aqui outras vezes pra ter ajuda de vocês aí.

- Estamos disponíveis

- Eu agradeço

- Naquilo que a gente puder ajudar...

- Muito obrigado mesmo, foram informações de grande importância para mim.

- Tá bom André.

- Muito obrigado, então.

- Bom, então vamos iniciar?

- Então, eu estou aqui com a dona Raimunda que é moradora aqui do Novo Recreio.

Tenho sete perguntas para Raimunda e a mesma me autorizou a gravar

- Então, dona Raimunda, eu primeiro gostaria de saber justamente um pouco do que estávamos conversando lá na sala. Quero saber um pouco da sua história de vida antes de vir para o Novo Recreio, onde a senhora morava? A sua profissão e a de seu marido. Então, desejo que a Senhora faça em primeiro lugar um resumo da sua vida antes do Novo Recreio.

-Então, um pouco antes de eu vir mais ou menos um ano antes de eu vir pro Novo Recreio eu morava na favela do Itapegica né. Nessa época eu estava namorando meu marido, trabalhava, ele trabalhava na Scarlate e eu trabalhava no Corsário Motel né, vizinho à favela Itapegica. Tem uma firma de um lado da rua e do outro é a favela Itapegica né.

Então, mais já com plano, já procurando casa para alugar né, pra gente morar junto. É... Aí, quando veio o fogo eu quase perdi meu barraco, perdi tudo, aí me bateu um desespero, aí os primos dele, ele morava de aluguel com os primos dele, aí a única opção que eu vi foi indo pra casa que ele tava, porque a gente não encontrava, só encontrava quarto só então, os primos dele já tinham saído, tava ele só e outro primo então era fácil para arrumar um cômodo só, era fácil né então.

Depois do fogo eu me apavorei fique apavorada, aí fui pra dentro conversei com ele, fui pra dentro da casa dele né, que ele pagava aluguel com o primo dele, com minhas duas filhas né e continuei trabalhando no Corsário e ele na firma também na Scarlate foi quando a gente morou, eu morei lá ainda um ano ainda né, ele morava um tempão já de aluguel então, eu cheguei morar, ficar lá mais ou menos um ano ainda, foi quando eu fiquei sabendo desses terreno aqui, ele ficou sabendo primeiro mas não não se importou né, aí quando eu ví um amigo dele conversando lá né, falando aí eu procurei saber direitinho né? Aí o rapaz explicou direitinho eu falei. Ah não, eu vou lá, nós vamo lá, eu

me interessei né aí o rapaz já tinha falado como é que era aí eu conversei lá no meu serviço eu trabalhava à tarde, no período da tarde, aí nós fomos final de semana.

Eu trabalhava lá, eu trabalhava sábado, domingo, feriado lá trabalha tudo então. Eu fui um final de semana que a gente veio, que ele não trabalhava, aí quando chegamos aqui, nossa! Tava a pessoa do Jerônimo e a Vera que distribuía os terreno né, e aquela multidão de gente, todo mundo querendo terreno né, todo mundo querendo terreno, aí eu pensei direitinho comigo que tanta gente querendo o terreno ia ser difícil, ia ser difícil né, aí é eu o rapaz também que indicou o terreno veio eu pedi para ele me mostrar quem era né, eles me mostraram que eram o Jerônimo e a Vera aí eu falei assim: Mulher com mulher se entende, aí eu dei um jeito de conversar com ela sozinha né, aí eu chamei a Vera e conversei com ela direitinho, acho que eu até menti um pouco, falei que tava sendo despejada, é, até menti um pouco falei que tava sendo despejada né então, naquele dia nossa!

Acho que foi Deus que preparou porque tanta gente querendo terreno e só saiu o meu naquele dia. Aí descemos aquele caminhozinho de roça, só tinha pé de árvore, descemos aquele caminho aí chegando aqui no local só tinha pé de árvore, quando ela chegou mandou o ajudante deles que era o alemão né, o alemão medir aí o meu marido recusou porque né os pé de árvore ele nunca tinha enfrentado esse tipo de coisa né, aí eu falei: Não! Mas ele falou que não queria. Aí eu falei: Não! Vera pode deixar o terreno comigo que eu vou fazer um barraco e eu venho morar com minhas filhas! Se meu marido não enfrentar eu tenho irmão, eu tenho amigos e eu vou fazer um barraco, e aí ela me deu.

Ela falou: Tá bom Raimunda vou confiar em você! E ela me deu o terreno, e aí eu já comecei logo, comecei logo pagando aluguel, aí peguei adiantamento na firma né meu patrão é muito bom. Ele ainda é! Então ele é uma pessoa muito boa ele já me adiantou o dinheiro eu comprei madeira, tudo né, só que era difícil meu marido vinha todo final de semana e quando a merenda acabava, fazia (não entendi) ía se embora né! Então até que eu consegui construir e fazer o barraco!

Vimos naquele dia aí o contrato venceu, aí conversou na imobiliária. Eles deram mais dez dias né, que era o barraco tá pronto e nisso nesse período que tava fazendo o barraco ele cobriu e deixou um lado em cima assim, um pedacinho aberto veio o vento e quando foi no outro dia que ele chegou aqui, estava o telhado tudo voado. Aí eu me desanimei! Falei: eu não vou mais, não vou mais! Ele falou: Não, a gente já gastou muito, não, não desanima agora não, não, não! Falei: Tá bom então. Comprou um novo telhado. Comprou novo telhado. Aí tudo bem. Aí fizemos o barraco naquele dia mesmo que a

gente tava se mudando ele veio mais meu irmão deu um piso né, um piso de qualquer jeito. O importante era a gente sair do aluguel, por quê?

- Lógico.

- Então, viemos ainda não tinha luz sabe, a luz vinha do outro lado. É tirado lá que o pessoal lá era uma briga né. Então eu vim a gente carregou as coisas num solzão quente os homem desanimado. Aí eu procurei uma comida que tinha né no forno porque as coisa tudo no quintal né. E o barraco tava terminando ainda. Eles tava terminando de fazer. Acho que era de cobrir ainda né. E ia dando e chegando à tardezinha e ele não tava pronto para colocar as coisas dentro, aí eu fui atrás. O alemão desceu aí eu falei para o alemão né puxar um fio de luz pra gente. Aí ele falou assim: Só posso fazer isso com autorização do Jerônimo. A senhora vai lá pede para ele. Ele autorizando aí eu vou puxo o fio para a senhora.

E mesmo assim eu fiz. Fui lá em cima conversei com o Jerônimo falei a situação para ele. As coisas tá tudo lá do lado de fora né. E meu marido tem que trabalhar amanhã, aí ele autorizou né. Aí o alemão puxou o fio de luz, aí pronto agente colocou as coisas dentro de casa e com isso conversei com meu patrão, eu não olhei direito né, falei que não ia dar por causa da condução né, que ele fez acordo comigo tudo para adiantar-me dinheiro né. Mas eu continuar trabalhando. Mas como eu não prestei atenção direito nos ônibus eu achei que não dava né. Então saí do serviço por isso. Aí ficou marido só trabalhando.

Foi uma vida difícil né Era a gente pegava tinha um minador lá em baixo que quando tava chovendo... Pelo amor de Deus né! Tinha poucos barraquinho, poucos assim se contava mesmo. Era tudo mato lá em baixo mesmo, nossa fazia até medo que era tudo mato né. Eu descia lavava roupa lá em baixo, lavava louça, descia nos balde né. A roupa, a louça, tinha um menino que hoje já é um rapaz que me ajudava a subir as coisas. Descer roupa, louça né. E pegava água, água limpinha, geladinha. Eu só vivia gripada nessa época porque eu tomava banho lá em baixo de roupa né. Então aí foi e aumentando os pouquinho né.

As pessoas, foi aumentando... Aí já ficava difícil ir na mina final de semana. Quem trabalhava então né! Como só tinha aquela mina né, então era complicado! Eu já fazia minhas coisas na semana, para final de semana deixar para quem trabalhava para evitar né. Para evitar! Então a gente ficou sem condução. A gente ia pegar condução lá do outro lado na Chiquinha né, no Cabuçu.

E para gente fazer compra tinha que carregar nas costa! Era muito difícil! E a gente vinha no caminho que era mais fácil por causa da ladeira o caminho era mais longo. A gente pegava o caminho da Cachoeira da Macumba é esse nome né. A cachoeira da Macumba que era o caminho meu marido fazia para trabalhar. Minhas filha trabalhava também nessa época elas trabalhavam em casa de família. As duas vinham, vinham junto, eu ficava até com medo enquanto elas ficavam até com medo né porque é um caminho, um caminho deserto. Eu falava para elas: Não pára pra descansar, vem direto né! Eu ficava morrendo de medo enquanto elas não chegava em casa, às duas elas tinham acho que treze anos a Adriana tinha treze anos, Patrícia tinha quinze, isso é, elas começaram a trabalhar cedo né. Então foi quando aos poucos foi vindo a melhoria e eles colocaram e puxaram a água, colocou torneira comunitária né. Colocou torneira comunitária e depois eles passaram nas casa da gente né fazendo, é para a gente fazer o pedido, a gente fizemos o pedido da água aí já melhorou bastante. Já pelo menos a gente tinha uma água né, porque depois que aumento também já contaminou a água da mina, um monte de fossa né, tudo então contaminou a água da mina.

Então, a luz a gente ficava mais sem luz do que com! Porque é como já puxava a luz do outro lado não suportava, a luz era fraquinha. Acho que teve uns dois ano que a gente comemorou o ano novo com cerveja quente! Porque a luz faltou! A luz faltou cedo e a cerveja ficou quente! A geladeira não funcionava! Então, e quando ia lá pro outro lado o pessoal do outro lado também que já ia um monte de homem que queria brigar porque eles não gostava que tava puxando a luz deles também a luz deles ficava fraca também né.

- Exato.

- Mas foi assim um tempo até a Bandeirante entrar também. Aí a Bandeirante entrou né! E pronto! Aí já ficou bem de ver nossa luz legalizada né! A luz direitinho nosso aparelho não queima, muita gente queimou o aparelho com aquela força!

- Imagino.

- Então, o transporte depois que um tempo ainda era lotação! Clandestina né! Tinha bastante né! Aí depois legalizaram né essas lotação né! Agora os que tá com acho que tá mais ou menos com um ano que tem ônibus. O ônibus da Vila Galvão! Só que é dois né! É dois: um vai e outro vem então a demora é muito grande e a população cada dia que passa tá crescendo! A lotação à tarde nossa Senhora! Meu marido fica tem vez de ficar uma hora no ponto porque passa até a quarta lotação tudo lotada que não cabe mais uma pessoa! Passa tudo por fora dos pontos né. É difícil! Mas eu acho que aos

pouquinhos né, porque cá aos pouquinho né vai melhorando né estou eu já ouvi falar que a Guarulhos vai entrar né e também tem o problema que não tem asfalto né. Mais eu já ouvi falar que está a planta na prefeitura né! Que vai asfaltar trinta ruas! Trinta ruas né. As ruas principais e as travessa né. Então é aqui para nós agora mesmo só falta mesmo o asfalto porque vindo o asfalto com certeza já vai entrar. Ter mais ônibus né! E também o telefone né!

Ter o telefone que hoje em dia eu mesmo digo que eu estou no céu porque quando eu vim né, sem água, sem nada para agora a gente ter telefone porque antes Nossa Senhora! Uma vez minha filha descendo vindo do serviço descendo ela para encurtar o caminho veio para aí desceu junto da cerca segurou no arame escorregou chegou aqui com a mão partida. O arame né! Tive que levar ela para o pronto socorro e tudo.

Então meu marido chegou tava sem ninguém ele ficou até preocupado pensou que eu tinha descido pra mina e tinha caído lá e tava lá porque não tinha comunicação. Não tinha comunicação né. Hoje em dia não! Nós tem comunicação, hoje em dia está ótimo! Hoje em dia está uma maravilha eu mesmo gosto muito daqui, gosto mesmo! Tenho plano de sair, ainda que eu penso um pouco por causa do que não tem asfalto ainda, que não tem asfalto. Como eu sei se você sabe eu tenho um terreno lá em Itaquá! Em frente a minha irmã, então agora meu marido foi lá porque a prefeitura exigiu. Fez a calçada! Fez o muro de um metro né. O terreno da gente já está quitado só tá mesmo esperando a verba para aí agente poder construir lá.

-Então, uma curiosidade minha porque você falou da favela do Itapegica, pegou um incendio lá, foi isso?

- Foi teve incêndio.

- E ela existe hoje ou?

- Existe.

- Ainda existe.

- Ainda existe, agora a maioria das minhas colegas tudo já saíram de lá, tudo já saíram de lá.

- E você tem idéia assim para onde elas foram, tem notícias ou não teve mais comunicação?

- Olha, assim com uma eu tenho noticias através de outras, elas foram pagar aluguel, elas foram pagar aluguel, algumas conseguiram comprar casa né! Em bairro assim como que (não entendi) são bairro mais humilde sabe! A maioria mesmo acho que minhas

colega daquela época mesmo acho que não tem mais nenhuma lá porque minha filha hoje é funcionária de lá.

- É perto de lá?

- E tem ainda uns funcionário da minha época ainda! Então minhas colegas de lá da favela Itapegica saiu todo mundo! Saiu né! Todo mundo melhorou né, trocou seu (não entendi) de vida melhor né!

- Ainda bem né?

- É.

- Outra coisa, você citou o Jeronimo e a...

- A Vera

- A Vera né! Então como que eu vou até antecipar um pouquinho porque na sua fala você já respondeu outras perguntas aqui que eu tinha elaborado. Vocês acabaram assim as aquisições do terreno ela foi a partir da compra, como que era?

- Não, a gente dava só uma taxinha porque de R\$ 100,00 só, então era uma taxa aí acho que para eles que media tudo né, então...

- E aí, depois disso a senhora não pagou mais nada?

- Não, não, não pagou mais nada! A gente não pagou e aí a gente tamo esperando, essa semana mesmo eu conversei com a Vera ela falou que vai ser liberado essa área né! Disse que vai ser! Que passou na televisão também né que vai ser essas áreas ilegal que vai ser liberada né. Estamos esperando como agora já entrou todos esses beneficio né! Então nós tamos esperando porque é confuso porque umas pessoas fala que a área é particular né. Mas nesse tempo todo... Há treze anos não apareceu ninguém para vim né! Não apareceu ninguém. Então não sei eu acho que seja da prefeitura! Porque se fosse particular...

- Exato, provavelmente já tinha aparecido.

- Já tinha aparecido o dono então nós estamos aqui assim. Se for área particular quando o dono aparecer lógico a gente vamos pagar né! A gente vamos pagar e se for da prefeitura ela vai liberar como os outros lugares favelas né, que eles tiram e colocam em outro (não entendi) então se for da prefeitura melhor ainda que vai liberar noventa anos é a vida inteira. Eu ainda falei para minha filha: Noventa anos acho que nem meu neto que acabou de nascer vai chegar esses noventa anos né.

- É verdade.

- É isso aí.

- E o Jerônimo e a Vera a senhora então nem sabe assim se eles estão ligados à prefeitura ou sei lá alguma imobiliária?

- Não, não eu não sei dizer.

- Conheceu eles assim né...

- É a gente conheceu eles assim né! Então não sei se eles! Não sei se eles, não acho que eles não seja ligados a nada não viu!

- Só organizava mesmo?

- É só organizava, contando que a Vera falou que a semana passada que eu encontrei a Vera e comentei com ela. Perguntei para ela sobre né e aí ela falou que desse lado é o lugar que vai ser liberado! Só que tem algumas pessoas que já estão invadindo na Avenida lá em cima o outro lado, diz que aquelas pessoas vai ser retirado, que do outro lado não é, não tá autorizado né, então ela falou que desse lado de cá diz que vai ser liberado sim!

- Ah! Está ótimo. Bom, aqui outra questão você já respondeu né, na verdade a senhora falou bastante já deu para dar um apanhado geral aqui. Já adiantou bastante. Um pouco a senhora já falou também que esta questão da infraestrutura, uma pergunta que eu queria fazer é a respeito da infra-estrutura né. Com o passar do tempo para a senhora a prefeitura aos poucos foi melhorando...

- Foi melhorando.

- Essa estrutura né, essa questão da água, da iluminação..

- Da iluminação.

- Do transporte...

- Do transporte né.

- Mas ainda assim tem lógico problema principalmente no transporte que...

- Que é pouca! As lotação que tem parece que é seis de manhã, parece que é sete não lembro bem se é sete à tarde, então cada dia que passa a comunidade vai aumentando, cada dia que passa a comunidade vai aumentando, essas lotação vem super lotada mesmo! Eu mesmo não saio para fazer compra, evito sair para fazer qualquer coisa na parte da tarde. Na parte da manhã até que dá, não, para ir de manhã vai também espremido...

- De manhã só depois das dez assim...

- Agora para voltar na arte da manhã é bom. Que dá para fazer compra, trazer tudo né. Que eu faço o mercado me entrega várias coisa, então a gente tem que trazer mistura mesmo né. Então mais então as lotação é pouco e ônibus é pouco só é dois. Tinha que

ser para de começo pelo menos quatro ônibus. Já melhorava bastante se tivesse mais dois ônibus né! E por coincidência que você veio estar aqui hoje, ontem o ônibus do Novo Recreio foi assaltado pela primeira vez...

- Nossa!!! A estreia.

- Espero que a empresa não retire os ônibus os dois que tem né! Meu marido vinha então...

- E ele estava no ônibus.

- Meu marido tava! Que esta linha do Cabuçu já acho que virou até rotina sempre é assaltado né! Mas o Novo Recreio foi pela primeira vez e meu marido vinha só que o pessoal se apavoraram e as mulher e criança chorando tudo e gritaram para o motorista parar! Parar o motorista parou no local o pessoal que tava atrás tudo desceu! Meu marido inclusive! e aí o ônibus seguiu mais para frente né, foi para aonde o assaltante desceram. Mas graças a Deus quando meu marido chegou ele foi lá no final para saber como tinha terminado graças a Deus terminou bem só levaram o dinheiro e não machucaram ninguém né! Graças a Deus né!

- Com certeza.

- Não ficou ninguém machucado.

- É complicado, mais isso também é em todo lugar, infelizmente.

- É em todo lugar é a gente vê aí a televisão aí direto. Minha vizinha aqui, aqui na Otávio Braga de Mesquita é movimentado. O lugar e é viatura para lá e para cá. Duas mulher armada chegou com ela. Chegou seguiu ela do centro acho que pegou a mesma lotação que ela do centro de Guarulhos para a Otávio Braga de Mesquita. Viu ela sacou o pagamento dela que não é só o mínimo e o filho ainda deu um cheque de mil reais para ela descontar. Acho que as mulheres pegaram a mesma lotação que ela. Quando chegou no ponto lá colocaram o revolver uma do lado e outra do outro!

- Já tinha seguido ela.

- Levaram o dinheiro todinho dela com os documentos! Em tudo quanto é tipo, em todo lugar né! Em todo lugar infelizmente né! Ainda bem que também acabou bem também só levaram o dinheiro e não machucou ela né.

- Deixa eu te perguntar uma coisa Raimunda, você falou de mercado que as vezes você pega a lotação para fazer compra em qual mercado que você costuma ir, trazer quando você vai de lotação?

- Então, o mercado Barbosa.

- Ah! Tá.

- Eu faço compra todo mês.

- E o Barbosa ele fica?

- Ele fica tem um na Otávio Braga de Mesquita! E o outro é ah eu não sei bem o nome daquela rua... Antes eu fazia nele é o Barbosa também a mesma rede né!

- É que eu passo por um Barbosa quando venho daquela...

- Acho que é a Otávio Braga de Mesquita.

- Avenida do Carrefour ali! Tem o Carrefour aí agora eles fecharam a outra entrada ali né! No sentido Cabuçu! Aí tem outra entrada na frente a direita que tem um supermercado Barbosa. Não sei o endereço ali.

- Não sei se é o da Otávio Braga de Mesquita e eles têm mais pode ser até outra também no panfleto. Aí parece que eles têm acho que umas cinco lojas! Então o mercado que eu mesmo faço compra que é o melhor que eu procuro fazer as quartas-feiras, que é o dia de frutas e verdura em promoção né! Então eu faço compra porque também já tem o Esperança em frente porque algumas coisas é bem em conta também!